universidade sem fronteiras

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

LabPlan Escritório / Laboratório de Planejamento Urbano e Regional UEPG

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

Relatório 3ª Fase
Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável

Revisão Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses 2026 - 2036

Setembro de 2026



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DOUTOR ULYSSES - REVISÃO 2022/2026

RELATÓRIO 3ª FASE – DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL

VERSÃO CONSOLIDADA

Realização e Elaboração

Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses

Escritório / Laboratório de Planejamento Urbano e Regional

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Setembro / 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

ROSELIA DE FATIMA DAVID ROSA
Vice-Prefeita

PRISCILA DE FATIMA DENCK
Secretária Municipal de Assistência Social

MARLON DA APARECIDA DE JESUS CHAMBERLAIN
Secretário Municipal de Agricultura

ISRAEL LINCOLN BOMBONATE FEITOSA DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

AGEU DA ROSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

JURANDIR KAPP JUNIOR
Secretário Municipal de Finanças

JOSIEL DO CARMO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Transportes

PEDRO JUNIOR ANSELMO DE ASSIS
Secretário Municipal de Governo

ANDIARO CUNHA BACELAR
Secretário Municipal de Educação

JAQUELINE DE PAULA SOUZA
Secretária Municipal de Meio Ambiente

JAMILE PINA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

JEVERSON EDUARDO CHAMBERLAIN PRODÓSSIMO
Secretário Municipal de Esportes

JEVERSON EDUARDO CHAMBERLAIN PRODÓSSIMO
Secretário Municipal de Obras

ANDERSON LEME DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

ABEL DA GUIA DE MOURA E COSTA JUNIOR
Controle Interno

DECRETO Nº 93, DE 19 DE ABRIL 2023 (Revogada pelo Decreto nº 334/2025)
EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

JURANDIR KAPP JUNIOR
VANI FELEX
ANDREA TEDESCO
MARCIO JOSE ORNAT
Coordenadores

OCELIA BRANCO RIBEIRO DA SILVA
SIRLEI DE SOUZA
Secretaria Municipal de Assistência Social

VANI FELEX
LUANA PINHEIRO
Secretaria Municipal de Administração

JOSÉ LUIZ DA SILVA
JOSÉ DALLA VECHIA
Secretaria Municipal de Agricultura

ROSANA FANHA
OZANA PATRICIA BRANCO DA SILVA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

IZANIEL NICOLAU DA SILVA
JESSÉ DE PAULA
Secretaria Municipal de Educação

GIOVANI FRANCISCO CRISSI
WELINTON DE SOUZA NECKEL
Secretaria Municipal de Finanças

JURANDIR KAPP JUNIOR
SILMARA BRAZ DE LIMA
Secretaria Municipal de Planejamento

ANDERSON LEME DA SILVA
ELIZEU DE MATOS
Secretaria Municipal de Saúde

LUIZ FERNANDO DE MATOS LOPES
VALDIVINO VENTURA DA COSTA
Secretaria Municipal de Transportes

EQUIPE TÉCNICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

ANDREA TEDESCO
Engenheira Cartógrafa

ANDRIÉLI GMACH
Historiadora

ALIDES BAPTISTA CHIMIN JUNIOR
Geógrafo

CELBO ANTÔNIO DA FONSECA ROSAS
Geógrafo

CLEISE MARIA DE ALMEIDA TUPICH HILGEMBERG
Economista

FELIPE GABRIEL LOPES MENDES
Biólogo

GILSON BURIGO GUIMARÃES
Geólogo

JOÃO MANOEL GROTT
Advogado

JOEL ZUBEK DA ROSA
Geógrafo

LUIZ ALEXANDRE GONÇALVES CUNHA
Geógrafo

MARCIO JOSE ORNAT
Geógrafo

MARIO CEZAR LOPES
Geógrafo

NATALIA AUGUSTA ROTHMANN ESCHILETTI
Turismóloga

NELSON RESENDE DE PAULA FILHO
Geógrafo

RICARDO LETENSKI
Geógrafo

EQUIPE TÉCNICA DE APOIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

ADEMILSON SALES DE LIMA
ADRIANA ANDRADE
AISLAN EVERS DE MELLO
ALEXANDRE MOREIRA BONFIM
ANA PAULA GONÇALVES MEIRA
ANDRÉ RICARDO DOMINGUES
ANGÉLICA WIATROVSKI BENDER
BÁRBARA DE CARVALHO MACEDO
BEATRIZ QUAST
BIANCA NAOMI RODRIGUES CORREA
CLEIDE MARA LUCIA CARNEIRO
CLEVERTON BIGASKI
DANIELE WALLIS GARBOSA PEDROSO
DANILO HENRIQUE DIVARDIN
DAVID HENRIQUE GOMES DA SILVA
DOUGLAS DE RAMOS DA SILVA
EDIPO RAFAEL DOS SANTOS
EDUARDO DE OLIVEIRA PENTEADO
ELAINE CRISTINA FIQUER VENANCIO
ERICK GABRIEL RIBAS DOS SANTOS
FERNANDA RIBEIRO PORTES
FRANCIELI CAROLINI CORA
GABRIEL EIKI ROCHA CAMARGO
GABRIEL KRUCHAK NASCIMENTO
GABRIEL MOURA MARTINEZ
GABRIEL REBONATO
GUILHERME ALPINHAKY DA SILVA CARMASSI
GUILHERME ESTEFANCZAK DEON
HERON GUILHERME GALVAO
HIGOR HENRIQUE CHAVIER DOS SANTOS
IANNY GABRIELI DE SOUZA SANTOS
INGRID BATISTA RIBOSKI
JÉSSICA PALANCHUK
JOAO MATHEUS GROCHOVSKI SERAPHIM
JOÃO PAULO BALANDIUK
JOÃO RICARDO RIO BRANCO
JOSIELE DE FRANÇA
JULIA THAINARA WILCHAK QUEIROZ
KAMILA CRISTINA DE OLIVEIRA ANTUNES
KARLA EDUARDA DE OLIVEIRA
KAROLYNE WOLFF
KHALYD ARTIGAS
LAIZA RAISSA MACHADO
LIDIA VEREIS DE CAMPOS FERREIRA

LUCÉLIA SMAHA
LUCIENE MARIN ROZIN CREMAÇÃO MARQUES
LUIZ EDUARDO ANSBACH
LUIZ HENRIQUE TOSCANI
MARCIO AURELIO VALENTIM MACHADO
MARIA CRISTINA PIOTROVSKI
MARIA LETICIA MACHADO
MARLON DA SILVA SANTOS
MARLON VINICIUS KAPP CRISTOVÃO
MARTINA DOS SANTOS TORTELLI
MURILO HENRIQUE DE BRITO
NILSON TEIXEIRA DE SOUZA
PAULO HENRIQUE VIEIRA
PEDRO VARGAS CABRAL
RAFAEL DOS SANTOS
RENATO DE OLIVEIRA FILHO
RODRIGO ALVES GABRE
RUAN CARLOS DA SILVA
SIBELLY ARIANE WERFFEL
STELLA MARIS MICHETEN
SUELEN GUADANHIN
TATIANE VIEIRA DOMINGUES
TIAGO LUIZ OLIVEIRA
VANESSA CAMARGO
VILMARA SAZZANA DA SILVA
VITOR GABRIEL RIBEIRO
VITORIA SANTOS DE SOUZA

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

PEDRO MARTINS
Vereador
Câmara Municipal de Doutor Ulysses

DECRETO Nº 334, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025
EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

ANDREA TEDESCO
MARCIO JOSE ORNAT
ISRAEL LINCOLN BOMBONATE FEITOSA DE LIMA
JURANDIR KAPP JUNIOR
Coordenadores

PRISCILA DE FÁTIMA DENCK
ANGELINA DO ROCIO DUCHEIKO
Secretaria Municipal de Assistência Social

MARLON DA APARECIDA DE JESUS CHAMBERLAIN
FLAVIO DALLA VECCHIA
Secretaria Municipal de Agricultura

ISRAEL LINCOLN BOMBONATE FEITOSA DE LIMA
HELISSON PATRICK BESTEL
Secretaria Municipal de Administração

AGEU DA ROSA
YGOR DANIEL DE SOUZA E SILVA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

AGEU DA ROSA
YGOR DANIEL DE SOUZA E SILVA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

JURANDIR KAPP JUNIOR
JOANERSON WOLKER KENOL
Secretaria Municipal de Finanças

JOSIEL DO CARMO DOS SANTOS
ARI DO CARMO DIAS
Secretaria Municipal de Transportes

PEDRO JUNIOR ANSELMO DE ASSIS
FABIOLA REGINA DA SILVA
Secretaria Municipal de Governo

ANDIARO CUNHA BACELAR
JESSE DE PAULA
Secretaria Municipal de Educação

JAQUELINE DE PAULA SOUZA
ALBANI DE SOUZA
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

JAMILE PINA DE OLIVEIRA
MAURI PEREIRA LINS
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

JEVERSON EDUARDO CHAMBERLAIN PRODOSSIMO
Secretaria Municipal de Esportes

SERGIO MERI BUTCHER
CLAYTON PIERRE SCHWARTZ
Secretaria Municipal de Obras

ANDERSON LEME DA SILVA
JOCELI FERREIRA DA ROSA CRUZ
Secretaria Municipal de Saúde

ABEL DA GUIA DE MOURA E COSTA JUNIOR
Controle Interno

EQUIPE TÉCNICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

ANDREA TEDESCO
Engenheira Cartógrafa

ANDRIÉLI GMACH
Historiadora

CAROLINA KRZYZANOSKI DOS SANTOS
Historiadora

CELBO ANTÔNIO DA FONSECA ROSAS
Geógrafo

CLEISE MARIA DE ALMEIDA TUPICH HILGEMBERG
Economista

GILSON BURIGO GUIMARÃES
Geólogo

ISABELLA SODRÉ CERVEIJEIRAS BERTOLINI
Geógrafa

JOÃO MANOEL GROTT
Advogado

JUDITE BUENO DE CAMARGO
Geógrafa

LUIZ ALEXANDRE GONÇALVES CUNHA
Geógrafo

MARCIO JOSE ORNAT
Geógrafo

MARLON VINICIUS KAPP CRISTOVÃO
Geógrafo

SARAS RESENDE PAULA
Geógrafo

SUELEN GUADANHIN
Geógrafa

EQUIPE TÉCNICA DE APOIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

ADEMILSON SALES DE LIMA
ADRISSON FERREIRA MOREIRA
ALESSANDRA DE FÁTIMA KOSSUTE
ALEX MOREIRA STRIKER
ALEXANDRE MOREIRA BONFIM
ANA CAROLINA DOS SANTOS WOZNIAK
BARBARA YUKARI FUKUNAGA ARAUJO
BIANCA HILGEMBERG
BIANCA NAOMI RODRIGUES CORREA
BRUNO MIGUEL DE PAULA
CARLOS EDUARDO DA ROCHA LIMA
CAROLINA CASSIA SOMMER DA SILVA
CAROLINE MOREIRA DE ALMEIDA
CLEIDE MARA LUCIA CARNEIRO
CLEONICE APARECIDA GONÇALVES
CRISTIANO DAVID PINTO
DANIEL DE MEIRA MOURA NETO
EDUARDA SEDORKO PIMENTEL
ELAINE CRISTINA FIQUER VENANCIO
ELIANE BARBOSA CARNEIRO
EVELYN ROCHA DALLA PORTA
FERNANDA RIBEIRO PORTES
GABRIEL EIKI ROCHA CAMARGO
GABRIEL FELIPE DE OLIVEIRA MEZADRI
GABRIEL KEVEN OLIVEIRA DE OLIVEIRA
GABRIEL MOURA MARTINEZ
GABRIEL SOARES DE CAMARGO
GABRIELA DA SILVA OLYMPIO
GABRIELA DOS SANTOS TAVARES
GUILHERME DIAS CAMARGO
GUSTTAVO RIBEIRO SILVA
HEMERSON LUIZ DE OLIVEIRA JUNIOR
JADSON JOSÉ DIAS DA ROSA MEDEIROS
JOÃO MATHEUS GROCHOVSKI SERAPHIM
JOÃO PEDRO NUNES STEFANIAK
JOÃO VITOR NOIMANN DE OLIVEIRA
JOSIELE DE FRANÇA DINIZ
JULLYA VITÓRIA DE MOURA
KAMILA CRISTINA DE OLIVEIRA ANTUNES
KAUÃ CHRISTÓFORO DOS SANTOS
LUIZ HENRIQUE FOGAÇA
MANUELI KAROLINE ANASTACIO MEIRA
MARCIO AURELIO VALENTIM MACHADO
MARIA CRISTINA PIOTROVSKI

MARIO NOGUEIRA DOS SANTOS CARLOS
MATHEUS DE PAULA IACHUCK
MIRIAN DE OLIVEIRA IANS
MURILO HENRIQUE DE BRITO
OTAVIO SOLANO REZENDE
RAFAEL DOS SANTOS
RUTH ELOISA BAEZ GUZMAN
SABRINA WOICIZACK
SAMUEL LIZING BANDEIRA
SIBELLY ARIANE WERFFEL
SILVIA FATIMA ROLIM
THAISA ALEXANDRA HALLES
VANESSA CAMARGO
VERANICE GALARÇA
VICTÓRIA DE FÁTIMA DIMBARRE PORTELA
VINICIUS GARBUIO OLSZEWSKI
VITOR CRISTIAN DA VEIGA
VITÓRIA GABRIELLI DOS SANTOS
VITÓRIA SANTOS DE SOUZA
VIVIAN LORENY CAVALLI

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório da Fase III da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses – PR consolida a etapa propositiva do processo de planejamento municipal, estruturando as diretrizes, propostas, instrumentos e referências territoriais que deverão orientar o desenvolvimento do Município e subsidiar a posterior institucionalização do novo Plano Diretor. Esta fase representa a passagem entre a leitura integrada do território, realizada na etapa anterior, e a definição dos mecanismos de ordenamento, gestão e implementação que serão desenvolvidos na Fase IV.

A construção do Relatório parte dos resultados acumulados nas fases anteriores da revisão. A Fase II reuniu a Análise Temática Integrada, as leituras técnicas e comunitárias, a produção cartográfica e a sistematização das problemáticas territoriais identificadas no Município. Nesse processo, foram realizadas 25 Leituras Comunitárias, com aproximadamente 228 participantes, resultando em 945 registros válidos de problemáticas e demandas, posteriormente organizados territorialmente pelas Unidades Espaciais de Gestão – UEGs e articulados aos eixos temáticos do Plano Diretor. Esses elementos forneceram a base técnica e participativa para a formulação dos objetivos e das propostas consolidadas nesta etapa.

A Fase III teve como principal momento deliberativo a 3ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo, realizada em 20 de setembro de 2024, convocada pelo Edital de Chamamento nº 002/2024. Na audiência, foram apresentados e debatidos os conjuntos de propostas estruturados a partir dos objetivos, estratégias e instrumentos formulados ao longo do processo, consolidando o conteúdo estratégico que passou a orientar a elaboração deste Relatório.

A organização da proposta territorial buscou preservar a rastreabilidade entre diagnóstico, participação social, objetivos, estratégias e instrumentos. Para isso, o Relatório retoma as 12 Unidades Espaciais de Gestão – UEGs, utilizadas como referência de leitura, participação, monitoramento e gestão, sem confundi-las com unidades normativas de ordenamento. A partir dessa base, foram organizadas as propostas por eixos, estabelecidas as correspondências com a leitura territorial e sistematizados os instrumentos necessários à sua futura implementação.

No campo do reordenamento territorial, o Relatório consolida as propostas relativas ao Perímetro Urbano da Sede, ao Zoneamento Urbano, ao Macrozoneamento Municipal e à Hierarquia das Restrições. O perímetro urbano delimita o domínio da política urbana, o zoneamento diferencia usos e parâmetros no interior da Sede, o macrozoneamento organiza as funções territoriais

predominantes no conjunto do Município, e a hierarquia das restrições estabelece a forma de leitura cumulativa dos condicionantes legais, ambientais, geotécnicos, hidrogeológicos e territoriais incidentes sobre cada área.

O Macrozoneamento Municipal foi consolidado na Proposta de 2026, estruturada em seis macrozonas e complementada por treze Áreas de Sobreposição Especial – ASEs. A metodologia adotada distingue as macrozonas, que dividem integralmente o território segundo funções predominantes, das ASEs, que incidem de forma cumulativa sem substituir a macrozona subjacente. Essa estrutura busca compatibilizar produção rural, centralidades, conservação ambiental, condicionantes cársticos, proteção hídrica, riscos e demais especificidades territoriais de Doutor Ulysses.

A consolidação técnica realizada em 2026 também aprofundou as propostas de perímetro e zoneamento da Sede, permitindo compatibilizar morfologia urbana, usos existentes, parâmetros de ocupação e condicionantes físico-ambientais. Esse processo resultou na seleção da Proposta adotada como referência para a consolidação do zoneamento urbano e dos respectivos parâmetros de uso e ocupação do solo.

O Relatório da Fase III não representa, entretanto, a conclusão do processo de revisão. Sua função é estabelecer a base técnica, territorial e institucional que deverá orientar a Fase IV – Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do Plano Diretor. Nessa etapa, as propostas aqui consolidadas deverão ser traduzidas em ações, prioridades, responsabilidades, prazos, indicadores, instrumentos legais, mecanismos de gestão e articulação com o planejamento orçamentário municipal.

Dessa forma, o Relatório III constitui simultaneamente um registro do processo participativo, uma síntese técnica das propostas de ordenamento territorial e uma referência para a futura implementação do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses. Seu conteúdo busca assegurar que as decisões construídas ao longo da revisão permaneçam vinculadas às características concretas do território, às demandas da população e à capacidade institucional do Município, oferecendo uma base coerente para o planejamento de médio e longo prazo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Unidades Espaciais de Gestão, Doutor Ulysses, Paraná……... 35
Quadro 2. Síntese dos Instrumentos Aprovados……. 46
Quadro 3. Síntese da correspondência por eixo……. 49
Quadro 4. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Estrutura Organizacional……... 56
Quadro 5. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Segurança…….. 57
Quadro 6. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Meio Ambiente…….. 58
Quadro 7. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Financiamento do Desenvolvimento Urbano…….. 59
Quadro 8. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Desenvolvimento Econômico…….. 60
Quadro 9. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Saneamento Ambiental….. 61
Quadro 10. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Mobilidade e Transporte.. 62
Quadro 11. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Equipamentos Públicos… 63
Quadro 12. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Desenvolvimento Rural Sustentável…….. 64
Quadro 13. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Gestão Democrática e Participação Popular……... 64
Quadro 14. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Habitação……. 65
Quadro 15. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Patrimônio Histórico, Cultural e Natural……... 66
Quadro 16. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Turismo…… 67
Quadro 17. Síntese da proposta de Perímetro Urbano……... 76
Quadro 18. Parâmetros Urbanísticos Sede Doutor Ulysses – PR…….. 85
Quadro 19. Hierarquia das Restrições…… 103
Quadro 20. Produtos da 4ª Fase de Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses, Paraná. ……... 107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição Territorial das Demandas Populacionais…… 37
Tabela 2. Macrozoneamento de Doutor Ulysses, Paraná……... 88

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. UEGs Doutor Ulysses……... 55
Mapa 2. Evolução da ocupação urbana de Doutor Ulysses, Paraná……... 70
Mapa 3. Proposta Perímetro Urbano Sede Doutor Ulysses, Paraná……... 71
Mapa 4. Proposta Zoneamento Sede Urbana, Doutor Ulysses – PR…….. 78
Mapa 5. Macrozoneamento de Doutor Ulysses, Paraná…….. 89
Mapa 6. Áreas de Sobreposição Especial de Doutor Ulysses, Paraná…… 95

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fluxo Metodológico……. 53

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO……. 24

2. ATIVIDADES REALIZADAS NA 3ª FASE…… 28

2.1. Consolidação Técnica……. 29

2.2. 3ª Audiência Pública……... 31

3. UNIDADES ESPACIAIS DE GESTÃO…….. 34

3.1. Delimitação e Função……. 34

3.2. Síntese Territorial Integrada……. 37

4. INSTRUMENTOS APROVADOS……... 40

4.1. Instrumentos de Gestão Democrática e Estrutura Institucional……... 41

4.2. Instrumentos de Ordenamento Territorial e Política Urbana……..... 41

4.3. Instrumentos Fundiários e Habitacionais…… 42

4.4. Instrumentos Ambientais, Climáticos e de Redução de Riscos…….. 42

4.5. Instrumentos de Saneamento e Recursos Hídricos……. 43

4.6. Instrumentos de Mobilidade e Equipamentos Públicos…….……. 44

4.7. Instrumentos de Desenvolvimento Rural e Econômico…….. 44

4.8. Instrumentos Tributários e de Financiamento……. 45

4.9. Instrumentos de Patrimônio Cultural e Natural……. 45

4.10. Instrumentos de Turismo……. 45

4.11. Síntese dos Instrumentos Aprovados…….. 45

5. CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS PROPOSTAS E A LEITURA TERRITORIAL……. 48

6. EIXOS, PROPOSTAS, INSTRUMENTOS E UEGs…….. 54

6.1. Estrutura Organizacional…….. 56

6.2. Segurança…… 57

6.3. Meio Ambiente…… 57

6.4. Financiamento do Desenvolvimento Urbano……... 59

6.5. Desenvolvimento Econômico……. 60

6.6. Saneamento Ambiental…….. 61

6.7. Mobilidade e Transporte…… 62

6.8. Equipamentos Públicos…….. 62

6.9. Desenvolvimento Rural Sustentável……. 63

6.10. Gestão Democrática e Participação Popular……. 64

6.11. Habitação……... 65

6.12. Patrimônio Histórico, Cultural e Natural…….. 65

6.13. Turismo…….. 66

7. PROPOSTAS DE (RE)ORDENAMENTO TERRITORIAL…… 69

7.1. Perímetro Urbano…….…… 70

7.1.1. Condicionamento pelo Relevo…… 73

7.1.2. Vulnerabilidade à Inundação e Drenagem…… 74

7.1.3. Condicionamento Cárstico……. 74

7.1.4. Inserção do Perímetro no Macrozoneamento Municipal……. 75

7.1.5. Consolidação Institucional da Proposta…… 76

7.2. Zoneamento……. 77

7.2.1. Morfologia urbana como referência para a leitura do zoneamento……... 79

7.2.2. Usos existentes e diferenciação funcional…….. 80

7.2.3. Condicionantes ambientais e geotécnicos…….. 80

7.2.4. Zona Central – ZC……... 81

7.2.5. Zona Residencial 1 – ZR1……... 81

7.2.6. Zona Residencial 2 – ZR2……... 82

7.2.7. Zona Especial de Interesse Social – ZEIS……. 82

7.2.8. Zona de Comércio e Serviços – ZCS…….. 83

7.2.9. Zona Industrial – ZI…… 83

7.2.10. Zona Especial de Proteção Ambiental – ZEPA……... 84

7.2.11. Área de Preservação Permanente – APP……. 84

7.2.12. Área de Uso Restrito – AUR……. 84

7.2.13. Síntese dos parâmetros urbanísticos……... 85

7.2.14. Processo de consolidação e validação em 2026……... 85

7.2.15. Síntese do Zoneamento da Sede……... 86

7.3. Macrozoneamento…….. 87

7.3.1. Relação entre Macrozoneamento e Unidades Espaciais de Gestão……. 87

7.3.2. Estrutura metodológica e precedência espacial…… 88

7.3.3. MZ-1 – Macrozona Urbana…… 90

7.3.4. MZ-2 – Macrozona de Transição Urbano-Rural…….. 90

7.3.5. MZ-3 – Macrozona Rural de Produção Sustentável…… 91

7.3.6. MZ-4 – Macrozona Rural de Centralidades e Estruturação Territorial…… 92

7.3.7. MZ-5 – Macrozona de Conservação…….. 93

7.3.8. MZ-6 – Macrozona de Uso Condicionado……. 94

7.3.9. Relação entre as macrozonas e as Áreas de Sobreposição Especial…… 95

7.3.10. Síntese analítica do Macrozoneamento…… 96

7.4. Hierarquia das Restrições…….. 97

7.4.1. Relação entre função territorial e restrição…….. 98

7.4.2. Restrições ambientais de caráter legal……... 99

7.4.3. Declividade e condicionamento geotécnico……... 99

7.4.4. Inundação e condicionamento hidrológico…… 100

7.4.5. Sistema aquífero cárstico…… 101

7.4.6. Cavidades naturais e sumidouros…….. 101

7.4.7. Proteção do manancial superficial……. 102

7.4.8. Interesse mineral…….. 102

7.4.9. Informações socioculturais, produtivas e cartográficas……... 103

7.4.10. Estrutura de aplicação da Hierarquia das Restrições…… 103

7.4.11. Regra de interpretação integrada…… 104

7.4.12. Aplicação no Sistema Municipal de Planejamento……. 105

7.4.13. Síntese……. 105

8. ENCAMINHAMENTOS PARA A 4ª FASE…… 106

8.1. Delimitação dos Produtos da 4ª Fase…… 107

8.2. Consolidação Técnica e Cartográfica……... 108

8.3. Elaboração do Plano de Ação e Investimentos……. 109

8.3.1. Agenda Legislativa no PAI…….. 110

8.3.2. Integração com PPA, LDO e LOA……. 110

8.4 .Institucionalização do Plano Diretor Municipal…….. 111

8.4.1 .Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal……... 111

8.4.2. Anteprojeto de Lei dos Perímetros Urbanos……. 112

8.4.3. Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano…….. 112

8.4.4 .Anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano…….. 113

8.4.5. Instrumentos do Estatuto da Cidade……. 113

8.5. Instrumentos cuja Revisão será Realizada Posteriormente……... 114

8.5.1. Lei do Sistema Viário…….. 114

8.5.2. Código de Edificações e Obras……... 115

8.5.3. Código de Posturas…….. 115

8.6. Sistema de Planejamento e Gestão do PDM…… 115

8.6.1. Estrutura Organizacional e Competências……... 116

8.6.2. Sistema Municipal de Informações e WebGIS…….. 116

8.6.3. Grupo Técnico Permanente…… 117

8.6.4. Indicadores de Monitoramento…….. 117

8.7. Adequação da Estrutura Organizacional……. 118

9. REFERÊNCIAS…… 119

10. ANEXOS……... 121

1. INTRODUÇÃO

A 3ª Fase da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses constitui o momento de transição entre a leitura e interpretação da realidade municipal, desenvolvidas na etapa de Análise Temática Integrada, e a definição das estratégias, propostas, instrumentos e referências territoriais destinadas a orientar o desenvolvimento do Município no horizonte de vigência do novo Plano Diretor. Enquanto a 2ª Fase buscou compreender as condições sociais, econômicas, ambientais, demográficas, urbanas, rurais, institucionais e de infraestrutura existentes em Doutor Ulysses, a 3ª Fase tem como finalidade transformar esse conhecimento acumulado em proposições territorialmente fundamentadas e passíveis de posterior institucionalização.

A Análise Temática Integrada estabeleceu a base técnica e participativa para essa passagem. O diagnóstico foi construído mediante a articulação entre dados estatísticos, informações provenientes de órgãos públicos, documentos municipais, legislação, produção cartográfica, levantamentos de campo e participação da população. As 25 Leituras Comunitárias, que envolveram aproximadamente 228 moradores, permitiram incorporar ao processo as percepções, necessidades, conflitos e expectativas existentes tanto na sede municipal quanto nas comunidades rurais. Paralelamente, a produção de extensa cartografia temática possibilitou espacializar condições relacionadas ao meio físico, população, uso e ocupação do solo, atividades econômicas, infraestrutura, equipamentos, mobilidade, riscos e formas de organização territorial.

Essa integração entre leitura técnica e leitura comunitária permitiu reconhecer que o território de Doutor Ulysses não pode ser compreendido como uma unidade homogênea. A concentração de funções administrativas e serviços na sede municipal convive com uma ocupação rural amplamente distribuída, centralidades comunitárias, diferentes condições de acessibilidade, áreas produtivas, extensos remanescentes de vegetação nativa, áreas de mananciais, terrenos sujeitos a condicionantes geológicas e hidrogeológicas e diferentes níveis de vulnerabilidade ambiental. Na 2ª Fase, essas diferenças foram analisadas também por meio das Unidades Espaciais de Gestão – UEGs, utilizadas como referências para organizar as localidades, territorializar problemáticas e apoiar a formulação das diretrizes do Plano Diretor.

A conclusão da Análise Temática Integrada estabeleceu, portanto, uma relação direta entre problemáticas territoriais, potencialidades, eixos estruturantes e objetivos de desenvolvimento municipal. Essa estrutura constitui o ponto de partida da 3ª Fase. As propostas apresentadas nesta etapa não devem ser interpretadas como formulações isoladas do diagnóstico, mas como respostas

às questões identificadas durante o processo de leitura do território e de participação social. Assim, a metodologia adotada busca assegurar uma cadeia de rastreabilidade entre diagnóstico, demanda comunitária, objetivo, estratégia, instrumento e incidência territorial, permitindo demonstrar de que forma cada proposição se relaciona às condições efetivamente observadas no Município.

O principal momento participativo da 3ª Fase foi a 3ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses, convocada pelo Edital de Chamamento nº 002/2024. O Edital, datado de 3 de setembro de 2024 e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 6 de setembro de 2024, Edição nº 3105, estabeleceu como pauta a "Consolidação das propostas da revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses – PR", assegurando a divulgação prévia do processo e indicando que os materiais destinados à análise pública estavam disponíveis para consulta. A Audiência foi realizada em 20 de setembro de 2024, às 19 horas, no Cidadão do Futuro, sob condução da Universidade Estadual de Ponta Grossa e da Administração Municipal.

Durante a 3ª Audiência Pública, as proposições foram apresentadas segundo uma estrutura que relacionava objetivos, estratégias e instrumentos, organizados em diferentes eixos temáticos. O procedimento de apresentação, esclarecimento e votação foi inicialmente submetido aos participantes e aprovado, sendo posteriormente aplicável aos conjuntos de propostas apresentados ao longo da audiência. A documentação registra proposições relacionadas, entre outros temas, à estrutura organizacional, segurança, meio ambiente, financiamento do desenvolvimento urbano, desenvolvimento econômico, saneamento ambiental, mobilidade e transporte, equipamentos públicos, desenvolvimento rural sustentável, gestão democrática e participação popular, habitação, patrimônio histórico, cultural e natural e turismo. Os conjuntos de propostas foram submetidos à apreciação dos presentes e constituem a principal referência deliberativa da 3ª Fase.

Além das proposições programáticas e dos instrumentos de política urbana e territorial, a 3ª Fase também estabelece bases para o reordenamento territorial municipal. Essa dimensão envolve a articulação entre a organização do território rural, as centralidades comunitárias, a sede municipal, as áreas sujeitas a condicionantes ambientais, a definição do perímetro urbano, o zoneamento e os parâmetros de uso e ocupação do solo. O objetivo é fazer com que as diretrizes do Plano Diretor possuam correspondência espacial, permitindo diferenciar funções territoriais e estabelecer condições adequadas para a ocupação, a conservação ambiental, a produção, a implantação de infraestrutura e a prestação de serviços públicos.

Nesse contexto, as propostas relativas ao perímetro urbano e ao zoneamento da sede municipal foram posteriormente aprofundadas e submetidas a processos de consolidação técnica e institucional. A proposta de perímetro urbano de 2026 redefine espacialmente a área urbana da sede, enquanto o zoneamento estabelece categorias diferenciadas de uso e ocupação, incluindo Zona Central, zonas residenciais, Zona de Comércio e Serviços, Zona Industrial, Zona Especial de Interesse Social, Zona Especial de Proteção Ambiental, Áreas de Preservação Permanente e Área de Uso Restrito. Os parâmetros urbanísticos associados a essas categorias disciplinam dimensões de lote, recuos, afastamentos, coeficientes de aproveitamento, taxas de ocupação e permeabilidade e condicionantes específicas de uso.

As reuniões técnicas e institucionais realizadas em 10 e 24 de fevereiro de 2026 integram esse processo posterior de aperfeiçoamento e compatibilização. Elas não correspondem ao momento originário de deliberação da 3ª Fase, ocorrido em 2024, mas registram a continuidade da revisão, a resolução de pendências das etapas anteriores e a preparação dos produtos necessários à institucionalização do Plano Diretor. Particularmente na reunião de 24 de fevereiro de 2026, foram submetidas à apreciação alternativas de perímetro, expansão urbana e zoneamento da sede.

A organização territorial proposta para o conjunto do Município é complementada pelo Macrozoneamento Municipal, elaborado como base técnica para validação institucional, participação social e posterior deliberação legislativa. A proposta organiza integralmente o território de Doutor Ulysses em seis unidades territoriais: Macrozona Urbana; Macrozona de Transição Urbano-Rural; Macrozona Rural de Produção Sustentável; Macrozona Rural de Centralidades e Estruturação Territorial; Macrozona de Conservação; e Macrozona de Uso Condicionado. Diferentemente das UEGs, que permanecem como referências para análise, monitoramento e gestão, as macrozonas correspondem às funções territoriais predominantes que deverão orientar o ordenamento municipal.

Associadas ao macrozoneamento, foram definidas as Áreas de Sobreposição Especial – ASEs, destinadas a registrar condicionantes que incidem cumulativamente sobre as diferentes macrozonas sem substituí-las. Essas áreas incorporam informações relacionadas à proteção ambiental e hídrica, suscetibilidade a movimentos de massa, inundação, declividade, sistema aquífero cárstico, cavidades, sumidouros, interesses minerários, referências socioculturais, atividades produtivas e logísticas e proteção do manancial superficial. Essa arquitetura metodológica permite diferenciar a função territorial predominante de cada porção do Município

das restrições legais, condicionantes ambientais e necessidades de investigação específica que possam incidir sobre ela.

O macrozoneamento, o perímetro urbano, o zoneamento, os instrumentos urbanísticos e as proposições setoriais apresentados nesta Fase devem ser compreendidos, portanto, como componentes articulados de uma mesma estratégia municipal de planejamento. Sua finalidade não é apenas regulamentar usos do solo, mas estabelecer condições para orientar investimentos públicos, proteger áreas ambientalmente sensíveis, reduzir situações de risco, fortalecer as centralidades rurais, melhorar a oferta e a distribuição de equipamentos e serviços, apoiar as atividades econômicas compatíveis com o território e garantir maior equilíbrio entre a sede municipal e as diferentes comunidades rurais.

Do ponto de vista jurídico, essa estrutura se insere nos princípios da política urbana previstos na Constituição Federal de 1988, especialmente em seus artigos 30 e 182, e nas diretrizes da Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, que reconhece o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e ordenamento territorial municipal. As propostas territoriais também devem manter articulação com a legislação ambiental, de recursos hídricos, proteção e defesa civil, patrimônio espeleológico e demais regimes jurídicos incidentes sobre o território.

Dessa forma, o presente Relatório da 3ª Fase da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses sistematiza a passagem do diagnóstico para a proposição. O documento registra o processo participativo e as deliberações realizadas, organiza os instrumentos e estratégias definidos para os diferentes eixos de planejamento, demonstra sua relação com a leitura territorial produzida na etapa anterior e apresenta as proposições de reordenamento territorial destinadas a estruturar o novo Plano Diretor. Ao mesmo tempo, estabelece os elementos necessários à etapa subsequente, na qual as propostas serão convertidas em ações, prioridades, responsáveis, prazos, investimentos, mecanismos de monitoramento e instrumentos legais, consolidando sua incorporação ao sistema municipal de planejamento e gestão.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NA 3ª FASE

A 3ª Fase da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses correspondeu ao momento de transformação da base diagnóstica produzida na 2ª Fase – Análise Temática Integrada em uma estrutura propositiva voltada ao desenvolvimento municipal. A etapa anterior havia articulado informações técnicas, cartográficas, institucionais e participativas, territorializando problemáticas e organizando-as segundo as Unidades Espaciais de Gestão – UEGs. Ao final desse processo, os resultados foram apresentados e submetidos à apreciação pública na 2ª Audiência Pública, realizada em 3 de agosto de 2024, estabelecendo a base para o desenvolvimento da etapa subsequente de consolidação das propostas.

A base utilizada na 3ª Fase resultou de um processo participativo que compreendeu 25 Leituras Comunitárias, com a participação registrada de aproximadamente 228 moradores, associado à leitura técnica do território e à produção cartográfica municipal. A territorialização posterior dessas manifestações registrou 945 ocorrências válidas de problemáticas, distribuídas pelas UEGs e pelas referências espaciais utilizadas no processo de análise. Esses registros correspondem a demandas, manifestações e problemáticas identificadas, não ao número de participantes, uma vez que uma mesma pessoa ou grupo poderia apresentar mais de uma questão.

A Análise Temática Integrada havia organizado o Município em 12 Unidades Espaciais de Gestão – UEGs, estruturadas principalmente a partir da organização hidrográfica e das relações de proximidade funcional entre as localidades. Essa organização permitiu relacionar as problemáticas levantadas durante as Leituras Comunitárias às diferentes porções do território municipal e constituiu uma referência espacial para a formulação dos objetivos e, posteriormente, das propostas desenvolvidas na 3ª Fase.

Ao término da 2ª Fase, o Relatório da Análise Temática Integrada registrou 12 Eixos Temáticos e 74 Objetivos para o Desenvolvimento Municipal, resultantes da articulação entre as problemáticas territorializadas, a análise técnica e as deliberações da 2ª Audiência Pública. Esses objetivos foram definidos expressamente como referência estratégica para a formulação das diretrizes, propostas, ações e instrumentos das etapas subsequentes da revisão do Plano Diretor.

A 3ª Fase desenvolveu-se, assim, em dois momentos complementares. O primeiro correspondeu à Consolidação Técnica, em que os objetivos anteriormente estabelecidos foram articulados a estratégias e instrumentos destinados a responder às problemáticas identificadas. O

segundo correspondeu à 3ª Audiência Pública, realizada em 20 de setembro de 2024, quando a consolidação das propostas foi apresentada à população, debatida e submetida à deliberação pública. A própria convocação oficial da audiência estabeleceu como pauta única a "Consolidação das propostas da revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses – PR".

2.1. Consolidação Técnica

A Consolidação Técnica tomou como ponto de partida os resultados validados na 2ª Fase. O diagnóstico havia reunido levantamento e atualização cartográfica, Leituras Comunitárias, delimitação das UEGs, identificação e categorização das problemáticas municipais, análise do panorama fiscal, análise da estrutura e funcionamento dos Conselhos Municipais e definição dos eixos e objetivos do Plano Diretor Participativo. A documentação da 2ª Fase registra que esses componentes constituíam a base diagnóstica destinada a fundamentar a formulação das propostas normativas e territoriais das etapas seguintes.

A passagem da análise para a proposição não significou a substituição das problemáticas identificadas por uma nova estrutura desvinculada do processo anterior. Ao contrário, os objetivos consolidados ao final da 2ª Fase foram utilizados como ligação metodológica entre o diagnóstico e a formulação das estratégias e instrumentos. O Relatório da Análise Temática Integrada registra expressamente que os 74 objetivos deveriam orientar as etapas posteriores e transformar as problemáticas territorializadas nas UEGs em respostas capazes de orientar o desenvolvimento municipal.

A Ata da 3ª Audiência Pública permite identificar a forma assumida por essa consolidação. Durante a apresentação, cada conteúdo foi estruturado a partir de um objetivo, seguido da respectiva estratégia e dos instrumentos indicados para sua implementação. A ata registra, por exemplo, objetivos relacionados à ampliação da participação social, fortalecimento institucional, segurança, proteção ambiental, saneamento, desenvolvimento econômico, mobilidade, equipamentos públicos, desenvolvimento rural, habitação, patrimônio e turismo, acompanhados das estratégias e dos instrumentos correspondentes.

Dessa forma, a Consolidação Técnica produziu uma estrutura propositiva que buscou articular três níveis sucessivos do processo de planejamento: os objetivos, que expressavam as condições a serem alcançadas, as estratégias, que indicavam os caminhos para sua consecução, e os instrumentos, que correspondiam aos mecanismos institucionais, administrativos, normativos,

financeiros ou de planejamento indicados para viabilizar as propostas. Essa estrutura é diretamente observável no registro da 3ª Audiência Pública e constitui o material deliberativo central da 3ª Fase.

A consolidação manteve ainda relação direta com a territorialização produzida na Análise Temática Integrada. Na 2ª Fase, as problemáticas haviam sido sistematizadas segundo as UEGs, permitindo distinguir questões recorrentes em todo o Município de problemas concentrados em determinadas localidades ou conjuntos territoriais. O Relatório II explicita que essa territorialização tinha como finalidade evitar propostas genéricas e criar condições para que as respostas das etapas seguintes fossem relacionadas às condições concretas existentes nas diferentes porções de Doutor Ulysses.

A produção cartográfica elaborada no processo de revisão também forneceu suporte a essa leitura. O Relatório da 2ª Fase reúne mapas relativos, entre outros temas, às UEGs, hipsometria, relevo, declividade, inundação, risco de deslizamento, geologia, carste, bacias hidrográficas, mananciais, áreas verdes, Áreas de Preservação Permanente, população, uso e ocupação do solo, mineração, potencialidade agrícola, morfologia e expansão urbana, equipamentos públicos, estrutura viária, atividades econômicas, aglomerados rurais e transporte coletivo. O conjunto cartográfico foi utilizado como componente da Análise Temática Integrada e constituiu parte da base territorial disponível para as etapas propositivas posteriores.

É necessário registrar uma particularidade documental da passagem entre a 2ª e a 3ª Fase. O Relatório da Análise Temática Integrada consolida 12 Eixos Temáticos e 74 Objetivos. Já a Ata da 3ª Audiência Pública registra a apreciação de propostas em 13 eixos, pois apresenta, além dos eixos anteriormente registrados, o Patrimônio Histórico, Cultural e Natural como eixo específico antes do eixo Turismo. O presente Relatório preserva essa distinção documental, adotando nos capítulos referentes às propostas a estrutura efetivamente consignada na Ata da 3ª Audiência Pública.

A consolidação realizada para a 3ª Audiência deve também ser distinguida dos aperfeiçoamentos técnico-cartográficos desenvolvidos posteriormente. As reuniões de 10 e 24 de fevereiro de 2026 registram que o processo já se encontrava na etapa de continuidade e preparação da institucionalização, com discussões específicas sobre perímetro urbano, expansão urbana, zoneamento e demais produtos. Na reunião de 24 de fevereiro, a própria ata registra que o processo se encontrava na 4ª e última fase, embora ainda existissem demandas pendentes das etapas anteriores. Por essa razão, esses trabalhos posteriores serão apresentados nos capítulos relativos ao reordenamento territorial e à consolidação dos produtos, não sendo retroativamente caracterizados como atividades que antecederam a 3ª Audiência Pública de 2024.

A mesma distinção cronológica é aplicada à proposta atualmente consolidada de Macrozoneamento Municipal, ao novo perímetro urbano, ao zoneamento da sede e aos respectivos parâmetros de uso e ocupação do solo. Esses produtos integram a atual consolidação técnica do processo e constituem referências do Relatório da Fase III para o reordenamento territorial, porém sua documentação é posterior à 3ª Audiência Pública. A metodologia do Macrozoneamento, inclusive, o define como documento técnico destinado à validação institucional, participação social e deliberação legislativa, devendo seus resultados ser posteriormente convertidos em mapa oficial, memorial descritivo, base geoespacial e regras de aplicação legal.

2.2. 3ª Audiência Pública

A realização da 3ª Audiência Pública foi formalmente convocada pelo Edital de Chamamento nº 002/2024, datado de 3 de setembro de 2024 e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 6 de setembro de 2024, Edição nº 3105, Código Identificador 47F6C89F. O edital convidou os munícipes e demais interessados para a audiência marcada para 20 de setembro de 2024, às 19 horas, nas dependências do Cidadão do Futuro, situado na Rua Pedro Gabriel de Oliveira, Centro de Doutor Ulysses.

O Edital de Chamamento estabeleceu como pauta da audiência a “Consolidação das propostas da revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses – PR”. Também determinou que a atividade seria realizada por meio de exposições e manifestações verbais e escritas dos participantes, sob condução da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e da Secretaria Municipal de Planejamento de Doutor Ulysses, além de informar a disponibilização prévia do material destinado à análise pública no portal GeoCidades da UEPG.

A Ata da 3ª Audiência registra sua realização em 20 de setembro de 2024, com participação de representantes da Administração Municipal, integrantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa e munícipes. No início da atividade, foi apresentada aos participantes a metodologia proposta para condução da audiência e para apreciação das propostas da 3ª Fase.

Segundo a Ata, a metodologia estabeleceu duração máxima prevista para a reunião, apresentação das propostas por eixo temático, exposição das estratégias relacionadas a cada eixo, registro das dúvidas e questionamentos pela equipe de apoio, leitura e aprovação da ata e encerramento após o cumprimento das etapas previstas. A metodologia foi submetida aos participantes e aprovada por unanimidade, passando a orientar a condução dos trabalhos.

Na sequência, foi realizada uma recapitulação do processo de revisão do Plano Diretor e iniciada a apresentação das propostas. A documentação registra que, para cada objetivo apresentado, eram expostas as respectivas estratégias e os instrumentos correspondentes, permitindo que o conteúdo fosse apreciado de forma organizada segundo os eixos temáticos. Os conjuntos referentes a cada eixo eram posteriormente submetidos à votação dos participantes.

A Ata registra propostas nos eixos Estrutura Organizacional, Segurança, Meio Ambiente, Financiamento do Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Econômico, Saneamento Ambiental, Mobilidade e Transporte, Equipamentos Públicos, Desenvolvimento Rural Sustentável, Gestão Democrática e Participação Popular, Habitação, Patrimônio Histórico, Cultural e Natural, e Turismo. Ao longo da audiência, a consolidação das propostas de cada eixo foi sucessivamente submetida à apreciação da plenária, com os respectivos resultados registrados no documento.

No eixo Estrutura Organizacional, por exemplo, foram apresentadas propostas relacionadas ao fortalecimento da participação popular, à representação das mulheres, da juventude e dos povos e comunidades tradicionais, à criação e funcionamento de conselhos e fundos municipais e ao fortalecimento de mecanismos institucionais de gestão. No eixo Segurança, foram tratados, entre outros conteúdos, fortalecimento institucional, iluminação, monitoramento e ações relacionadas à segurança nos espaços urbanos e rurais. Esses conteúdos encontram-se descritos na sequência de objetivos, estratégias e instrumentos registrada pela Ata.

No eixo Meio Ambiente, a Ata registra propostas relacionadas à resiliência e adaptação às mudanças climáticas, arborização, áreas verdes, recuperação ambiental, proteção de nascentes e recursos hídricos, educação ambiental, serviços ambientais e preservação de áreas ambientalmente relevantes. No eixo Saneamento Ambiental, aparecem propostas relativas ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e articulação institucional para prestação e melhoria dos serviços.

Os eixos Mobilidade e Transporte e Equipamentos Públicos incorporaram propostas relativas às conexões entre sede e comunidades rurais, estradas, circulação, transporte coletivo, mobilidade ativa, acessibilidade e distribuição territorial dos equipamentos e serviços. O eixo Desenvolvimento Rural Sustentável, por sua vez, registrou propostas relacionadas à produção agrícola, agricultura familiar, assistência técnica, infraestrutura rural, comercialização e condições de desenvolvimento das comunidades rurais.

Nos eixos Gestão Democrática e Participação Popular, Habitação, Patrimônio Histórico, Cultural e Natural e Turismo, a Ata registra propostas relacionadas à ampliação da participação e representação social, transparência e conselhos municipais, habitação de interesse social e regularização fundiária, proteção e valorização do patrimônio, e fortalecimento da atividade turística associada aos recursos naturais, culturais e comunitários do Município.

A Ata registra, ao final dos diferentes blocos temáticos, a consolidação e aprovação das propostas apresentadas, encerrando a 3ª Audiência após o processo de votação, leitura e aprovação do próprio registro da reunião. As páginas finais do documento contêm as assinaturas, as listas de presença dos participantes e a relação das autoridades presentes, compondo a comprovação documental do processo participativo realizado em 20 de setembro de 2024.

A 3ª Audiência Pública constitui, portanto, o principal marco deliberativo da 3ª Fase, pois é nela que a estrutura formada por objetivos, estratégias e instrumentos foi submetida à participação e decisão pública. Para a organização deste Relatório, a Ata da audiência representa a referência material das propostas deliberadas em 2024. Os aperfeiçoamentos cartográficos, institucionais e normativos realizados posteriormente são apresentados como desdobramentos do processo, preservando-se a sequência cronológica e documental da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses.

3. UNIDADES ESPACIAIS DE GESTÃO

As Unidades Espaciais de Gestão – UEGs constituem uma referência territorial desenvolvida no processo de Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses para organizar a leitura do Município em uma escala intermediária entre a totalidade do território municipal e as localidades individualmente consideradas. Sua adoção ocorreu durante a 2ª Fase – Análise Temática Integrada, inicialmente associada à organização das Leituras Comunitárias e, posteriormente, à territorialização das problemáticas identificadas pela população e pela leitura técnica.

A utilização das UEGs respondeu à necessidade de superar uma interpretação fragmentada das comunidades rurais, reconhecendo que diferentes localidades compartilham sistemas de drenagem, acessos, equipamentos, atividades produtivas, condições ambientais e relações funcionais que ultrapassam os limites de uma única comunidade. A metodologia registrada no Relatório da 2ª Fase adotou, como referência estruturante, a cartografia oficial das bacias hidrográficas do Estado do Paraná elaborada pelo Instituto Água e Terra – IAT, articulada a critérios de proximidade funcional entre as localidades.

No conjunto do processo de revisão, as UEGs cumprem, portanto, uma função de análise, territorialização, acompanhamento e gestão. Elas permitem relacionar as manifestações produzidas nas Leituras Comunitárias, as problemáticas sistematizadas na Análise Temática Integrada e as propostas elaboradas nas etapas seguintes do Plano Diretor. Ao mesmo tempo, a metodologia mais recente do Macrozoneamento Municipal estabeleceu uma distinção necessária entre unidade de gestão e unidade normativa de ordenamento territorial: as UEGs permanecem como referências para síntese, monitoramento, participação e conferência, mas não comandam geometricamente os limites das macrozonas.

3.1. Delimitação e Função

A delimitação das Unidades Espaciais de Gestão de Doutor Ulysses foi desenvolvida para conferir racionalidade territorial às Leituras Comunitárias e às análises subsequentes. O Relatório da 2ª Fase registra que a estratégia teve por finalidade superar uma abordagem baseada

exclusivamente em localidades isoladas, adotando um recorte capaz de articular coerência ambiental, relações funcionais e necessidades de planejamento de médio e longo prazo.

A referência físico-territorial principal foi constituída pelas bacias hidrográficas, tendo como base a cartografia oficial produzida pelo Instituto Água e Terra – IAT em 2019. O procedimento também se apoiou no princípio estabelecido pela Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, cujo art. 1º, inciso V, reconhece a bacia hidrográfica como unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. No Relatório da 2ª Fase, esse princípio foi ampliado para a leitura do território municipal, permitindo associar recursos hídricos, ocupação, atividades produtivas, infraestrutura e demandas comunitárias dentro de unidades espaciais relacionadas por uma mesma estrutura territorial.

Com base nessa metodologia, o território municipal foi organizado em 12 Unidades Espaciais de Gestão: UEG 1.01, UEG 1.02, UEG 1.03, UEG 2.01, UEG 2.02, UEG 2.03, UEG 3.01, UEG 3.02, UEG 3.03, UEG 4.01, UEG 4.02 e UEG Sede. O Relatório da 2ª Fase informa que essa compartimentação foi utilizada para agrupar as localidades rurais e a sede municipal segundo referências hidrográficas e de proximidade funcional, favorecendo a identificação de padrões territoriais e a formulação de diretrizes vinculadas às diferentes partes do Município.

A organização das localidades registrada na documentação técnica é apresentada a seguir:

Quadro 1. Unidades Espaciais de Gestão, Doutor Ulysses, Paraná.

UEG	Localidades Associadas
UEG 1.01	Pina; Cordeiros; Sete Quedas; Cabeceira Sete Quedas
UEG 1.02	Ribeirão da Lagoa; Sete Quedas 2
UEG 1.03	Toca do Morcego; Sete Quedas do Meio; Sete Quedas Scheffer
UEG 2.01	Caraguatá Martins; Caraguatá; Palmeiral; Bairro do Mello
UEG 2.02	Cordeiro; Ribeiros 1; Ribeiros 2
UEG 2.03	Ribeirão Claro; Teixeira; Sete Quedas Geliat; Sindicato
UEG 3.01	Quilombo Varzeão; Quilombo Gramadinho; Queimadinho; Três Barras; Moreiras
UEG 3.02	Feital; Bairro do Alegre; Figueira; Marrecão; Burrinho
UEG 3.03	Marreca; Fecho; Ribeirão das Flores
UEG 4.01	Pinhal Itapirapuã
UEG 4.02	Cabeceira do Tigre; Quarteirão dos Severos; Tigre
UEG Sede	Sede Municipal; Cerrado

A adoção da estrutura hidrográfica como referência de delimitação não significa que os limites das UEGs reproduzam integralmente as relações sociais, culturais ou identitárias existentes

entre as comunidades. Essa questão foi expressamente registrada no Relatório da 2ª Fase durante a discussão relativa à Comunidade dos Limas e ao Quilombo Gramadinho: a inserção territorial utilizada para o planejamento seguia a divisão baseada nas bacias hidrográficas, enquanto os representantes das comunidades destacavam relações de proximidade social e comunitária que ultrapassavam esse recorte. A documentação conclui que as duas dimensões devem ser compreendidas de forma complementar, preservando-se tanto a referência técnica de planejamento quanto as relações sociais e culturais existentes no território.

Essa característica é importante para compreender a função das UEGs no Plano Diretor. Elas não foram concebidas como distritos administrativos, áreas de zoneamento ou limites rígidos de pertencimento comunitário. Sua função consiste em fornecer uma base territorial de análise e gestão, permitindo comparar condições entre diferentes partes do Município, reconhecer problemas compartilhados e territorializar políticas e instrumentos quando necessário. Essa função é confirmada pela metodologia do Macrozoneamento, que mantém as UEGs como unidades destinadas à síntese, ao monitoramento, à participação e às conferências espaciais, ao mesmo tempo em que determina que os limites das macrozonas respondam diretamente às evidências territoriais utilizadas no modelo de ordenamento.

A revisão metodológica realizada durante a construção do Macrozoneamento também identificou que o emprego de UEGs inteiras como unidades decisórias poderia generalizar funções territoriais distintas existentes dentro de polígonos amplos. Em razão disso, a metodologia passou a separar explicitamente unidade de análise e unidade normativa. As UEGs foram classificadas entre as referências complementares do modelo, com função de contextualização e apoio à gestão, sem poder de comando sobre a geometria das macrozonas.

Esse refinamento não reduz a importância das UEGs. Ao contrário, define com maior precisão sua função dentro do sistema municipal de planejamento: elas constituem unidades operacionais adequadas para organizar estatísticas, acompanhar indicadores, sistematizar manifestações comunitárias, localizar equipamentos e serviços e observar a distribuição territorial de ações e investimentos. O documento de caracterização do Macrozoneamento reafirma que as UEGs permanecem destinadas ao monitoramento e à gestão, embora não devam substituir a divisão territorial normativa estabelecida pelo macrozoneamento.

A mesma revisão cartográfica identificou pequenas lacunas, sobreposições ou problemas de fechamento na base original das UEGs, registrados na ASE-7 – Ajuste Cartográfico das UEGs, abrangendo 69,80 hectares, equivalentes a 0,09% do Município. O documento técnico deixa claro

que essa camada possui função de controle de qualidade e revisão cartográfica e não constitui fenômeno ambiental, socioeconômico ou restrição territorial.

Dessa forma, na estrutura do presente Relatório da Fase III, as UEGs são mantidas como elo entre três componentes do processo de revisão: (1) a leitura participativa realizada nas comunidades; (2) a interpretação técnica da Análise Temática Integrada; e a (3) territorialização das propostas e instrumentos do Plano Diretor. Sua utilização permite preservar a dimensão territorial das demandas sem transformar as unidades de gestão em macrozonas ou em categorias de uso do solo.

3.2. Síntese Territorial Integrada

A principal contribuição das UEGs para a Análise Temática Integrada foi permitir que as manifestações obtidas nas Leituras Comunitárias fossem analisadas não apenas segundo seu conteúdo temático, mas também segundo sua distribuição territorial. O Relatório da 2ª Fase registra 945 manifestações válidas de problemáticas, distribuídas pelas 12 UEGs e por 20 referências espaciais utilizadas nas atividades participativas. O documento ressalta que esse total representa registros de demandas e manifestações, e não número de participantes, pois uma mesma pessoa ou grupo poderia apresentar mais de uma problemática.

A distribuição territorial desses registros foi sistematizada da seguinte maneira:

Tabela 1. Distribuição Territorial das Demandas Populacionais.

UEG	Referências Espaciais	Registros	Participação no Total
UEG Sede	Sede; Cerrado	133	14,1%
UEG 1.01	Ribeirão Claro; Cordeiros; Pina	131	13,9%
UEG 1.02	Ribeirão da Lagoa	22	2,3%
UEG 1.03	Sete Quedas Schefer	53	5,6%
UEG 2.01	Caraguatá	78	8,3%
UEG 2.02	Ribeiros 1	57	6,0%
UEG 2.03	Sete Quedas; Barra do Teixeira	85	9,0%
UEG 3.01	Varzeão; Gramadinho; Limas	213	22,5%
UEG 3.02	Figueira; Feital	113	12,0%
UEG 3.03	Ribeirão das Flores	39	4,1%
UEG 4.01	Itapirapuã	2	0,2%
UEG 4.02	Barra do Tigre; Ribeirão do Tigre	19	2,0%
Total	***20 referências espaciais***	***945***	***100%***

A própria documentação adverte que a quantidade de registros por UEG não deve ser interpretada diretamente como medida da gravidade das problemáticas existentes. As diferenças também são influenciadas pelo número de participantes em cada atividade, pela dinâmica de realização das Leituras Comunitárias e pelo nível de detalhamento alcançado nas manifestações. Assim, a distribuição apresentada constitui um indicador da produção participativa e da localização das demandas, e não uma classificação hierárquica automática das necessidades municipais.

A leitura conjunta das UEGs permitiu identificar que grande parte das problemáticas apresentadas em Doutor Ulysses possui natureza interdependente. O Relatório da 2ª Fase destaca três relações territoriais recorrentes: a articulação entre mobilidade, acessibilidade e acesso aos serviços públicos; a relação entre saneamento, recursos hídricos e saúde ambiental; e a vinculação entre estrutura administrativa, equipamentos públicos e centralização dos serviços na sede municipal.

A primeira relação está associada às condições das estradas e deslocamentos no território rural. A documentação registra que problemas de manutenção viária repercutem simultaneamente sobre transporte escolar, acesso aos serviços de saúde, deslocamentos cotidianos, circulação de máquinas e veículos, acesso às centralidades de serviços e escoamento da produção agrícola. Dessa maneira, uma problemática inicialmente classificada como de mobilidade pode gerar efeitos sobre educação, saúde, desenvolvimento econômico e funcionamento das atividades produtivas.

A segunda relação integrada identificada envolve saneamento e recursos hídricos. Nas diferentes UEGs foram registradas questões relativas ao abastecimento por nascentes, ausência ou insuficiência de tratamento da água, fossas rudimentares, lançamento de esgoto, coleta de resíduos e possíveis processos de contaminação de rios e nascentes. Em determinadas localidades, esses temas aparecem associados também ao uso de agroquímicos e às atividades de silvicultura.

A terceira estrutura recorrente corresponde à distribuição territorial dos equipamentos e serviços públicos. As manifestações registram necessidades relacionadas à saúde, medicamentos, profissionais especializados, transporte de pacientes, infraestrutura educacional e equipamentos de lazer. O Relatório da 2ª Fase observa que parte dessas demandas está vinculada à necessidade de deslocamento das comunidades rurais para acessar serviços concentrados na sede municipal ou mesmo fora do Município.

Essas relações demonstram por que a utilização das UEGs é relevante para a formulação de políticas públicas. Ao invés de tratar cada manifestação de forma isolada, a unidade territorial permite identificar cadeias de problemas e efeitos associados. Uma intervenção sobre a malha viária

rural, por exemplo, pode repercutir simultaneamente na mobilidade, no transporte escolar, no atendimento em saúde e na atividade econômica. Da mesma maneira, ações relacionadas ao saneamento rural podem produzir efeitos combinados sobre recursos hídricos, saúde pública e conservação ambiental. Essas interdependências estão expressamente registradas na síntese territorial da Análise Temática Integrada.

A UEG Sede apresenta características específicas nesse conjunto. O Relatório da 2ª Fase registra 133 manifestações provenientes da Sede e do Cerrado e identifica problemáticas predominantemente urbanas, embora relacionadas também à articulação entre a área urbana e as localidades rurais. Entre os conteúdos registrados estão questões de saneamento, rede e tratamento de esgoto, abastecimento de água, drenagem e cursos d'água, bem como ocupação urbana, documentação dos imóveis, regularização, condições das ruas, transporte coletivo, desenvolvimento econômico e distribuição de equipamentos públicos.

Nas UEGs rurais, a análise demonstra uma presença recorrente de questões relacionadas à produção, mobilidade, conservação dos recursos naturais, abastecimento de água, equipamentos e acesso aos serviços. A UEG 1.01, por exemplo, é caracterizada no Relatório da 2ª Fase por uma forte articulação entre produção rural, condições ambientais e mobilidade, com destaque para a manutenção das estradas nas manifestações sistematizadas.

A distribuição dos registros também evidencia diferenças na intensidade da participação registrada nas diferentes partes do território. A UEG 3.01, associada às referências de Varzeão, Gramadinho e Limas, reuniu 213 registros, correspondentes a 22,5% das manifestações sistematizadas, a UEG Sede reuniu 133 registros, a UEG 1.01, 131, e a UEG 3.02, 113. Em contraste, a UEG 4.01 registrou duas manifestações no universo sistematizado. Conforme ressalvado no próprio Relatório II, essas diferenças não devem ser utilizadas isoladamente para estabelecer prioridade ou gravidade territorial.

A síntese por UEGs constitui, assim, uma base para relacionar os conteúdos levantados durante as Leituras Comunitárias aos eixos, objetivos, estratégias e instrumentos formulados no processo de revisão. A Análise Temática Integrada registrou que as manifestações podiam envolver simultaneamente mais de um eixo (uma demanda sobre estrada rural, por exemplo, poderia relacionar-se à mobilidade, transporte escolar, acesso à saúde e escoamento da produção), razão pela qual a leitura não foi organizada por categorias rígidas e mutuamente exclusivas.

No desenvolvimento da 3ª Fase, essa estrutura territorial permanece relevante para interpretar a incidência e o alcance das propostas. As UEGs possibilitam distinguir conteúdos de

abrangência municipal daqueles que possuem maior relação com determinadas partes do território, comunidades ou centralidades. Sua função, contudo, deve continuar sendo compreendida como referência operacional de gestão e monitoramento, e não como substituição do macrozoneamento, do perímetro urbano ou do zoneamento. A metodologia do Macrozoneamento registra expressamente que as UEGs são utilizadas para síntese, monitoramento e participação, enquanto os limites normativos do ordenamento territorial são estabelecidos a partir das evidências espaciais e critérios específicos do macrozoneamento.

Dessa forma, as Unidades Espaciais de Gestão permanecem como componente transversal do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses. Elas organizam a memória territorial do processo participativo, permitem acompanhar a distribuição espacial das problemáticas e constituem uma referência adequada para a futura territorialização de ações, indicadores, equipamentos e investimentos. Ao mesmo tempo, a atualização metodológica associada ao Macrozoneamento assegura que essa função seja exercida sem transformar as UEGs em categorias normativas de uso do solo ou em limites rígidos de funções territoriais.

4. INSTRUMENTOS APROVADOS

Os instrumentos sistematizados neste capítulo correspondem aos mecanismos apresentados no âmbito da 3ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses, realizada em 20 de setembro de 2024. O Edital de Chamamento nº 002/2024 definiu como pauta da audiência a “Consolidação das propostas da revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses – PR”, enquanto a Ata nº 3 registra que as propostas foram organizadas por eixos temáticos, relacionando objetivos, estratégias e respectivos instrumentos.

Cabe uma precisão metodológica: a Ata não registra votação isolada de cada instrumento. A deliberação ocorreu sobre os conjuntos de propostas de cada eixo, dentro dos quais os instrumentos estavam associados aos objetivos e estratégias apresentados. Por essa razão, neste Relatório, a expressão “instrumentos aprovados” refere-se aos instrumentos integrantes dos conjuntos de propostas submetidos à apreciação e aprovados na 3ª Audiência Pública.

Os instrumentos possuem naturezas distintas. Alguns exigem criação ou revisão de legislação municipal, outros correspondem a planos setoriais, conselhos, fundos, programas, mecanismos de cooperação institucional, instrumentos urbanísticos ou estruturas permanentes de

gestão. Há ainda instrumentos que aparecem vinculados a mais de um objetivo ou eixo temático, evidenciando seu caráter transversal.

A presente sistematização tem, portanto, finalidade classificatória. O detalhamento da relação entre problemas diagnosticados e propostas será desenvolvido no Capítulo 5, a articulação entre eixos, propostas, instrumentos e UEGs será tratada no Capítulo 6, a espacialização dos instrumentos de ordenamento será apresentada no Capítulo 7, e os procedimentos de regulamentação, institucionalização e integração ao Plano de Ação e Investimentos serão desenvolvidos no Capítulo 8.

4.1. Instrumentos de Gestão Democrática e Estrutura Institucional

A 3ª Audiência Pública incorporou um conjunto expressivo de instrumentos destinados a ampliar a participação social e organizar as instâncias permanentes de gestão municipal. Entre eles estão a criação do Conselho Municipal de Mulheres e de fundo destinado ao seu funcionamento, o Conselho Municipal de Povos e Comunidades Tradicionais e respectivo fundo, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, o Conselho Municipal de Segurança, o Conselho Municipal de Direitos Humanos, o Conselho Municipal de Gestão de Bacias Hidrográficas e os fundos vinculados ao funcionamento de determinadas estruturas colegiadas.

Também foram apresentados instrumentos voltados à articulação entre instâncias participativas, como a criação do Colégio de Conselhos Municipais, além de mecanismos permanentes de participação, incluindo audiências, consultas públicas, conferências e outras formas de manifestação popular. Esses instrumentos foram relacionados à ampliação da representação social e ao fortalecimento da gestão democrática do Município.

Neste grupo incluem-se ainda instrumentos voltados à representação de mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais e outros segmentos sociais nos processos decisórios municipais, conforme registrado nas propostas do eixo de Estrutura Organizacional e posteriormente no eixo de Gestão Democrática e Participação Popular.

4.2. Instrumentos de Ordenamento Territorial e Política Urbana

A Ata da 3ª Audiência registra instrumentos diretamente relacionados à organização físico-territorial do Município, entre os quais se destacam a Lei Municipal do Perímetro Urbano, a Lei

Municipal de Zoneamento Urbano, a Lei Municipal do Macrozoneamento e a legislação referente ao Parcelamento do Solo para fins Urbanos.

Também foram incorporados instrumentos de intervenção sobre imóveis urbanos e sobre a dinâmica de ocupação da cidade, entre eles o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios – PEUC, o Direito de Preempção e a Lei de Abandono da Propriedade Urbana Particular. Na Ata, esses mecanismos aparecem vinculados a estratégias de direcionamento da ocupação, aproveitamento de imóveis, formação de centralidades e atendimento de necessidades públicas.

Integram ainda esse grupo os instrumentos destinados à avaliação dos efeitos de empreendimentos e atividades sobre o espaço urbano, especialmente o Estudo de Impacto de Vizinhança, registrado nas propostas da audiência como instrumento para avaliação e compatibilização de impactos territoriais.

O detalhamento cartográfico do perímetro urbano, do zoneamento da sede e do macrozoneamento municipal não é apresentado neste capítulo, pois constitui objeto específico do Capítulo 7 deste Relatório.

4.3. Instrumentos Fundiários e Habitacionais

As propostas aprovadas incorporaram instrumentos voltados à regularização da ocupação, à habitação de interesse social e à organização fundiária. Entre eles está o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, relacionado à estruturação da política habitacional municipal.

A Ata também registra a proposição de Plano de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social, cuja redação foi alterada durante a própria audiência para ampliar a referência à regularização fundiária, contemplando a dimensão urbana e rural conforme consignado no documento.

A inclusão desses instrumentos demonstra que a 3ª Fase tratou a política habitacional e fundiária conjuntamente com o ordenamento territorial, sem limitar a revisão do Plano Diretor à definição de zonas ou parâmetros de ocupação.

4.4. Instrumentos Ambientais, Climáticos e de Redução de Riscos

O eixo ambiental reuniu instrumentos destinados à proteção dos recursos naturais, recuperação ambiental, adaptação climática e prevenção de riscos. Entre os instrumentos registrados

estão o Plano Municipal de Educação Ambiental, o Plano Municipal de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas, o Plano Municipal de Preservação de Nascentes e instrumentos relacionados à arborização e às áreas verdes municipais.

A Ata também registra a Lei Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, acompanhada da criação de fundo destinado a essa finalidade, como mecanismo de incentivo à conservação e recuperação ambiental.

No campo da prevenção e adaptação, foram incorporados o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima, o Plano Municipal de Redução de Riscos e o Plano Municipal de Contingência de Catástrofes, relacionados à necessidade de ampliar a capacidade municipal de prevenção, resposta e adaptação diante de eventos adversos.

Também constam instrumentos de avaliação ambiental, incluindo a proposta de Lei Municipal de Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente, além do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, associados à avaliação e compensação de impactos provocados por empreendimentos e intervenções.

4.5. Instrumentos de Saneamento e Recursos Hídricos

As propostas da 3ª Audiência Pública incorporaram instrumentos relacionados ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos e proteção dos recursos hídricos. Entre eles estão o Plano Municipal de Saneamento Ambiental, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e o Plano Municipal de Manejo de Águas Pluviais.

Também foram registrados os Planos Municipais de Manejo de Águas Superficiais, Subsuperficiais e Subterrâneas, além de instrumentos de preservação de nascentes e de gestão das bacias hidrográficas.

A Ata associa parte dessas propostas a mecanismos de governança interfederativa, especialmente para ampliação e melhoria do abastecimento de água, tratamento de efluentes e gestão dos recursos hídricos, reconhecendo a necessidade de articulação do Município com outras instituições responsáveis pelos serviços e sistemas ambientais.

4.6. Instrumentos de Mobilidade e Equipamentos Públicos

No campo da mobilidade, foram apresentados dois instrumentos estruturantes: o Plano de Mobilidade da Sede Municipal de Doutor Ulysses e o Plano de Mobilidade Campo–Cidade do Município de Doutor Ulysses. A Ata associa esses instrumentos a transporte coletivo, condições de deslocamento, sistema viário, circulação, ciclovias, estradas, pontes e articulação entre a sede e as comunidades rurais.

Outro instrumento recorrente nas propostas é o Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos, relacionado à distribuição territorial de equipamentos, serviços e novas centralidades. O instrumento aparece associado a objetivos de melhor localização das estruturas públicas e ampliação do acesso da população aos serviços municipais.

4.7. Instrumentos de Desenvolvimento Rural e Econômico

A dimensão rural foi contemplada por instrumentos destinados ao fortalecimento da produção, assistência técnica e organização das atividades econômicas no território. A Ata registra a proposição de Lei Municipal da Assistência Técnica para o Desenvolvimento Rural, acompanhada de mecanismos de governança interfederativa destinados à ampliação da assistência técnica prestada aos produtores.

Também foram apresentadas propostas relacionadas à adequação da estrutura administrativa municipal para incorporar funções técnicas vinculadas às atividades agropecuárias e ambientais, bem como instrumentos de apoio à agricultura familiar, produção, comercialização e desenvolvimento econômico.

Desenvolvimento Econômico dos Municípios do Vale do Ribeira – PR e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Geográfico Integrado – PDGI dos Municípios do Vale do Ribeira – PR, voltados à cooperação entre municípios e ao planejamento regional.

4.8. Instrumentos Tributários e de Financiamento

As propostas aprovadas incluíram instrumentos voltados ao fortalecimento da capacidade municipal de arrecadação e financiamento das políticas públicas. A Ata registra propostas de atualização da legislação referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI e ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

4.9. Instrumentos de Patrimônio Cultural e Natural

A proteção do patrimônio foi contemplada por instrumentos institucionais específicos. A Ata registra a criação do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural e de Fundo Municipal destinado ao seu funcionamento, relacionados à identificação, proteção, valorização e gestão dos bens de interesse municipal.

Esses instrumentos foram associados à preservação do patrimônio material, imaterial, cultural e natural e à sua integração às políticas de desenvolvimento territorial e turístico do Município.

4.10. Instrumentos de Turismo

No eixo Turismo, foram apresentados como instrumentos a criação do Conselho Municipal de Turismo, a criação de Fundo Municipal para seu funcionamento e a elaboração do Plano Municipal de Turismo de Doutor Ulysses.

A Ata relaciona esses instrumentos à estruturação da política municipal de turismo, à valorização do patrimônio natural e cultural, à qualificação de equipamentos e serviços e à diversificação das atividades econômicas.

4.11. Síntese dos Instrumentos Aprovados

A sistematização dos instrumentos apresentados na 3ª Audiência evidencia que a estrutura propositiva do Plano Diretor não se restringiu aos instrumentos clássicos de regulação do uso do

solo. O conjunto incorpora mecanismos de planejamento territorial, política fundiária, habitação, participação social, gestão ambiental, saneamento, mobilidade, desenvolvimento rural, desenvolvimento econômico, tributação, patrimônio e turismo.

Quadro 2. Síntese dos Instrumentos Aprovados.

Grupo Funcional	Principais Instrumentos Aprovados na 3ª Audiência Pública
Gestão democrática e institucional	Conselhos municipais; fundos municipais; Colégio de Conselhos; audiências, consultas e conferências
Ordenamento territorial	Perímetro Urbano; Zoneamento Urbano; Macrozoneamento; Parcelamento do Solo; PEUC; Direito de Preempção; abandono da propriedade urbana; Estudo de Impacto de Vizinhança
Fundiário e habitacional	Plano Municipal de Habitação de Interesse Social; regularização fundiária
Ambiental e riscos	Educação Ambiental; Recuperação de Áreas Degradadas; Pagamento por Serviços Ambientais; preservação de nascentes; mitigação e adaptação climática; redução de riscos; contingência; estudos de impacto ambiental
Saneamento e recursos hídricos	Plano de Saneamento Ambiental; Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; Manejo de Águas Pluviais; manejo de águas superficiais, subsuperficiais e subterrâneas
Mobilidade e equipamentos	Plano de Mobilidade da Sede; Plano de Mobilidade Campo–Cidade; Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos
Desenvolvimento rural e econômico	Assistência Técnica Rural; Consórcio Intermunicipal; Plano de Desenvolvimento Geográfico Integrado do Vale do Ribeira
Tributário e financiamento	Atualização dos instrumentos relacionados ao IPTU, ITBI e ISSQN
Patrimônio	Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural; fundo correspondente
Turismo	Conselho Municipal de Turismo; fundo correspondente; Plano Municipal de Turismo

A relação acima possui caráter de sistematização funcional dos mecanismos registrados na Ata e não substitui a matriz completa de objetivos, estratégias e instrumentos. Essa articulação será apresentada no Capítulo 6, no qual cada instrumento será relacionado ao eixo e à proposta correspondente e à sua referência territorial.

Também é necessário distinguir a aprovação dos instrumentos em 2024 de sua posterior elaboração ou regulamentação. A 3ª Audiência definiu os mecanismos integrantes da estrutura propositiva da revisão. A transformação desses instrumentos em leis, planos, programas, estruturas administrativas e ações executáveis constitui matéria das etapas posteriores. A Ata da reunião de 10 de fevereiro de 2026 registra, por exemplo, a continuidade da elaboração de produtos como as minutas do Plano Diretor, Perímetro Urbano, Zoneamento, Macrozoneamento, Parcelamento do Solo, Outorga Onerosa do Direito de Construir e Plano de Ação e Investimentos.

Dessa forma, este capítulo delimita quais instrumentos integram a estrutura aprovada da Fase III, enquanto os capítulos seguintes demonstram sua origem territorial, suas relações com os objetivos e propostas, sua espacialização e seus procedimentos de institucionalização.

5. CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS PROPOSTAS E A LEITURA TERRITORIAL

A correspondência entre as propostas consolidadas na 3ª Fase e a leitura territorial construída na 2ª Fase constitui um dos elementos centrais da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses. A Análise Temática Integrada foi concebida precisamente para evitar que as etapas posteriores do Plano Diretor fossem formuladas de maneira genérica ou desvinculada das condições concretas do Município. O Relatório da 2ª Fase registra que a integração entre leitura técnica, participação comunitária, produção cartográfica, análise institucional e organização territorial por Unidades Espaciais de Gestão – UEGs deveria constituir a base para a formulação das propostas subsequentes.

Essa relação foi construída progressivamente. Durante a 2ª Fase foram realizadas 25 Leituras Comunitárias, com participação aproximada de 228 moradores, associadas a levantamentos técnicos, cartográficos, institucionais, socioeconômicos, ambientais e de infraestrutura. O processo de sistematização resultou em 945 registros válidos de problemáticas, distribuídos pelas 12 UEGs e por 20 referências espaciais utilizadas nas atividades participativas. O Relatório ressalva que esses 945 registros representam demandas e manifestações e não o número de participantes, uma vez que uma mesma pessoa ou grupo poderia apresentar mais de uma problemática.

A territorialização das manifestações não teve como finalidade apenas indicar onde determinado problema havia sido relatado. O procedimento buscou identificar relações entre as problemáticas e distinguir situações de caráter local, aquelas compartilhadas por conjuntos de localidades e aquelas cuja natureza exigia tratamento municipal. Para isso, as UEGs foram utilizadas como referência territorial de análise, permitindo relacionar comunidades inseridas em uma mesma estrutura físico-territorial, sem pressupor que seus limites representassem integralmente relações sociais, culturais ou identitárias.

A síntese produzida na 2ª Fase demonstra que as problemáticas identificadas apresentam forte caráter interdependente. O próprio Relatório destaca três relações principais: mobilidade, acessibilidade e acesso aos serviços públicos; saneamento, recursos hídricos e saúde ambiental; e estrutura administrativa, equipamentos públicos e centralização dos serviços na sede municipal. A precariedade ou insuficiência da malha viária rural, por exemplo, repercute simultaneamente no transporte escolar, no atendimento de saúde, na circulação cotidiana, no escoamento da produção e no acesso às centralidades de serviços. Da mesma forma, abastecimento por nascentes, ausência de

tratamento da água, fossas rudimentares, resíduos e contaminação dos cursos d'água aparecem relacionados entre si em diferentes UEGs.

Essa característica levou a Análise Temática Integrada a não adotar uma classificação rígida e mutuamente exclusiva das manifestações. O próprio Relatório utiliza o exemplo de uma demanda relacionada a estrada rural, que pode envolver simultaneamente mobilidade, transporte escolar, acesso aos serviços de saúde e escoamento da produção. Assim, uma mesma problemática pode sustentar objetivos e propostas vinculados a mais de um eixo do Plano Diretor.

Ao final da 2ª Fase, essa leitura foi reorganizada em 12 Eixos Temáticos e 74 Objetivos para o Desenvolvimento Municipal, apresentados, discutidos e aprovados durante a 2ª Audiência Pública, em 3 de agosto de 2024. O Relatório explicita que esses objetivos constituem a ligação metodológica entre as problemáticas territorializadas nas UEGs e as respostas estratégicas a serem desenvolvidas nas etapas posteriores da revisão.

A 3ª Fase deu continuidade a esse encadeamento ao organizar os objetivos em estratégias e instrumentos apresentados à população na 3ª Audiência Pública, realizada em 20 de setembro de 2024. A Ata da audiência registra que cada objetivo era acompanhado de estratégias e dos respectivos instrumentos de implementação, sendo os conjuntos de propostas apresentados por eixo e submetidos à apreciação pública. Dessa forma, existe continuidade documental entre problemática territorial → eixo → objetivo → estratégia → instrumento.

O presente capítulo não amplia nem altera as propostas aprovadas. Sua função é tornar explícita essa relação já existente entre a Análise Temática Integrada e o conteúdo deliberado na 3ª Audiência Pública.

Quadro 3. Síntese da correspondência por eixo.

Eixo	***Síntese da Leitura Territorial Consolidada na 2ª Fase***	***Correspondência Observada nas Propostas da 3ª Fase***
Estrutura Organizacional	Foram identificadas insuficiência de profissionais, dificuldade de acesso aos serviços, limitações administrativas para atendimento das localidades distantes e demandas de maior representação social.	As propostas apresentadas na 3ª Audiência incluem fortalecimento das estruturas municipais, criação e funcionamento de conselhos, fundos e mecanismos de participação, inclusive voltados às mulheres e aos povos e comunidades tradicionais.
Segurança	A leitura territorial registrou iluminação insuficiente, baixa frequência de policiamento, segurança escolar e inexistência do Conselho Municipal de Segurança.	As propostas da 3ª Fase incorporaram fortalecimento institucional da segurança, Conselho Municipal de Segurança, iluminação pública, planejamento dos espaços e articulação das políticas

Eixo	***Síntese da Leitura Territorial Consolidada na 2ª Fase***	***Correspondência Observada nas Propostas da 3ª Fase***
		municipais.
Meio Ambiente	Foram sistematizadas problemáticas relacionadas ao uso de agroquímicos, rios e nascentes, silvicultura, resíduos, áreas sujeitas a risco, conservação ambiental e atrativos naturais.	A 3ª Audiência apresentou instrumentos relacionados à educação ambiental, recuperação de áreas degradadas, preservação de nascentes, áreas verdes, serviços ambientais, adaptação climática e controle de impactos.
Financiamento do Desenvolvimento Urbano	A 2ª Fase relacionou esse eixo à energia elétrica, abastecimento de água, telecomunicações, infraestrutura urbana e rural e necessidade de articulação interfederativa.	A 3ª Fase incorporou mecanismos tributários, cooperação entre entes públicos, instrumentos de financiamento e articulação institucional para ampliação de infraestrutura e serviços.
Desenvolvimento Econômico	O diagnóstico registrou escassez de empregos, baixa diversificação econômica, demanda por qualificação profissional, incentivo a empresas, comércio e geração de renda.	As propostas aprovadas incorporaram fortalecimento das atividades econômicas, capacitação, comércio e serviços, articulação regional, apoio às atividades produtivas e instrumentos voltados à geração de renda e diversificação econômica.
Saneamento Ambiental	Foram registrados abastecimento de água sem tratamento, fossas rudimentares, ausência de esgotamento, coleta insuficiente de resíduos, disposição inadequada e necessidade de coleta seletiva.	As propostas da 3ª Fase incluem Plano de Saneamento, gestão integrada de resíduos sólidos, manejo de águas pluviais, proteção de nascentes, gestão de bacias e articulação para ampliação de água tratada e tratamento de efluentes.
Mobilidade e Transporte	A leitura territorial identificou problemas relacionados às estradas rurais, pontes, drenagem das vias, transporte escolar, transporte de saúde, transporte coletivo e elevados custos ou dificuldades de deslocamento.	A 3ª Fase apresentou o Plano de Mobilidade da Sede, o Plano de Mobilidade Campo–Cidade e propostas relativas à circulação, acessibilidade, estradas, pontes, transporte coletivo e mobilidade ativa.
Equipamentos Públicos	A 2ª Fase registrou demandas por escolas, creches, saúde, odontologia, lazer, esporte, atendimento especializado e estruturas destinadas às pessoas com deficiência.	As propostas da 3ª Audiência incorporaram o Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos e estratégias relacionadas à localização, acessibilidade e distribuição territorial dos serviços e equipamentos.
Desenvolvimento Rural Sustentável	O diagnóstico apontou necessidade de assistência técnica, maquinário, fortalecimento da agricultura familiar, produção agrícola, apicultura, comercialização, feiras e melhoria do escoamento da produção.	A 3ª Fase apresentou instrumentos de assistência técnica, apoio à produção rural, articulação campo–cidade, comercialização, fortalecimento da agricultura familiar e integração regional.
Gestão Democrática e Participação Popular	A leitura comunitária registrou demandas por maior participação nas decisões, acesso às informações, funcionamento dos conselhos e representação das comunidades rurais e quilombolas.	As propostas aprovadas ampliam os mecanismos participativos, preveem criação ou fortalecimento de conselhos, fundos, audiências, consultas, conferências e representação de povos e comunidades

Eixo	***Síntese da Leitura Territorial Consolidada na 2ª Fase***	***Correspondência Observada nas Propostas da 3ª Fase***
		tradicionais.
Habitação	Foram registradas moradias sem documentação, ocupações irregulares, precariedade habitacional e necessidade de acesso às políticas de habitação.	A 3ª Audiência incorporou instrumentos relacionados ao Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, regularização fundiária e mecanismos de ordenamento e regularização das ocupações.
Turismo	O diagnóstico registrou cachoeiras, cavernas, trilhas, patrimônio, cultura local e quilombola, associados à necessidade de infraestrutura e acessibilidade.	As propostas da 3ª Fase incluem Conselho Municipal de Turismo, fundo correspondente, Plano Municipal de Turismo e estratégias voltadas ao turismo sustentável, patrimônio e cultura local.
Patrimônio Histórico, Cultural e Natural	Esse tema não aparece como eixo autônomo entre os 12 eixos consolidados no Relatório da 2ª Fase, mas conteúdos relativos a patrimônio, cultura local, cultura quilombola e atrativos naturais estão registrados especialmente no eixo Turismo e nas análises territoriais.	Na 3ª Audiência, Patrimônio Histórico, Cultural e Natural aparece como eixo próprio, com propostas de criação de conselho, fundo e mecanismos de preservação e valorização.

A tabela evidencia que os conteúdos propositivos da 3ª Fase possuem correspondência direta com os temas identificados e sistematizados na Análise Temática Integrada. Essa correspondência, entretanto, não deve ser interpretada como uma associação exclusivamente setorial. Como já registrado no Relatório da 2ª Fase, muitas problemáticas atravessam simultaneamente diferentes eixos, o que explica a recorrência de determinados instrumentos e estratégias ao longo da Ata da 3ª Audiência Pública.

Um exemplo particularmente claro dessa transversalidade é a mobilidade rural. O diagnóstico técnico registra uma malha rural extensa e predominantemente não pavimentada, cujas condições interferem no acesso aos serviços públicos, atividades econômicas e equipamentos urbanos. As Leituras Comunitárias, por sua vez, relacionaram as condições das estradas a transporte escolar, saúde e escoamento da produção. A correspondência com as propostas da 3ª Fase aparece tanto no eixo Mobilidade e Transporte quanto nos eixos Equipamentos Públicos, Desenvolvimento Rural Sustentável, Desenvolvimento Econômico e Financiamento do Desenvolvimento Urbano.

A mesma lógica ocorre com o saneamento e os recursos hídricos. O diagnóstico territorial registra uso de nascentes, insuficiência de tratamento de água, fossas rudimentares, lançamento de esgoto e problemas relacionados à coleta e disposição de resíduos. A 3ª Fase responde a essa leitura por meio de instrumentos de saneamento, gestão de resíduos, proteção de nascentes, gestão de bacias e articulação institucional para abastecimento e tratamento de efluentes.

Também se verifica correspondência entre a concentração territorial dos serviços e as propostas relativas às centralidades. O diagnóstico da 2ª Fase registra forte dependência da sede como núcleo irradiador dos serviços e equipamentos e mostra que o atendimento às áreas rurais ocorre predominantemente por articulação logística. Essa configuração territorial encontra resposta nas propostas de centralidade de equipamentos públicos, mobilidade campo–cidade, distribuição territorial dos serviços e fortalecimento das estruturas de atendimento descentralizado.

Na UEG 3.01, que abrange as referências de Varzeão, Gramadinho e Limas na sistematização das Leituras Comunitárias, a correspondência entre diagnóstico e propostas é especialmente visível. O Relatório registra demandas relacionadas à representação quilombola, acesso às decisões e políticas públicas, valorização da história e cultura, precariedade de estradas e pontes, limitações de energia e telecomunicações, atendimento de saúde, educação, assistência técnica, agricultura familiar, produção de mel, extrativismo e comercialização. A documentação da 2ª Fase relaciona explicitamente essas manifestações às alterações promovidas nos eixos de Estrutura Organizacional, Segurança, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, infraestrutura, Equipamentos Públicos, Desenvolvimento Rural Sustentável, Gestão Democrática e Turismo.

A dimensão territorial da correspondência também é sustentada pela cartografia elaborada na 2ª Fase. O Relatório reúne informações sobre relevo, declividade, risco de deslizamento, inundação, geologia, carste, mananciais, APPs, uso e ocupação do solo, potencialidade agrícola, mineração, morfologia e expansão urbana, equipamentos públicos, estrutura viária, atividades econômicas, aglomerados rurais e transporte coletivo. Essas bases permitiram confrontar as manifestações comunitárias com características físico-ambientais, sociais e de infraestrutura efetivamente presentes no território.

A leitura territorial também evidenciou a necessidade de compatibilizar o planejamento urbano com limitações ambientais e geotécnicas. O Relatório da 2ª Fase registra, por exemplo, relevo acidentado e áreas com declividades elevadas na sede, além da necessidade de utilizar essas características como referência para o zoneamento urbano e ambiental. Essa leitura técnica posteriormente se refletiu nos produtos de ordenamento territorial desenvolvidos no processo, incluindo categorias urbanas com condicionantes ambientais e geotécnicas específicas.

Os produtos cartográficos e normativos desenvolvidos posteriormente, como o novo perímetro urbano, o zoneamento da sede e a Proposta de Macrozoneamento Municipal, devem ser compreendidos como aprofundamentos técnico-territoriais posteriores e não como elementos

originalmente aprovados na 3ª Audiência de 2024. A metodologia do macrozoneamento explicita que as UEGs permanecem como unidades de síntese, monitoramento e participação, enquanto as macrozonas passam a ser delimitadas por evidências espaciais estruturantes, determinantes e condicionantes.

Essa distinção é importante para preservar a cronologia do processo. A correspondência analisada neste capítulo diz respeito, fundamentalmente, à relação entre Análise Temática Integrada, problemáticas territorializadas, eixos e objetivos da 2ª Fase e propostas, estratégias e instrumentos deliberados na 3ª Audiência Pública. Os refinamentos cartográficos de 2026 dão expressão espacial mais detalhada a partes dessa estrutura, mas não substituem a origem participativa e diagnóstica das propostas.

Dessa forma, a passagem da 2ª para a 3ª Fase pode ser sintetizada pela seguinte sequência metodológica:

Figura 1. Fluxo Metodológico.



A correspondência entre as propostas e a leitura territorial não decorre de uma interpretação produzida posteriormente para justificar as proposições. Ela integra a própria metodologia da revisão: as problemáticas foram territorializadas, transformadas em eixos e objetivos e, posteriormente, convertidas em estratégias e instrumentos submetidos à participação pública. O Capítulo 6 apresenta essa correspondência em seu nível operacional, relacionando Eixos, Propostas,

Instrumentos e UEGs, sem alterar o conteúdo aprovado e preservando a rastreabilidade entre diagnóstico e deliberação.

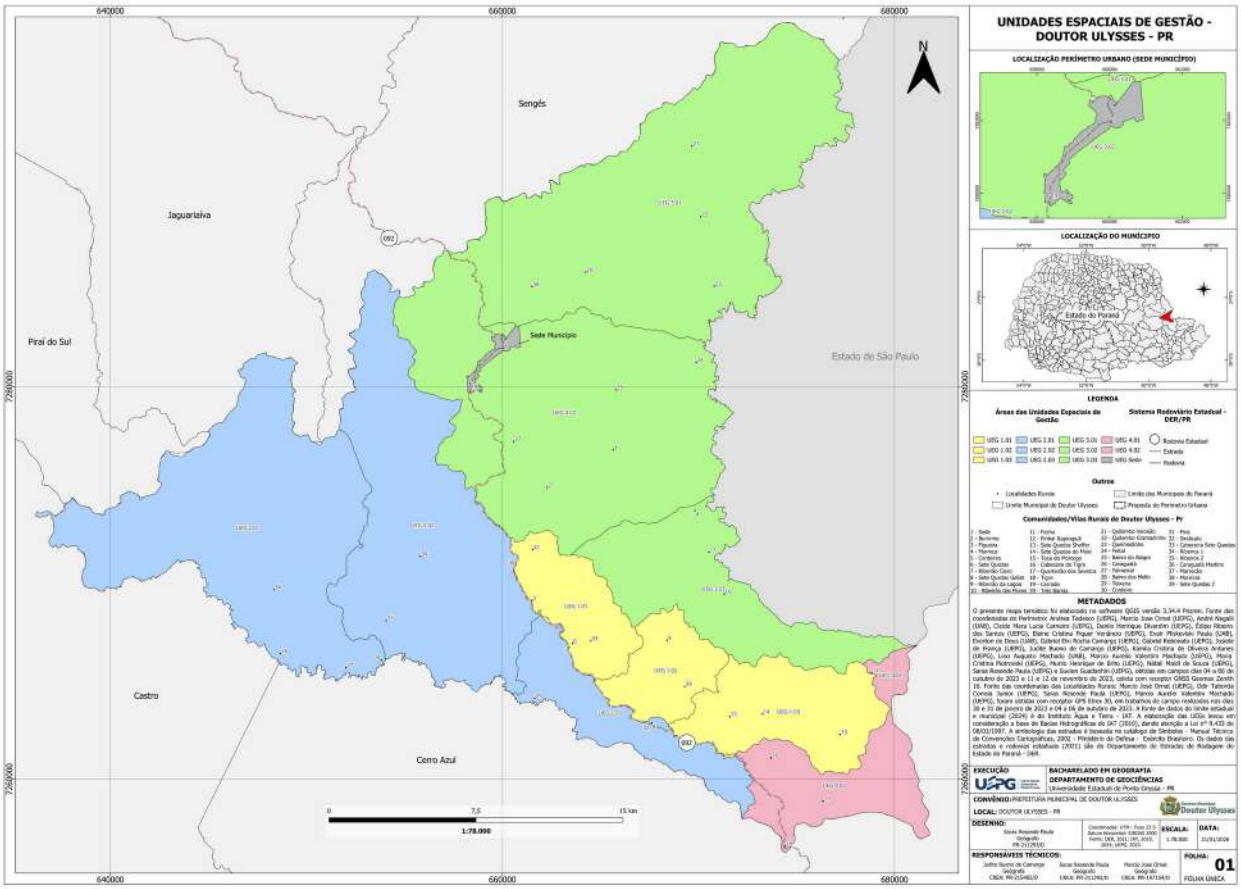
6. EIXOS, PROPOSTAS, INSTRUMENTOS E UEGs

A organização das propostas por eixos constitui a etapa em que a leitura territorial produzida durante a 2ª Fase é articulada aos mecanismos indicados para a implementação das decisões consolidadas na 3ª Fase. O Relatório da Análise Temática Integrada demonstrou que as problemáticas identificadas em Doutor Ulysses não se distribuem de maneira uniforme pelo território e, ao mesmo tempo, apresentam elevada interdependência. As condições das estradas rurais, por exemplo, relacionam-se simultaneamente ao acesso à saúde e à educação, ao transporte escolar, ao deslocamento cotidiano e ao escoamento da produção. Da mesma maneira, saneamento, recursos hídricos e saúde ambiental aparecem articulados, enquanto a concentração dos serviços na Sede amplia os efeitos das dificuldades de mobilidade e acessibilidade enfrentadas pelas comunidades rurais.

Para territorializar essa leitura, foram utilizadas as 12 Unidades Espaciais de Gestão – UEGs: UEG 1.01; UEG 1.02; UEG 1.03; UEG 2.01; UEG 2.02; UEG 2.03; UEG 3.01; UEG 3.02; UEG 3.03; UEG 4.01; UEG 4.02; e UEG Sede. A delimitação tomou como referência a estrutura hidrográfica e critérios de proximidade funcional, permitindo agrupar as localidades e interpretar conjuntamente as problemáticas territorialmente relacionadas. A representação cartográfica adotada no processo evidencia a distribuição dessas unidades pelo território municipal.

As Leituras Comunitárias e sua sistematização produziram 945 registros válidos de problemáticas, distribuídos pelas 12 UEGs e por 20 referências espaciais. O Relatório da 2ª Fase ressalta que essa quantidade não corresponde ao número de participantes e também não deve ser utilizada isoladamente como medida de gravidade, pois decorre do número de manifestações, da dinâmica das reuniões e do nível de detalhamento dos registros.

Mapa 1. UEGs Doutor Ulysses.



A partir dessa base, a 2ª Audiência Pública, realizada em 3 de agosto de 2024, consolidou 12 Eixos Temáticos e 74 Objetivos para o Desenvolvimento Municipal. Esses eixos foram: Estrutura Organizacional; Segurança; Meio Ambiente; Financiamento do Desenvolvimento Urbano; Desenvolvimento Econômico; Saneamento Ambiental; Mobilidade e Transporte; Equipamentos Públicos; Desenvolvimento Rural Sustentável; Gestão Democrática e Participação Popular; Habitação; e Turismo.

A 3ª Audiência Pública, convocada pelo Edital de Chamamento nº 002/2024 e realizada em 20 de setembro de 2024, teve expressamente como pauta a “Consolidação das propostas da revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses – PR”. O Edital também registrou que o conteúdo seria apresentado por meio de exposições e manifestações verbais e escritas, sob condução da UEPG e da Secretaria Municipal de Planejamento. Durante a audiência, os objetivos foram associados às estratégias e aos instrumentos destinados à sua implementação e os conjuntos propositivos foram submetidos à apreciação pública.

Neste momento do relatório, portanto, as matrizes cumprem uma função de rastreabilidade. A coluna “Proposta Aprovada” sintetiza o conteúdo estratégico registrado na 3ª Audiência, a coluna “Instrumento Associado” apresenta os mecanismos vinculados a esse conteúdo, e a coluna “Referência territorial segundo a Fase II” recupera as UEGs nas quais o diagnóstico registra correspondência direta com a problemática. Quando o instrumento possui natureza institucional, normativa ou de planejamento municipal, indica-se “Município”, ainda que determinadas UEGs revelem maior correspondência diagnóstica.

Importa ressaltar que a referência a uma ou mais UEGs não restringe juridicamente o instrumento àquelas unidades. As UEGs foram concebidas como unidades de análise, síntese, planejamento e gestão. O próprio Relatório da 2ª Fase adverte que seus limites técnicos não representam necessariamente a totalidade das relações sociais, culturais e identitárias existentes entre as comunidades.

6.1. Estrutura Organizacional

A leitura territorial associada à Estrutura Organizacional registrou insuficiência de profissionais, dificuldades de acesso aos serviços públicos, limitações administrativas para atendimento das localidades distantes, necessidade de respostas institucionais e demandas por maior representação social. O eixo também foi ampliado durante o processo participativo para explicitar a participação de mulheres e de povos e comunidades tradicionais nas estruturas de decisão.

A UEG 3.01 apresenta correspondência particularmente relevante nesse campo, pois a leitura das comunidades de Varzeão, Gramadinho e Limas evidenciou, além das questões de infraestrutura, a necessidade de reconhecimento da representação dos povos e comunidades tradicionais e de incorporação de sua cultura, formas de organização e demandas à gestão municipal. Na UEG 1.03, a análise também identificou convergência com o eixo Estrutura Organizacional.

Quadro 4. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Estrutura Organizacional.

Proposta Aprovada	Instrumentos Associados	Referência Territorial Segundo a Fase II
Ampliar a participação das mulheres nas estruturas de representação e tomada de decisão municipal.	Conselho Municipal de Mulheres e mecanismos institucionais e administrativos correlatos.	Município; correspondência transversal decorrente das alterações aprovadas durante o processo participativo.

Proposta Aprovada	Instrumentos Associados	Referência Territorial Segundo a Fase II
Garantir representação institucional de povos e comunidades tradicionais.	Conselho Municipal dos Povos e Comunidades Tradicionais e respectiva estrutura de funcionamento e financiamento.	Município, com correspondência territorial destacada na UEG 3.01.
Fortalecer a participação comunitária na gestão dos recursos hídricos e do saneamento.	Conselho Municipal de Gestão de Bacias e instrumentos institucionais de suporte ao seu funcionamento.	Município; diagnóstico de recursos hídricos e saneamento distribuído por diversas UEGs.
Adequar a estrutura administrativa municipal às demandas identificadas na revisão do PDM.	Alterações na estrutura administrativa, nos cargos e nas funções municipais vinculadas às políticas identificadas na audiência.	Município.

A matriz demonstra que o eixo não se limita à criação de novos colegiados. Seu conteúdo está relacionado à capacidade de o Município manter estruturas administrativas e participativas capazes de executar, acompanhar e revisar as políticas decorrentes do Plano Diretor. O detalhamento das competências administrativas e da estrutura de gestão será retomado na 4ª Fase.

6.2. Segurança

O diagnóstico da 2ª Fase relacionou Segurança principalmente à insuficiência de iluminação pública, baixa frequência ou ausência de policiamento, segurança escolar e inexistência do Conselho Municipal de Segurança. Na UEG Sede, particularmente no Cerrado, foram registradas manifestações referentes à ausência desse Conselho e à insuficiência do policiamento. A UEG 2.03 apresentou demandas ligadas à segurança no ambiente escolar, iluminação e presença policial, enquanto a UEG 2.02 registrou problemas de iluminação pública.

Quadro 5. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Segurança.

Proposta Aprovada	Instrumentos Associados	Referência Territorial Segundo a Fase II
Fortalecer a estrutura municipal de participação e planejamento da segurança.	Conselho Municipal de Segurança e Plano Municipal de Segurança.	Município; correspondência direta na UEG Sede e UEG 2.03.
Fortalecer mecanismos institucionais de proteção aos direitos humanos.	Conselho Municipal de Direitos Humanos e respectivo Fundo Municipal.	Município.
Ampliar a iluminação pública nas áreas urbanas e comunidades rurais.	Governança interfederativa entre Município e Estado para ampliação da iluminação pública.	Município; correspondência registrada, entre outras, nas UEGs 2.02, 2.03 e Sede.

Proposta Aprovada	Instrumentos Associados	Referência Territorial Segundo a Fase II
Integrar segurança, acessibilidade e localização dos serviços e equipamentos.	Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos; instrumentos de mobilidade e ordenamento territorial associados.	Município, com maior relevância nas localidades onde acesso e segurança aparecem conjuntamente.

A territorialização evidencia, portanto, que segurança não foi tratada exclusivamente como policiamento, mas também em sua relação com iluminação, acessibilidade, localização de equipamentos e condições de deslocamento.

6.3. Meio Ambiente

O Eixo Meio Ambiente responde a um conjunto diversificado de situações identificadas na Fase II, relacionadas a uso de agroquímicos, preocupação com rios e nascentes, silvicultura, resíduos, áreas sujeitas a risco, conservação ambiental e proteção dos atrativos naturais. Na UEG 1.01 foram registradas preocupações relacionadas ao uso de agrotóxicos, morte de abelhas, desmatamento e qualidade das águas. Na UEG 1.03, a preservação ambiental aparece associada ao potencial turístico de Sete Quedas. E, na UEG 3.02, as manifestações incluem a relação entre cursos d'água, ocorrência de elevação do nível do rio, paisagens naturais, conservação e acessibilidade.

Quadro 6. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Meio Ambiente.

Proposta Aprovada	Instrumentos Associados	Referência Territorial Segundo a Fase II
Reforçar a capacidade municipal de adaptação e resposta aos eventos climáticos e aos riscos.	Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima; Plano Municipal de Redução de Riscos; Plano Municipal de Contingência de Catástrofes.	Município. A leitura técnica da Fase II incorpora áreas de risco e vulnerabilidades ambientais como componentes do diagnóstico.
Ampliar a proteção e qualificação ambiental do espaço urbano.	Plano Municipal de Arborização.	Município, com incidência funcional prioritariamente urbana.
Fortalecer a educação, participação e governança ambiental.	Conselho e Fundo Municipal de Meio Ambiente; Plano Municipal de Educação Ambiental.	Município.
Avaliar e controlar impactos ambientais e territoriais de intervenções e empreendimentos.	Instrumentos municipais de avaliação de impacto ambiental e Estudo de Impacto de Vizinhança.	Município.
Recuperar áreas degradadas e proteger áreas ambientalmente	Plano Municipal de Recuperação de Áreas Degradadas; Macrozoneamento	Município; correspondência ambiental registrada especialmente

Proposta Aprovada	Instrumentos Associados	Referência Territorial Segundo a Fase II
frágeis.	Municipal.	nas UEGs 1.01, 1.03, 3.01 e 3.02.
Criar mecanismos econômicos de incentivo à conservação.	Lei Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais e respectivo Fundo Municipal.	Município.

Os instrumentos desse eixo estabelecem a passagem entre a identificação das fragilidades ambientais e a criação de mecanismos de planejamento, prevenção, recuperação, controle e incentivo. A sua expressão espacial detalhada, entretanto, não cabe a esta matriz: riscos, APPs, carste, mananciais e demais condicionantes serão tratados no Capítulo 7, especialmente na hierarquia das restrições e no macrozoneamento.

6.4. Financiamento do Desenvolvimento Urbano

A denominação desse eixo abrange, no diagnóstico de Doutor Ulysses, questões que ultrapassam a arrecadação tributária. A Fase II relaciona o tema às redes de energia elétrica, abastecimento de água, telecomunicações, infraestrutura urbana e rural e à necessidade de articulação interfederativa. Na UEG 3.01, por exemplo, foram registradas limitações no fornecimento de energia, telecomunicações e internet, sendo essas demandas diretamente associadas às alterações aprovadas no eixo. Na UEG 2.02 foram identificadas instabilidade da energia elétrica e ausência de sinal de celular em determinados pontos.

Quadro 7. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Financiamento do Desenvolvimento Urbano.

Proposta Aprovada	Instrumentos Associados	Referência Territorial Segundo a Fase II
Ampliar a capacidade municipal de ordenar e financiar o desenvolvimento urbano.	Atualização da legislação urbanística e dos instrumentos de ordenamento territorial relacionados ao uso, ocupação e parcelamento do solo.	Município, com especial relação com a UEG Sede.
Orientar a ocupação e as futuras transformações urbanas.	Lei de Zoneamento; Lei de Parcelamento do Solo; instrumentos vinculados ao perímetro urbano e ao planejamento territorial.	UEG Sede e Município.
Induzir a utilização socialmente adequada dos imóveis urbanos.	Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios – PEUC e instrumentos urbanísticos associados.	Área urbana, a ser delimitada pela legislação específica.
Articular política fundiária, habitação e ordenamento	Plano Municipal de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária.	Correspondência direta na UEG Sede e UEG 1.01.

Proposta Aprovada	Instrumentos Associados	Referência Territorial Segundo a Fase II
urbano.		
Aperfeiçoar a base tributária relacionada ao desenvolvimento urbano.	Atualização da legislação relativa ao IPTU, ITBI e ISSQN, conforme instrumentos registrados na consolidação.	Município, com incidência tributária conforme a natureza de cada imposto.
Ampliar infraestrutura mediante articulação entre entes e prestadores.	Governança interfederativa para energia elétrica, abastecimento de água e telecomunicações.	Município; correspondência destacada nas UEGs 2.02, 2.03 e 3.01.

A matriz revela que o financiamento do desenvolvimento foi concebido de maneira articulada ao ordenamento territorial, à infraestrutura e à capacidade de gestão municipal. A definição dos custos, fontes orçamentárias, prioridades e cronograma pertence ao Plano de Ação e Investimentos da 4ª Fase.

6.5. Desenvolvimento Econômico

A Fase II identificou escassez de empregos, baixa diversificação econômica, necessidade de qualificação profissional, incentivo às empresas, fortalecimento do comércio e geração de renda. Essas questões assumem diferentes expressões territoriais: na Sede aparecem demandas por empregos, indústria, empreendedorismo e diversificação; na UEG 1.02 há dependência de poucas atividades econômicas e deficiência de qualificação; nas UEGs 2.01 e 2.02 surgem demandas por emprego, capacitação e oportunidades formais; e a UEG 3.01 associa produção rural, agregação de valor e canais de comercialização.

Quadro 8. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Desenvolvimento Econômico.

Proposta Aprovada	Instrumentos Associados	Referência Territorial Segundo a Fase II
Dinamizar centralidades urbanas e rurais e fortalecer atividades comerciais e de serviços.	Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos.	Município; correspondência econômica destacada nas UEGs Sede, 2.01, 2.02, 2.03 e 3.01.
Viabilizar atividades econômicas capazes de gerar emprego e renda.	Instrumentos de planejamento das centralidades, ordenamento territorial e articulação institucional.	Município; correspondência direta na Sede e em diversas UEGs rurais.
Fortalecer atividades produtivas dos povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar.	Macrozoneamento; instrumentos de Pagamento por Serviços Ambientais; assistência técnica rural.	UEG 3.01 e demais áreas de produção rural, conforme diagnóstico.
Integrar produção, comercialização e circulação	Plano de Mobilidade Campo–Cidade e Lei de Assistência Técnica para o	UEGs rurais; correspondência destacada nas UEGs 1.01, 1.02,

Proposta Aprovada	Instrumentos Associados	Referência Territorial Segundo a Fase II
campo–cidade.	Desenvolvimento Rural.	2.02 e 3.01.
Fortalecer a dimensão econômica vinculada ao turismo.	Conselho Municipal de Turismo, Fundo Municipal e instrumentos de planejamento turístico.	Município; correspondência territorial detalhada no Eixo Turismo.

6.6. Saneamento Ambiental

O Saneamento Ambiental constitui um dos eixos com distribuição territorial mais ampla. A síntese da Fase II registra água sem tratamento, fossas rudimentares, ausência de esgotamento sanitário, insuficiência da coleta de resíduos, disposição inadequada e necessidade de coleta seletiva. A leitura integrada também demonstra sua conexão com recursos hídricos e saúde ambiental, sobretudo devido ao uso de nascentes e rios para abastecimento e às preocupações com contaminação. As ocorrências encontram-se documentadas na UEG Sede e em várias UEGs rurais, entre elas 1.01, 1.03, 2.01, 2.02, 2.03, 3.01, 3.02 e 3.03.

Quadro 9. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Saneamento Ambiental.

Proposta Aprovada	Instrumentos Associados	Referência Territorial Segundo a Fase II
Ampliar e qualificar o abastecimento de água.	Governança interfederativa para ampliação do fornecimento de água tratada; instrumentos de gestão das bacias.	Município; ampla correspondência nas UEGs rurais.
Proteger as fontes utilizadas para abastecimento.	Plano Municipal de Preservação de Nascentes; Conselho Municipal de Gestão de Bacias e instrumentos correlatos.	Município; destaque para UEGs com abastecimento por nascentes, como 1.03, 2.02 e 3.02.
Integrar abastecimento, esgotamento, drenagem e resíduos.	Plano Municipal de Saneamento Ambiental e demais instrumentos setoriais aprovados.	Município.
Estruturar a gestão dos resíduos sólidos.	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	Município; problemas registrados em diversas UEGs urbanas e rurais.
Qualificar o manejo das águas pluviais.	Instrumentos municipais de planejamento e manejo das águas pluviais.	Município, conforme condições urbanas e rurais identificadas no diagnóstico.
Ampliar a coleta e o tratamento de efluentes.	Governança interfederativa entre Município, Estado e prestadores responsáveis.	Município; destaque para a Sede e comunidades com registro de esgotamento inadequado.
Compatibilizar saneamento e proteção ambiental.	Macrozoneamento e instrumentos de Pagamento por Serviços Ambientais.	Município.

6.7. Mobilidade e Transporte

A Mobilidade e Transporte apresenta caráter estrutural no território de Doutor Ulysses. O diagnóstico relaciona estradas rurais, pontes, drenagem das vias, transporte escolar, transporte de saúde, transporte coletivo e custos e dificuldades de deslocamento. A síntese territorial demonstra que as condições das conexões viárias repercutem no acesso aos serviços públicos e no escoamento da produção, constituindo uma das problemáticas transversais do Município.

A presença recorrente dessas questões nas UEGs 1.01, 1.02, 1.03, 2.01, 2.02, 2.03, 3.01, 3.02, 3.03, 4.01 e Sede demonstra que a mobilidade deve ser compreendida como uma relação campo–cidade e não exclusivamente como problema de circulação urbana.

Quadro 10. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Mobilidade e Transporte.

Proposta Aprovada	Instrumentos Associados	Referência Territorial Segundo a Fase II
Qualificar a mobilidade e a circulação na Sede Municipal.	Plano de Mobilidade da Sede Municipal, incluindo componentes de mobilidade ativa e circulação.	UEG Sede.
Integrar as comunidades rurais à Sede e às redes regionais de serviços.	Plano Municipal de Mobilidade Campo–Cidade.	Município, com incidência prioritariamente rural.
Melhorar as condições de estradas e caminhos rurais.	Plano de Mobilidade Campo–Cidade e mecanismos de planejamento, manutenção e priorização da rede rural.	UEGs 1.01, 1.02, 1.03, 2.01, 2.02, 2.03, 3.01, 3.02, 3.03 e 4.01, entre aquelas com registros específicos.
Ampliar a conectividade por transporte coletivo e reduzir dificuldades de deslocamento.	Instrumentos do Plano de Mobilidade Campo–Cidade e articulação interfederativa quando necessária.	Município; ausência ou insuficiência de transporte coletivo documentada em diferentes UEGs.

A priorização de intervenções, a hierarquia das estradas e pontes, a programação de obras e seus respectivos custos não são definidos nesta matriz. Esses elementos deverão integrar o Plano de Ação e Investimentos.

6.8. Equipamentos Públicos

A leitura comunitária identificou demandas relacionadas a escolas, creches, saúde, odontologia, lazer, esporte, atendimento especializado e estruturas destinadas às pessoas com

deficiência. O diagnóstico também evidencia a forte dependência da Sede para acesso a determinados serviços e a relação entre localização dos equipamentos, condições das estradas e disponibilidade de transporte.

As UEGs 2.01 e 2.03 apresentam exemplos expressivos. Em Caraguatá foram registradas demandas de saúde, creche, estrutura escolar, atendimento de crianças com deficiência e acessibilidade. Na Barra do Teixeira, a escola aparece como centralidade territorial associada a demandas de biblioteca, brinquedoteca, sala de recursos, parque, quadra, tecnologia e profissionais especializados.

Quadro 11. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Equipamentos Públicos

Proposta Aprovada	Instrumentos Associados	Referência Territorial Segundo a Fase II
Planejar a distribuição espacial dos equipamentos e serviços públicos.	Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos.	Município; correspondência particularmente relevante nas UEGs 2.01, 2.02, 2.03, 3.01, 3.02, 3.03 e Sede.
Articular localização de equipamentos, mobilidade e estrutura territorial.	Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos e instrumentos de mobilidade e ordenamento urbano.	Município.
Criar condições para aquisição de imóveis necessários à implantação de equipamentos.	Direito de Preempção e demais instrumentos urbanísticos indicados na consolidação.	Área urbana e demais áreas definidas na legislação específica.
Tratar imóveis urbanos abandonados que possam comprometer ou limitar a política territorial.	Instrumento municipal relacionado ao abandono da propriedade urbana.	UEG Sede.

6.9. Desenvolvimento Rural Sustentável

A Fase II sintetizou como problemáticas deste eixo a insuficiência de assistência técnica e maquinário, as necessidades da produção agrícola e da agricultura familiar, apicultura, comercialização, organização de feiras e escoamento da produção.

A UEG 1.01 apresenta produção de ponkan, mel e outras atividades agropecuárias associadas à demanda por assistência técnica, maquinário e espaços de comercialização. Na UEG 2.02 aparecem falta de assistência técnica, fiscalização e incentivo; e a UEG 3.01 registra agricultura familiar, extrativismo de resina, produção de mel, demanda por técnicos, maquinário, análise e correção do solo e criação de canais de comercialização.

Quadro 12. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Desenvolvimento Rural Sustentável.

Proposta Aprovada	Instrumentos Associados	Referência Territorial Segundo a Fase II
Fortalecer assistência técnica e extensão rural.	Lei Municipal de Assistência Técnica para o Desenvolvimento Rural.	Áreas rurais; correspondência destacada nas UEGs 1.01, 1.02, 2.02 e 3.01.
Melhorar as condições de circulação e escoamento da produção.	Plano de Mobilidade Campo–Cidade.	UEGs rurais.
Garantir áreas e condições territoriais compatíveis com a produção rural sustentável.	Macrozoneamento Municipal.	Município rural.
Associar produção rural e conservação ambiental.	Pagamento por Serviços Ambientais e respectiva estrutura de financiamento.	Município rural, conforme critérios ambientais a serem regulamentados.
Fortalecer a produção e comercialização de produtos locais.	Assistência técnica, planejamento das centralidades e articulação das políticas públicas municipais.	Destaque para UEGs 1.01 e 3.01.

6.10. Gestão Democrática e Participação Popular

O diagnóstico relacionou esse eixo à participação nas decisões, divulgação de informações públicas, funcionamento dos Conselhos Municipais e representação das comunidades rurais e quilombolas. Entre os objetivos aprovados na 2ª Audiência constam ampliar a representatividade dos setores da sociedade, fomentar a gestão democrática, ampliar o acesso às informações da gestão pública, ampliar o número e a participação nos Conselhos Municipais e criar representação de povos e comunidades tradicionais, grupos de identidade religiosa e associações nesses colegiados.

Quadro 13. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Gestão Democrática e Participação Popular.

Proposta Aprovada	Instrumentos Associados	Referência Territorial Segundo a Fase II
Articular os diferentes Conselhos Municipais e fortalecer a continuidade dos processos participativos.	Criação de estrutura de articulação entre os Conselhos Municipais, registrada na consolidação como Colégio de Conselhos Municipais.	Município.
Ampliar a representação de mulheres, povos e comunidades tradicionais e	Criação, adequação e fortalecimento dos Conselhos Municipais e de seus mecanismos	Município, com destaque territorial

Proposta Aprovada	Instrumentos Associados	Referência Territorial Segundo a Fase II
demais segmentos sociais.	de representação.	para a UEG 3.01.
Manter mecanismos de participação na implementação e acompanhamento do PDM.	Audiências, consultas, conferências e demais mecanismos participativos previstos no processo.	Município.
Ampliar a transparência e o acesso da população às informações municipais.	Instrumentos de divulgação, informação e acompanhamento da gestão pública.	Município.

6.11. Habitação

A Fase II identificou moradias sem documentação, ocupações irregulares, precariedade habitacional e necessidade de acesso às políticas de habitação. Na UEG Sede, especialmente no Cerrado, foram registrados conflitos entre áreas urbanas e rurais, ocupações sem documentação, construções avançando sobre áreas destinadas às ruas e imóveis sem escritura. Na UEG 1.01, Cordeiros apresenta registros específicos de moradias sem escritura e dificuldades relacionadas à documentação das propriedades.

Quadro 14. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Habitação

Proposta Aprovada	Instrumentos Associados	Referência Territorial Aegundo a Fase II
Garantir acesso à habitação segura e adequada no espaço urbano e rural.	Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.	Município; correspondência destacada na UEG Sede e UEG 1.01.
Promover a regularização das ocupações e áreas irregulares.	Plano/Instrumento de Regularização Fundiária, com adequações registradas durante a audiência para considerar as realidades urbana e rural.	UEG Sede e áreas rurais com situações fundiárias identificadas, especialmente UEG 1.01.
Articular política habitacional ao ordenamento territorial e à infraestrutura.	Zoneamento, Parcelamento do Solo, instrumentos urbanísticos e Plano Municipal de Habitação.	Município, segundo a legislação territorial pertinente.

6.12. Patrimônio Histórico, Cultural e Natural

O Patrimônio Histórico, Cultural e Natural aparece como eixo autônomo na documentação da 3ª Audiência Pública, embora não figurasse de forma independente entre os 12 eixos consolidados na 2ª Audiência. No Relatório da 2ª Fase, seus conteúdos aparecem principalmente

associados ao Turismo e às leituras das comunidades, que registram cachoeiras, cavernas, trilhas, patrimônio, cultura local e cultura quilombola.

A UEG 3.01 apresenta a correspondência mais explícita entre patrimônio cultural, identidade territorial e povos e comunidades tradicionais. O diagnóstico registra potencial turístico associado a cachoeiras, trilhas e cultura quilombola e destaca a necessidade de reconhecer a cultura e as formas de organização dessas comunidades na gestão municipal.

Quadro 15. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Patrimônio Histórico, Cultural e Natural.

Proposta Aprovada	**Instrumentos Associados**	**Referência Territorial Segundo a Fase II**
Institucionalizar a política municipal de preservação do patrimônio histórico, cultural e natural.	Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural e respectivo mecanismo de financiamento.	Município.
Preservar e valorizar referências materiais, imateriais, culturais e naturais relevantes para o Município.	Mecanismos institucionais de identificação, proteção e valorização vinculados à política municipal de patrimônio.	Município, com correspondência destacada na UEG 3.01 e em áreas com atrativos naturais identificados no diagnóstico.
Articular patrimônio, identidade comunitária e desenvolvimento territorial.	Integração entre as políticas de patrimônio, turismo, participação social e ordenamento territorial.	UEG 3.01 e demais localidades com referências culturais e naturais documentadas.

A autonomização do patrimônio na 3ª Fase deve ser preservada no relatório como registro do conteúdo efetivamente consolidado na audiência, sem retroagir artificialmente essa classificação para o diagnóstico da 2ª Fase.

6.13. Turismo

O Turismo já integrava os 12 eixos da 2ª Fase. O diagnóstico registrou cachoeiras, cavernas, trilhas, patrimônio, cultura local e quilombola, associados à necessidade de infraestrutura e condições adequadas de acesso. A UEG 1.03 apresenta potencial associado a Sete Quedas, a UEG 2.03 registra o potencial do Salto Grande e de Sete Quedas, a UEG 3.01 associa cachoeiras, trilhas e cultura quilombola, e as comunidades da UEG 3.02 reconhecem potencial relacionado às cachoeiras e paisagens naturais, acompanhado de demandas por preservação e acessibilidade.

Quadro 16. Propostas, Instrumentos e referências territoriais do Eixo Turismo.

Proposta Aprovada	Instrumentos Associados	Referência Territorial Segundo a Fase II
Fortalecer a governança municipal do turismo.	Conselho Municipal de Turismo e respectivo Fundo Municipal.	Município.
Estruturar o planejamento municipal da atividade turística.	Plano Municipal de Turismo.	Município, com correspondência destacada nas UEGs 1.03, 2.03, 3.01 e 3.02.
Articular atrativos turísticos, equipamentos, serviços e acessibilidade.	Plano Municipal de Turismo; Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos; instrumentos de mobilidade associados.	UEGs com atrativos e demandas de acesso identificados na Fase II.
Valorizar a cultura local e a cultura dos povos e comunidades tradicionais como componentes do desenvolvimento turístico.	Instrumentos das políticas municipais de Turismo e de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural.	Destaque para a UEG 3.01.

A leitura conjunta das matrizes demonstra que a 3ª Fase não produziu um conjunto de propostas dissociadas do território. Há continuidade verificável entre as manifestações registradas nas Leituras Comunitárias, sua territorialização pelas UEGs, a organização das problemáticas nos eixos da Análise Temática Integrada, os 74 objetivos aprovados na 2ª Audiência e as estratégias e instrumentos submetidos à deliberação na 3ª Audiência Pública. O próprio Relatório da 2ª Fase sintetiza esse encadeamento como relação entre Leitura Comunitária → Unidade Espacial de Gestão → Problemática → Eixo Temático → Objetivo de Desenvolvimento Municipal, estabelecendo a base para a fase propositiva.

A associação territorial apresentada neste capítulo deve, contudo, ser interpretada segundo duas escalas distintas. Alguns instrumentos possuem natureza municipal, como conselhos, fundos, planos setoriais, estruturas de governança, macrozoneamento e políticas de financiamento. Outros apresentam incidência territorial diferenciada e deverão ser posteriormente espacializados, priorizados ou regulamentados segundo as características de cada área. As UEGs permitem reconhecer essas diferenças sem transformar o diagnóstico participativo em limite jurídico de aplicação.

Essa distinção também prepara a passagem para o capítulo seguinte. Enquanto o presente capítulo demonstra o que foi proposto, por meio de quais instrumentos e a quais problemáticas territoriais essas decisões correspondem, o Capítulo 7 – Propostas de Reordenamento Territorial passa a tratar especificamente da expressão espacial normativa do Plano Diretor, o Perímetro

Urbano, Zoneamento, Hierarquia das Restrições e Macrozoneamento. Esses produtos não devem ser confundidos com as UEGs. As UEGs permanecem unidades de leitura, síntese, participação e gestão territorial. Os instrumentos do Capítulo 7, por sua vez, constituem os mecanismos destinados a disciplinar juridicamente a organização e o uso do território municipal.

7. PROPOSTAS DE REORDENAMENTO TERRITORIAL

As propostas de reordenamento territorial da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses correspondem à tradução espacial dos diagnósticos, objetivos, estratégias e instrumentos desenvolvidos nas fases anteriores. A 3ª Audiência Pública de 20 de setembro de 2024 aprovou, entre os instrumentos relacionados ao ordenamento municipal, a revisão do perímetro urbano, o zoneamento, o macrozoneamento e demais mecanismos destinados à organização do uso e da ocupação do território.

O aprofundamento cartográfico desses instrumentos ocorreu posteriormente, no processo de consolidação técnica do Plano Diretor. As reuniões realizadas em 10 e 24 de fevereiro de 2026 registram a apresentação, discussão e validação de propostas específicas para o Perímetro e Expansão Urbana e para o Zoneamento Municipal Urbano da Sede. Na reunião de 24 de fevereiro foram confrontadas duas alternativas cartográficas, sendo aprovada a proposta que constitui este relatório.

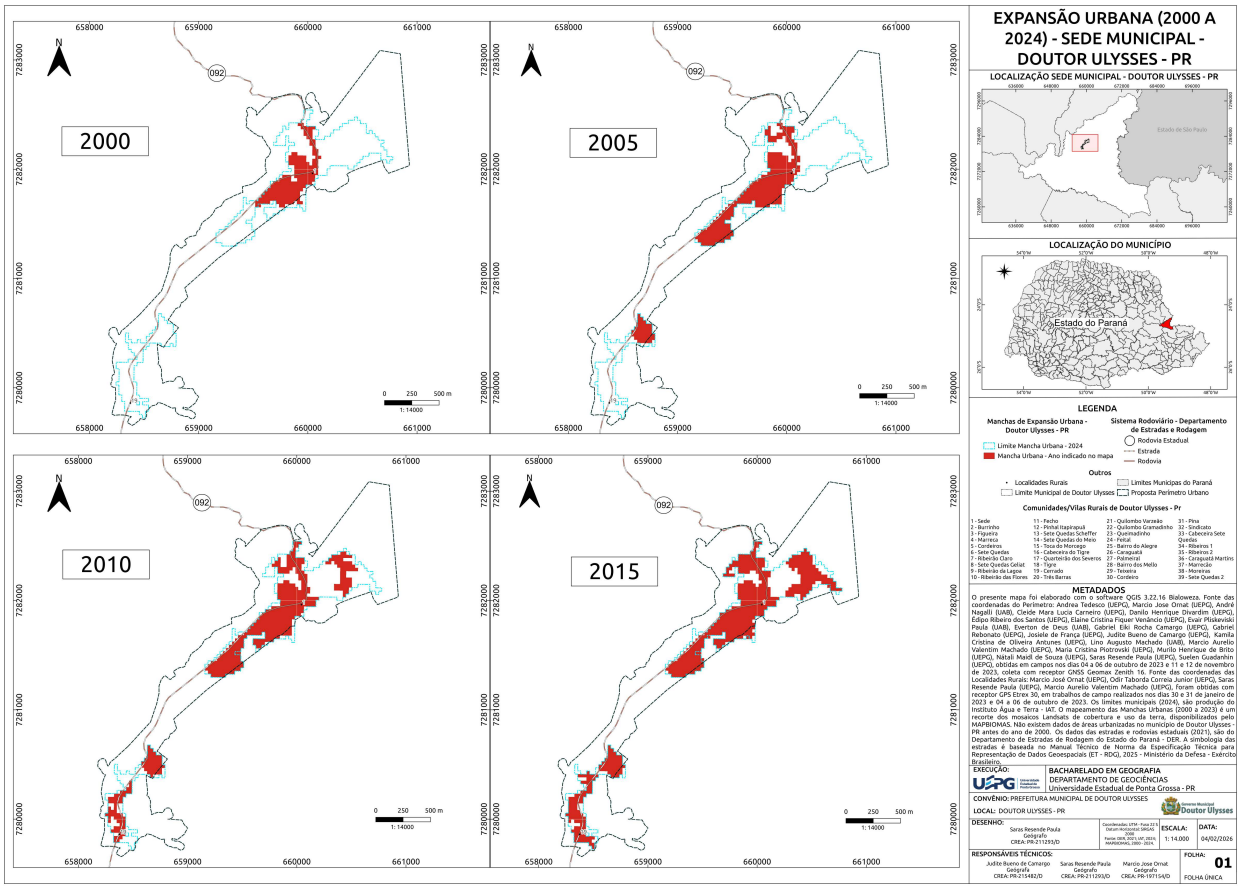
O reordenamento territorial não se limita, entretanto, à definição de uma linha de perímetro ou à subdivisão da sede em zonas. A cartografia produzida ao longo da revisão evidencia que a ocupação urbana de Doutor Ulysses está submetida simultaneamente a condicionantes de relevo, declividade, drenagem, inundação, carste e proteção hídrica, ao mesmo tempo em que apresenta padrões diferenciados de ocupação, uso, densidade construtiva e implantação das edificações.

Por essa razão, as propostas apresentadas neste capítulo devem ser interpretadas de forma articulada. O Perímetro Urbano estabelece o domínio territorial da política urbana, o Zoneamento diferencia funções e parâmetros de uso e ocupação dentro desse limite, a Hierarquia das Restrições define a forma de interpretação das condicionantes legais, ambientais e geotécnicas, e o Macrozoneamento posiciona a sede e sua interface urbano-rural no conjunto da organização territorial municipal. Essa lógica também está presente na metodologia do Macrozoneamento, que diferencia função territorial de condicionantes sobrepostas e mantém APPs, riscos, carste, inundação e demais restrições incidindo cumulativamente sobre as macrozonas.

7.1. Perímetro Urbano

A revisão do perímetro urbano da Sede de Doutor Ulysses constitui um dos componentes estruturantes da proposta de reordenamento territorial. O mapa consolidado de 2026 delimita uma área urbana com configuração predominantemente longitudinal, articulando o núcleo principal localizado na porção norte/nordeste da sede, o corredor intermediário de ocupação e infraestrutura e os setores urbanizados existentes na porção sul. A geometria proposta não corresponde a uma envoltória regular ou concêntrica em torno da ocupação existente, mas acompanha a configuração territorial efetivamente observada na sede. Essa configuração encontra fundamento na evolução histórica da mancha urbana.

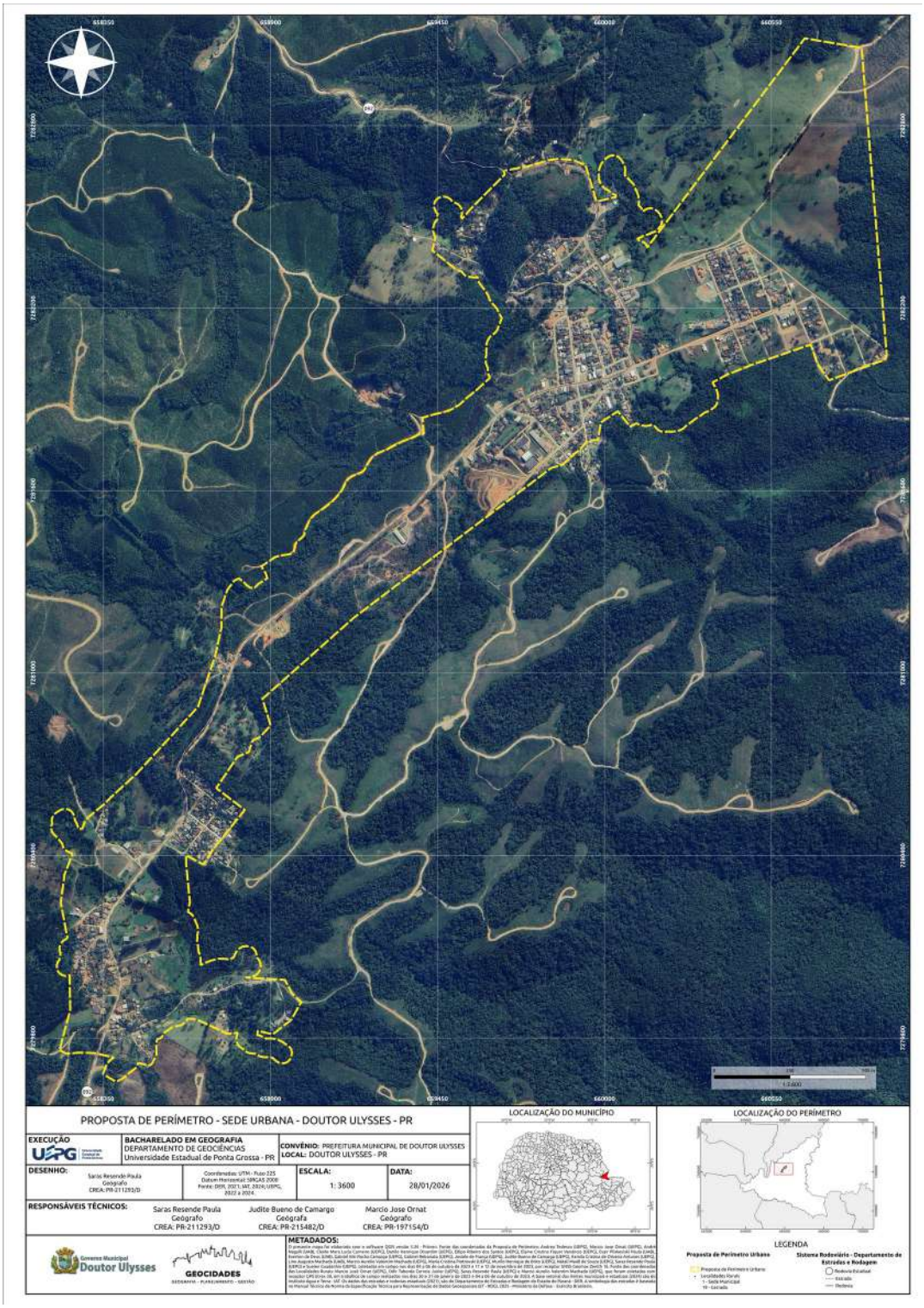
Mapa 2. Evolução da ocupação urbana de Doutor Ulysses, Paraná.



A cartografia de expansão urbana apresenta a ocupação da sede em recortes referentes aos anos de 2000, 2005, 2010 e 2015, demonstrando ampliação progressiva dos núcleos existentes e

consolidação de um eixo longitudinal de ocupação. A sequência evidencia crescimento tanto no núcleo principal quanto no setor sul e avanço da ocupação ao longo do corredor que os conecta.

Mapa 3. Proposta Perímetro Urbano Sede Doutor Ulysses, Paraná.



A análise elaborada com base no MapBiomas apresenta comportamento espacial compatível. Nos recortes de 2000, 2005, 2010 e 2015, a área classificada como urbanizada amplia-se a partir dos núcleos existentes, sem assumir padrão de crescimento radial homogêneo. A utilização de duas referências cartográficas distintas permite reconhecer, portanto, uma tendência histórica de expansão associada aos núcleos já estabelecidos e aos seus eixos de conexão.

A proposta de 2026 não se limita, contudo, a reproduzir a mancha edificada. O mapa do novo perímetro incorpora setores pouco ocupados ou ainda não ocupados entre e ao redor dos núcleos existentes, configurando um limite destinado ao planejamento urbano futuro. A presença dessas áreas demonstra que o perímetro constitui uma delimitação de planejamento, e não simplesmente o contorno das edificações atualmente existentes.

A cartografia de morfologia urbana reforça essa interpretação. O levantamento de lotes vazios identifica áreas ainda não ocupadas em diferentes setores internos ao perímetro, inclusive em quadras já inseridas no tecido urbanizado. Isso significa que o território urbano proposto dispõe de espaços internos cuja eventual ocupação deverá ser considerada antes ou conjuntamente à incorporação futura de novas áreas externas ao perímetro. A simples presença de um lote vazio, entretanto, não representa automaticamente aptidão à edificação, uma vez que permanecem aplicáveis as condicionantes ambientais, geotécnicas e de infraestrutura identificadas no processo.

A morfologia das edificações mostra ainda que o tecido da sede é predominantemente horizontal. O mapa das edificações com um pavimento apresenta ampla predominância dessa tipologia nas quadras urbanizadas dos setores norte, intermediário e sul, enquanto as edificações de dois pavimentos possuem distribuição territorial mais restrita.

Quanto às técnicas construtivas, a cartografia indica predominância de edificações em alvenaria, coexistindo com edificações de madeira e estruturas mistas em diferentes partes da sede. Os mapas demonstram, assim, que a ocupação existente possui certa heterogeneidade construtiva, embora a alvenaria apresente maior expressão territorial entre as categorias mapeadas.

A condição de ocupação das edificações também foi considerada na leitura morfológica. A cartografia registra predominância de edificações ocupadas nas quadras consolidadas, enquanto as edificações não ocupadas aparecem de maneira mais localizada. Essa informação diferencia áreas efetivamente apropriadas pelo uso urbano de situações pontuais de não ocupação, complementando a análise dos lotes vazios.

A análise dos usos evidencia que a função residencial é amplamente distribuída pelo tecido urbano e constitui a categoria de uso mais disseminada na sede. Comércio, serviços, usos institucionais, mistos e religiosos possuem distribuição mais localizada, com maior concentração relativa em determinados setores do núcleo urbano principal e ao longo dos eixos de circulação.

Essa diferenciação funcional é importante porque demonstra que o território incluído no perímetro não possui uma única configuração urbana. Áreas predominantemente residenciais coexistem com setores de comércio, serviços, equipamentos e outras funções, justificando a necessidade de o perímetro ser complementado por um zoneamento capaz de reconhecer e orientar essas diferenças. A Proposta de Zoneamento da Sede, datada de 13 de fevereiro de 2026, realiza precisamente essa diferenciação espacial dentro do perímetro.

7.1.1. Condicionamento pelo Relevo

A delimitação urbana também deve ser compreendida à luz da configuração física da sede. O mapa topográfico demonstra variação significativa do relevo, com setores em que as curvas de nível aparecem mais próximas, indicando áreas de maior inclinação, principalmente nas bordas e em porções adjacentes aos setores urbanizados.

Essa configuração contribui para explicar a própria forma longitudinal da ocupação. O território da sede não oferece condições geomorfológicas homogêneas para expansão em todas as direções, e a ocupação existente desenvolveu-se ao longo de faixas e corredores onde as condições de implantação foram territorialmente diferenciadas.

A cartografia específica de declividade identifica áreas situadas dentro do perímetro com declividades entre 30% e 99,9%, classificadas como áreas com restrição ao parcelamento do solo. As ocorrências estão concentradas principalmente no setor norte/noroeste da sede, mas também aparecem em trechos do corredor intermediário e no setor sul.

Esse condicionamento foi incorporado diretamente à proposta de regulamentação urbanística. O documento de parâmetros da Sede institui a Área de Uso Restrito – AUR para porções internas ao perímetro com declividade igual ou superior a 30%, estabelecendo que o parcelamento do solo não será permitido, salvo quando atendida a exigência específica de Laudo Geotécnico Favorável. O mesmo documento condiciona projetos de edificações nos usos permitidos e permissíveis à avaliação geotécnica favorável.

Há, portanto, correspondência entre diagnóstico físico e proposta normativa: a área permanece integrada ao domínio urbano quando sua localização territorial assim o justifica, mas recebe tratamento diferenciado em razão da condição do terreno. O perímetro não elimina a restrição, mas o zoneamento e os instrumentos complementares passam a definir as condições aplicáveis à utilização da área.

7.1.2. Vulnerabilidade à Inundação e Drenagem

A cartografia de vulnerabilidade à inundação registra áreas classificadas no interior do perímetro urbano, com ocorrências especialmente visíveis nos setores norte e nordeste, além de parcelas no corredor intermediário e no núcleo sul.

Essa presença constitui outra demonstração de que a inclusão de determinada área no perímetro urbano não pode ser interpretada como autorização automática para parcelamento ou ocupação intensiva. A metodologia adotada posteriormente no Macrozoneamento classifica a inundação alta ou muito alta como condicionante territorial e ressalva expressamente que a camada não substitui estudos hidrológicos, hidráulicos ou manchas de inundação associadas a tempos de retorno.

A rede hidrográfica deverá, portanto, permanecer como referência permanente na aplicação do zoneamento, no parcelamento do solo, na drenagem urbana e na avaliação de novos empreendimentos.

7.1.3. Condicionamento Cárstico

O contexto geológico e hidrogeológico representa outro componente relevante da área urbana. O mapa municipal da área cárstica demonstra a presença desse sistema em parcelas do território de Doutor Ulysses, embora sua escala não permita utilizar a representação isoladamente para estabelecer condicionamentos lote a lote na sede.

A caracterização do Macrozoneamento fornece uma referência mais precisa para essa interpretação. A MZ-1 – Macrozona Urbana, correspondente integralmente ao perímetro urbano de 2026, apresenta incidência de sistema cárstico em parte de sua área. Destaca-se a necessidade de atenção específica em parcelamentos, fundações, drenagem, saneamento e intervenções capazes de modificar a infiltração ou a circulação subterrânea da água. Outro ponto de atenção é o de que a

base hidrogeológica do Serviço Geológico do Brasil – SGB 2015 deve ser considerada prioritária para o carste, enquanto a base SUDERHSA 1998 permanece como referência complementar e indicativa.

A consequência para o perímetro urbano é semelhante à observada para declividade e inundação: a classificação urbana define a função territorial predominante, mas não afasta exigências geológicas, geotécnicas, hidrogeológicas ou ambientais aplicáveis ao caso concreto.

7.1.4. Inserção do Perímetro no Macrozoneamento Municipal

A proposta de Macrozoneamento Municipal consolidou o perímetro urbano de 2026 como referência estruturante da divisão territorial. A metodologia estabelece expressamente que a geometria da MZ-1 – Macrozona Urbana foi definida pela união do perímetro urbano final de 2026, recortada pelo limite municipal vigente, sem aplicação de pesos ou compensações capazes de modificar automaticamente essa delimitação.

A MZ-1 possui 213,66 hectares, correspondentes a 0,27% do território municipal, e concentra, segundo a estimativa de planejamento produzida pela metodologia, aproximadamente 1.308 habitantes e 467 domicílios, com densidade estimada de 612 habitantes por quilômetro quadrado.

A caracterização da MZ-1 atribui à área urbana a função de concentrar a ocupação urbana consolidada, orientar o adensamento, qualificar a infraestrutura e constituir espaço prioritário para localização dos serviços municipais. Ao mesmo tempo, as incidências internas de vegetação nativa, APP, suscetibilidade muito alta a movimentos de massa, vulnerabilidade à inundação e sistema cárstico, demonstrando que a função urbana e os condicionantes territoriais coexistem.

A interface externa do perímetro é tratada pela MZ-2 – Macrozona de Transição Urbano-Rural, que possui 1.852,28 hectares e não é definida como reserva automática para expansão urbana. Sua função é controlar as transformações na interface cidade-campo, evitando que a existência de uma área de transição seja interpretada como autorização prévia à expansão do perímetro.

A própria caracterização da MZ-2 estabelece que futuras ampliações do perímetro deverão ser precedidas por avaliação de necessidade, viabilidade financeira, infraestrutura e compatibilidade ambiental, além de considerar continuidade com a sede, abastecimento de água, saneamento, drenagem, energia e acessos.

Essa regra é particularmente importante para o controle da expansão futura. O novo perímetro de 2026 não deve ser compreendido como etapa intermediária para expansão contínua e automática sobre a MZ-2, mas como limite a partir do qual novas alterações deverão ser tecnicamente justificadas.

7.1.5. Consolidação Institucional da Proposta

A proposta cartográfica do perímetro foi posteriormente discutida em conjunto com o zoneamento da sede. A reunião de 10 de fevereiro de 2026 registrou a apresentação das propostas de Perímetro e Expansão Urbana e de Zoneamento Municipal Urbano, cuja discussão foi encaminhada para continuidade em reunião específica.

Na reunião realizada em 24 de fevereiro de 2026, o Grupo Específico instituído pelo Decreto nº 334/2025, a equipe municipal e o LabPlan UEPG retomaram a discussão. Foram apresentadas alternativas, sendo a Proposta que constitui este relatório a aprovada.

Quadro 17. Síntese da proposta de Perímetro Urbano.

Dimensão	Fundamentação documental	Implicação
Histórico Morfológica	Expansão registrada entre 2000 e 2015 e configuração longitudinal da ocupação.	O limite reconhece a trajetória e a forma efetiva da urbanização.
Funcional	Predominância residencial, coexistindo com comércio, serviços, equipamentos, usos institucionais, mistos e religiosos.	O perímetro reúne setores com funções distintas, exigindo zoneamento interno.
Físico Ambiental	Relevo, declividades ≥30%, vulnerabilidade à inundação e condicionamento cárstico.	A condição urbana não elimina restrições ou exigências técnicas.
Territorial Normativa	Perímetro de 2026 define integralmente a MZ-1 e é complementado pela MZ-2 na interface cidade-campo.	Expansões futuras devem ser justificadas e compatibilizadas com infraestrutura e ambiente.

A proposta de Perímetro Urbano de Doutor Ulysses deve ser compreendida como limite territorial estruturante da política urbana, construído em articulação com a trajetória de expansão da sede, sua morfologia existente e as condições físico-ambientais identificadas ao longo da revisão. O perímetro não estabelece uma aptidão uniforme para ocupação, nem elimina restrições ambientais, geológicas, geotécnicas ou hidrológicas incidentes sobre seu interior. Essas diferenças deverão ser disciplinadas pelo Zoneamento, pela Hierarquia das Restrições e pelos instrumentos específicos aplicáveis a cada situação.

Essa interpretação também estabelece a lógica para os próximos itens deste capítulo. O Zoneamento deverá demonstrar como as diferenças funcionais e morfológicas existentes dentro do perímetro foram convertidas em zonas e parâmetros urbanísticos. Em seguida, o Item relacionado a Hierarquia das Restrições deverá definir como APPs, declividade, risco, inundação, carste e demais condicionantes prevalecem ou se sobrepõem às categorias urbanísticas.

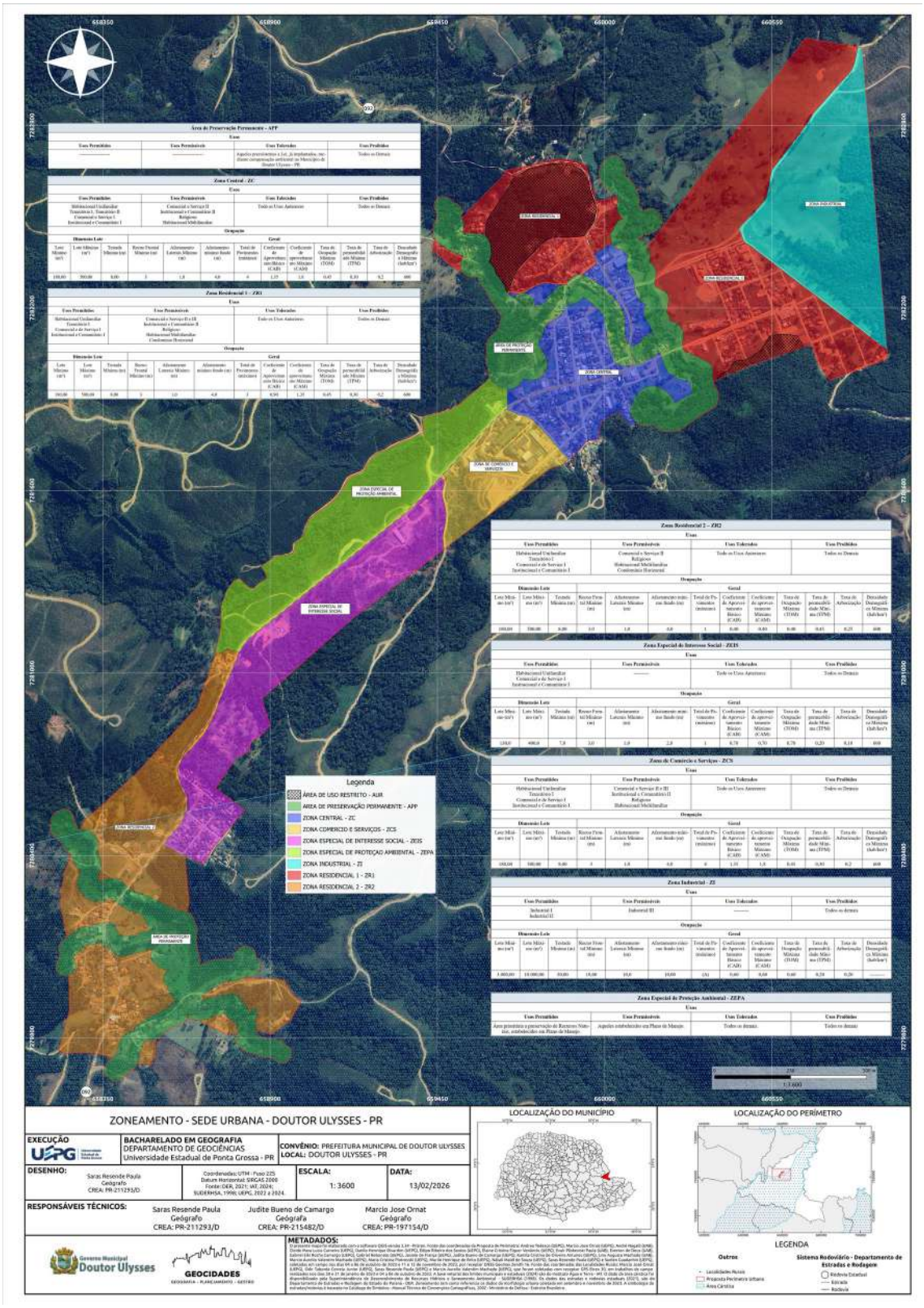
7.2. Zoneamento

O zoneamento proposto para a Sede Municipal de Doutor Ulysses constitui o instrumento destinado a diferenciar, no interior do perímetro urbano de 2026, as condições de uso e ocupação do solo segundo as características da ocupação existente, as funções urbanas identificadas, as possibilidades de transformação e os condicionantes físico-ambientais incidentes sobre o território. Sua interpretação deve ser realizada conjuntamente com a proposta de perímetro urbano, com a cartografia produzida na Análise Temática Integrada, com os levantamentos de morfologia urbana e com os parâmetros urbanísticos elaborados durante o processo de consolidação técnica do Plano Diretor.

A proposta “Zoneamento – Sede Urbana – Doutor Ulysses – PR” espacializa nove categorias: Área de Uso Restrito – AUR; Área de Preservação Permanente – APP; Zona Central – ZC; Zona de Comércio e Serviços 1 – ZCS1; Zona Especial de Interesse Social – ZEIS; Zona Especial de Proteção Ambiental – ZEPA; Zona Industrial – ZI; Zona Residencial 1 – ZR1; e Zona Residencial 2 – ZR2.

O mapa de zoneamento estabelece, para cada categoria, classes de usos permitidos, permissíveis, tolerados e proibidos e parâmetros relacionados às dimensões dos lotes, testadas, recuos, afastamentos, número de pavimentos, coeficientes de aproveitamento, taxas de ocupação e permeabilidade, arborização e densidade demográfica.

Mapa 4. Proposta Zoneamento Sede Urbana, Doutor Ulysses - PR.



7.2.1. Morfologia urbana como referência para a leitura do zoneamento

A cartografia de morfologia produzida durante o processo de revisão demonstra que a área urbana existente não apresenta configuração homogênea. Os levantamentos identificam diferenças relacionadas ao número de pavimentos, materiais construtivos, implantação das edificações nos lotes, condição de ocupação dos imóveis, existência de lotes vazios e distribuição dos diferentes usos. Esses elementos constituem referências relevantes para compreender a diferenciação proposta pelo zoneamento.

A análise do número de pavimentos demonstra predomínio de edificações com um pavimento nas quadras ocupadas da sede, enquanto edificações com dois pavimentos possuem distribuição significativamente mais localizada. Esse padrão caracteriza um tecido predominantemente horizontal e fornece contexto para a diferenciação da intensidade construtiva prevista entre a Zona Central, as zonas residenciais e as demais categorias urbanísticas.

Também existe heterogeneidade quanto aos materiais construtivos. As quadras apresentam predominância de edificações de alvenaria, acompanhada por ocorrências de estruturas de madeira e estruturas mistas. O levantamento da morfologia não sustenta uma divisão territorial rígida do zoneamento segundo materiais construtivos, mas demonstram que a proposta de regulação incide sobre um tecido urbano previamente constituído e construtivamente diversificado.

Os levantamentos de implantação das edificações também registram coexistência de situações com e sem recuo frontal, bem como edificações com e sem afastamentos laterais. Essa diversidade é importante para distinguir o padrão morfológico existente dos parâmetros definidos para futuras intervenções. Os recuos e afastamentos propostos pela nova regulamentação não representam, portanto, uma descrição uniforme do tecido consolidado, mas parâmetros de controle urbanístico destinados a orientar as situações submetidas à futura legislação.

O levantamento da morfologia urbana mostra predominância de edificações ocupadas, enquanto as edificações não ocupadas possuem ocorrência mais localizada. Simultaneamente, o levantamento das características dos lotes vazios identifica parcelas não edificadas no interior do perímetro urbano. Esse conjunto evidencia que a política de ordenamento deve lidar simultaneamente com tecido consolidado, imóveis não ocupados e capacidade interna de ocupação ainda existente.

7.2.2. Usos existentes e diferenciação funcional

A leitura dos usos existentes evidencia predominância da função residencial, distribuída amplamente pelos setores ocupados da sede. Comércio, serviços, usos institucionais, mistos e religiosos apresentam distribuição mais localizada e diferenciada. Esse padrão confirma a existência de diferentes níveis de centralidade e especialização funcional dentro do perímetro urbano.

O uso residencial apresenta a distribuição espacial mais disseminada, alcançando tanto os setores consolidados do núcleo principal quanto áreas localizadas no setor sul e ao longo do eixo de conexão entre as diferentes partes da sede. O comércio e os serviços aparecem de maneira mais concentrada, enquanto os usos institucionais ocupam setores específicos associados às funções coletivas e administrativas.

A Proposta do zoneamento da sede municipal traduz essa diferenciação funcional por meio da combinação entre uma Zona Central, zonas residenciais com diferentes condições de ocupação, áreas destinadas a comércio e serviços, setor industrial, área especial de interesse social e categorias destinadas à proteção ambiental e ao controle da ocupação de terrenos com restrições.

7.2.3. Condicionantes ambientais e geotécnicos

A diferenciação proposta não decorre apenas dos usos existentes. A cartografia físico-ambiental produzida durante a revisão demonstra que o perímetro urbano contém áreas submetidas a condições distintas de relevo, declividade, drenagem, vulnerabilidade à inundação e contexto hidrogeológico.

O levantamento da declividade urbana identifica dentro do perímetro áreas com valores entre 30% e 99,9%, classificadas na própria cartografia como áreas com restrição ao parcelamento do solo. Essa informação foi incorporada diretamente ao sistema de zoneamento mediante a criação da Área de Uso Restrito – AUR.

A vulnerabilidade à inundação também alcança diferentes setores do perímetro, demonstrando que determinadas porções da sede exigem atenção específica quanto à drenagem, ocupação e segurança territorial. O zoneamento não elimina essa condicionante, razão pela qual a futura aplicação dos parâmetros urbanísticos deverá permanecer articulada às informações de risco e aos estudos técnicos específicos.

O contexto cárstico constitui outra condicionante relevante. A cartografia municipal identifica a presença de áreas cársticas no território de Doutor Ulysses, enquanto a metodologia consolidada para o Macrozoneamento reconhece que parte da Macrozona Urbana está submetida a condicionamento hidrogeológico. Essa condição exige atenção específica em intervenções relacionadas a fundações, drenagem, saneamento, infiltração e parcelamento.

A proposta de zoneamento traduz parte dessas diferenças territoriais por meio da espacialização da APP, da ZEPA e da AUR, além da introdução de exigências de avaliação geotécnica em determinadas zonas urbanas. Dessa maneira, o zoneamento não opera apenas como classificação funcional do solo, mas incorpora mecanismos de controle da ocupação associados às condições físicas do território.

7.2.4. Zona Central – ZC

A Zona Central – ZC corresponde à categoria que admite maior diversidade funcional e maior intensidade construtiva entre as zonas de caráter urbano geral. São previstos como usos permitidos o Habitacional Unifamiliar, Transitório I e II, Comercial e Serviço I e Institucional e Comunitário I. Como usos permissíveis aparecem Comercial e Serviço II, Institucional e Comunitário II, Religioso e Habitacional Multifamiliar.

Os parâmetros estabelecem lote mínimo de 180 m², testada mínima de 8 m, recuo frontal mínimo de 3 m, afastamento lateral mínimo de 1 m e afastamento de fundos de 4 m. São admitidos até quatro pavimentos, com Coeficiente de Aproveitamento Básico – CAB de 1,35, Coeficiente de Aproveitamento Máximo – CAM de 1,80, Taxa de Ocupação Máxima de 0,45 e Taxa de Permeabilidade Mínima de 0,30. A proposta vincula a utilização do potencial compreendido entre o CAB e o CAM à aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir. No mapa acima, a ZC encontra-se espacializada no núcleo urbano principal, inserida em área associada à concentração de funções urbanas identificadas na cartografia de usos.

7.2.5. Zona Residencial 1 – ZR1

A Zona Residencial 1 – ZR1 possui caráter predominantemente habitacional, embora permita a convivência com atividades de menor impacto e admita determinados usos mediante permissibilidade. Entre os usos permitidos estão Habitacional Unifamiliar, Transitório I, Comercial

e Serviço I e Institucional e Comunitário I; entre os permissíveis estão Comercial e Serviço II e III, Institucional e Comunitário II, Religioso, Habitacional Multifamiliar e Condomínio Horizontal.

Seus parâmetros estabelecem lote mínimo de 180 m², testada de 8 m, recuo frontal de 3 m, afastamento lateral mínimo de 1 m e fundos de 4 m. A ZR1 admite até três pavimentos, CAB de 0,90, CAM de 1,35, Taxa de Ocupação Máxima de 0,45 e Taxa de Permeabilidade Mínima de 0,30. A utilização do potencial superior ao coeficiente básico também é vinculada à Outorga Onerosa.

A combinação desses parâmetros estabelece intensidade construtiva inferior à Zona Central, preservando predominância habitacional e permitindo determinados usos complementares compatíveis com a estrutura residencial.

7.2.6. Zona Residencial 2 – ZR2

A Zona Residencial 2 – ZR2 apresenta parâmetros mais restritivos. Seus usos permitidos incluem Habitacional Unifamiliar, Transitório I, Comercial e Serviço I e Institucional e Comunitário I, enquanto Comercial e Serviço II, Religioso, Habitacional Multifamiliar e Condomínio Horizontal aparecem como permissíveis.

O lote mínimo permanece em 180 m², mas o limite construtivo é reduzido para um pavimento, com CAB e CAM de 0,40, Taxa de Ocupação Máxima de 0,40 e Taxa de Permeabilidade Mínima de 0,45. Ainda, os projetos de construção, reforma ou alteração de uso destinados aos usos permitidos e permissíveis dependem de Laudo Geotécnico Favorável, ressalvada a exceção indicada para residência familiar simples.

A diferenciação da ZR2 evidencia a incorporação das condições físicas do território à intensidade admitida de ocupação. A menor taxa de ocupação, maior exigência de permeabilidade, redução da verticalização e necessidade de avaliação geotécnica estabelecem tratamento distinto daquele aplicado à ZC e à ZR1.

7.2.7. Zona Especial de Interesse Social – ZEIS

A Zona Especial de Interesse Social – ZEIS estabelece parâmetros próprios. São admitidos como usos permitidos o Habitacional Unifamiliar, Comercial e Serviço I e Institucional e Comunitário I. Não se apresenta usos permissíveis para essa categoria e determina-se o tratamento específico para os demais usos.

O lote mínimo é de 130 m², com testada mínima de 7 m, recuo frontal de 3 m, afastamento lateral de 1 m e fundos de 2 m. É admitido um pavimento, com CAB e CAM de 0,70, Taxa de Ocupação Máxima de 0,70 e Taxa de Permeabilidade Mínima de 0,20. O afastamento lateral pode ocorrer apenas em um dos lados da edificação, sendo admitida geminação facultativa.

Assim como na ZR2, é estabelecida a avaliação por Laudo Geotécnico Favorável para projetos de construção, reforma ou alteração de uso, ressalvada a exceção prevista para residência familiar simples. A espacialização da ZEIS no mapa acima ocorre em setor específico do corredor urbano, diferenciando essa área das zonas residenciais ordinárias.

7.2.8. Zona de Comércio e Serviços - ZCS

A Zona de Comércio e Serviços – ZCS admite como usos permitidos Habitacional Unifamiliar, Transitório I, Comercial e Serviço I e Institucional e Comunitário I. São permissíveis Comercial e Serviço II e III, Institucional e Comunitário II, Religioso e Habitacional Multifamiliar.

Os parâmetros são semelhantes aos da Zona Central quanto à intensidade: lote mínimo de 180 m², testada de 8 m, recuo frontal de 3 m, afastamento lateral mínimo de 1 m, fundos de 4 m, até quatro pavimentos, CAB de 1,35, CAM de 1,80, Taxa de Ocupação Máxima de 0,45 e Taxa de Permeabilidade Mínima de 0,30. Também nesse caso a utilização do potencial entre CAB e CAM está vinculada à Outorga Onerosa.

No mapa acima, a ZCS é espacializada separadamente da Zona Central, estabelecendo área específica destinada à concentração e compatibilização de atividades comerciais e de serviços no sistema urbano.

7.2.9. Zona Industrial – ZI

A Zona Industrial – ZI possui regime específico para atividades industriais. Admitem-se Industrial I e II como usos permitidos e Industrial III como permissível, ficando os demais usos proibidos.

A diferenciação também ocorre nos parâmetros fundiários. O lote mínimo é de 3.000 m², o máximo de 10.000 m², a testada mínima de 50 m, e os recuos frontal, laterais e de fundos são de 10 m. O CAB e o CAM são de 0,60, a Taxa de Ocupação Máxima é de 0,60 e a Taxa de Permeabilidade Mínima de 0,20. A minuta estabelece altura máxima de 20 m, excluindo do

cômputo, nas condições nela previstas, chaminés, silos e torres técnicas. A Proposta cartográfica espacializa uma Zona Industrial específica dentro do perímetro, permitindo separar a atividade industrial dos setores predominantemente residenciais e centrais.

7.2.10. Zona Especial de Proteção Ambiental – ZEPA

A Zona Especial de Proteção Ambiental – ZEPA não segue a mesma lógica das zonas ordinárias de ocupação. Esta é definida como área prioritária à conservação dos recursos naturais, destinada à criação de Unidades de Conservação, prevendo usos relacionados a lazer, pesquisa, turismo sustentável e educação ambiental segundo as condições estabelecidas em Plano de Manejo.

Sua presença na Proposta demonstra que o zoneamento incorporou áreas cuja função principal não é a intensificação da urbanização, mas a conservação dos recursos naturais dentro do território delimitado como urbano.

7.2.11. Área de Preservação Permanente – APP

A proposta também espacializa as Áreas de Preservação Permanente – APPs como componente próprio do zoneamento. A minuta relaciona essa categoria às faixas marginais dos cursos d'água naturais, riachos, lagos, lagoas, nascentes, reservatórios, veredas e banhados.

Para a APP, não são estabelecidos usos urbanos permitidos ou permissíveis ordinários. São tolerados determinadas situações preexistentes nas condições nela especificadas e classifica-se os demais usos como proibidos.

A representação da APP no mesmo mapa das zonas urbanísticas é importante porque evidencia graficamente que a delimitação de uma zona residencial, comercial ou industrial não afasta automaticamente as restrições ambientais incidentes sobre o território.

7.2.12. Área de Uso Restrito – AUR

A Área de Uso Restrito – AUR estabelece a vinculação mais direta entre relevo e regulação urbanística. Esta é definida como a porção localizada no perímetro urbano da sede com declividade igual ou superior a 30%, na qual não será permitido o parcelamento do solo, salvo quando atendida a exigência específica de Laudo Geotécnico Favorável. A existência da AUR encontra

correspondência direta no mapa de declividades da sede, que identifica áreas entre 30% e 99,9% no interior do perímetro urbano.

7.2.13. Síntese dos parâmetros urbanísticos

A comparação entre as principais categorias evidencia uma graduação da intensidade de ocupação proposta para a sede.

Quadro 18. Parâmetros Urbanísticos Sede Doutor Ulysses - PR

Categoria	Lote mínimo	Pavimentos máximos	CAB	CAM	TOM	TPM	Condição específica
ZC	180 m²	4	1,35	1,80	0,45	0,30	Outorga entre CAB e CAM
ZR1	180 m²	3	0,90	1,35	0,45	0,30	Outorga entre CAB e CAM
ZR2	180 m²	1	0,40	0,40	0,40	0,45	Laudo geotécnico nas situações previstas
ZEIS	130 m²	1	0,70	0,70	0,70	0,20	Parâmetros habitacionais específicos e laudo geotécnico nas situações previstas
ZCS	180 m²	4	1,35	1,80	0,45	0,30	Outorga entre CAB e CAM
ZI	3.000 m²	altura máx. 20 m	0,60	0,60	0,60	0,20	Recuos de 10 m

A tabela demonstra que ZC e ZCS recebem os maiores coeficientes de aproveitamento e até quatro pavimentos. A ZR1 apresenta intensidade intermediária, e a ZR2 possui menor intensidade, maior permeabilidade e condicionamento geotécnico. A ZEIS adota parâmetros fundiários e construtivos próprios, enquanto a ZI possui escala de lote, afastamentos e regime de uso específicos às atividades industriais.

7.2.14. Processo de consolidação e validação em 2026

O zoneamento apresentado neste Relatório não deve ser retroativamente tratado como produto cartográfico concluído na 3ª Audiência Pública de setembro de 2024. Naquela audiência foram consolidadas as propostas, estratégias e instrumentos da Fase III. A definição cartográfica detalhada do zoneamento foi objeto de aprofundamento técnico e discussão institucional posterior.

A Ata da reunião de 10 de fevereiro de 2026 registra a apresentação da proposta de Perímetro e Expansão Urbana e da proposta de Zoneamento Municipal Urbano, com encaminhamento da discussão para reunião posterior com participação do Grupo Específico.

Em 24 de fevereiro de 2026, foram confrontadas duas alternativas. A Ata registra que a Proposta 1 recebeu nove votos, enquanto a Proposta 2 recebeu cinco votos, resultando na seleção da Proposta que constitui o presente relatório. O documento também registra que a configuração consolidada não deveria incorporar a nova localização de Zona Industrial apresentada naquela reunião.

7.2.15. Síntese do Zoneamento da Sede

A proposta de zoneamento da Sede de Doutor Ulysses articula quatro dimensões documentadas ao longo da revisão: morfologia existente; estrutura funcional dos usos; intensidade pretendida de ocupação; e, condicionantes físico-ambientais. A leitura morfológica demonstra tecido predominantemente horizontal e residencial, mas internamente diferenciado por comércio, serviços, usos institucionais, vazios, padrões construtivos e formas distintas de implantação das edificações.

A cartografia de síntese elaborada transforma essa heterogeneidade em categorias urbanísticas diferenciadas, estabelecendo maior intensidade na Zona Central e na ZCS, parâmetros intermediários na ZR1, controle mais restritivo na ZR2, tratamento específico para a ZEIS e regime próprio para a atividade industrial. Paralelamente, ZEPA, APP e AUR incorporam à estrutura do zoneamento áreas cuja ocupação deve ser subordinada à conservação, à proteção legal ou à avaliação das condições geotécnicas.

O zoneamento não deve, portanto, ser interpretado isoladamente como uma matriz de usos permitidos. Sua aplicação depende da leitura conjunta entre categoria de zoneamento, parâmetros urbanísticos e restrições ou condicionantes incidentes sobre o imóvel. Essa relação é especialmente importante em Doutor Ulysses em razão da presença, no interior da área urbana, de declividades elevadas, vulnerabilidade à inundação, APPs e condicionamentos geológicos e hidrogeológicos já identificados no processo de revisão.

Essa característica conduz diretamente ao próximo item deste relatório, no qual será estabelecida a forma de compatibilização entre o zoneamento proposto e as restrições legais, ambientais, geotécnicas e hidrogeológicas que incidem cumulativamente sobre a área urbana.

7.3. Macrozoneamento

O Macrozoneamento constitui a proposta de organização territorial de maior abrangência espacial da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses. Enquanto o perímetro urbano delimita a área submetida à política urbana da Sede e o zoneamento diferencia internamente os usos e parâmetros aplicáveis a essa área, o Macrozoneamento abrange a totalidade do território municipal, estabelecendo funções territoriais predominantes para áreas urbanas, de transição, produtivas, de centralidade rural, conservação e uso condicionado.

A proposta atual foi desenvolvida mediante abordagem hierárquica e multicritério. A metodologia separou as referências utilizadas em estruturantes, determinantes, condicionantes, complementares e históricas. As referências estruturantes definiram o domínio territorial, o perímetro urbano e a distribuição socioespacial, as determinantes foram utilizadas para diferenciar funções territoriais, e as informações relacionadas a APPs, riscos, cavidades, sumidouros e mineração foram mantidas como condicionantes sobrepostos, evitando que cada restrição temática produzisse uma fragmentação independente das macrozonas.

Essa estrutura responde à diversidade territorial identificada ao longo da Análise Temática Integrada. Doutor Ulysses reúne uma Sede urbana relativamente concentrada, ocupação rural dispersa, diferentes centralidades comunitárias, áreas agrícolas e de silvicultura, grandes remanescentes de vegetação nativa, mananciais, sistema aquífero cárstico, cavidades, sumidouros, áreas suscetíveis a movimentos de massa e extensa incidência de processos minerários. A metodologia parte do entendimento de que essa diversidade não poderia ser representada adequadamente por uma classificação baseada em apenas uma variável territorial.

7.3.1. Relação entre Macrozoneamento e Unidades Espaciais de Gestão

Um dos principais aperfeiçoamentos metodológicos produzidos durante a elaboração desta versão foi a separação entre unidade de gestão e unidade normativa de ordenamento territorial. Nas versões intermediárias, o uso das UEGs como unidades decisórias mostrou-se capaz de generalizar funções territoriais distintas contidas em grandes polígonos. Por essa razão, as UEGs permaneceram como referências para síntese territorial, participação, estatísticas, monitoramento e gestão, mas deixaram de comandar geometricamente os limites das macrozonas.

Essa distinção é coerente com a função atribuída às UEGs. Elas continuam permitindo relacionar localidades, problemáticas, participação comunitária e políticas públicas, mas não substituem a divisão normativa do território. As macrozonas, por sua vez, procuram representar as funções territoriais predominantes identificadas a partir do conjunto de evidências espaciais utilizadas no modelo.

Consequentemente, uma macrozona pode atravessar diferentes UEGs, e uma mesma UEG pode conter mais de uma macrozona. Isso não representa inconsistência: resulta da utilização de dois instrumentos com finalidades diferentes, a gestão e monitoramento, no caso das UEGs, e o ordenamento territorial, no caso das macrozonas.

7.3.2. Estrutura metodológica e precedência espacial

A delimitação das macrozonas foi realizada sequencialmente, de forma a produzir uma partição integral do Município, sem lacunas e sem sobreposição entre as seis categorias. A ordem de precedência adotada foi MZ-1 → MZ-2 → MZ-4 → MZ-6 → MZ-5 → MZ-3. As MZ-1, MZ-2, MZ-4 e MZ-6 haviam sido consolidadas na versão anterior e foram preservadas nesta versão. A MZ-5 foi recalculada mediante um modelo contínuo de paisagem e a MZ-3 foi obtida após a aplicação das demais macrozonas.

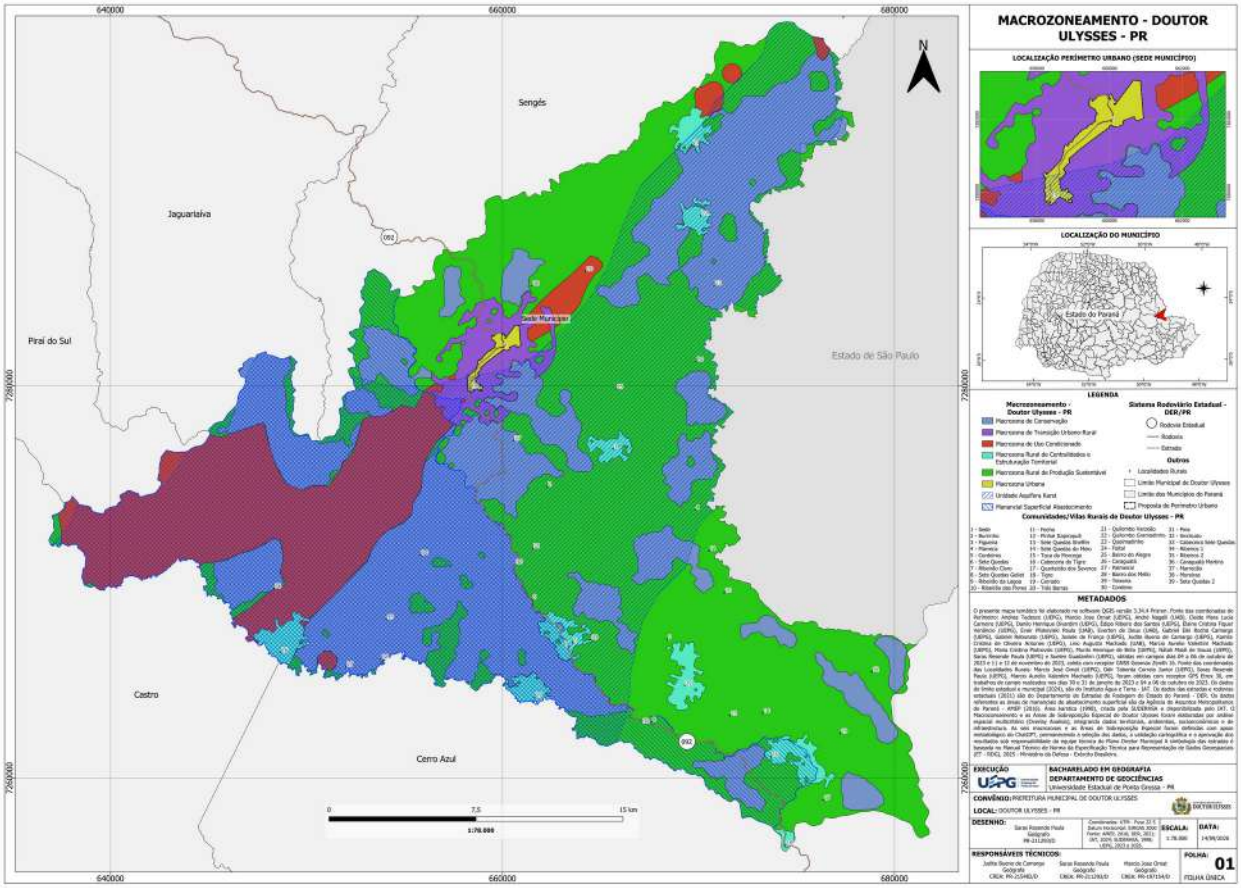
A precedência possui função metodológica, evitando que uma mesma porção do território seja classificada simultaneamente em duas macrozonas. Diferentemente das Áreas de Sobreposição Especial, que são cumulativas, a camada de macrozoneamento é excludente e integral: cada ponto do território municipal pertence a uma única macrozona. A proposta resultante organiza os 78.044,09 hectares do Município em seis macrozonas:

Tabela 2. Macrozoneamento de Doutor Ulysses, Paraná.

Código	Macrozona	Área (ha)	% do Município	População estimada	Densidade estimada (hab./km²)
MZ-1	Macrozona Urbana	213,66	0,27	1.308	612,00
MZ-2	Macrozona de Transição Urbano-Rural	1.852,28	2,37	390	21,03
MZ-3	Macrozona Rural de Produção Sustentável	36.976,31	47,38	1.863	5,04
MZ-4	Macrozona Rural de Centralidades e Estruturação Territorial	2.455,38	3,15	1.188	48,38

Código	Macrozona	Área (ha)	% do Município	População estimada	Densidade estimada (hab./km²)
MZ-5	Macrozona de Conservação	24.879,89	31,88	743	2,99
MZ-6	Macrozona de Uso Condicionado	11.666,58	14,95	206	1,77
Total		**78.044,09**	**100,00**	**5.697**	—

Mapa 5. Macrozoneamento de Doutor Ulysses, Paraná.



Os valores populacionais atribuídos às macrozonas são estimativas para planejamento territorial. Como os setores censitários de 2022 não coincidem com os limites propostos, a população e os domicílios foram distribuídos mediante método dasimétrico híbrido. O procedimento combinou 85% de um proxy de ocupação, construído com alunos residentes, localidades, escolas e equipamentos, e 15% da proporção da área de cada setor interceptada pela macrozona. O método preservou os totais municipais adotados de 5.697 habitantes e 2.068 domicílios, não constituindo novos resultados censitários oficiais por macrozona.

7.3.3. MZ-1 – Macrozona Urbana

A MZ-1 – Macrozona Urbana corresponde integralmente ao perímetro urbano final de 2026. Abrange 213,66 hectares, equivalentes a 0,27% do Município, e concentra a Sede administrativa, os principais serviços, atividades comerciais, equipamentos públicos e a maior densidade demográfica entre as macrozonas. Sua função é abrigar a ocupação urbana consolidada, orientar o adensamento e direcionar a qualificação da infraestrutura e a localização prioritária dos serviços urbanos.

A geometria da MZ-1 foi preservada como referência estruturante. As variáveis ambientais não foram utilizadas para alterar automaticamente seu limite. APPs, inundação, riscos, carste e demais condicionantes permanecem incidindo sobre a área urbana sem retirar sua condição de MZ-1.

Essa opção é coerente com os resultados já apresentados nos itens relativos ao Perímetro Urbano e ao Zoneamento. A área urbana contém vazios, diferentes usos e intensidades construtivas, mas também parcelas com restrições e condicionantes ambientais. A caracterização registra 38,75% de vegetação nativa na MZ-1, além de 11,74% de APP, 24,85% de suscetibilidade muito alta a movimentos de massa, 27,85% de vulnerabilidade alta ou muito alta à inundação e 43,18% de incidência de sistema cárstico.

Por isso, as diretrizes da MZ-1 priorizam consolidação urbana, utilização adequada dos vazios, complementação da infraestrutura, regularização urbanística e fundiária, prevenção de riscos, proteção das APPs e controle das intervenções em terrenos cársticos, além da contenção da expansão descontínua.

7.3.4. MZ-2 – Macrozona de Transição Urbano-Rural

A MZ-2 – Macrozona de Transição Urbano-Rural estabelece a interface entre a Sede e o território rural. Sua delimitação não foi produzida como um buffer uniforme ao redor do perímetro. A metodologia adotou uma faixa funcional, considerando acessos viários, lotes, localidades, escolas, equipamentos e indícios de ocupação vinculados à Sede.

Foram utilizados um núcleo mínimo de 400 m no exterior do perímetro e limite máximo de 1.800 m, associados a corredores viários, lotes, localidades, escolas, equipamentos e moradias de alunos segundo distâncias e buffers definidos metodologicamente. O processamento geométrico

buscou produzir uma área de transição aderente às ocupações e aos acessos existentes, reduzindo a indução de expansão urbana difusa.

A MZ-2 possui 1.852,28 hectares, ou 2,37% do Município, e população estimada em aproximadamente 390 habitantes distribuídos em 136 domicílios. A proposta identifica nessa faixa pressões potenciais relacionadas a residências, chácaras, depósitos, atividades econômicas e parcelamentos informais.

Sua principal característica normativa é não constituir reserva automática de expansão urbana. A função da MZ-2 é controlar as transformações na interface campo-cidade. Futuras ampliações do perímetro deverão ser justificadas por estudos de necessidade, viabilidade financeira, infraestrutura e compatibilidade ambiental, considerando abastecimento de água, saneamento, drenagem, energia e acessibilidade.

Essa definição é importante porque impede que a simples proximidade da Sede seja interpretada como autorização prévia para urbanização. A MZ-2 funciona como área de gestão da pressão urbana, e não como expansão programada em toda sua extensão.

7.3.5. MZ-3 – Macrozona Rural de Produção Sustentável

A MZ-3 – Macrozona Rural de Produção Sustentável constitui a maior macrozona do Município, com 36.976,31 hectares, correspondentes a 47,38% do território. Sua função é organizar as atividades rurais (agricultura, pecuária, silvicultura e agroindústria) segundo critérios de sustentabilidade.

Metodologicamente, a MZ-3 foi obtida por diferença espacial após a delimitação das demais macrozonas. Foram subtraídas do limite municipal as MZ-1, MZ-2, MZ-4, MZ-5 e MZ-6. O caráter residual dessa operação não significa ausência de fundamentação. Ela representa o território rural no qual a função produtiva permaneceu predominante depois da consideração das áreas urbanas, das centralidades, da conservação e dos terrenos cársticos condicionados.

A MZ-3 concentra aproximadamente 1.863 habitantes, 677 domicílios, 19 localidades rurais e sete equipamentos, com densidade estimada de 5,04 habitantes/km². O padrão disperso da população reforça a importância de manutenção das estradas rurais, transporte escolar, conectividade digital e atendimento descentralizado, temas que já haviam aparecido de forma recorrente nas Leituras Comunitárias e na análise das UEGs.

A cobertura do solo confirma que a macrozona deve ser entendida como um mosaico produtivo e ambiental, e não como área destinada exclusivamente à intensificação econômica. O MapBiomas 2025 registra 42,52% de vegetação nativa, enquanto a base histórica do IAT indicava presença significativa de vegetação natural, plantios florestais e pastagens ou campos.

As diretrizes associadas à MZ-3 incluem estímulo à agricultura familiar, manejo conservacionista, recuperação de áreas degradadas, proteção das águas e da vegetação ripária, diversificação produtiva, sistemas agroflorestais, manutenção viária e controle de atividades de maior impacto. A própria documentação ressalta que sua classificação produtiva não afasta APPs, riscos, manancial ou outras Áreas de Sobreposição Especial.

7.3.6. MZ-4 – Macrozona Rural de Centralidades e Estruturação Territorial

A MZ-4 – Macrozona Rural de Centralidades e Estruturação Territorial reúne núcleos habitados, aglomerações rurais, escolas, equipamentos, moradias, pontos de transporte e trechos viários que desempenham funções estruturadoras no território rural. Sua área é de 2.455,38 hectares, equivalente a 3,15% do Município.

A delimitação utilizou setores censitários associados a aglomerações rurais, escolas fora da área urbana, equipamentos vinculados a esses núcleos, agrupamentos de moradias de alunos e trechos viários próximos. Foram aplicados critérios de distância, número de moradias, alunos e equipamentos, seguidos de operações de fechamento e abertura geométrica.

A MZ-4 concentra aproximadamente 1.188 habitantes e 439 domicílios, com densidade de 48,38 habitantes/km². Foram identificadas nove localidades, sete escolas e 11 equipamentos, configurando a principal concentração de serviços do Município fora da Sede.

Essa macrozona dialoga diretamente com a leitura territorial desenvolvida por meio das UEGs, indicando que uma parcela significativa das demandas comunitárias dizia respeito à distância da Sede, acesso a saúde e educação, transporte rural, telecomunicações, manutenção das estradas e necessidade de atendimento descentralizado. No Macrozoneamento, essas relações deixam de ser apenas elementos diagnósticos e passam a estruturar uma categoria territorial específica destinada ao fortalecimento das centralidades rurais. A documentação estabelece como diretrizes priorizar escolas, saúde, assistência, transporte, telecomunicações, acessos, espaços comunitários e apoio à comercialização.

A MZ-4, entretanto, não equivale a perímetro urbano. Os núcleos nela compreendidos permanecem como centralidades rurais, sendo que aqueles que apresentarem características urbanas consolidadas deverão ser objeto de estudos específicos antes da eventual criação de distritos ou novos perímetros urbanos.

7.3.7. MZ-5 – Macrozona de Conservação

A MZ-5 – Macrozona de Conservação representa o principal refinamento introduzido nesta proposta. Nas versões anteriores, sua delimitação estava excessivamente vinculada às UEGs inteiras. Esta versão substituiu esse procedimento por uma análise contínua da paisagem em grade de 30 m, buscando representar diretamente os principais blocos de vegetação nativa, conectividade ambiental, proteção hídrica, menor aptidão relativa a usos intensivos e afastamento da rede viária.

O modelo de conservação utilizou quatro critérios normalizados: 55% para densidade de vegetação nativa do MapBiomas 2025, 20% para potencialidade agrícola, 15% para incidência do manancial superficial e 10% para afastamento da rede viária. O escore resultante foi expresso como:

E = 0,55 Vn + 0,20 Pa + 0,15 Ma + 0,10 Av

Foram selecionadas áreas com escore igual ou superior a 0,55, densidade de vegetação nativa igual ou superior a 0,35 e continuidade aproximada mínima de 200 hectares. A escolha do limiar 0,55 foi precedida por análise de sensibilidade. O cenário 0,50 produziria 31.780,26 hectares candidatos, o limiar 0,55, 26.111,25 hectares, e o limiar 0,60, 19.496,25 hectares. O valor intermediário foi adotado como cenário de referência para deliberação.

Após a aplicação da precedência das demais macrozonas e dos ajustes geométricos, a MZ-5 passou a possuir 24.879,89 hectares, equivalentes a 31,88% do Município. A estimativa demográfica indica aproximadamente 743 habitantes e 273 domicílios, demonstrando que a categoria não corresponde a território desabitado. A presença de moradores exige compatibilização entre conservação, direitos existentes e atividades já desenvolvidas.

A vegetação nativa alcança 76,10% da MZ-5 segundo o MapBiomas 2025, maior proporção registrada entre as macrozonas. Suas diretrizes priorizam manutenção dos remanescentes, conectividade, nascentes, mananciais e serviços ecossistêmicos, além de recuperação ambiental, usos de baixo impacto, sistemas agroflorestais, pesquisa, turismo de natureza e pagamento por

serviços ambientais. Ressalta-se que a MZ-5 é uma categoria municipal de ordenamento territorial e não equivale automaticamente a Unidade de Conservação de proteção integral.

A comparação entre as versões produzidas demonstra o efeito dessa revisão metodológica. A alteração ocorreu exclusivamente entre MZ-3 e MZ-5: a MZ-3 ganhou 17.303,75 hectares e a MZ-5 perdeu a mesma extensão. Essa mudança à correção da generalização decorrente da utilização anterior das UEGs como unidades decisórias, sem interpretar a transferência para MZ-3 como autorização automática à intensificação produtiva, pois as ASEs continuam incidindo sobre essas áreas.

7.3.8. MZ-6 – Macrozona de Uso Condicionado

A MZ-6 – Macrozona de Uso Condicionado corresponde predominantemente às ocorrências efetivas do sistema aquífero cárstico identificadas pelo SGB 2015, complementadas por evidências de cavidades e sumidouros. A base do SGB foi priorizada, enquanto a delimitação da SUDERHSA 1998 foi mantida como referência regional complementar.

A metodologia evitou classificar UEGs inteiras como áreas cársticas. As ocorrências do carste, cavidades e sumidouros foram processadas espacialmente e ajustadas depois da exclusão das macrozonas de maior precedência, buscando aproximar a MZ-6 das evidências efetivamente mapeadas.

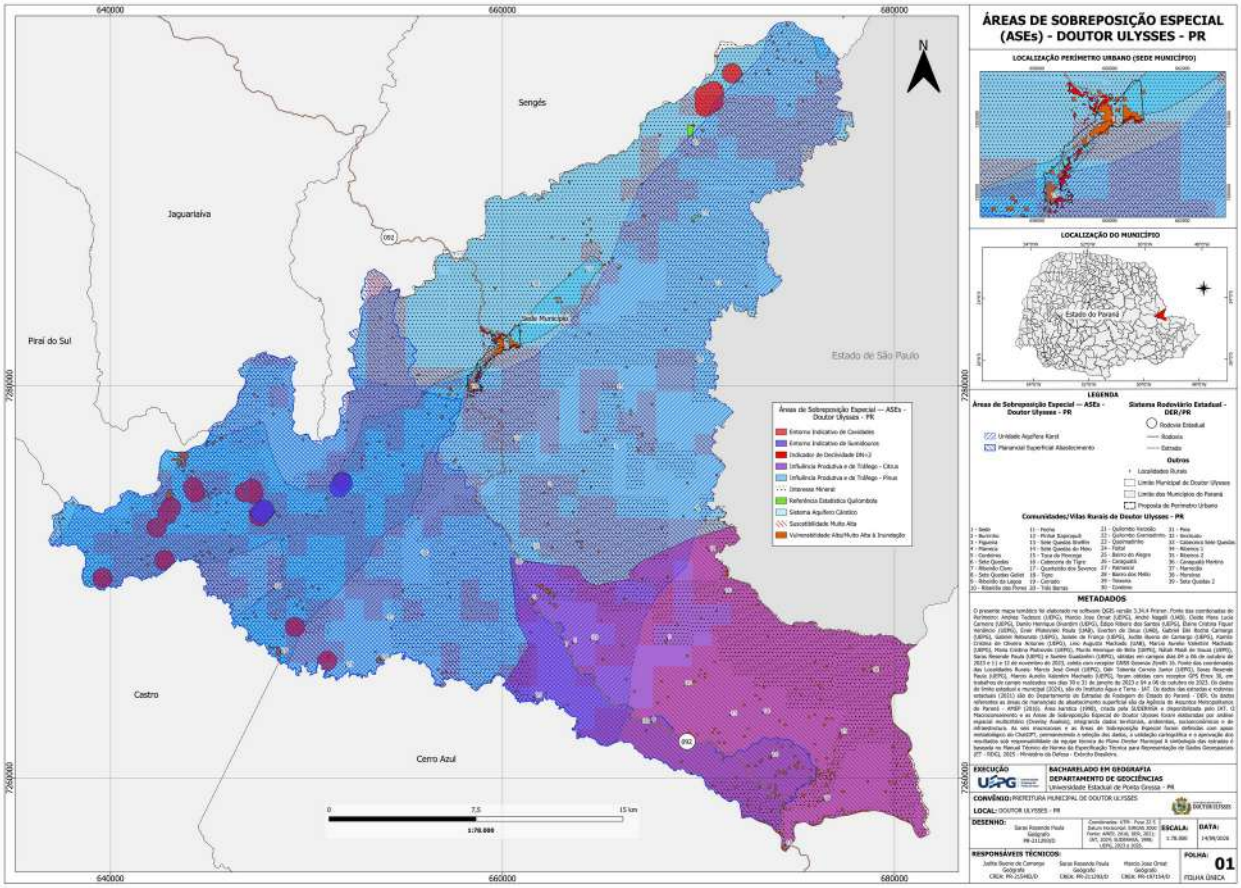
A MZ-6 abrange 11.666,58 hectares, equivalentes a 14,95% do Município. Sua população estimada é de aproximadamente 206 habitantes, distribuídos em 76 domicílios. O sistema cárstico alcança 96,85% da própria macrozona, enquanto 46,02% correspondem a áreas de suscetibilidade potencial muito alta a movimentos de massa.

A denominação “Uso Condicionado” é relevante porque a macrozona não estabelece proibição geral das atividades. Ela submete parcelamentos, mineração, grandes movimentos de terra, vias e atividades potencialmente poluidoras à realização dos estudos geológicos, geotécnicos, hidrogeológicos, espeleológicos e ambientais pertinentes. As diretrizes priorizam proteção de aquíferos, cavidades, dolinas, sumidouros e nascentes, além de controle de efluentes, resíduos, terraplenagens e vibrações.

7.3.9. Relação entre as macrozonas e as Áreas de Sobreposição Especial

A organização em seis macrozonas não pretende absorver todas as restrições e condicionantes existentes no território. Para evitar essa sobrecarga normativa, a metodologia adotou uma segunda camada, formada pelas Áreas de Sobreposição Especial – ASEs. As macrozonas são exclusivas e definem a função predominante. Por outro lado, as ASEs são cumulativas e podem incidir simultaneamente sobre uma mesma parcela do território.

Mapa 6. Áreas de Sobreposição Especial de Doutor Ulysses, Paraná.



A proposta registra 13 ASEs: proteção ambiental e hídrica; suscetibilidade muito alta; inundação alta ou muito alta; indicador preliminar de declividade; sistema aquífero cárstico; entorno indicativo de cavidades; entorno indicativo de sumidouros; interesse mineral; referência estatística quilombola; influência produtiva e logística da citricultura; influência produtiva e logística do pinus; ajuste cartográfico das UEGs; e proteção do manancial superficial do Rio Ribeira.

Essas áreas não possuem o mesmo efeito. Há diferentes efeitos restritivos, condicionantes, preliminares, de compatibilização, socioculturais, logísticos e de revisão cartográfica. Por essa razão, a simples incidência de uma ASE não pode ser interpretada automaticamente como proibição da função definida pela macrozona.

A relação macrozona–ASE constitui, portanto, um dos princípios centrais da proposta: primeiro identifica-se a função territorial predominante e depois verificam-se todas as restrições, condicionantes e referências especiais incidentes sobre aquela área. Essa lógica prepara diretamente o Item subsequente deste Relatório, destinado à Hierarquia das Restrições.

7.3.10. Síntese analítica do Macrozoneamento

O resultado territorial da proposta evidencia três características estruturais de Doutor Ulysses. A primeira é a reduzida expressão territorial da urbanização formal: a MZ-1 representa apenas 0,27% da área municipal, enquanto a MZ-2 de transição corresponde a 2,37%. Mesmo assim, a MZ-1 concentra a maior densidade populacional e as principais funções administrativas e de serviços.

A segunda é a predominância do território rural, porém sem homogeneidade funcional. A MZ-3, destinada à produção sustentável, representa 47,38% do Município. A MZ-4 reconhece 3,15% como centralidades e áreas de estruturação territorial, e a MZ-5 reserva 31,88% para uma função predominantemente conservacionista. A proposta diferencia, portanto, produção rural, centralidade rural e conservação, evitando classificar todo o espaço externo à Sede como uma única categoria indiferenciada.

A terceira é a importância dos condicionantes hidrogeológicos: a MZ-6 representa 14,95% do Município e foi delimitada a partir do sistema cárstico e de evidências espeleológicas, estabelecendo uma categoria própria de uso condicionado em vez de simplesmente incorporar essas áreas às zonas produtivas ou de conservação.

Desse modo, o Macrozoneamento proposto estrutura o território de Doutor Ulysses segundo uma lógica de função predominante, e não segundo uma simples oposição entre “urbano”, “rural” e “preservação”. A Sede, a transição urbano-rural, a produção, as centralidades comunitárias, a conservação e os terrenos de maior sensibilidade hidrogeológica passam a constituir categorias territoriais distintas, complementadas pelas Áreas de Sobreposição Especial.

Essa organização permite relacionar diretamente o Macrozoneamento aos resultados das fases anteriores da revisão:

- a concentração de serviços e equipamentos na Sede é representada pela MZ-1;
- as pressões de transformação da interface campo-cidade são tratadas pela MZ-2;
- a relevância das atividades rurais aparece na MZ-3;
- as centralidades identificadas nas Leituras Comunitárias e nas análises territoriais encontram expressão na MZ-4;
- os grandes remanescentes e mananciais estruturam a MZ-5;
- e as particularidades do sistema cárstico justificam a MZ-6.

Com essa organização, o Macrozoneamento deve preceder a Hierarquia das Restrições, pois primeiro se estabelece qual é a função territorial predominante de cada área do Município. Em seguida, o próximo item deverá estabelecer como as restrições legais, ambientais, geotécnicas, hidrogeológicas e demais condicionantes incidem sobre cada macrozona e sobre o zoneamento urbano.

7.4. Hierarquia das Restrições

A definição do perímetro urbano, do zoneamento da Sede e do Macrozoneamento Municipal estabelece as funções territoriais predominantes e os parâmetros básicos de uso e ocupação do solo, mas não elimina as restrições legais nem os condicionantes ambientais, geotécnicos, hidrogeológicos, hidrológicos, espeleológicos e territoriais que incidem sobre cada porção do Município. A própria metodologia do Macrozoneamento foi estruturada para preservar essa distinção: as macrozonas constituem uma partição integral e excludente do território, enquanto as Áreas de Sobreposição Especial – ASEs possuem natureza cumulativa e incidem sobre as macrozonas sem substituí-las.

Essa diferenciação é necessária porque as informações utilizadas na revisão possuem efeitos distintos. A metodologia classifica a APP como referência restritiva, a suscetibilidade a movimentos de massa, a inundação e o sistema aquífero cárstico como condicionantes, as cavidades e sumidouros como condicionantes de caráter indicativo, os processos minerários como elemento de compatibilização, as referências quilombolas como informação sociocultural, as áreas de influência

da citricultura e do pinus como referências de planejamento logístico, e os ajustes das UEGs como controle cartográfico.

Dessa forma, não é tecnicamente adequado interpretar todas as camadas territoriais como se produzissem o mesmo tipo de restrição. A Hierarquia das Restrições deve ser compreendida, portanto, como um procedimento de leitura cumulativa do território, destinado a estabelecer em que ordem devem ser consultadas as informações e qual efeito cada uma delas pode produzir sobre parcelamentos, edificações, usos, atividades, obras ou empreendimentos. Essa interpretação é expressamente compatível com a metodologia, segundo a qual cada imóvel, atividade ou empreendimento deve ser inicialmente identificado em sua macrozona e, posteriormente, confrontado com todas as ASEs incidentes, registrando-se separadamente a função territorial, os condicionantes, as restrições legais, os estudos necessários e as medidas de mitigação.

7.4.1. Relação entre função territorial e restrição

A primeira distinção necessária é entre função territorial e restrição territorial. As seis macrozonas definidas na proposta, Urbana, Transição Urbano-Rural, Rural de Produção Sustentável, Rural de Centralidades e Estruturação Territorial, Conservação e Uso Condicionado, estabelecem a função predominante de cada parcela do território municipal. Uma mesma área pertence a apenas uma macrozona. As ASEs, por outro lado, podem se sobrepor entre si e incidir simultaneamente sobre qualquer macrozona.

Consequentemente, a classificação de uma área como MZ-3 – Macrozona Rural de Produção Sustentável, por exemplo, não significa autorização irrestrita para intensificação produtiva. A própria documentação determina que APPs, riscos, mananciais e demais ASEs continuam incidindo integralmente sobre essa macrozona. Da mesma forma, uma área inserida na MZ-1 – Macrozona Urbana permanece sujeita às restrições ambientais e aos condicionantes geotécnicos ou hidrogeológicos existentes.

Esse princípio já aparece no zoneamento da Sede. O seu mapa espacializa, conjuntamente com as zonas urbanísticas, a Área de Preservação Permanente – APP e a Área de Uso Restrito – AUR, demonstrando cartograficamente que o regime de uso de determinada zona não elimina condicionantes sobrepostos.

Assim, a permissibilidade estabelecida pelo zoneamento representa uma condição urbanística de base, que deve ser posteriormente confrontada com as restrições e condicionantes aplicáveis ao imóvel ou à intervenção.

7.4.2. Restrições ambientais de caráter legal

No nível de maior restrição encontram-se as áreas submetidas a regimes legais específicos de proteção ambiental. No Macrozoneamento, a ASE-1 – Proteção Ambiental e Hídrica corresponde às APPs cartografadas e possui efeito explicitamente classificado como restritivo. Associa-se essa área à preservação, recuperação das matas ciliares, proteção de nascentes, controle de erosão e fiscalização das intervenções.

Entretanto, estabelece-se uma salvaguarda essencial: a base cartográfica utilizada funciona como referência territorial, mas não substitui a delimitação jurídica individualizada da APP conforme a legislação aplicável. A ausência de uma feição na camada também não comprova a inexistência de APP no local.

Também, mantém-se expressamente as APPs subordinadas ao regime próprio da Lei Federal nº 12.651/2012, separando a função territorial definida pelo Plano Diretor do regime jurídico ambiental incidente.

Essa mesma lógica está presente nos parâmetros urbanísticos da Sede, nos quais a APP não é tratada como zona ordinária destinada ao parcelamento e à intensificação da ocupação. Portanto, quando houver incidência de APP sobre qualquer zona urbana ou macrozona municipal, seu regime específico deverá ser considerado antes da aplicação ordinária dos parâmetros de uso e ocupação correspondentes.

7.4.3. Declividade e condicionamento geotécnico

A segunda categoria corresponde às áreas cujas características físicas exigem avaliação geotécnica antes do parcelamento ou da edificação. No zoneamento da Sede, essa situação é expressamente incorporada pela Área de Uso Restrito – AUR, definida como porção inserida no perímetro urbano com declividade igual ou superior a 30%. Nessa área, o parcelamento não é admitido sem o atendimento da exigência específica de Laudo Geotécnico Favorável, e os projetos de edificação previstos nos usos admitidos também ficam submetidos à avaliação geotécnica.

O condicionamento não se restringe à AUR. A proposta de parâmetros estabelece que, na Zona Residencial 2 – ZR2, os projetos de construção, reforma ou alteração de uso vinculados aos usos permitidos e permissíveis dependem de Laudo Geotécnico Favorável, ressalvada a exceção prevista para residência familiar simples. A mesma exigência foi incorporada à Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, também com a ressalva documental prevista para residência familiar simples.

No nível municipal, a ASE-2A – Suscetibilidade Muito Alta a movimentos de massa desempenha função condicionante. Ressalta-se que a suscetibilidade representa a propensão física à ocorrência do processo e não equivale automaticamente a risco, pois o risco depende também da exposição e da vulnerabilidade. Sua incidência deve orientar parcelamentos, edificações, vias, cortes, aterros e drenagem e acionar estudos geológicos e geotécnicos adequados.

Dessa maneira, o Plano Diretor diferencia corretamente duas situações: a existência de uma área de suscetibilidade não significa proibição automática de todo uso, mas impede que a permissibilidade definida pela macrozona ou pelo zoneamento seja aplicada sem avaliação das condições físicas do terreno.

7.4.4. Inundação e condicionamento hidrológico

A ASE-2B – Vulnerabilidade Alta ou Muito Alta à Inundação também possui efeito condicionante. É estabelecido que sua relevância depende da presença de moradias, vias, pontes, equipamentos e atividades nas áreas alcançadas e determina que essa informação seja utilizada no controle de novas ocupações, preservação de planícies de inundação, manutenção da drenagem, proteção das travessias, definição de rotas de emergência e realização de estudos hidráulicos. A própria metodologia ressalva que a camada de vulnerabilidade não substitui estudos hidrológicos ou hidráulicos nem manchas definidas segundo tempos de retorno.

Essa ressalva é especialmente importante para a Sede Municipal, onde a análise realizada identificou incidências de vulnerabilidade à inundação dentro do perímetro urbano. Nesses casos, a classificação urbanística do imóvel continua válida como referência territorial, mas a possibilidade concreta de implantação ou intensificação do uso deverá considerar o condicionamento hidrológico existente.

7.4.5. Sistema aquífero cárstico

A geologia cárstica constitui outro condicionante relevante no território de Doutor Ulysses. A ASE-3A – Sistema Aquífero Cárstico é baseada prioritariamente na cartografia hidrogeológica do Serviço Geológico do Brasil – SGB de 2015, sendo a referência da SUDERHSA de 1998 mantida apenas como informação regional complementar.

A documentação caracteriza essas áreas pela presença potencial ou efetiva de rochas solúveis, cavidades, fraturas, dolinas, sumidouros e circulação subterrânea concentrada. O efeito atribuído é condicionante, com necessidade de precaução para parcelamentos, mineração, terraplenagens, atividades industriais, disposição de resíduos e efluentes, implantação de estradas e captação subterrânea.

A própria MZ-6 – Macrozona de Uso Condicionado foi estruturada a partir das ocorrências do sistema cárstico identificadas pelo SGB, complementadas por evidências espeleológicas. Indica-se que essa macrozona não proíbe todas as atividades, mas submete intervenções de maior impacto a estudos geológicos, geotécnicos, hidrogeológicos, espeleológicos e ambientais.

Essa distinção é central para a Hierarquia das Restrições, pois carste não significa automaticamente interdição absoluta, mas também não pode ser ignorado porque determinada área foi classificada como urbana, rural produtiva ou de centralidade. O condicionamento deve ser analisado segundo o tipo de intervenção e sua capacidade de alterar o meio superficial ou subterrâneo.

7.4.6. Cavidades naturais e sumidouros

As ASE-3B – Entorno Indicativo de Cavidades e ASE-3C – Entorno Indicativo de Sumidouros possuem caráter condicionante e indicativo. Essa qualificação impede que seus polígonos sejam interpretados diretamente como faixas legais fixas.

Os buffers utilizados ao redor das cavidades são aproximações analíticas e não representam os contornos reais das cavidades, suas projeções subterrâneas ou áreas oficiais de influência. Sua ocorrência exige confirmação das coordenadas, investigação espeleológica, avaliação da drenagem e controle de escavações, detonações e vibrações. Da mesma forma, o buffer analítico de 500 m em torno dos sumidouros não constitui automaticamente uma faixa legal de restrição, recomendando-se a confirmação dos pontos e a delimitação das efetivas áreas de contribuição hidrogeológica.

No marco jurídico sistematizado pela metodologia, as cavidades naturais permanecem submetidas ao Decreto Federal nº 99.556/1990 e às normas complementares, independentemente da macrozona na qual estejam inseridas. Portanto, cavidades e sumidouros devem funcionar como elementos capazes de acionar investigação técnica específica, e não como polígonos automaticamente convertidos em proibição definitiva pelo Plano Diretor.

7.4.7. Proteção do manancial superficial

A ASE-8 – Proteção do Manancial Superficial do Rio Ribeira possui efeito específico de proteção hídrica. Essa área abrange 28.593,64 hectares e corresponde a 36,64% do Município, incidindo sobre diferentes macrozonas. O manancial também participou como referência determinante da diferenciação entre MZ-3 e MZ-5, mas sua incidência como ASE não transforma automaticamente todo o território atingido em Macrozona de Conservação.

A ASE-8 deve orientar o controle de parcelamentos, mineração, atividades industriais, resíduos, efluentes, criação intensiva, combustíveis, agroquímicos, supressão vegetal e movimentações de solo. Há como prioridades a proteção de nascentes, recuperação de matas ciliares, manejo conservacionista, controle da poluição e monitoramento da água.

Seu regime deverá ser interpretado em conjunto com o Decreto Estadual nº 4.435/2016, indicado como referência normativa da proteção do manancial superficial. A importância dessa área para a hierarquia está justamente em seu caráter transversal, sendo ela deve ser considerada em todas as macrozonas alcançadas, e não apenas dentro da MZ-5.

7.4.8. Interesse mineral

A incidência dos processos minerários constitui situação de natureza distinta. A ASE-4 – Interesse Mineral foi classificada como elemento de compatibilização, e não como restrição automática ou autorização para exploração. A existência de um processo na Agência Nacional de Mineração – ANM não comprova ocorrência mineral economicamente viável, lavra autorizada, licença ambiental ou compatibilidade com o planejamento municipal. Por essa razão, a situação atual de cada processo deve ser consultada antes de qualquer decisão territorial.

Consequentemente, a incidência de processo minerário não se sobrepõe automaticamente ao macrozoneamento, nem elimina restrições ambientais, hídricas, espeleológicas ou de risco. Sua

função no Plano Diretor é alertar para a necessidade de compatibilização entre o interesse minerário e as demais funções e condicionantes territoriais.

7.4.9. Informações socioculturais, produtivas e cartográficas

Nem todas as ASEs possuem natureza restritiva ou ambiental. A ASE-5 – Referência Estatística Quilombola possui efeito sociocultural e não equivale automaticamente a território certificado, delimitado ou titulado. A metodologia estabelece que sua função é alertar o planejamento para a existência de referências socioculturais e orientar consulta às comunidades e aos órgãos competentes.

As ASE-6A e ASE-6B, relacionadas respectivamente à influência produtiva e logística da citricultura e do pinus, possuem finalidade de planejamento logístico. Elas representam áreas de influência das atividades e de seus fluxos, não ocupação integral do território pelos cultivos correspondentes.

Por sua vez, a ASE-7 – Ajuste Cartográfico das UEGs registra inconsistências geométricas da base das Unidades Espaciais de Gestão e não configura fenômeno ambiental ou socioeconômico nem estabelece restrição territorial.

Esses exemplos demonstram por que a Hierarquia das Restrições não pode ser tratada como uma simples superposição de mapas, sendo que cada camada precisa ser interpretada segundo sua natureza, finalidade, precisão e efeito.

7.4.10. Estrutura de aplicação da Hierarquia das Restrições

A integração entre zoneamento, macrozoneamento e ASEs permite sistematizar a aplicação territorial do Plano Diretor da seguinte forma:

Quadro 19. Hierarquia das Restrições.

Ordem de análise	Informação a verificar	Natureza / efeito no planejamento
1. Função territorial	Macrozona e, dentro do perímetro urbano, zona de uso e ocupação	Define a função predominante, usos e parâmetros básicos.
2. Proteção legal ambiental	APP e demais regimes legais incidentes	Possui efeito restritivo próprio e prevalece segundo a legislação específica.
3. Condição geotécnica	AUR e suscetibilidade a movimentos de massa	Pode exigir laudo, estudos geológicos/geotécnicos e condicionamento de parcelamento, corte, aterro, edificação e

Ordem de análise	Informação a verificar	Natureza / efeito no planejamento
		drenagem.
4. Condição hidrológica	Vulnerabilidade à inundação	Condiciona novas ocupações e demanda verificação hidrológica/hidráulica.
5. Condição hidrogeológica e espeleológica	Carste, cavidades e sumidouros	Exige avaliação especializada conforme a intervenção; buffers analíticos não constituem automaticamente limites legais.
6. Proteção de manancial	ASE-8 – Manancial do Rio Ribeira	Acrescenta exigências de proteção hídrica em qualquer macrozona alcançada.
7. Compatibilizações territoriais	Processos minerários e outras referências especiais	Exigem consulta e compatibilização, sem autorização ou proibição automática.
8. Aplicação dos parâmetros	Uso, parcelamento, taxa de ocupação, permeabilidade, coeficientes, recuos e demais parâmetros	Somente deve ocorrer após a verificação das restrições e condicionantes incidentes.

Essa sequência não constitui nova classe de zoneamento nem substitui os regimes jurídicos específicos. Ela organiza a consulta territorial necessária para evitar que a simples classificação de um uso como “permitido” seja interpretada como autorização automática de implantação.

7.4.11. Regra de interpretação integrada

A principal regra resultante é que uso permitido não significa uso automaticamente autorizável. A categoria de macrozoneamento ou zoneamento define a compatibilidade territorial básica. A autorização concreta depende da inexistência de impedimentos legais e do atendimento dos condicionantes identificados para o imóvel ou para a atividade. Essa interpretação reproduz a orientação do Macrozoneamento de que função territorial, condicionantes, restrições legais, estudos necessários e medidas de mitigação sejam registrados separadamente em cada análise.

Também deve ser evitado o raciocínio inverso, pois nem toda sobreposição cartográfica representa proibição. A metodologia alerta expressamente contra a transformação da suscetibilidade em risco, de buffers de cavidades em faixas legais, de processos da ANM em autorização de lavra, de setores estatísticos quilombolas em territórios titulados ou de áreas de influência produtiva em ocupação integral pelas respectivas atividades.

Outro princípio é que os percentuais das ASEs não devem ser somados. Como as sobreposições são cumulativas, uma mesma área pode simultaneamente integrar APP, área suscetível a movimentos de massa, sistema cárstico, manancial e processo minerário, por exemplo. A soma simples produziria dupla ou múltipla contabilização territorial.

7.4.12. Aplicação no Sistema Municipal de Planejamento

Para que a Hierarquia das Restrições seja operacional, as camadas do macrozoneamento e das ASEs devem mantidas como anexos geoespaciais vinculados ao Plano Diretor, as diferentes naturezas das informações devem ser explicitamente diferenciadas, devendo ocorrer consulta espacial nos processos de parcelamento, obras e licenciamento. Também, deve ocorrer a atualização periódica das informações de risco, mineração, cavidades, mananciais e demais bases socioespaciais.

Ainda, deve-se evitar a transformação de buffers analíticos em limites jurídicos definitivos sem investigação específica, prevendo-se a produção de mapa oficial, metadados e memorial descritivo para a versão aprovada do Macrozoneamento.

Essa orientação torna particularmente relevante a futura integração dessas bases ao Sistema Municipal de Informações e ao WebGIS, pois a aplicação da Hierarquia das Restrições depende da consulta simultânea de diferentes camadas territoriais e de sua atualização ao longo da vigência do Plano Diretor.

7.4.13. Síntese

A Hierarquia das Restrições proposta para Doutor Ulysses não estabelece uma ordenação simplificada entre mapas, mas uma estrutura de interpretação territorial baseada na natureza e no efeito de cada informação. O macrozoneamento informa a função predominante, o zoneamento urbano estabelece os parâmetros de uso e ocupação, as restrições legais limitam diretamente determinadas intervenções, os condicionantes ambientais, geotécnicos e hidrogeológicos acionam estudos e medidas específicas, e as informações indicativas, socioculturais, minerárias ou logísticas orientam consultas, compatibilizações e decisões de planejamento.

Em termos operacionais, a aplicação do Plano Diretor deverá observar a sequência:

função territorial → zona urbanística, quando aplicável → restrições legais → condicionantes ambientais e geotécnicos → estudos específicos necessários → medidas de mitigação → parâmetros de uso e ocupação → decisão administrativa.

Essa lógica impede que o Plano Diretor produza dois tipos de erro opostos, autorizar automaticamente uma atividade apenas porque ela é compatível com a macrozona ou zona e proibir automaticamente uma atividade apenas porque existe uma informação temática sobreposta, sem considerar a natureza, a precisão e o efeito efetivamente atribuído a essa informação. Essa distinção deve orientar sua posterior tradução normativa e operacional.

8. ENCAMINHAMENTOS PARA A 4ª FASE

A 4ª Fase da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses deverá promover a passagem da estrutura propositiva consolidada na 3ª Fase para os instrumentos necessários à sua implementação. Enquanto a Fase II produziu a Análise Temática Integrada e a Fase III estruturou objetivos, estratégias, instrumentos e propostas de reordenamento territorial, a etapa subsequente deverá converter esse conteúdo em programação de ações e investimentos, legislação urbanística, instrumentos de gestão, responsabilidades administrativas e mecanismos de monitoramento. A Ata da 3ª Audiência Pública constitui a referência deliberativa das propostas de 2024, enquanto os trabalhos técnicos posteriores de 2026 aprofundaram conteúdos como perímetro urbano, zoneamento e macrozoneamento.

A Fase IV deverá preservar a rastreabilidade construída ao longo da revisão. Assim, ações, projetos e normas deverão permanecer relacionados às problemáticas identificadas nas Leituras Comunitárias e na Análise Temática Integrada, aos objetivos formulados na Fase II, às propostas e instrumentos consolidados na Fase III e às referências territoriais representadas pelas UEGs, pelo perímetro urbano, pelo zoneamento, pelo macrozoneamento e pelas Áreas de Sobreposição Especial. Não se trata, portanto, de produzir uma nova agenda dissociada das fases anteriores, mas de estabelecer os meios institucionais e programáticos necessários à execução do conteúdo já construído no processo participativo.

No âmbito territorial, a consolidação deverá considerar especialmente o perímetro urbano final de 2026, a Proposta de Zoneamento da Sede, os respectivos parâmetros de uso e ocupação do solo e o Macrozoneamento Municipal. Este último ainda possui natureza técnica para validação e deverá ser convertido, após os procedimentos correspondentes, em mapa oficial, memorial descritivo, anexo geoespacial e regras de aplicação legal.

A Constituição Federal estabelece o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e vincula o cumprimento da função social da propriedade

urbana às exigências fundamentais de ordenação nele expressas. O Estatuto da Cidade, por sua vez, regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição e fornece o marco geral dos instrumentos da política urbana que deverão ser compatibilizados com a realidade municipal.

8.1. Delimitação dos Produtos da 4ª Fase

A delimitação dos produtos da 4ª Fase deverá distinguir os instrumentos destinados à institucionalização imediata do novo ordenamento territorial daqueles cuja revisão deverá ocorrer posteriormente, após a consolidação do novo marco urbanístico. Essa separação é importante para evitar que normas complementares sejam elaboradas com base em parâmetros que ainda possam sofrer modificações durante a aprovação do Plano Diretor, do perímetro, do zoneamento ou das regras de parcelamento.

A estrutura adotada para esta etapa deverá concentrar a institucionalização nos produtos que constituem a base normativa necessária à implementação do reordenamento territorial apresentado. A documentação já produzida demonstra que existem bases técnicas suficientemente desenvolvidas para o perímetro urbano, para o zoneamento e seus parâmetros e para o macrozoneamento, embora alguns desses conteúdos ainda dependam das etapas de validação e consolidação legal.

Quadro 20. Produtos da 4ª Fase de Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses, Paraná.

Produto	Encaminhamento na 4ª Fase
Plano de Ação e Investimentos – PAI	Estruturar ações, prioridades, responsáveis, prazos, indicadores e referências financeiras
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal	Consolidar princípios, diretrizes, macrozoneamento, sistema de gestão, instrumentos e regras gerais
Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano	Institucionalizar o limite urbano consolidado em 2026 e suas regras de alteração
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano	Institucionalizar o zoneamento da Sede, categorias de uso e parâmetros urbanísticos
Anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano	Disciplinar loteamentos, desmembramentos e demais modalidades urbanas
Instrumentos do Estatuto da Cidade	Avaliar quais demandam regulamentação específica ou incorporação à legislação principal
Lei do Sistema Viário	Revisão posterior, compatibilizada com o novo ordenamento
Código de Edificações e Obras	Revisão posterior, após consolidação dos parâmetros urbanísticos
Código de Posturas	Revisão posterior, compatibilizada com o novo regime de usos e licenciamento

Essa sequência segue a lógica de dependência normativa: primeiro são consolidados os elementos estruturantes do ordenamento; posteriormente são revistas as normas operacionais que deverão funcionar dentro dessa nova estrutura. O modelo adotado como referência para a organização do Relatório III também diferencia esses dois momentos, evitando a produção antecipada de códigos e leis complementares que possam entrar em conflito com zoneamento, parcelamento, parâmetros de ocupação e instrumentos urbanísticos ainda em consolidação.

8.2. Consolidação Técnica e Cartográfica

A 4ª Fase deverá promover a consolidação técnica e cartográfica dos produtos territoriais elaborados durante a revisão, assegurando correspondência entre textos legais, mapas normativos, memoriais descritivos, tabelas de parâmetros e bases geoespaciais. Essa atividade é particularmente relevante em Doutor Ulysses porque o processo produziu uma base cartográfica extensa, abrangendo ocupação urbana, morfologia, relevo, riscos, recursos hídricos, centralidades rurais, uso da terra, potencialidade agrícola, carste, equipamentos, acessibilidade e demais variáveis utilizadas na leitura territorial.

O perímetro urbano deverá possuir geometria final compatível com a proposta de 2026 e com a MZ-1 – Macrozona Urbana. O zoneamento deverá utilizar a alternativa efetivamente consolidada no processo de 2026, observando-se a decisão registrada na reunião de 24 de fevereiro e a correspondência entre o mapa da do Zoneamento Urbano e as tabelas de parâmetros.

No Macrozoneamento, a consolidação deverá manter a separação entre a camada das seis macrozonas e a camada cumulativa das treze Áreas de Sobreposição Especial. Estabelece-se que o território seja integralmente repartido em uma única macrozona por localização, enquanto APPs, riscos, carste, inundação, mineração, manancial e demais informações especiais podem incidir simultaneamente sobre essas unidades.

A consolidação cartográfica deverá também produzir mecanismos de rastreabilidade e versionamento. O mapa oficial não deve ser tratado como imagem isolada, mas como representação de uma base geoespacial cuja origem, data, sistema de referência, critérios de classificação e limitações estejam documentados. Para toda a cartografia elaborada, adota-se SIRGAS 2000 UTM Zona 22 Sul – EPSG 31982, onde também são registradas controles de integridade, topologia e área, fornecendo base para essa consolidação.

8.3. Elaboração do Plano de Ação e Investimentos

O Plano de Ação e Investimentos – PAI deverá constituir o principal instrumento de programação para implementação do Plano Diretor. Sua função será transformar objetivos, estratégias e instrumentos aprovados em ações executáveis, permitindo distinguir aquilo que depende de medida administrativa, elaboração de plano, produção de projeto, obra pública, revisão legislativa, articulação institucional, contratação técnica ou programação financeira.

O PAI não deverá substituir o PPA, a LDO ou a LOA. Sua função é constituir uma carteira territorialmente fundamentada de ações e investimentos capaz de orientar a inserção progressiva das prioridades do Plano Diretor nos instrumentos formais de planejamento e orçamento municipal. Essa mesma lógica estrutura o modelo de Fase IV utilizado como referência para o presente relatório.

Cada ação deverá preservar a ligação com o conteúdo produzido nas fases anteriores. Para isso, o PAI deverá permitir identificar, sempre que pertinente, eixo, objetivo, proposta, instrumento, referência territorial, prioridade, responsável, prazo, indicador, estimativa de recursos e possível fonte de financiamento. A referência territorial poderá assumir diferentes escalas: Município, Sede, macrozona, UEG, comunidade, eixo viário, equipamento ou área específica.

Os temas do PAI deverão refletir a estrutura efetivamente aprovada e analisada no processo de Doutor Ulysses, incluindo ordenamento territorial, habitação e regularização fundiária, mobilidade campo–cidade, infraestrutura, saneamento, meio ambiente, proteção dos recursos hídricos, riscos, desenvolvimento rural, equipamentos públicos, participação social, patrimônio, turismo e fortalecimento institucional. Esses temas decorrem diretamente dos eixos e instrumentos consolidados na 3ª Audiência Pública.

A elaboração do PAI deverá ainda distinguir horizonte imediato, curto, médio e longo prazo, mas os prazos concretos não devem ser antecipados neste Relatório III quando ainda não definidos documentalmente. A priorização deverá ser construída na Fase IV com base em urgência, abrangência territorial, dependências institucionais, capacidade administrativa, viabilidade financeira, riscos e possibilidade de articulação com outros entes públicos.

8.3.1. Agenda Legislativa no PAI

O PAI deverá possuir uma Agenda Legislativa específica, destinada a organizar as normas que precisarão ser elaboradas, regulamentadas, revisadas ou posteriormente substituídas para que o novo Plano Diretor seja plenamente executável.

Essa agenda deverá incluir, de forma imediata, os anteprojetos integrantes da institucionalização da própria revisão e, em horizonte posterior, a Lei do Sistema Viário, o Código de Edificações e Obras e o Código de Posturas. Para cada instrumento, deverão ser identificados estágio atual, dependências normativas, setor responsável, necessidade de apoio técnico, procedimentos participativos, previsão de envio ao Poder Legislativo e relação com outras ações do PAI.

A revisão posterior do Sistema Viário deverá ocorrer de forma compatível com perímetro, zoneamento, parcelamento do solo e política de mobilidade. O Código de Edificações e Obras deverá dialogar com os novos parâmetros de ocupação, permeabilidade, gabarito, recuos, condicionantes geotécnicos e procedimentos de licenciamento. O Código de Posturas deverá ser ajustado ao novo regime de usos, funcionamento de atividades, utilização dos espaços públicos e fiscalização municipal. Essa sequência evita incompatibilidades entre normas complementares e o novo ordenamento territorial.

A Agenda Legislativa deverá possuir correspondência temporal com as disposições transitórias do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor. Assim, os instrumentos cuja elaboração permanecer pendente não serão apenas mencionados genericamente: deverão possuir encaminhamento, prazo e mecanismo de acompanhamento definidos na Fase IV.

8.3.2. Integração com PPA, LDO e LOA

A implementação do Plano Diretor dependerá de sua articulação com os ciclos de planejamento e orçamento municipal. O PAI deverá funcionar como elo entre o planejamento territorial e os instrumentos orçamentários, indicando quais ações possuem natureza plurianual, quais deverão assumir prioridade anual e quais exigirão dotação específica para execução.

As ações estruturantes e de maior horizonte deverão ser traduzidas progressivamente em programas, objetivos, indicadores e metas no Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO deverá selecionar anualmente as prioridades e orientar sua integração ao

orçamento, e a Lei Orçamentária Anual – LOA deverá conter as dotações necessárias às ações cuja execução esteja prevista para o respectivo exercício. O sistema orçamentário brasileiro articula esses três instrumentos, cabendo à LOA observar as orientações dos instrumentos superiores de planejamento.

A integração não significa que toda proposta aprovada no Plano Diretor deva receber dotação imediata. A função do PAI será permitir que a Administração estabeleça uma sequência realista de implementação, evitando que o Plano Diretor permaneça separado do planejamento financeiro municipal.

8.4. Institucionalização do Plano Diretor Municipal

A institucionalização deverá transformar o conteúdo técnico e participativo da revisão em normas juridicamente aplicáveis. Essa etapa deverá assegurar que as diretrizes gerais, o perímetro, o zoneamento, o macrozoneamento, os instrumentos urbanísticos e os mecanismos de planejamento e gestão possuam coerência entre si e sejam acompanhados dos respectivos anexos cartográficos e parâmetros.

O Plano Diretor constitui o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, e a função social da propriedade urbana é aferida a partir das exigências fundamentais de ordenação nele expressas.

A institucionalização deverá manter clara a diferença entre mapa técnico de referência e mapa normativo. Essa cautela é especialmente relevante para as ASEs, sendo que APP cartográfica, suscetibilidade, inundação, buffers de cavidades e sumidouros, processos minerários e referências socioculturais possuem naturezas e graus de precisão distintos, não devendo ser convertidos indistintamente em proibições jurídicas.

8.4.1. Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal

O Anteprojeto de Lei do Plano Diretor deverá constituir a norma central do novo sistema municipal de desenvolvimento territorial. Ele deverá consolidar os princípios e objetivos do Plano, sua estratégia territorial, as macrozonas, diretrizes de desenvolvimento urbano e rural, gestão democrática, instrumentos urbanísticos, Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, PAI e mecanismos de monitoramento.

A lei deverá também estabelecer a forma de aplicação conjunta entre macrozoneamento e ASEs, reconhecendo que as seis macrozonas definem funções predominantes e que as sobreposições especiais podem acrescentar restrições, condicionantes ou exigências de compatibilização sem substituir a macrozona.

Deverão integrar o Anteprojeto disposições transitórias com os prazos e procedimentos necessários à regulamentação dos instrumentos cuja implantação não seja imediata, inclusive aqueles cuja revisão foi encaminhada para momento posterior. O texto também deverá definir mecanismos de avaliação periódica, participação social e atualização das bases de informação utilizadas pelo Plano.

8.4.2. Anteprojeto de Lei dos Perímetros Urbanos

O Anteprojeto de Lei dos Perímetros Urbanos deverá institucionalizar a geometria consolidada para a Sede Municipal, acompanhada de mapa normativo e memorial descritivo tecnicamente compatíveis.

O perímetro não deverá ser interpretado como autorização automática à ocupação de toda área interna. Como demonstrado neste documento, dentro da MZ-1 existem APPs, áreas de suscetibilidade, vulnerabilidade à inundação, terrenos cársticos e áreas de uso restrito, que permanecem submetidos às regras e condicionantes aplicáveis.

A legislação deverá ainda estabelecer critérios para alterações futuras do perímetro. A MZ-2 – Macrozona de Transição Urbano-Rural não constitui reserva automática de expansão, pois a própria caracterização técnica exige que futuras ampliações considerem necessidade efetiva, continuidade com a Sede, viabilidade financeira, abastecimento de água, saneamento, drenagem, energia, acessibilidade e compatibilidade ambiental.

8.4.3. Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano

O Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo deverá transformar a proposta de Zoneamento e suas tabelas de parâmetros em regime normativo aplicável à Sede. A legislação deverá disciplinar as categorias de uso, usos permitidos, permissíveis, tolerados e proibidos, dimensões de lotes, testadas, recuos, afastamentos, coeficientes de aproveitamento, taxas de ocupação e permeabilidade, número de pavimentos, arborização e demais parâmetros.

Deverá ser preservada a graduação de intensidade definida entre Zona Central, ZR1, ZR2, ZEIS, ZCS, Zona Industrial e demais categorias, bem como as condições específicas relacionadas à AUR, APP, ZEPA e exigências de Laudo Geotécnico Favorável na ZR2, ZEIS e AUR.

8.4.4. Anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano

O Anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo deverá regulamentar a produção de novos lotes e a transformação fundiária no interior das áreas urbanas, em articulação com o perímetro, o zoneamento e as restrições territoriais.

A Lei Federal nº 6.766/1979 constitui a referência geral nacional para parcelamento do solo urbano e prevê tratamento específico para loteamentos e desmembramentos situados, por exemplo, em áreas de interesse especial como proteção de mananciais ou patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico.

No caso de Doutor Ulysses, o anteprojeto deverá incorporar os condicionantes identificados durante a revisão, especialmente AUR, suscetibilidade a movimentos de massa, inundação, carste, APPs, manancial, drenagem e relação com o sistema viário. A simples inserção em zona urbanística permissiva não deverá afastar essas verificações.

O instrumento deverá também compatibilizar infraestrutura mínima, abertura de vias, áreas públicas, responsabilidades do empreendedor, procedimentos de aprovação, garantias de implantação e integração dos novos parcelamentos ao tecido existente.

8.4.5. Instrumentos do Estatuto da Cidade

A Fase IV deverá avaliar quais instrumentos do Estatuto da Cidade são adequados à estrutura territorial e à capacidade administrativa de Doutor Ulysses e quais exigem regulamentação específica.

A Constituição Federal prevê, para áreas incluídas no Plano Diretor e mediante os requisitos legais, instrumentos destinados ao adequado aproveitamento do solo urbano, incluindo parcelamento ou edificação compulsórios, IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamento em títulos.

A documentação da Fase III já registra instrumentos como PEUC, Direito de Preempção, Estudo de Impacto de Vizinhança e regularização fundiária. Além disso, as tabelas de zoneamento

estabelecem relação direta entre coeficiente básico e máximo e a Outorga Onerosa do Direito de Construir em determinadas zonas, demonstrando que sua regulamentação deverá ser compatibilizada com os parâmetros urbanísticos finais.

A Fase IV não deverá simplesmente reproduzir todos os instrumentos previstos na legislação federal. A seleção e regulamentação deverão considerar finalidade, área de incidência, necessidade concreta, capacidade administrativa, procedimentos de aplicação e mecanismos de controle.

8.5. Instrumentos cuja Revisão será Realizada Posteriormente

A estrutura deste Relatório prevê que a Lei do Sistema Viário, o Código de Edificações e Obras e o Código de Posturas sejam objeto de revisão específica posterior à institucionalização do núcleo principal da nova legislação urbanística.

A postergação possui fundamento funcional: esses instrumentos dependem das definições do novo perímetro, zoneamento, parcelamento, macrozoneamento e regras de licenciamento. Sua elaboração antecipada poderia exigir revisões imediatas após a aprovação das leis estruturantes.

O Anteprojeto de Lei do Plano Diretor e o PAI deverão, entretanto, registrar formalmente essa pendência e estabelecer a agenda para sua futura atualização, evitando que o adiamento resulte em abandono do processo.

8.5.1. Lei do Sistema Viário

A futura revisão da Lei do Sistema Viário deverá compatibilizar a rede urbana e rural com o novo ordenamento territorial e com as necessidades de mobilidade identificadas na Fase II e nas propostas da Fase III.

Deverão ser considerados hierarquia e função das vias, conexão entre Sede e comunidades rurais, transporte coletivo, transporte escolar, circulação de cargas, acessibilidade, mobilidade ativa, drenagem, pontes, faixas de domínio e integração dos futuros parcelamentos. Essa revisão deverá dialogar diretamente com o Plano de Mobilidade da Sede e com o Plano de Mobilidade Campo–Cidade indicados entre os instrumentos da 3ª Fase.

8.5.2. Código de Edificações e Obras

O Código de Edificações e Obras deverá ser revisto após a consolidação dos parâmetros de zoneamento e parcelamento, de modo a disciplinar os procedimentos construtivos dentro do novo marco territorial.

A futura legislação deverá regulamentar aprovação de projetos, licenciamento, execução e fiscalização das obras, responsabilidade técnica, segurança, salubridade, acessibilidade, conclusão das edificações e demais procedimentos administrativos pertinentes. A própria minuta de zoneamento já demonstra a necessidade dessa compatibilização ao remeter aspectos como ventilação e iluminação às normas sanitárias e ao Código de Obras. Também deverão ser incorporadas as exigências decorrentes das condições geotécnicas identificadas no zoneamento, especialmente em AUR, ZR2 e ZEIS.

8.5.3. Código de Posturas

A revisão do Código de Posturas deverá ocorrer de forma compatível com a nova classificação dos usos urbanos, os procedimentos de licenciamento e as regras de utilização e fiscalização dos espaços públicos.

O futuro Código deverá evitar sobreposição de competências com a Lei de Uso e Ocupação do Solo e com o Código de Edificações. Questões relativas ao funcionamento de atividades, utilização de logradouros, limpeza, conservação, publicidade, ruídos, fiscalização e sanções deverão ser organizadas de forma coerente com o novo sistema legal.

8.6. Sistema de Planejamento e Gestão do PDM

A execução do Plano Diretor não depende apenas da aprovação das leis. Será necessário constituir um Sistema Municipal de Planejamento e Gestão capaz de manter cartografia, analisar projetos, aplicar os instrumentos, monitorar o PAI e produzir informações para a tomada de decisão e o controle social.

Esse sistema deverá dar continuidade institucional ao processo participativo construído durante a revisão. Conselhos, audiências, consultas, informações públicas e mecanismos de

acompanhamento aparecem entre os instrumentos aprovados na 3ª Fase, indicando que a gestão democrática deverá permanecer após a conclusão formal da revisão.

8.6.1. Estrutura Organizacional e Competências

A Fase IV deverá identificar com precisão qual órgão ou unidade administrativa será responsável pela coordenação permanente do Plano Diretor e como serão distribuídas as competências entre planejamento, obras, urbanismo, meio ambiente, agricultura, tributação, habitação, mobilidade, defesa civil, assistência social, tecnologia da informação e demais áreas relacionadas.

Entre as funções necessárias estarão atualização cartográfica, análise de consultas urbanísticas, parcelamentos, licenciamento, fiscalização, regularização fundiária, gestão de riscos, acompanhamento do PAI, produção de indicadores, apoio aos órgãos colegiados e preparação das revisões legislativas futuras.

A estrutura deverá evitar dispersão de responsabilidades ou existência de procedimentos sem responsável claramente identificado. Esse aspecto dialoga diretamente com o eixo de Estrutura Organizacional aprovado na 3ª Audiência Pública.

8.6.2. Sistema Municipal de Informações e WebGIS

O Sistema Municipal de Informações deverá reunir e organizar progressivamente a base territorial necessária à aplicação e ao acompanhamento do PDM. Sua concepção deverá estabelecer responsáveis, fontes, periodicidade de atualização e procedimentos para incorporação de novas informações.

O Macrozoneamento já demonstra a necessidade de manutenção e atualização periódica de bases como MapBiomas, riscos, mineração, cavidades, equipamentos, estradas e dados censitários. Toda a análise recomenda que macrozoneamento e ASEs permaneçam como anexos geoespaciais vinculados ao Plano Diretor.

O futuro WebGIS deverá ser entendido como componente operacional desse sistema, permitindo integração e consulta de camadas como perímetro, zoneamento, macrozoneamento, ASEs, lotes, quadras, equipamentos, rede viária, hidrografia, áreas ambientais, riscos, parcelamentos e indicadores.

A disponibilidade de um WebGIS, entretanto, não deve ser confundida com a mera publicação de mapas estáticos. O sistema deverá possuir banco geoespacial estruturado, metadados, mecanismos de consulta e procedimentos permanentes de atualização.

8.6.3. Grupo Técnico Permanente

A implementação do PDM deverá contar com estrutura técnica permanente ou mecanismo equivalente capaz de acompanhar o Plano independentemente das mudanças administrativas ocorridas durante sua vigência.

Esse grupo deverá ter caráter multidisciplinar, reunindo competências relacionadas ao planejamento territorial, geoprocessamento, urbanismo, engenharia, meio ambiente, legislação, tributação, administração pública e tecnologia da informação. A definição final de composição, vinculação administrativa e atribuições deverá ser realizada na Fase IV conforme a estrutura efetiva do Município.

Sua função deverá incluir acompanhamento do PAI, manutenção das bases geoespaciais, análise de alterações territoriais relevantes, preparação de relatórios de monitoramento, apoio aos Conselhos e participação nos processos de revisão ou regulamentação futura.

8.6.4. Indicadores de Monitoramento

A Fase IV deverá estabelecer um conjunto de indicadores capazes de demonstrar se as diretrizes e ações do Plano Diretor estão sendo efetivamente implementadas. Cada indicador deverá possuir definição objetiva, fonte, unidade, linha de base, periodicidade, abrangência territorial e setor responsável. Sempre que possível, os indicadores deverão ser territorializados por macrozona, UEG, Sede ou outra unidade relevante, permitindo identificar diferenças internas no Município.

Os indicadores deverão acompanhar temas diretamente relacionados às propostas da revisão, como evolução da ocupação urbana, aproveitamento de vazios, novos parcelamentos, regularização fundiária, mobilidade, saneamento, equipamentos, conservação ambiental, ocupação de áreas condicionadas, execução do PAI, atualização legislativa e participação social.

O sistema não deverá ser excessivamente amplo a ponto de se tornar inviável. A escolha final deverá privilegiar indicadores para os quais o Município possua ou possa manter fontes de dados confiáveis.

8.7. Adequação da Estrutura Organizacional

A conclusão da Revisão do Plano Diretor exigirá verificar se a estrutura administrativa existente possui capacidade para executar as responsabilidades introduzidas pela nova legislação. A Fase IV deverá identificar eventuais lacunas, duplicidades ou conflitos de competência entre os setores responsáveis por planejamento, obras, urbanismo, meio ambiente, cadastro, tributação, fiscalização, regularização fundiária, defesa civil e tecnologia da informação. Essa análise é coerente com as propostas da Fase III relacionadas ao fortalecimento institucional e à adequação da estrutura administrativa municipal.

Os ajustes poderão envolver estrutura organizacional, atribuições administrativas, regimentos internos, procedimentos de análise e fiscalização, necessidades de capacitação e, quando tecnicamente justificado, adequações de cargos ou funções. A Ata da 3ª Audiência já registra propostas relacionadas à adequação da estrutura municipal e à incorporação de capacidades técnicas necessárias às políticas previstas no Plano Diretor.

A reorganização administrativa deverá estar diretamente relacionada às novas atribuições. A existência de macrozoneamento, zoneamento, AUR, ASEs, Outorga Onerosa, EIV, regularização fundiária e demais instrumentos exige que o Município disponha de procedimentos administrativos claros para consulta prévia, análise, licenciamento, fiscalização, acompanhamento e recurso. A regulamentação não deverá criar instrumentos cuja execução dependa de estruturas inexistentes sem prever simultaneamente sua implantação ou fortalecimento.

Dessa forma, a 4ª Fase deverá concluir a passagem entre planejamento propositivo e capacidade efetiva de implementação. O resultado esperado não é apenas um novo conjunto de leis, mas uma estrutura integrada formada por legislação, cartografia, PAI, orçamento, informação territorial, competências administrativas, participação social e monitoramento.

9. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ – AMEP. **Síntese ambiental da Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: AMEP, 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO – ANM. **Processos minerários incidentes no Município de Doutor Ulysses – PR**. Brasília, DF: ANM, 2025. Base de dados geoespaciais.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 99.556, de 1º de outubro de 1990**. Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1979.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.

BRASIL. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA – IAT. **Sumidouros: base geoespacial do Município de Doutor Ulysses**. Curitiba: IAT, 2012. Base de dados geoespaciais.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA – IAT. **Massas d'água: base geoespacial do Município de Doutor Ulysses**. Curitiba: IAT, 2013. Base de dados geoespaciais.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA – IAT. **Uso e ocupação do solo do Município de Doutor Ulysses**. Curitiba: IAT, 2016. Base de dados geoespaciais.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA – IAT. **Limite municipal de Doutor Ulysses – PR**. Curitiba: IAT, 2026. Base de dados geoespaciais.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Potencialidade agrícola das terras do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Base de dados geoespaciais.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa: base utilizada para o Município de Doutor Ulysses**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Base de dados geoespaciais.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MAPBIOMAS. **Coleção 11 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil: cobertura e uso da terra, ano 2025**. [S. l.]: MapBiomas, 2025. Base de dados geoespaciais.

PARANÁ. **Decreto nº 4.435, de 29 de junho de 2016**. Dispõe sobre as áreas de interesse de mananciais de abastecimento público da Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2016.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL – SGB. **Base hidrogeológica utilizada na caracterização do sistema aquífero cárstico de Doutor Ulysses**. Brasília, DF: SGB, 2015. Base de dados geoespaciais.

SUDERHSA. **Unidade aquífera Karst: base hidrogeológica regional**. Curitiba: SUDERHSA, 1998.

10. ANEXOS

Quadro de Caracterização das Seis Macrozonas

Código	Macrozona	Área (ha)	% do Município	População estimada	Densidade estimada (hab./km²)	Função territorial
MZ-1	Macrozona Urbana	213,66	0,27%	1.308	612,00	Abrigar a ocupação urbana consolidada da Sede Municipal, orientar o adensamento, promover o aproveitamento adequado dos vazios urbanos e direcionar a qualificação da infraestrutura, dos equipamentos e dos serviços urbanos, observadas as restrições e condicionantes incidentes.
MZ-2	Macrozona de Transição Urbano-Rural	1.852,28	2,37%	390	21,03	Ordenar e controlar as transformações na interface entre a Sede e o território rural, administrando pressões de ocupação, parcelamento e mudança de uso. Não constitui reserva automática de expansão urbana, devendo eventual ampliação do perímetro ser tecnicamente justificada.
MZ-3	Macrozona Rural de Produção Sustentável	36.976,31	47,38%	1.863	5,04	Organizar o território rural de predominância produtiva, compatibilizando agricultura, pecuária, silvicultura, agroindústria e agricultura familiar com conservação dos recursos naturais, manejo sustentável, infraestrutura rural e incidência das restrições e condicionantes ambientais.
MZ-4	Macrozona Rural de Centralidades e Estruturação Territorial	2.455,38	3,15%	1.188	48,38	Fortalecer as principais centralidades rurais, articulando localidades, escolas, equipamentos, serviços, transporte, telecomunicações, acessos e espaços comunitários, de modo a ampliar o atendimento descentralizado e reduzir a dependência exclusiva da Sede Municipal.
MZ-5	Macrozona de	24.879,89	31,88%	743	2,99	Priorizar a conservação dos

Código	Macrozona	Área (ha)	% do Município	População estimada	Densidade estimada (hab./km²)	Função territorial
	Conservação					grandes remanescentes de vegetação nativa, da conectividade da paisagem, dos recursos hídricos, nascentes, mananciais e serviços ecossistêmicos, compatibilizando a presença das populações e atividades existentes com usos de menor impacto e recuperação ambiental.
MZ-6	Macrozona de Uso Condicionado	11.666,58	14,95%	206	1,77	Ordenar áreas de maior sensibilidade geológica, hidrogeológica e espeleológica, especialmente relacionadas ao sistema cárstico, condicionando parcelamentos, grandes movimentações de terra, mineração, implantação de infraestrutura e atividades potencialmente poluidoras à realização dos estudos técnicos pertinentes.
TOTAL	Município de Doutor Ulysses	78.044,09	100,00%	5.697	—	Organização integral do território municipal segundo funções territoriais predominantes, complementadas pela incidência cumulativa das Áreas de Sobreposição Especial – ASEs.

Quadro Consolidado das 13 ASEs.

Código	Denominação	Fonte	Efeito territorial	Área (ha)	% municipal
ASE-1	Proteção Ambiental e Hídrica	APP – FBDS, 2021	Restritiva	17.782,04	22,78%
ASE-2A	Suscetibilidade Muito Alta a Movimentos de Massa	IBGE, 2019	Condicionante	36.234,99	46,43%
ASE-2B	Vulnerabilidade Alta ou Muito Alta à Inundação	UEPG, 2024	Condicionante	649,47	0,83%
ASE-2C	Indicador de Declividade DN=2	ALOS / UEPG – legenda a confirmar	Condicionante preliminar	40,31	0,05%
ASE-3A	Sistema Aquífero Cárstico	SGB, 2015; SUDERHSA, 1998, como referência complementar	Condicionante	12.176,88	15,60%
ASE-3B	Entorno Indicativo de Cavidades	Base de cavidades; buffers analíticos	Condicionante indicativa	1.214,59	1,56%
ASE-3C	Entorno Indicativo de Sumidouros	IAT, 2012; buffer analítico de 500 m	Condicionante indicativa	203,90	0,26%
ASE-4	Interesse Mineral	ANM, 2025	Compatibilização	57.685,67	73,91%
ASE-5	Referência Estatística Quilombola	IBGE – Censo Demográfico 2022	Sociocultural	20,54	0,03%
ASE-6A	Influência Produtiva e de Tráfego associada à Citricultura	UEPG	Planejamento logístico	19.528,28	25,02%
ASE-6B	Influência Produtiva e de Tráfego associada ao Pinus	UEPG	Planejamento logístico	57.725,73	73,97%
ASE-7	Ajuste Cartográfico das UEGs	Partição das UEGs / base cartográfica do PDM	Revisão cartográfica	69,80	0,09%
ASE-8	Proteção de Manancial Superficial do Rio Ribeira	Decreto Estadual nº 4.435/2016 e AMEP, 2023	Proteção hídrica	28.593,64	36,64%

Caracterização Metodológica do Macrozoneamento e das ASEs.

Componente metodológico	Síntese
Objetivo metodológico	Estruturar o território municipal em seis macrozonas exclusivas e integrais, definidas segundo funções territoriais predominantes, mantendo restrições, condicionantes e referências especiais em uma camada separada de Áreas de Sobreposição Especial – ASEs. A metodologia busca diferenciar função territorial de restrição legal, condicionamento físico-ambiental ou necessidade de estudo específico.
Abordagem geral	O Macrozoneamento foi elaborado por uma abordagem hierárquica e multicritério, combinando regras determinísticas, análise multicritério contínua, operações vetoriais e raster, distribuição dasimétrica e controle topológico.
Relação entre Macrozoneamento, ASEs e UEGs	A camada `macrozoneamento_proposta_2026` constitui uma partição excludente do Município: cada local pertence a apenas uma macrozona. A camada `areas_sobreposicao_especial` é cumulativa, permitindo a incidência simultânea de várias ASEs sobre a mesma área. As UEGs permanecem como unidades de análise, participação, monitoramento e gestão, sem comando geométrico sobre os limites das macrozonas.
Hierarquia das referências espaciais	As referências foram organizadas em cinco níveis: 1 – Estruturantes: limite IAT 2026, perímetro urbano final e Censo 2022; 2 – Determinantes: MapBiomas 2025, potencialidade agrícola, acessibilidade, centralidades, carste SGB e manancial; 3 – Condicionantes: APP, riscos, cavidades, sumidouros e mineração; 4 – Complementares: clima, isoietas, províncias, ilhas, quedas d'água, UEGs e carste SUDERHSA; 5 – Históricas: limites e perímetros anteriores, zoneamento 2019 e uso do solo IAT 2016.
Preparação das bases geoespaciais	As bases foram inventariadas quanto a geometria, atributos, data, fonte e sistema de referência; recortadas pelo limite municipal IAT 2026; reprojetadas para SIRGAS 2000 / UTM Zona 22 Sul – EPSG 31982; submetidas à correção de geometrias, padronização de atributos, dissolução temática e seleção das classes empregadas no modelo. O MapBiomas 2025 foi recortado e reprojetado preservando seus códigos categóricos.
Precedência espacial das macrozonas	A delimitação foi executada sequencialmente para eliminar lacunas e sobreposições. A ordem adotada foi MZ-1 → MZ-2 → MZ-4 → MZ-6 → MZ-5 → MZ-3. MZ-1, MZ-2, MZ-4 e MZ-6 foram preservadas da versão anterior; MZ-5 foi recalculada e MZ-3 resultou do território rural remanescente.
MZ-1 – Macrozona Urbana	Delimitada diretamente pelo perímetro urbano final de 2026, sem aplicação de pesos ou compensações. APPs, riscos, inundação, carste e mineração não alteram automaticamente seu limite e permanecem incidindo como condicionantes ou ASEs.
MZ-2 – Transição Urbano-Rural	Delimitada como faixa funcional, e não como buffer uniforme. Considera núcleo mínimo de 400 m e limite máximo de 1.800 m a partir do perímetro, incorporando acessos viários, lotes, localidades, escolas, equipamentos e moradias de alunos mediante buffers específicos e operações de fechamento e abertura geométrica.
MZ-4 – Centralidades e Estruturação Territorial	Construída a partir de setores censitários associados a aglomerações rurais, escolas rurais, equipamentos, agrupamentos de moradias e trechos viários próximos. Os elementos foram selecionados por critérios de distância, presença de serviços e concentração populacional, compondo áreas prioritárias de estruturação rural.
MZ-6 – Uso Condicionado	Delimitada prioritariamente pelas ocorrências de carste do SGB 2015, acrescidas de evidências de cavidades e sumidouros. A base SUDERHSA 1998 foi mantida como referência regional complementar. O método procura aproximar a macrozona das ocorrências efetivamente mapeadas, evitando classificar UEGs inteiras como território cárstico.
MZ-5 – Conservação	Recalculada mediante análise multicritério contínua em grade de 30 m. O modelo atribuiu peso de 0,55 à vegetação nativa, 0,20 à potencialidade agrícola, 0,15 ao manancial superficial e 0,10 ao afastamento viário. Foram selecionadas áreas com escore ≥ 0,55, densidade de vegetação nativa ≥ 0,35 e continuidade aproximada mínima de 200 ha.

Componente metodológico	Síntese
MZ-3 – Produção Sustentável	Obtida por diferença espacial, após a subtração das MZ-1, MZ-2, MZ-4, MZ-5 e MZ-6 do limite municipal. O caráter residual não significa ausência de critérios ou liberação irrestrita de usos, pois todas as ASEs permanecem incidindo sobre a macrozona.
Distribuição da população e dos domicílios	Como os setores censitários de 2022 não coincidem com os limites das macrozonas, foi empregado método dasimétrico híbrido. O peso final combinou 85% de proxy de ocupação e 15% da participação territorial do setor, preservando os totais de 5.697 habitantes e 2.068 domicílios. Os resultados por macrozona são estimativas de planejamento, e não novos dados oficiais do Censo.
Construção das ASEs	As ASEs foram produzidas como camadas temáticas dissolvidas e recortadas pelo limite municipal. Cada registro recebeu código, denominação, efeito, fonte, área, percentual municipal e indicação de que não substitui a macrozona. Foram consolidadas 13 ASEs relativas a APP, suscetibilidade, inundação, declividade, carste, cavidades, sumidouros, mineração, referência quilombola, influências produtivas, ajuste das UEGs e manancial.
Efeitos das ASEs	As ASEs possuem efeitos diferenciados: restritivo, condicionante, condicionante preliminar, condicionante indicativo, compatibilização, sociocultural, planejamento logístico, revisão cartográfica e proteção hídrica. A simples incidência de uma ASE não deve ser interpretada automaticamente como proibição territorial.
Salvaguardas de interpretação	A APP cartografada deve ser confirmada no caso concreto; suscetibilidade não equivale automaticamente a risco; a inundação não substitui estudos hidráulicos; o DN=2 não deve adquirir efeito normativo antes da confirmação da legenda; buffers de cavidades e sumidouros são analíticos; processos da ANM não equivalem a lavra autorizada; referências quilombolas estatísticas não equivalem a território titulado; e áreas de influência de citrus e pinus não representam ocupação integral por essas culturas.
Controle de qualidade	Foram verificados sistema de referência, integridade do GeoPackage, área municipal, soma das macrozonas, inexistência de lacunas, sobreposições residuais apenas numéricas, geometrias inválidas e preservação geométrica das macrozonas consolidadas. A área municipal utilizada foi de 780,440905 km², com lacunas iguais a zero e ausência de geometrias inválidas.
Rastreabilidade e produtos	A metodologia mantém camadas específicas para a proposta, ASEs, versão anterior do macrozoneamento, partes censitárias utilizadas na dasimetria, composição do MapBiomas, análise de sensibilidade da MZ-5, hierarquia das referências e regras de classificação, permitindo reconstruir e revisar o procedimento adotado.
Situação da proposta	O Macrozoneamento constitui base técnica para validação institucional, participação social e deliberação legislativa. Ajustes localizados podem ser realizados após conferência de campo e consulta aos órgãos competentes, desde que documentados e compatíveis com a hierarquia metodológica e suas salvaguardas.

Matriz de Correspondência entre Leitura Territorial, Objetivos, Propostas, Instrumentos e Referência Territorial.

Eixo	Síntese da Leitura Territorial	Objetivos de Desenvolvimento – síntese	Propostas consolidadas	Principais instrumentos associados	Referência territorial segundo a Fase II
Estrutura Organizacional	Insuficiência de profissionais; dificuldades de atendimento às localidades distantes; limitações administrativas; necessidade de maior representação social e comunitária.	Adequar a capacidade administrativa municipal; ampliar a participação social; assegurar representação de mulheres e povos e comunidades tradicionais; fortalecer a gestão participativa dos recursos hídricos e do saneamento.	Ampliar participação das mulheres; garantir representação institucional de povos e comunidades tradicionais; fortalecer participação na gestão de bacias; adequar a estrutura administrativa às demandas do PDM.	Conselho Municipal de Mulheres; Conselho Municipal dos Povos e Comunidades Tradicionais; Conselho Municipal de Gestão de Bacias; alterações na estrutura administrativa, cargos e funções municipais.	Município, com correspondência destacada na UEG 3.01 e convergências na UEG 1.03; questões hídricas distribuídas em diversas UEGs.
Segurança	Iluminação pública insuficiente; baixa frequência ou ausência de policiamento; problemas de segurança escolar; inexistência de estrutura participativa específica para segurança.	Fortalecer o planejamento municipal da segurança; ampliar proteção aos direitos humanos; qualificar iluminação pública; integrar segurança, acessibilidade e equipamentos públicos.	Estruturar participação e planejamento da segurança; fortalecer proteção aos direitos humanos; ampliar iluminação urbana e rural; relacionar segurança à localização dos equipamentos e à mobilidade.	Conselho Municipal de Segurança; Plano Municipal de Segurança; Conselho Municipal de Direitos Humanos e Fundo; governança interfederativa para iluminação; Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos.	Município; destaque para UEG Sede, UEG 2.02 e UEG 2.03.
Meio Ambiente	Uso de agroquímicos; degradação e contaminação de rios e nascentes; silvicultura; resíduos; áreas sujeitas a riscos; conservação ambiental; paisagens e atrativos naturais.	Ampliar capacidade de adaptação climática e prevenção de riscos; proteger e qualificar o ambiente urbano e rural; promover educação e governança ambiental; controlar impactos; recuperar áreas degradadas; incentivar conservação.	Preparar o Município para eventos climáticos e riscos; ampliar arborização; fortalecer educação e gestão ambiental; controlar impactos de empreendimentos; recuperar áreas degradadas e frágeis; criar incentivos econômicos à conservação.	Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima; Plano Municipal de Redução de Riscos; Plano de Contingência; Plano de Arborização; Conselho e Fundo de Meio Ambiente; Plano de Educação Ambiental; EIV; Plano de Recuperação de Áreas Degradadas; Macrozoneamento;	Município; correspondência ambiental destacada nas UEGs 1.01, 1.03, 3.01 e 3.02; arborização com incidência prioritariamente urbana.

Eixo	Síntese da Leitura Territorial	Objetivos de Desenvolvimento – síntese	Propostas consolidadas	Principais instrumentos associados	Referência territorial segundo a Fase II
				Pagamento por Serviços Ambientais.	
Financiamento do Desenvolvimento Urbano	Limitações de energia elétrica, abastecimento de água, telecomunicações e infraestrutura urbana e rural; necessidade de articulação interfederativa e aperfeiçoamento da capacidade financeira e regulatória municipal.	Ampliar capacidade de ordenar e financiar o desenvolvimento; orientar transformações urbanas; promover uso socialmente adequado da propriedade; articular habitação e política fundiária; aperfeiçoar base tributária; ampliar infraestrutura.	Atualizar instrumentos urbanísticos; ordenar futuras ocupações; induzir utilização adequada dos imóveis; articular regularização e habitação; atualizar instrumentos tributários; estabelecer cooperação para redes e serviços.	Legislação de uso, ocupação e parcelamento; Zoneamento; Parcelamento do Solo; PEUC e instrumentos associados; PLHIS; Regularização Fundiária; atualização de IPTU, ITBI e ISSQN; governança interfederativa para energia, água e telecomunicações.	Município e UEG Sede; habitação/fundiário: Sede e UEG 1.01; infraestrutura: destaque para UEGs 2.02, 2.03 e 3.01.
Desenvolvimento Econômico	Escassez de empregos; baixa diversificação; necessidade de qualificação profissional; fragilidade do comércio e serviços; necessidade de apoio às atividades produtivas, agricultura familiar e canais de comercialização.	Gerar emprego e renda; diversificar a economia; fortalecer centralidades e atividades comerciais; apoiar agricultura familiar e comunidades tradicionais; integrar produção, circulação e comercialização; fortalecer turismo como atividade econômica.	Dinamizar centralidades; viabilizar novas atividades econômicas; fortalecer produção tradicional e familiar; integrar campo e cidade; incorporar turismo ao desenvolvimento econômico.	Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos; instrumentos de ordenamento territorial; Macrozoneamento; PSA; assistência técnica rural; Plano de Mobilidade Campo–Cidade; Lei Municipal de Assistência Técnica; Conselho e Fundo de Turismo.	Município; destaque para Sede, UEGs 1.01, 1.02, 2.01, 2.02, 2.03 e 3.01.
Saneamento Ambiental	Abastecimento sem tratamento; dependência de nascentes; fossas rudimentares; ausência ou insuficiência de esgotamento; problemas de coleta e disposição de resíduos; necessidade de coleta seletiva; drenagem e contaminação hídrica.	Universalizar e qualificar abastecimento; proteger fontes; integrar os componentes do saneamento; melhorar gestão de resíduos e águas pluviais; ampliar coleta e tratamento de efluentes; compatibilizar saneamento e proteção ambiental.	Ampliar água tratada; preservar nascentes; integrar abastecimento, esgotamento, drenagem e resíduos; estruturar gestão de resíduos; qualificar drenagem; ampliar tratamento de efluentes.	Plano Municipal de Saneamento Ambiental; Plano Municipal de Preservação de Nascentes; Conselho Municipal de Gestão de Bacias; PMGIRS; instrumentos de manejo das águas pluviais; governança interfederativa; Macrozoneamento; PSA.	Município, com ampla incidência rural; registros destacados nas UEGs 1.01, 1.03, 2.01, 2.02, 2.03, 3.01, 3.02, 3.03 e Sede.
Mobilidade e Transporte	Estradas rurais precárias; pontes;	Qualificar circulação urbana; integrar	Qualificar mobilidade da	Plano de Mobilidade da	UEG Sede e território rural;

Eixo	Síntese da Leitura Territorial	Objetivos de Desenvolvimento – síntese	Propostas consolidadas	Principais instrumentos associados	Referência territorial segundo a Fase II
	drenagem das vias; dificuldades de transporte escolar e de saúde; transporte coletivo insuficiente; elevados custos e tempos de deslocamento; dificuldades de escoamento da produção.	comunidades rurais à Sede; melhorar estradas e caminhos; ampliar transporte coletivo e conectividade; estruturar relação campo–cidade.	Sede; integrar comunidades rurais aos serviços; melhorar rede viária rural; reduzir dificuldades de deslocamento e ampliar conectividade.	Sede; Plano Municipal de Mobilidade Campo–Cidade; mecanismos de planejamento e priorização da rede rural; articulação interfederativa para transporte.	destaque para UEGs 1.01, 1.02, 1.03, 2.01, 2.02, 2.03, 3.01, 3.02, 3.03 e 4.01.
Equipamentos Públicos	Demandas por escolas, creches, saúde, odontologia, esporte, lazer, atendimento especializado e estruturas para pessoas com deficiência; concentração de serviços na Sede e dificuldades de acesso rural.	Distribuir equipamentos de forma territorialmente equilibrada; articular equipamentos e mobilidade; assegurar áreas para implantação de serviços; melhorar aproveitamento de imóveis urbanos.	Planejar centralidades de serviços; integrar localização dos equipamentos à rede de mobilidade; garantir áreas para novos equipamentos; tratar imóveis urbanos abandonados.	Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos; instrumentos de mobilidade e ordenamento territorial; Direito de Preempção; instrumento municipal relacionado ao abandono da propriedade urbana.	Município; correspondência destacada nas UEGs 2.01, 2.02, 2.03, 3.01, 3.02, 3.03 e Sede.
Desenvolvimento Rural Sustentável	Insuficiência de assistência técnica e maquinário; demandas da agricultura familiar, apicultura e outras atividades produtivas; dificuldades de comercialização, feiras e escoamento.	Fortalecer assistência técnica; melhorar escoamento; assegurar território adequado à produção sustentável; conciliar produção e conservação; ampliar comercialização e agregação de valor.	Estruturar assistência e extensão rural; melhorar circulação da produção; ordenar áreas produtivas; associar conservação e geração de renda; fortalecer produtos e mercados locais.	Lei Municipal de Assistência Técnica para o Desenvolvimento Rural; Plano de Mobilidade Campo–Cidade; Macrozoneamento; PSA; planejamento das centralidades e articulação das políticas municipais.	Áreas rurais do Município; destaque para UEGs 1.01, 1.02, 2.02 e 3.01, especialmente 1.01 e 3.01 para produção e comercialização.
Gestão Democrática e Participação Popular	Necessidade de maior participação nas decisões; dificuldades de acesso à informação; fragilidade de alguns Conselhos; necessidade de representação das comunidades rurais, quilombolas e demais segmentos.	Ampliar representatividade social; fomentar gestão democrática; melhorar acesso à informação; fortalecer Conselhos; incorporar povos e comunidades tradicionais e outros segmentos aos processos decisórios.	Articular Conselhos; ampliar representação social; manter participação durante implementação do PDM; ampliar transparência e acesso à informação.	Colégio de Conselhos Municipais; criação, adequação e fortalecimento dos Conselhos; audiências, consultas e conferências; instrumentos de informação e acompanhamento da gestão pública.	Município, com destaque para a UEG 3.01 quanto à representação de povos e comunidades tradicionais.
Habitação	Moradias sem documentação;	Garantir habitação segura e adequada;	Ampliar acesso à política	Plano Municipal de Habitação de	Município, com destaque para UEG

Eixo	Síntese da Leitura Territorial	Objetivos de Desenvolvimento – síntese	Propostas consolidadas	Principais instrumentos associados	Referência territorial segundo a Fase II
	ocupações irregulares; precariedade habitacional; conflitos entre situações urbanas e rurais; imóveis sem escritura e ocupações interferindo na estrutura viária.	promover regularização fundiária; integrar habitação, infraestrutura e ordenamento territorial.	habitacional; regularizar ocupações urbanas e rurais; integrar política habitacional aos instrumentos de ordenamento.	Interesse Social; instrumentos de Regularização Fundiária; Zoneamento; Parcelamento do Solo; instrumentos urbanísticos correlatos.	Sede, especialmente Cerrado, e UEG 1.01.
Patrimônio Histórico, Cultural e Natural	Na Fase II, o tema não constituía eixo autônomo; suas manifestações apareciam vinculadas principalmente ao Turismo, à cultura local e quilombola, às cachoeiras, cavernas, trilhas, paisagens e referências identitárias.	Institucionalizar a política de patrimônio; identificar, proteger e valorizar referências materiais, imateriais, culturais e naturais; integrar patrimônio, identidade e desenvolvimento territorial.	Criar estrutura municipal de patrimônio; preservar e valorizar referências culturais e naturais; integrar patrimônio às políticas de turismo, participação social e ordenamento territorial.	Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural; mecanismo de financiamento; instrumentos de identificação, proteção e valorização; articulação com Turismo e ordenamento territorial.	Município, com correspondência destacada na UEG 3.01 e nas localidades com atrativos naturais e referências culturais registradas.
Turismo	Presença de cachoeiras, cavernas, trilhas, paisagens naturais, patrimônio e cultura local e quilombola; limitações de infraestrutura, acessibilidade e integração dos atrativos.	Estruturar governança e planejamento turístico; integrar atrativos, equipamentos e acessibilidade; promover turismo sustentável; valorizar cultura local e comunidades tradicionais.	Fortalecer governança; elaborar planejamento turístico; articular atrativos, serviços, equipamentos e mobilidade; incorporar cultura e patrimônio ao desenvolvimento turístico.	Conselho Municipal de Turismo; Fundo Municipal de Turismo; Plano Municipal de Turismo; Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos; instrumentos de mobilidade; instrumentos da política de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural.	Município, com destaque para UEGs 1.03, 2.03, 3.01 e 3.02; UEG 3.01 especialmente relacionada à cultura quilombola.

Instrumentos consolidados da 3ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses

Grupo Funcional	Instrumento Consolidado	Natureza / Finalidade no Processo
Gestão democrática e estrutura institucional	1. Conselho Municipal de Mulheres	Estrutura colegiada de representação e participação das mulheres na gestão municipal.
	2. Fundo vinculado ao Conselho Municipal de Mulheres	Mecanismo de suporte ao funcionamento e às ações vinculadas à política correspondente.
	3. Conselho Municipal dos Povos e Comunidades Tradicionais	Estrutura de representação institucional dos povos e comunidades tradicionais.
	4. Fundo vinculado ao Conselho Municipal dos Povos e Comunidades Tradicionais	Suporte institucional e financeiro à política correspondente.
	5. Conselho Municipal de Meio Ambiente	Instância colegiada de participação e governança ambiental.
	6. Conselho Municipal de Segurança	Instância municipal de participação e planejamento relacionado à segurança.
	7. Conselho Municipal de Direitos Humanos	Estrutura institucional destinada à participação e proteção de direitos humanos.
	8. Conselho Municipal de Gestão de Bacias Hidrográficas	Instância participativa relacionada à gestão dos recursos hídricos e das bacias.
	9. Fundos municipais vinculados aos Conselhos e políticas setoriais	Mecanismos institucionais de financiamento das políticas e estruturas colegiadas correspondentes.
	10. Colégio de Conselhos Municipais	Mecanismo de articulação entre os diferentes Conselhos Municipais.
	11. Audiências públicas	Instrumento permanente de participação social e acompanhamento das políticas municipais.
	12. Consultas públicas	Mecanismo de manifestação e participação da população nos processos decisórios.
	13. Conferências municipais	Instrumento de participação, formulação, avaliação e acompanhamento das políticas públicas.
Ordenamento territorial e política urbana	14. Lei Municipal do Perímetro Urbano	Delimitação normativa do território urbano.
	15. Lei Municipal de Zoneamento Urbano	Organização dos usos, ocupação e parâmetros urbanísticos no interior do perímetro urbano.
	16. Lei Municipal do Macrozoneamento	Organização funcional do território municipal em escala urbano-rural.
	17. Legislação de Parcelamento do Solo para fins Urbanos	Regulamentação do parcelamento e estruturação territorial urbana.
	18. Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios – PEUC	Instrumento relacionado ao aproveitamento socialmente adequado dos imóveis urbanos.
	19. Direito de Preempção	Instrumento destinado a conferir prioridade ao Município para aquisição de imóveis em situações definidas pela legislação específica.
	20. Instrumento relacionado ao abandono da propriedade urbana particular	Mecanismo voltado ao tratamento de imóveis urbanos abandonados e sua relação com a política territorial.
	21. Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV	Avaliação e compatibilização dos efeitos territoriais e urbanos de empreendimentos e atividades.

Grupo Funcional	Instrumento Consolidado	Natureza / Finalidade no Processo
Fundiário e habitacional	22. Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PLHIS	Estruturação da política municipal de habitação de interesse social.
	23. Plano/Instrumento de Regularização Fundiária	Regularização das situações fundiárias identificadas, considerando as realidades urbana e rural conforme alteração registrada durante a audiência.
Ambiental, climático e redução de riscos	24. Plano Municipal de Educação Ambiental	Planejamento das ações municipais de educação ambiental.
	25. Plano Municipal de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas	Planejamento da recuperação e qualificação de áreas ambientalmente degradadas.
	26. Plano Municipal de Preservação de Nascentes	Proteção e recuperação das fontes e nascentes.
	27. Instrumentos de arborização e áreas verdes municipais	Qualificação ambiental e ampliação da infraestrutura verde municipal.
	28. Lei Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA	Mecanismo econômico de incentivo à conservação e recuperação ambiental.
	29. Fundo associado ao Pagamento por Serviços Ambientais	Estrutura financeira de apoio à implementação do PSA.
	30. Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima	Planejamento municipal das ações de mitigação, adaptação e aumento da resiliência climática.
	31. Plano Municipal de Redução de Riscos	Identificação, prevenção e redução dos riscos territoriais.
	32. Plano Municipal de Contingência de Catástrofes	Organização das ações municipais de preparação e resposta a eventos adversos.
	33. Instrumento municipal de Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental	Avaliação ambiental de intervenções e empreendimentos, conforme regulamentação posterior.
	34. Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA	Instrumento relacionado à compensação de impactos ambientais.
Saneamento e recursos hídricos	35. Plano Municipal de Saneamento Ambiental	Integração das políticas relativas ao abastecimento, esgotamento, drenagem e demais componentes do saneamento.
	36. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Planejamento da coleta, manejo, destinação e gestão integrada dos resíduos.
	37. Plano Municipal de Manejo de Águas Pluviais	Planejamento da drenagem e manejo das águas pluviais.
	38. Plano(s) Municipal(is) de Manejo de Águas Superficiais, Subsuperficiais e Subterrâneas	Planejamento integrado das diferentes formas de ocorrência e circulação das águas.
	39. Instrumentos de preservação de nascentes	Proteção de fontes utilizadas ou potencialmente relevantes para o abastecimento e equilíbrio hídrico.
	40. Instrumentos de gestão das bacias hidrográficas	Planejamento e governança territorial dos recursos hídricos.
	41. Governança interfederativa para abastecimento de água, tratamento de efluentes e recursos hídricos	Articulação entre Município, Estado, prestadores de serviços e demais instituições competentes.
Mobilidade e equipamentos públicos	42. Plano de Mobilidade da Sede Municipal de Doutor Ulysses	Planejamento da circulação, mobilidade ativa, transporte e sistema viário da Sede.
	43. Plano de Mobilidade Campo–Cidade	Planejamento das conexões entre comunidades rurais, Sede Municipal e redes regionais de

Grupo Funcional	Instrumento Consolidado	Natureza / Finalidade no Processo
		serviços.
	44. Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos	Organização territorial e distribuição dos equipamentos e serviços públicos e fortalecimento das centralidades municipais.
Desenvolvimento rural e econômico	45. Lei Municipal de Assistência Técnica para o Desenvolvimento Rural	Estruturação da política municipal de assistência técnica e apoio às atividades rurais.
	46. Governança interfederativa para assistência técnica rural	Articulação institucional para ampliação da assistência técnica prestada aos produtores.
	47. Adequações na estrutura administrativa relacionadas às atividades agropecuárias e ambientais	Incorporação de funções técnicas necessárias à implementação das políticas rurais e ambientais.
	48. Instrumentos de apoio à agricultura familiar, produção e comercialização	Fortalecimento das atividades produtivas locais, organização econômica e canais de comercialização.
	49. Consórcio Intermunicipal voltado ao desenvolvimento econômico dos Municípios do Vale do Ribeira – PR	Cooperação intermunicipal e articulação regional para políticas de desenvolvimento.
	50. Plano de Desenvolvimento Geográfico Integrado – PDGI dos Municípios do Vale do Ribeira – PR	Instrumento de planejamento territorial e econômico em escala regional.
Tributário e financiamento	51. Atualização da legislação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU	Aperfeiçoamento dos instrumentos tributários relacionados à propriedade urbana.
	52. Atualização da legislação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI	Atualização dos mecanismos tributários referentes às transmissões imobiliárias.
	53. Atualização da legislação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Aperfeiçoamento dos instrumentos tributários associados à prestação de serviços.
Patrimônio histórico, cultural e natural	54. Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural	Estrutura colegiada destinada à identificação, proteção, valorização e gestão do patrimônio municipal.
	55. Fundo Municipal vinculado à política de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural	Suporte financeiro às ações de preservação e valorização do patrimônio.
	56. Mecanismos de identificação, proteção e valorização do patrimônio	Instrumentos destinados ao patrimônio material, imaterial, cultural e natural e à sua integração ao desenvolvimento territorial.
Turismo	57. Conselho Municipal de Turismo	Estrutura colegiada de governança da política municipal de turismo.
	58. Fundo Municipal de Turismo	Mecanismo de suporte financeiro à política turística municipal.
	59. Plano Municipal de Turismo de Doutor Ulysses	Instrumento de planejamento da atividade turística, envolvendo atrativos, patrimônio, infraestrutura, equipamentos e serviços.

Quadro de Encaminhamentos para a 4ª Fase de Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses, Paraná.

Produto	Finalidade	Situação	Dependências	Instrumento de institucionalização
Plano de Ação e Investimentos – PAI	Converter os objetivos, propostas e instrumentos do PDM em ações executáveis, estabelecendo prioridades, responsáveis, horizontes temporais, indicadores, estimativas de recursos e referências territoriais.	A elaborar na 4ª Fase. A Fase III fornece os objetivos, propostas, instrumentos e bases territoriais que deverão estruturá-lo.	Consolidação das propostas da Fase III; instrumentos aprovados; UEGs; macrozoneamento; zoneamento; capacidade administrativa; definição de prioridades e referências financeiras.	Integração ao Plano Diretor e articulação programática com PPA, LDO e LOA.
Agenda Legislativa do PAI	Organizar as normas que deverão ser elaboradas, regulamentadas, revisadas ou posteriormente substituídas para implementar o novo PDM.	A estruturar na 4ª Fase, como componente do PAI.	Definição dos anteprojetos prioritários; situação das normas vigentes; dependências entre legislação estruturante e complementar.	PAI e disposições transitórias da Lei do Plano Diretor, com definição de encaminhamentos e mecanismos de acompanhamento.
Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal	Consolidar princípios, objetivos, diretrizes, estratégia territorial, macrozoneamento, ASEs, instrumentos urbanísticos, sistema de planejamento e gestão, PAI e mecanismos de monitoramento.	A elaborar/consolidar na 4ª Fase.	Macrozoneamento V3 validado; ASEs; instrumentos da Fase III; PAI; sistema de gestão; consolidação cartográfica e institucional.	Lei Municipal do Plano Diretor.
Anteprojeto de Lei dos Perímetros Urbanos	Institucionalizar o limite urbano consolidado da Sede e estabelecer critérios para alterações futuras do perímetro.	Base técnica consolidada em 2026; pendente de institucionalização legal.	Geometria final do perímetro; correspondência com a MZ-1; mapa normativo; memorial descritivo; condicionantes ambientais e territoriais.	Lei Municipal dos Perímetros Urbanos, acompanhada de mapa normativo e memorial descritivo.
Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano	Transformar o Zoneamento da Sede e as tabelas de parâmetros em regime normativo aplicável, disciplinando usos, ocupação, lotes, recuos, coeficientes, taxas, permeabilidade, pavimentos e demais parâmetros.	Base técnica desenvolvida e alternativa de zoneamento consolidada em 2026; pendente de conversão normativa.	Perímetro urbano final; mapa do Zoneamento; tabelas de parâmetros; compatibilização entre mapa e texto; APP, AUR, ZEPA e demais condicionantes.	Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo Urbano, com mapas e tabelas como anexos normativos.
Anteprojeto de Lei de Parcelamento do	Regulamentar loteamentos, desmembramentos e	A elaborar na 4ª Fase.	Perímetro urbano; zoneamento; parâmetros urbanísticos; sistema	Lei Municipal de Parcelamento do Solo Urbano.

Produto	Finalidade	Situação	Dependências	Instrumento de institucionalização
Solo Urbano	demais formas de transformação fundiária, estabelecendo infraestrutura, áreas públicas, procedimentos e responsabilidades.		viário; drenagem; APP; inundação; carste; suscetibilidade e demais condicionantes territoriais.	
Regulamentação dos Instrumentos do Estatuto da Cidade	Definir quais instrumentos urbanísticos serão efetivamente aplicados, sua finalidade, território de incidência, procedimentos e requisitos administrativos.	Instrumentos identificados na Fase III; seleção e regulamentação a concluir na 4ª Fase.	Necessidade territorial concreta; zoneamento e parâmetros finais; áreas de incidência; capacidade administrativa municipal; procedimentos de aplicação e fiscalização.	Lei do Plano Diretor e/ou legislação municipal específica, conforme a natureza de cada instrumento.
Consolidação cartográfica e geoespacial do PDM	Assegurar correspondência entre textos legais, mapas normativos, memoriais descritivos, parâmetros urbanísticos e bases geoespaciais.	Bases técnicas produzidas; consolidação final necessária na 4ª Fase.	Perímetro 2026; Zoneamento; Macrozoneamento V3; ASEs; parâmetros; revisão topológica; controle de versões e metadados.	Anexos cartográficos, memoriais descritivos e bases geoespaciais vinculados às respectivas leis municipais.
Sistema Municipal de Planejamento e Gestão do PDM	Criar estrutura permanente para aplicação das normas, gestão do PAI, atualização territorial, análise de projetos, fiscalização, participação social e monitoramento.	Estrutura conceitualmente definida no Relatório III; organização institucional a realizar na 4ª Fase.	Definição do órgão coordenador; distribuição de competências; estrutura administrativa; PAI; legislação urbanística; mecanismos de participação e monitoramento.	Lei do Plano Diretor, complementada pelos instrumentos administrativos que forem definidos na Fase IV.
Sistema Municipal de Informações e WebGIS	Organizar e manter a base territorial do Município, integrando perímetro, zoneamento, macrozoneamento, ASEs, lotes, rede viária, equipamentos, riscos, hidrografia, indicadores e demais informações necessárias ao PDM.	Proposto para estruturação na 4ª Fase; não caracterizado no Relatório III como sistema já implantado.	Banco geoespacial estruturado; metadados; definição de responsáveis; periodicidade de atualização; integração das bases cartográficas e administrativas.	Previsão no Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, com regulamentação operacional a ser definida na Fase IV.
Grupo Técnico Permanente do PDM	Assegurar continuidade técnica ao Plano Diretor, acompanhar o PAI, manter bases territoriais, apoiar Conselhos e preparar avaliações, regulamentações e futuras revisões.	Proposto; composição, vinculação e atribuições a definir na 4ª Fase.	Estrutura administrativa efetiva do Município; disponibilidade de equipe multidisciplinar; definição de competências e órgão de vinculação.	Previsão na Lei do Plano Diretor e/ou estrutura administrativa municipal, conforme definição da Fase IV.
Sistema de Indicadores de Monitoramento	Acompanhar a implementação das diretrizes e ações do PDM mediante indicadores objetivos,	A estruturar na 4ª Fase.	Definição de indicadores; linha de base; fontes confiáveis; unidade de medida; periodicidade;	Sistema de Planejamento e Gestão do PDM e PAI, com previsão de monitoramento na Lei

Produto	Finalidade	Situação	Dependências	Instrumento de institucionalização
	territorializados e periodicamente atualizados.		referência territorial e setor responsável.	do Plano Diretor.
Adequação da Estrutura Organizacional Municipal	Compatibilizar competências administrativas com as necessidades de planejamento, urbanismo, obras, meio ambiente, agricultura, tributação, habitação, mobilidade, defesa civil, geoprocessamento e gestão do PDM.	A avaliar e definir na 4ª Fase.	Diagnóstico da estrutura existente; definição de responsabilidades; competências requeridas pelo novo marco territorial; disponibilidade de pessoal e recursos.	Legislação e atos municipais relativos à estrutura administrativa, conforme solução definida na Fase IV.
Lei do Sistema Viário	Compatibilizar a hierarquia e função das vias urbanas e rurais com o novo ordenamento territorial, mobilidade, parcelamentos e conexões campo–cidade.	Revisão posterior à institucionalização do núcleo principal do PDM.	Perímetro; zoneamento; parcelamento; macrozoneamento; Plano de Mobilidade da Sede; Plano de Mobilidade Campo–Cidade.	Revisão/edição da Lei Municipal do Sistema Viário.
Código de Edificações e Obras	Atualizar regras de projeto, licenciamento, execução, fiscalização, acessibilidade, segurança e demais procedimentos construtivos em consonância com o novo ordenamento.	Revisão posterior.	Consolidação da Lei de Uso e Ocupação do Solo; parâmetros urbanísticos; Parcelamento do Solo; condicionantes geotécnicos e procedimentos de licenciamento.	Revisão/edição do Código Municipal de Edificações e Obras.
Código de Posturas	Compatibilizar funcionamento das atividades, utilização dos espaços públicos, fiscalização, ruídos, publicidade, limpeza e demais posturas com o novo regime de usos.	Revisão posterior.	Lei de Uso e Ocupação do Solo; Código de Edificações e Obras; procedimentos de licenciamento e fiscalização; novo regime urbanístico.	Revisão/edição do Código Municipal de Posturas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
Gabinete do Prefeito

MINUTA

ANEXO I

TABELAS DE PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Lei Municipal nº XX / 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
Gabinete do Prefeito
Parâmetros Urbanísticos da Sede

Quadro 1: Zona Central – ZC

Zona Central - ZC												
Usos												
Usos Permitidos			**Usos Permissíveis**			**Usos Tolerados**			**Usos Proibidos**			
Habitacional Unifamiliar Transitório I e II Comercial e Serviço I Institucional e Comunitário I			Comercial e Serviço II Institucional e Comunitário II Religioso Habitacional Multifamiliar			Todo os Usos Anteriores			Todos os Demais			
Ocupação												
Dimensão Lote			**Geral**									
Lote Mínimo (m²)	Lote Máximo (m²)	Testada Mínima (m)	Recuo Frontal Mínimo (m)[1]	Afastamento Laterais Mínimo (m)[2]	Afastamento mínimo fundo (m)	Total de Pavimentos (máximo)	Coeficiente de Aproveitamento[3] Básico (CAB)	Coeficiente de aproveitamento Máximo (CAM)[4]	Taxa de Ocupação Máxima (TOM)	Taxa de permeabilidade Mínima (TPM)	Taxa de Arborização	Densidade Demográfica Máxima (hab/km²)
180,00	500,00[5]	8,00	3	1,0	4,0	4[6]	1,35	1,8	0,45	0,30	0,2[7]	600

1 O recuo deve ser destinado à ampliação dos passeios, devendo estar livre de qualquer obstáculo.

2 Isento até a altura de 6,0 m da cota do passeio, sem aberturas. Para prédios de até 4 pavimentos, o recuo lateral na torre (acima de 2 pavimentos) é de no mínimo 1,0 com permissão de aberturas (janelas).

3 O Coeficiente de Aproveitamento é calculado da seguinte forma: CA = área total da edificação / área do terreno. Ou, Área Total da Edificação = CA x Área do Terreno.

4 Para a utilização do Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB) até o Coeficiente de Aproveitamento Máximo (CAM), é necessário a aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir.

5 Previsto para as seguintes exceções: remembramentos; equipamentos públicos; habitação de interesse social; usos institucionais; usos anteriores a publicação desta Lei.

6 Cada pavimento tem limite máximo de 3,0 m de altura. Subsolos e mezaninos não são computadas no cálculo do número de pavimentos máximo permitido no zoneamento. Os mezaninos não serão computados no número máximo de pavimentos, desde que ocupem uma área equivalente a, no máximo, 50% da área do pavimento térreo e que não caracterizem unidade autônoma.

7 A taxa de arborização integra a taxa de permeabilidade, devendo ser implantada preferencialmente nas áreas permeáveis do lote.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
Gabinete do Prefeito
Parâmetros Urbanísticos da Sede

Quadro 2: Zona Residencial 1 – ZR1

Zona Residencial 1 – ZR1												
Usos												
Usos Permitidos		**Usos Permissíveis**				**Usos Tolerados**			**Usos Proibidos**			
Habitacional Unifamiliar Transitório I Comercial e de Serviço I Institucional e Comunitário I		Comercial e Serviço II e III Institucional e Comunitário II Religioso Habitacional Multifamiliar Condomínio Horizontal				Todo os Usos Anteriores			Todos os Demais			
Ocupação												
Dimensão Lote			**Geral**									
Lote Mínimo (m²)	Lote Máximo (m²)	Testada Mínima (m)	Recuo Frontal Mínimo (m)	Afastamento Laterais Mínimo (m)[8]	Afastamento mínimo fundo (m)	Total de Pavimentos (máximo)	Coeficiente de Aproveitamento[9] Básico (CAB)	Coeficiente de aproveitamento Máximo (CAM)[10]	Taxa de Ocupação Máxima (TOM)	Taxa de permeabilidade Mínima (TPM)[11]	Taxa de Arborização	Densidade Demográfica Máxima (hab/km²)
180,00	500,00[12]	8,00	3	1,0	4,0	3[13]	0,90	1,35	0,45	0,30	0,2[14]	600

8 Isento até a altura de 6,0 m da cota do passeio, sem aberturas. Para prédios de até 4 pavimentos, o recuo lateral na torre (acima de 2 pavimentos) é de no mínimo 1,0 com permissão de aberturas (janelas).

9 Coeficiente de Aproveitamento é a relação entre a área edificável e a área do terreno. (Lei 10.257, de 10 de Julho de 2001, Art. 28. § 1º). O Coeficiente de Aproveitamento é calculado da seguinte forma: CA = área total da edificação / área do terreno. Ou, Área Total da Edificação = CA x Área do Terreno.

10 Para a utilização do Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB) até o Coeficiente de Aproveitamento Máximo (CAM), é necessário a aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir.

11 Área Permeável: superfície não impermeabilizada (ou impermeabilizada de modo controlado) que contribui para o ciclo hidrológico natural, possibilitando a recarga do lençol freático, a redução do escoamento superficial e a mitigação de enchentes (solo natural (grama, jardins, áreas verdes). Neste parâmetro também são considerados pavimentos permeáveis / pisos drenantes: sistemas de revestimento superficial projetados para permitir a passagem da água através de sua estrutura, possibilitando a infiltração controlada no solo (concreto permeável / poroso; blocos intertravados drenantes com juntas alargadas preenchidas com material granular; pisos modulares vazados; revestimentos granulares estabilizados).

12 Previsto para as seguintes exceções: remembramentos; equipamentos públicos; habitação de interesse social; usos institucionais; usos anteriores a publicação desta Lei.

13 Cada pavimento tem limite máximo de 3,0 m de altura. Subsolos e mezaninos não são computadas no cálculo do número de pavimentos máximo permitido no zoneamento. Os mezaninos não serão computados no número máximo de pavimentos, desde que ocupem uma área equivalente a, no máximo, 50% da área do pavimento térreo e que não caracterizem unidade autônoma.

14 A taxa de arborização integra a taxa de permeabilidade, devendo ser implantada preferencialmente nas áreas permeáveis do lote.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
Gabinete do Prefeito
Parâmetros Urbanísticos da Sede

Quadro 3: Zona Residencial 2 – ZR2

Zona Residencial 2 – ZR2												
Usos												
Usos Permitidos[15]			**Usos Permissíveis**			**Usos Tolerados**			**Usos Proibidos**			
Habitacional Unifamiliar Transitório I Comercial e de Serviço I Institucional e Comunitário I			Comercial e Serviço II Religioso Habitacional Multifamiliar Condomínio Horizontal			Todo os Usos Anteriores			Todos os Demais			
Ocupação												
Dimensão Lote			**Geral**									
Lote Mínimo (m²)	Lote Máximo (m²)	Testada Mínima (m)	Recuo Frontal Mínimo (m)	Afastamento Laterais Mínimo (m)	Afastamento mínimo fundo (m)	Total de Pavimentos (máximo)	Coeficiente de Aproveitamento[16] Básico (CAB)	Coeficiente de aproveitamento Máximo (CAM)	Taxa de Ocupação Máxima (TOM)	Taxa de permeabilidade Mínima (TPM)[17]	Taxa de Arborização	Densidade Demográfica Máxima (hab/km²)
180,00	500,00[18]	8,00	3,0	1,0	4,0	1[19]	0,40	0,40	0,40	0,45	0,25[20]	600

15 Na ZR2, todo os projetos de edificações (construção, reforma ou alteração de uso) orientados aos usos permitidos e permissíveis, serão aprovados apenas mediante avaliação de Laudo Geotécnico Favorável (exceção dos projetos de residencia familiar simples).

16 Coeficiente de Aproveitamento é a relação entre a área edificável e a área do terreno. (Lei 10.257, de 10 de Julho de 2001, Art. 28. § 1º). O Coeficiente de Aproveitamento é calculado da seguinte forma: CA = área total da edificação / área do terreno. Ou, Área Total da Edificação = CA x Área do Terreno.

17 Área Permeável: superfície não impermeabilizada (ou impermeabilizada de modo controlado) que contribui para o ciclo hidrológico natural, possibilitando a recarga do lençol freático, a redução do escoamento superficial e a mitigação de enchentes (solo natural (grama, jardins, áreas verdes). Neste parâmetro também são considerados pavimentos permeáveis / pisos drenantes: sistemas de revestimento superficial projetados para permitir a passagem da água através de sua estrutura, possibilitando a infiltração controlada no solo (concreto permeável / poroso; blocos intertravados drenantes com juntas alargadas preenchidas com material granular; pisos modulares vazados; revestimentos granulares estabilizados).

18 Previsto para as seguintes exceções: remembramentos; equipamentos públicos; habitação de interesse social; usos institucionais; usos anteriores a publicação desta Lei.

19 Cada pavimento tem limite máximo de 3,0 m de altura. Subsolos e mezaninos não são computadas no cálculo do número de pavimentos máximo permitido no zoneamento. Os mezaninos não serão computados no número máximo de pavimentos, desde que ocupem uma área equivalente a, no máximo, 50% da área do pavimento térreo e que não caracterizem unidade autônoma.

20 A taxa de arborização integra a taxa de permeabilidade, devendo ser implantada preferencialmente nas áreas permeáveis do lote.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
Gabinete do Prefeito
Parâmetros Urbanísticos da Sede

Quadro 4: Zona Especial de Interesse Social – ZEIS

Zona Especial de Interesse Social - ZEIS												
Usos												
Usos Permitidos[21]			**Usos Permissíveis**			**Usos Tolerados**			**Usos Proibidos**			
Habitacional Unifamiliar Comercial e de Serviço I Institucional e Comunitário I			---			Todo os Usos Anteriores			Todos os Demais			
Ocupação												
Dimensão Lote			**Geral**									
Lote Mínimo (m²)	Lote Máximo (m²)	Testada Mínima (m)	Recuo Frontal Mínimo (m)	Afastamento Laterais Mínimo (m)[22]	Afastamento mínimo fundo (m)	Total de Pavimentos (máximo)	Coeficiente de Aproveitamento[23] Básico (CAB)	Coeficiente de aproveitamento Máximo (CAM)	Taxa de Ocupação Máxima (TOM)[24]	Taxa de permeabilidade Mínima (TPM)[25]	Taxa de Arborização	Densidade Demográfica Máxima (hab/km²)
130,0	400,0[26]	7,0	3,0	1,0	2,0	1	0,70	0,70	0,70	0,20	0,10[27]	600

21 Na ZEIS, todo os projetos de edificações (construção, reforma ou alteração de uso) orientados aos usos permitidos e permissíveis, serão aprovados apenas mediante avaliação de Laudo Geotécnico Favorável (exceção dos projetos de residencia familiar simples).

22 O afastamento lateral poderá ser implantado em apenas 1 dos lados da edificação. Afastamento lateral zero permitido quando houver geminação facultativa (não permitida para lotes de esquina).

23 Coeficiente de Aproveitamento é a relação entre a área edificável e a área do terreno. (Lei 10.257, de 10 de Julho de 2001, Art. 28. § 1º). O Coeficiente de Aproveitamento é calculado da seguinte forma: CA = área total da edificação / área do terreno. Ou, Área Total da Edificação = CA x Área do Terreno.

24 Deve haver compatibilização com as normas sanitárias vigentes (ventilação, iluminação), expressas ao Código de Obras.

25 Área Permeável: superfície não impermeabilizada (ou impermeabilizada de modo controlado) que contribui para o ciclo hidrológico natural, possibilitando a recarga do lençol freático, a redução do escoamento superficial e a mitigação de enchentes (solo natural (grama, jardins, áreas verdes). Neste parâmetro também são considerados pavimentos permeáveis / pisos drenantes: sistemas de revestimento superficial projetados para permitir a passagem da água através de sua estrutura, possibilitando a infiltração controlada no solo (concreto permeável / poroso; blocos intertravados drenantes com juntas alargadas preenchidas com material granular; pisos modulares vazados; revestimentos granulares estabilizados).

26 Previsto para as seguintes exceções: remembramentos; equipamentos públicos; habitação de interesse social; usos institucionais; usos anteriores a publicação desta Lei.

27 A taxa de arborização integra a taxa de permeabilidade, devendo ser implantada preferencialmente nas áreas permeáveis do lote.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
Gabinete do Prefeito
Parâmetros Urbanísticos da Sede

Quadro 5: Zona de Comércio e Serviços – ZCS

Zona de Comércio e Serviços – ZCS												
Usos												
Usos Permitidos			**Usos Permissíveis**			**Usos Tolerados**			**Usos Proibidos**			
Habitacional Unifamiliar Transitório I Comercial e de Serviço I Institucional e Comunitário I			Comercial e Serviço II e III Institucional e Comunitário II Religioso Habitacional Multifamiliar			Todo os Usos Anteriores			Todos os Demais			
Ocupação												
Dimensão Lote			**Geral**									
Lote Mínimo (m²)	Lote Máximo (m²)	Testada Mínima (m)	Recuo Frontal Mínimo (m)[28]	Afastamento Laterais Mínimo (m)[29]	Afastamento mínimo fundo (m)	Total de Pavimentos (máximo)	Coeficiente de Aproveitamento[30] Básico (CAB)	Coeficiente de aproveitamento Máximo (CAM)[31]	Taxa de Ocupação Máxima (TOM)	Taxa de permeabilidade Mínima (TPM)[32]	Taxa de Arborização	Densidade Demográfica Máxima (hab/km²)
180,00	500,00[33]	8,00	3	1,0	4,0	4[34]	1,35	1,8	0,45	0,30	0,2[35]	600

28 O recuo deve ser destinado à ampliação dos passeios, devendo estar livre de qualquer obstáculo.

29 Isento até a altura de 6,0 m da cota do passeio, sem aberturas. Para prédios de até 4 pavimentos, o recuo lateral na torre (acima de 2 pavimentos) é de no mínimo 1,0 com permissão de aberturas (janelas).

30 Coeficiente de Aproveitamento é a relação entre a área edificável e a área do terreno. (Lei 10.257, de 10 de Julho de 2001, Art. 28. § 1º). O Coeficiente de Aproveitamento é calculado da seguinte forma: CA = área total da edificação / área do terreno. Ou, Área Total da Edificação = CA x Área do Terreno.

31 Para a utilização do Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB) até o Coeficiente de Aproveitamento Máximo (CAM), é necessário a aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir.z

32 Área Permeável: superfície não impermeabilizada (ou impermeabilizada de modo controlado) que contribui para o ciclo hidrológico natural, possibilitando a recarga do lençol freático, a redução do escoamento superficial e a mitigação de enchentes (solo natural (grama, jardins, áreas verdes). Neste parâmetro também são considerados pavimentos permeáveis / pisos drenantes: sistemas de revestimento superficial projetados para permitir a passagem da água através de sua estrutura, possibilitando a infiltração controlada no solo (concreto permeável / poroso; blocos intertravados drenantes com juntas alargadas preenchidas com material granular; pisos modulares vazados; revestimentos granulares estabilizados).

33 Previsto para as seguintes exceções: remembramentos; equipamentos públicos; empreendimentos âncora; usos institucionais; usos anteriores a publicação desta Lei.

34 Cada pavimento tem limite máximo de 3,0 m de altura. Subsolos e mezaninos não são computadas no cálculo do número de pavimentos máximo permitido no zoneamento. Os mezaninos não serão computados no número máximo de pavimentos, desde que ocupem uma área equivalente a, no máximo, 50% da área do pavimento térreo e que não caracterizem unidade autônoma.

35 A taxa de arborização integra a taxa de permeabilidade, devendo ser implantada preferencialmente nas áreas permeáveis do lote.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
Gabinete do Prefeito
Parâmetros Urbanísticos da Sede

Quadro 6: Zona Industrial - ZI

Zona Industrial - ZI												
Usos												
Usos Permitidos			**Usos Permissíveis**			**Usos Tolerados**			**Usos Proibidos**			
Industrial I Industrial II			Industrial III			---			Todos os demais			
Ocupação												
Dimensão Lote			**Geral**									
Lote Mínimo (m²)	Lote Máximo (m²)	Testada Mínima (m)	Recuo Frontal Mínimo (m)	Afastamento Laterais Mínimo (m)	Afastamento mínimo fundo (m)	Total de Pavimentos (máximo)	Coeficiente de Aproveitamento[36] Básico (CAB)	Coeficiente de aproveitamento Máximo (CAM)	Taxa de Ocupação Máxima (TOM)	Taxa de permeabilidade Mínima (TPM)[37]	Taxa de Arborização	Densidade Demográfica Máxima (hab/km²)
3.000,00	10.000,00[38]	50,00	10,00	10,0	10,00	(A)[39]	0,60	0,60	0,60	0,20	0,20[40]	---

36 Coeficiente de Aproveitamento é a relação entre a área edificável e a área do terreno. (Lei 10.257, de 10 de Julho de 2001, Art. 28. § 1º). O Coeficiente de Aproveitamento é calculado da seguinte forma: CA = área total da edificação / área do terreno. Ou, Área Total da Edificação = CA x Área do Terreno.

37 Área Permeável: superfície não impermeabilizada (ou impermeabilizada de modo controlado) que contribui para o ciclo hidrológico natural, possibilitando a recarga do lençol freático, a redução do escoamento superficial e a mitigação de enchentes (solo natural (grama, jardins, áreas verdes). Neste parâmetro também são considerados pavimentos permeáveis / pisos drenantes: sistemas de revestimento superficial projetados para permitir a passagem da água através de sua estrutura, possibilitando a infiltração controlada no solo (concreto permeável / poroso; blocos intertravados drenantes com juntas alargadas preenchidas com material granular; pisos modulares vazados; revestimentos granulares estabilizados).

38 Previsto para a exceção de remembramentos industriais.

39 Altura máxima de 20 metros, independentemente do número de pavimentos. Chaminés, silos e torres técnicas não são computados na altura máxima de 20 metros, desde que atendidos os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas, estabelecidos em Legislação Federal e Estadual. Antenas, torres de telecomunicação e equipamentos similares não se enquadram como “torres técnicas”.

40 A taxa de arborização integra a taxa de permeabilidade, devendo ser implantada preferencialmente nas áreas permeáveis do lote.

Quadro 7: Zona de Proteção Ambiental - ZEPA[41]

Zona Especial de Proteção Ambiental - ZEPA			
Usos			
Usos Permitidos	**Usos Permissíveis**	**Usos Tolerados**	**Usos Proibidos**
Área prioritária a preservação de Recursos Naturais, estabelecidos em Plano de Manejo.	Aqueles estabelecidos em Plano de Manejo.	Todos os demais.	Todos os demais

41 Áreas prioritárias à conservação dos recursos naturais, destinadas a criação de Unidades de Conservação, tendo usos permissíveis relacionados a criação de espaços voltados ao lazer, a pesquisa, ao turismo sustentável e a educação ambiental.

Quadro 8: Área de Preservação Permanente - APP[42]

Área de Preservação Permanente - APP			
Usos			
Usos Permitidos	**Usos Permissíveis**	**Usos Tolerados**	**Usos Proibidos**
----------	----------	Aqueles preexistentes a Lei, já implantados, mediante compensação ambiental no Município de Doutor Ulysses - PR	Todos os Demais

42 Faixas marginais dos cursos d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, como riachos, lagos, lagoas, nascentes, reservatórios de água, veredas e banhados.

Quadro 9: Área de Uso Restrito - AUR[43]

Área de Uso Restrito - AUR			
Usos			
Usos Permitidos	**Usos Permissíveis**	**Usos Tolerados**	**Usos Proibidos**
Todo os projetos de edificações (construção, reforma ou alteração de uso) orientados aos usos permitidos e permissíveis, serão aprovados apenas mediante avaliação de Laudo Geotécnico Favorável	----------	Aqueles preexistentes a Lei, já implantados, mediante compensação ambiental no Município de Doutor Ulysses - PR	Todos os Demais

43 Porção localizada no perímetro urbano da Sede do Município de Doutor Ulysses, com declividade igual / superior a 30%, na qual não será permitido o parcelamento do solo, salvo se atendida exigência específica de Laudo Geotécnico Favorável.

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 002/2024 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DOUTOR UYSSES

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 002/2024

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DOUTOR UYSSES

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Sr. Moisés Branco da Silva, no uso de suas atribuições legais e através da Secretaria Municipal de Planejamento, CONVIDA a todos os munícipes e a quem possa interessar, para que compareçam a sessão da 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DOUTOR ULYSSES, a ser realizada às 19 horas do dia 20 de setembro de 2024, nas dependências do “Cidadão do Futuro”, no Município de Doutor Ulysses, Paraná, Rua Pedro Gabriel de Oliveira, Centro, Estado do Paraná, para tratar sobre a 3ª Fase da Revisão do Plano Diretor Participativo deste Município:

Pauta
1. Consolidação das propostas da revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses – PR.

A Audiência Pública será realizada na forma de exposições e manifestações verbais e escritas pelos participantes, sendo conduzida pela UEPG e Secretaria Municipal de Planejamento de Doutor Ulysses - PR.

O material a ser analisado na 3ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses -PR está disponível em https://www2.uepg.br/geocidades/plano-diretor/doutor-ulysses/

Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses - PR, em 3 de setembro do ano de 2024.

MOISÉS BRANCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:47F6C89F

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 06/09/2024. Edição 3105
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
ESTADO DO PARANÁ

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
20/09/2024

ATA 3

Ao vigésimo dia do mês de setembro de dois mil e vinte quatro, às 19:00 horas, reuniram-se nas dependências do Cidadão do Futuro, Rua Pedro Gabriel de Oliveira, s/nº, as seguintes autoridades, o membro do Conselho Municipal da Cidade de Dr Ulysses Cleide Mara Lúcia Carneiro, a Diretora de Cultura Luana Pinheiro, a Presidenta do Quilombo Gramadinho Laura Rosa de Lima, o Presidente do Quilombo Varzeão Juventino Rodrigues de Castro, o Líder da Associação de Agentes Ambientais Alcides da Silva Souza, bem como o representante da UEPG e Coordenador do Convênio pela instituição Professor Dr. Márcio Jose Ornat (CREA PR - 197154D); os discentes do curso de Bacharelado em Geografia, Bianca Hilgemberg, Cleide Mara Lúcia Carneiro, Elaine Cristina Fiquer Venâncio, Gabriel Eiki Rocha Camargo, João Matheus Grochovski Seraphim (Iniciação Científica - PIBIC), Kamila Cristina de Oliveira Antunes, Marcio Aurelio Valentim Machado, Vitória Santos de Souza (Iniciação Científica - PIBIC), Victória de Fátima Dimbarre Portela; a discente do Curso de Bacharelado em Geografia, Engenheira de Software e Especialista em Redes e Sistemas Distribuídos Eliane Barbosa Carneiro (Iniciação Científica - PIBIC), o discente da Pós-Graduação Mestrado em Gestão do Território, discente da Especialização no Enfrentamento das Violências Contra Crianças e Adolescentes pelo Ministério dos Direitos Humanos, discente do curso de Tecnologia em Segurança Pública, Bacharel em Direito, Bacharel em Administração Pública, Especialista em Gestão Pública e Planejamento de Políticas Públicas e Perito Ambiental Paulo Henrique Carneiro; a Geógrafa Judite Bueno de Camargo (CREA PR - 215482/D), o Geógrafo Saras Resende Paula (CREA PR-211293/D), além dos munícipes de Doutor Ulysses, Paraná, para a **3ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses, Paraná (2024 – 2034)**. Dando início aos trabalhos, o Mestre de Cerimônia, Sr. Paulo Henrique Carneiro, saudou os presentes, informou os objetivos e finalidades da referida Audiência Pública, e em seguida comunicou a proposta de metodologia para a estruturação da 3ª Audiência Pública do Plano Diretor de Doutor Ulysses - PR, a qual teve a proposta: 1. Contrato de tempo de duração da Reunião: teto de 2 horas. 2. A sistemática de aprovação da Consolidação das propostas da Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses se dará por eixo temático: Apresenta-se os eixos (um por um) e todas as estratégias (aprovação no final de cada eixo). 3. Dúvidas e questionamentos serão registrados pela equipe de apoio durante o decorrer da palestra. 4. Leitura, aprovação e assinatura da ata. 5. Após apresentações e trâmites anteriores, por fim, o encerramento da Audiência. Posteriormente foi aberto para regime de votação. Com a manifestação dos munícipes, por **UNANIMIDADE**, a metodologia da 3ª Audiência Pública do Plano Diretor de Doutor Ulysses - PR. foi **APROVADA**. Mencionou-se a equipe de trabalho da Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses. Após a execução do Hino Nacional, o Sr. Paulo Henrique Carneiro passou a palavra para o palestrante do evento, o Professor Dr. Márcio Jose Ornat, Doutor em Geografia, Professor do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Coordenador do Convênio de Cooperação Técnica-Científica que entre si celebraram a Universidade Estadual de Ponta Grossa e o Município de Doutor Ulysses, com vistas à realização da Revisão do Plano Diretor Participativo deste município. Tomando a palavra, o Professor Márcio Jose Ornat, saudou e agradeceu os presentes, e na sequência proferiu a palestra intitulada Consolidação das propostas da Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses

(2024 - 2034). Após uma breve recapitulação do processo de Revisão do Plano Diretor Participativo do município, o Professor Márcio Jose Ornat destacou a importância da participação popular na construção do Plano Diretor Municipal e no desenvolvimento de uma cidade menos desigual, em seguida iniciou sua apresentação acerca da Consolidação das Propostas da Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses - PR, onde cada eixo temático foi apresentado com os objetivos e para cada objetivo a estratégia e seu respectivo instrumento foram apresentados para aprovação. Para o eixo temático "Estrutura Organizacional", objetivo "Garantir a participação plena e efetiva das mulheres, povos e comunidades tradicionais, e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública" foi apresentada a Estratégia "Fortalecer as instâncias de participação popular com a ampliação do papel propositivo e deliberativo das mulheres na política urbana, rural, econômica, social e ambiental municipal" com dois instrumentos "Criação do Conselho Municipal de Mulheres de Doutor Ulysses - PR, ampliando a participação das mulheres nos espaços de decisão coletivas" e "Criação do Fundo Municipal para o funcionamento do Conselho Municipal de Mulheres de Doutor Ulysses - PR". A Sra Laura Rosa de Lima sugeriu a alteração do texto dos instrumentos para: "Criação do Conselho Municipal de Mulheres, Mulheres Rurais e Mulheres Quilombolas de Doutor Ulysses - PR, ampliando a participação das mulheres nos espaços de decisão coletivas" e "Criação do Fundo Municipal para o funcionamento do Conselho Municipal de Mulheres, Mulheres Rurais e Mulheres Quilombolas de Doutor Ulysses - PR". Foi feito a Votação e aprovação da alteração por **UNANIMIDADE.** Para a estratégia "Fortalecer as instâncias de participação popular com a ampliação do papel propositivo e deliberativo de povos e comunidades tradicionais na política urbana, rural, econômica, social e ambiental municipal" com dois instrumentos "Criar o Conselho Municipal de Povos e Comunidades Tradicionais de Doutor Ulysses - PR, ampliando a participação nos espaços de decisão coletivas" e "Criar o Fundo Municipal para o funcionamento do Conselho Municipal de Povos e Comunidades Tradicionais de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis" e a estratégia "Fortalecer as instâncias de participação popular com a ampliação do papel propositivo e deliberativo na política urbana, rural, econômica, social e ambiental municipal" com o instrumento "Criar o Conselho Municipal de Execução do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses - PR". A Sra Laura Rosa de Lima sugeriu a alteração do texto do instrumento "Criar o Conselho Municipal de Execução do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses – PR, a fim de garantir a equidade na representação, viabilizando a participação dos povos e comunidades tradicionais". Para o objetivo "Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento" a estratégia "Fortalecer as instâncias de participação popular com a ampliação do papel propositivo e deliberativo na política urbana, rural, econômica, social e ambiental municipal" com os instrumentos "Criar o Conselho Municipal de Gestão de Bacias Hidrográficas de Doutor Ulysses - PR" e "Criar o Fundo Municipal para o funcionamento do Conselho Municipal de Gestão de Bacias Hidrográficas de Doutor Ulysses - PR". Para os objetivos "Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa", "Assegurar o acesso público à informação" e "Respeitar o espaço político e a liderança de cada localidade para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável" a estratégia "Criar um sistema integrado de gestão democrática municipal que determine o papel e a responsabilidade de cada instância, órgão e etapa de participação popular, bem como as formas de interação entre cada um deles" com o instrumento "Criar o Colégio de Conselhos Municipais do Município de Doutor Ulysses - PR". Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação a Consolidação das propostas para o Eixo Estrutura Organizacional. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, a Consolidação das propostas para o Eixo Estrutura Organizacional, foi **APROVADA**. Para o eixo temático "Segurança", os objetivos "Implantar no município o Conselho Municipal de Segurança" e "Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares" e "Realização de Governança Interfederativa na ampliação da oferta de iluminação pública na Sede Municipal e em todos os aglomerados rurais e comunidades quilombolas", a estratégia "Fortalecer as instâncias de participação popular com a ampliação do papel propositivo e deliberativo na política urbana, rural, econômica, social e

ambiental municipal" com os instrumentos "**Manutenção**/Criação do Conselho Municipal de Segurança de Doutor Ulysses - PR" e "Elaboração do Plano Municipal de Segurança de Doutor Ulysses - PR"; e a estratégia "Prever melhor localização do equipamento, adequando o uso do solo e articulando a escolha da localização à dinâmica de mobilidade, de adensamento e de desenvolvimento urbano prevista", os instrumentos "Elaborar o Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos do Município de Doutor Ulysses - PR", "Criação da Lei de Zoneamento do Perímetro Urbano da Sede Municipal de Doutor Ulysses - PR", "Elaborar o Plano de Mobilidade Campo - Cidade do Município de Doutor Ulysses - PR" e "Estabelecer Governança Interfederativa entre os entes estadual e municipal para a ampliação da iluminação pública no espaço urbano e em todas as aglomerações rurais do município de Doutor Ulysses - PR". A Sra Laura Rosa de Lima sugeriu a alteração do texto para "Estabelecer Governança Interfederativa entre os entes estadual e municipal para a ampliação da iluminação pública no espaço urbano e em todas as aglomerações rurais e comunidades Quilombolas do município de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para a população geral e povos e comunidades tradicionais, para o desenvolvimento sustentável", a estratégia "Fortalecer as instâncias de participação popular com a ampliação do papel propositivo e deliberativo na política urbana, rural, econômica, social e ambiental municipal", com os instrumentos "Criar o Conselho Municipal de Direitos Humanos do Município de Doutor Ulysses - PR", "Criar o Fundo Municipal para o funcionamento do Conselho Municipal de Direitos Humanos do Município de Doutor Ulysses - PR", sendo que a Sra Laura sugeriu alteração do texto para "Criar o Conselho Municipal de Direitos Humanos e Igualdade Racial do Município de Doutor Ulysses - PR", "Criar o Fundo Municipal para o funcionamento do Conselho Municipal de Direitos Humanos e Igualdade Racial do Município de Doutor Ulysses - PR"; os instrumentos "Criação do Conselho Municipal de Povos e Comunidades Tradicionais de Doutor Ulysses - PR, ampliando a participação nos espaços de decisão coletivas" e "Criação do Fundo Municipal para o funcionamento do Conselho Municipal de Povos e Comunidades Tradicionais de Doutor Ulysses - PR". Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação a Consolidação das propostas para o Eixo Segurança. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Consolidação das propostas para o Eixo Segurança, foi **APROVADA**. Para o eixo temático "Meio Ambiente", o objetivo "Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais", a estratégia "Incorporar agenda ambiental local (domínio morfoclimático) no planejamento do território", com os instrumentos "Criar Lei Municipal do Perímetro Urbano do Município de Doutor Ulysses - PR atendendo a critérios morfoclimáticos", "Criar Lei do Parcelamento do Solo para fins Urbanos da Sede Municipal de Doutor Ulysses - PR atendendo a critérios morfoclimáticos", "Criar Lei Municipal do Macrozoneamento do Município de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Lei Municipal do Zoneamento Urbano do Município de Doutor Ulysses - PR com a Zona Especial de Criação de Parques e as Áreas Verdes". Para a estratégia "Sanar ou mitigar situações de risco a movimentos de massa, enchentes, enxurrada, cabeça d'água, alagamentos e inundações", os instrumentos "Criar Lei Municipal do Macrozoneamento do Município de Doutor Ulysses - PR", "Criar Lei Municipal do Zoneamento Urbano do Município de Doutor Ulysses - PR com a Zona Especial de Criação de Parques e as Áreas Verdes", "Criar Plano Municipal de Manejo de Águas Pluviais do Município de Doutor Ulysses - PR", "Criar Lei Municipal do Direito de Preempção de Doutor Ulysses - PR", "Criar Plano de Recuperação de Áreas Degradadas do Município de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Plano Municipal de Contingência de Catástrofes do Município de Doutor Ulysses - PR". O Sr Juventino Rodrigues de Castro sugeriu que retirasse o instrumento "Criar Lei Municipal do Direito de Preempção de Doutor Ulysses - PR" como instrumento desta estratégia. Foi submetido à votação e foi **APROVADO** a retirada por **UNANIMIDADE**. O Sr Alcides da Silva Souza sugeriu que fosse tratado o tema de aproveitamento de águas subterrâneas e foi incluído o instrumento "Criar Plano Municipal de Manejo de Águas Superficiais, subsuperficiais e subterrâneas do Município de Dr Ulysses – PR". Para o objetivo "Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos", a estratégia "Planejar e demarcar zonas de baixa emissão na sede municipal de Doutor Ulysses - PR, onde o transporte motorizado a base de combustíveis fósseis seja desincentivado por meio de taxas sobre seu uso", com o instrumento "Elaborar o Plano de

Mobilidade da Sede Municipal de Doutor Ulysses - PR, estabelecendo uma política de estacionamentos de uso público com pagamento pela sua utilização"; a estratégia "Viabilizar condições para a ampliação da mobilidade ativa e do transporte não motorizado", com os instrumentos "Elaborar o Plano de Mobilidade da Sede Municipal de Doutor Ulysses - PR, estabelecendo uma política de estacionamentos de uso público com pagamento pela sua utilização" e "Elaborar o Plano de Mobilidade da Sede Municipal de Doutor Ulysses - PR, estabelecendo rede cicloviária, com ciclorrotas e ciclofaixas"; e a estratégia "Articular as áreas verdes públicas, garantindo o fortalecimento das áreas ambientais do município", com o instrumento "Elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Melhorar a educação ambiental e climática, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima", a estratégia "Fortalecer as instâncias de participação popular com a ampliação do papel propositivo e deliberativo na política ambiental municipal", com os instrumentos "Criar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Doutor Ulysses - PR" e "Criar o fundo municipal para o funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Doutor Ulysses - PR" e "Elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental". Para o objetivo "Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas, e povos e comunidades tradicionais", a estratégia "Fortalecer as instâncias de participação popular de mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas, e povos e comunidades tradicionais inclusive com a ampliação de seu papel propositivo e deliberativo na política urbano-ambiental municipal.", com o instrumento "Criar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento", a estratégia "Planejar e articular as áreas verdes municipais às áreas de relevância regional ou metropolitana", com o instrumento "Promover a Governança Interfederativa entre os entes municipais para planejar e articular as áreas verdes municipais às áreas de relevância regional ou metropolitana."; a estratégia "Estimular uso mais intensivo e sustentável da terra já demarcada para uso rural", com os instrumentos "Criar Lei Municipal do Macrozoneamento do Município de Doutor Ulysses - PR", "Criar Lei Municipal de Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente de Doutor Ulysses - PR", "Criar Lei Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, no Município de Doutor Ulysses -PR", "Criação de Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, no Município de Doutor Ulysses - PR", e "Atualização da Lei Municipal de Cargos e Salários de Doutor Ulysses - PR, incluindo o cargo de Profissional Técnico em Meio Ambiente e/ou Engenheiro Ambiental"; A Sra Laura propõe que o texto seja alterado para "Criar Lei Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, no Município de Doutor Ulysses -PR, priorizando os povos e comunidades tradicionais", "Criação de Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, no Município de Doutor Ulysses - PR, priorizando os povos e comunidades tradicionais", e a estratégia "Garantir que a implementação e a operação de atividade extrativista ocorram de forma articulada à política de desenvolvimento urbano e ambiental do município", com os instrumentos "Criar Lei Municipal do Macrozoneamento do Município de Doutor Ulysses - PR", e "Criar Lei Municipal de Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e seus serviços, em especial florestas", a estratégia "Garantir a preservação e a conservação das áreas ambientalmente frágeis", com o instrumento "Criar Plano Municipal de Recuperação das Áreas Degradadas ou Alteradas do Município de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Restaurar a terra e o solo degradado e lutar para alcançar um município neutro em termos de degradação do solo", as estratégias "Garantir a preservação e a conservação das áreas ambientalmente frágeis" ", com o instrumento "Criar Plano Municipal de Recuperação das Áreas Degradadas ou Alteradas do Município de Doutor Ulysses - PR", e a estratégia "Promover a recuperação e a preservação das áreas ambientais degradadas", com os instrumentos "Criar Plano Municipal de Recuperação das Áreas Degradadas ou Alteradas do Município de Doutor Ulysses - PR", "Criar Lei Municipal do Macrozoneamento do Município de Doutor

Ulysses - PR", "Criar Lei Municipal do Zoneamento Urbano do Município de Doutor Ulysses - PR com a Zona Especial de Interesse Social", e "Criar Lei Municipal de Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas", a estratégia "Promover a recuperação e a preservação das áreas ambientais degradadas", com o instrumento "Criar Plano Municipal de Recuperação das Áreas Degradadas ou Alteradas do Município de Doutor Ulysses - PR", e a estratégia "Controlar e mitigar impactos ambientais e urbanos decorrentes de grandes projetos, condicionando sua implementação ao atendimento das demandas social, ambiental, urbana e econômica identificadas", com os instrumentos "Criar Lei Municipal de Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Lei Municipal de Estudo de Impacto de Vizinhança de Doutor Ulysses - PR"; Para os objetivos "Assegurar a conservação dos ecossistemas, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável", "Integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas", "Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas", "Implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres", e "Mobilizar recursos significativos de todas as fontes para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados, inclusive para a conservação e o reflorestamento", a estratégia "Incentivar a preservação por parte de pessoas proprietárias de áreas privadas com importância ambiental", com os instrumentos "Criar Lei Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, no Município de Doutor Ulysses – PR, priorizando povos e comunidades tradicionais", "Criação de Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, no Município de Doutor Ulysses - PR, priorizando povos e comunidades tradicionais", "Criar Lei Municipal de Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) de Doutor Ulysses- PR" e "Criar Lei Municipal de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos", a estratégia "Garantir a permanência e o estímulo contínuo à produção oriunda de povos e comunidades tradicionais", com o instrumento "Criar Lei Municipal do Macrozoneamento do município de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Reduzir o impacto ambiental negativo per capita, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar e gestão de resíduos municipais", a estratégia "Estruturar uma política de gestão de resíduos sólidos vinculada à política de desenvolvimento urbano e com articulação regional para construção e gestão de aterro sanitário, centrais de compostagem ou reciclagem e demais equipamentos do sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos", com o instrumento "Elaborar Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Doutor Ulysses - PR"; e a estratégia "Estruturar uma política de saneamento ambiental vinculada desenvolvimento a uma política de desenvolvimento de baixo carbono", com os instrumentos "Elaborar Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Doutor Ulysses - PR", "Elaborar Plano de Saneamento Ambiental do Município de Doutor Ulysses - PR" e "Criação/manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Ampliar a proteção das Áreas de Proteção Permanente, urbanas e rurais", a estratégia "Fortalecer o desenvolvimento econômico sustentável integrado às áreas de preservação e suas potencialidades", com os instrumentos "Elaborar Plano de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-s) e Rural do Município de Doutor Ulysses - PR", "Criar Lei Municipal do Zoneamento Urbano do Município de Doutor Ulysses - PR", "Criar o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Doutor Ulysses - PR", "Criação do fundo municipal para o funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Doutor Ulysses - PR", "Criar Lei Municipal de Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Lei Municipal de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de Doutor Ulysses - PR". A Sra Sara Miriam sugeriu que o texto do instrumento "Elaborar Plano de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-s) e Rural do Município de Doutor Ulysses

- PR" seja alterado para "Elaborar Plano de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-s) e Rural do Município de Doutor Ulysses – PR em conjunto com a Política Nacional de Gestão Territorial Ambiental Quilombola (PNGTAQ) ", Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação a Consolidação das propostas para o Eixo Meio Ambiente. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Consolidação das propostas para o Eixo Meio Ambiente, foi **APROVADA**. Para o eixo temático "Financiamento do Desenvolvimento Urbano", o objetivo "Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis", a estratégia "Fortalecer as instâncias de participação popular com a ampliação do papel propositivo e deliberativo na política urbana, rural, econômica, social e ambiental municipal", com os instrumentos "Manutenção do Conselho Municipal da Cidade de Doutor Ulysses - PR" e "Criação do Fundo Municipal para o funcionamento do Conselho Municipal da Cidade de Doutor Ulysses - PR"; a estratégia "Incentivar desenho urbano que garanta qualidade no uso e na ocupação do solo, bem como relações mais humanas no espaço urbano público", com os instrumentos "Elaborar o Plano de Mobilidade da Sede Municipal de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Lei Municipal do Zoneamento Urbano do Município de Doutor Ulysses - PR"; as estratégias "Controlar o avanço da ocupação urbana e planejar frentes de expansão considerando as condições de risco existentes", "Articular o planejamento de novas áreas de ocupação urbana à capacidade de drenagem existente e prevista no município", e "Delimitar áreas aptas à ocupação para expansão urbana nas áreas de transição urbano-rural e garantir a recuperação da valorização da terra rural para urbana", com o instrumento "Criar Lei Municipal do Zoneamento Urbano do Município de Doutor Ulysses - PR"; a estratégia "Garantir a permanência da população de baixa renda e melhorar as condições habitacionais em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura", com os instrumentos "Criar Lei Municipal do Zoneamento Urbano do Município de Doutor Ulysses - PR", "Criar a Lei de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) do Município de Doutor Ulysses - PR" e "Elaborar o Plano Municipal Habitação de Interesse Social do Município de Doutor Ulysses - PR"; a estratégia "Direcionar e condicionar a implementação de novos loteamentos e condomínios de forma articulada à política de desenvolvimento urbano", com os instrumentos "Criar a Lei de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) do Município de Doutor Ulysses - PR" e "Elaborar o Plano Municipal Habitação de Interesse Social do Município de Doutor Ulysses - PR"; A Sra Sara solicitou a alteração do texto do instrumento para "Elaborar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Doutor Ulysses – PR, priorizando povos e comunidades tradicionais"; a estratégia "Criar novas centralidades ou áreas de desenvolvimento econômico de forma a equilibrar os usos no território", com os instrumentos "Atualizar a Legislação Tributária relacionada ao Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU)", "Atualizar a Legislação Tributária relacionada ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)" e "Atualizar a Legislação Tributária de Doutor Ulysses - incorporando o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)"; e as estratégias "Promover a regularização fundiária urbana" e "Promover a urbanização de assentamentos precários", com o instrumento "Elaboração de Plano de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-s) do Município de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural", a estratégia "Preservar imóveis, usos ou conjuntos urbanos de interesse cultural e histórico", com os instrumentos "Criar Fundo Municipal de Funcionamento do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Doutor Ulysses - PR" e "Criar o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Doutor Ulysses - PR"; e as estratégias "Garantir a preservação do patrimônio natural e paisagístico", "Integrar as normas para facilitar os processos de aprovação e de fiscalização relacionados aos bens de interesse de preservação", "Garantir a presença de usos compatíveis com a preservação e a dinamização de imóveis históricos" e "Promover a recuperação e a preservação das áreas ambientais degradadas", com o instrumento "Criar o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Reduzir significativamente o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação

de vulnerabilidade", a estratégia "Prever articulação interfederativa para planejamento, controle e ação emergencial", com os instrumentos "Elaborar Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima de Doutor Ulysses - PR", "Elaborar Plano Municipal de Redução de Riscos de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Plano Municipal de Contingência de Catástrofes do Município de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência", as estratégias "Promover a transformação e/ou ocupação de áreas urbanas subutilizadas", "Incentivar desenho urbano que garanta qualidade no uso e na ocupação do solo, bem como relações mais humanas no espaço urbano público" e "Criar novas centralidades de forma a equilibrar os usos no território", com o instrumento "Elaborar o Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos do Município de Doutor Ulysses - PR"; as estratégias "Prever melhor localização de espaços públicos seguros, inclusivos e acessíveis para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência", "Incentivar desenho urbano que garanta qualidade no uso e na ocupação do solo, bem como relações mais humanas no espaço urbano público" e "Criar novas centralidades de forma a equilibrar os usos no território" com o instrumento "Elaborar o Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos do Município de Doutor Ulysses - PR"; a estratégia "Prever melhor localização de espaços públicos seguros, inclusivos e acessíveis para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência" com os instrumentos "Elaborar o Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos do Município de Doutor Ulysses – PR" e "Elaborar o Plano de Mobilidade da Sede Municipal de Doutor Ulysses - PR"; as estratégias "Viabilizar condições para a ampliação da mobilidade ativa e do transporte não motorizado" e "Prever localização de equipamentos de impacto no sistema de mobilidade de maneira articulada à dinâmica dos deslocamentos, de adensamento e de desenvolvimento urbano", com o instrumento "Elaborar o Plano de Mobilidade da Sede Municipal de Doutor Ulysses - PR"; a estratégia "Viabilizar a aquisição de imóveis para a instalação de equipamentos públicos necessários ao desenvolvimento urbano e social do município", com o instrumento "Criar Lei de Abandono da Propriedade Urbana Particular de Doutor Ulysses - PR"; Para o objetivo "Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento de desenvolvimento" as estratégias "Promover a articulação e a integração do desenvolvimento rural sustentável e regional", com o instrumento "Elaborar o Plano de Mobilidade Campo - Cidade do Município de Doutor Ulysses - PR"; e a estratégia "Promover ampliação da rede de distribuição dos alimentos e produtos produzidos no município fortalecendo as feiras de rua", com o instrumento "Elaborar o Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos do Município de Doutor Ulysses - PR"; Para os objetivos "Estabelecer governança interfederativa para implantar, ampliar e melhorar o fornecimento de energia elétrica nas áreas rurais e de povos e comunidades tradicionais", "Estabelecer governança interfederativa para implantar, ampliar e melhorar o fornecimento de água potável nas áreas rurais e de povos e comunidades tradicionais " e "Estabelecer governança interfederativa para implantar, ampliar e melhorar os serviços de telecomunicações nas áreas rurais e de povos e comunidades tradicionais ", a estratégia "Promover a cooperação entre entes públicos, a fim de viabilizar ações de interesse comum", com os instrumentos "Promover Governança Interfederativa entre os entes municipal e estadual para ampliar e melhorar a distribuição de energia elétrica em Doutor Ulysses - PR", "Promover Governança Interfederativa entre os entes municipal e estadual para ampliar e melhorar a distribuição água tratada em Doutor Ulysses - PR" e "Promover Governança Interfederativa entre os entes municipal e estadual para ampliar e melhorar a distribuição de serviços de telecomunicações em Doutor Ulysses - PR". Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação a Consolidação das propostas para o Eixo Financiamento do Desenvolvimento Urbano. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Consolidação das propostas para o Eixo Financiamento do Desenvolvimento Urbano, foi **APROVADA**. Para o eixo temático "Desenvolvimento Econômico", o objetivo "Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores", a estratégia "Regulamentar as formas de uso do espaço público e a instalação de comércio ambulante, visando maior qualidade ambiental e urbana para o município", com o instrumento "Elaborar o Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos do Município de Doutor Ulysses- PR"; o objetivo

"Reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação" a estratégia "Regulamentar as formas de uso do espaço público e a instalação de comércio ambulante, visando maior qualidade ambiental e urbana para o município" com o instrumento "Elaborar o Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos do Município de Doutor Ulysses- PR"; a estratégia "Identificar áreas de interesse e estimular o desenvolvimento de atividades produtivas vinculadas à pesquisa e à tecnologia de maneira articulada ao desenvolvimento urbano e econômico municipal" com os instrumentos "Criação da Lei de Zoneamento do Perímetro Urbano da Sede Municipal de Doutor Ulysses – PR", "Promover Governança Interfederativa entre os entes municipal e estadual para ampliar e melhorar a distribuição de serviços de formação profissional em Doutor Ulysses – PR" e "Promover parcerias entre os entes públicos e ou privados". Para o objetivo "Buscar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor", a estratégia "Regulamentar as formas de uso do espaço público e a instalação de comércio ambulante, visando maior qualidade ambiental e urbana para o município", com o instrumento "Elaborar o Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos do Município de Doutor Ulysses- PR"; a estratégia "Identificar áreas de interesse e estimular o desenvolvimento de atividades produtivas vinculadas à pesquisa e à tecnologia de maneira articulada ao desenvolvimento urbano e econômico municipal", com os instrumentos "Criação da Lei de Zoneamento do Perímetro Urbano da Sede Municipal de Doutor Ulysses - PR", "Promover Governança Interfederativa entre os entes municipal e estadual para ampliar e melhorar a distribuição de serviços de formação profissional em Doutor Ulysses – PR" e "Promover parcerias entre os entes públicos e ou privados"; e a estratégia "Dinamizar e criar centralidades urbanas e rurais de forma articulada ao desenvolvimento econômico local, fortalecendo comércios e usos populares existentes e promovendo melhor aproveitamento do solo", com o instrumento "Elaborar o Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos do Município de Doutor Ulysses- PR". Para o objetivo "Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros", as estratégias "Promover a regularização e o fortalecimento das atividades econômicas existentes de forma articulada ao desenvolvimento econômico municipal" e "Viabilizar a instalação formal de atividades econômicas que tenham potencial de gerar empregos para a população municipal", com o instrumento "Elaborar o Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos do Município de Doutor Ulysses- PR"; a estratégia "Viabilizar investimentos em infraestrutura para que a cada Unidade Espacial de Gestão possa acolher novos usos" e "Ajustar tributação imobiliária e sobre serviços para atividades econômicas em cada Unidade Espacial de Gestão", os instrumentos "Atualização da Lei do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) de Doutor Ulysses - PR" e "Promover Governança Interfederativa entre os entes municipal e estadual para ampliar e melhorar a distribuição de investimentos em infraestrutura em Doutor Ulysses – PR"; a estratégia "Ajustar tributação imobiliária e sobre serviços para atividades econômicas em cada Unidade Espacial de Gestão", o instrumento "Atualização da Lei do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) de Doutor Ulysses - PR"; a estratégia " Fortalecer as parcerias interinstitucionais e regionais para desenvolvimento do segmento turístico em diversos níveis e escalas de atuação", com o instrumento "Criar o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico dos Municípios do Vale do Ribeira - PR"; e a estratégia "Promover a cooperação entre entes públicos, a fim de viabilizar ações de interesse comum", com o instrumento "Elaborar Plano de Desenvolvimento Geográfico Integrado (PDGI) dos Municípios do Vale do Ribeira - PR". Para o objetivo "Elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais", a estratégia "Preservar imóveis, usos ou conjuntos urbanos de interesse cultural e histórico", com os instrumentos "Criar o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Fundo Municipal de Funcionamento do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Doutor Ulysses - PR"; a estratégia "Estimular o turismo de base comunitária junto aos povos e às comunidades tradicionais, e a comunidade local", com os instrumentos "Criar o Conselho Municipal de Patrimônio

Histórico, Cultural e Natural de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Fundo Municipal de Funcionamento do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Doutor Ulysses - PR"; a estratégia "Garantir a permanência e o estímulo contínuo à produção oriunda de povos e comunidades tradicionais", com os instrumentos "Criar o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Doutor Ulysses - PR", "Criar Fundo Municipal de Funcionamento do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Lei Municipal do Macrozoneamento do Município de Doutor Ulysses - PR"; a estratégia "Fortalecer as parcerias interinstitucionais e regionais para desenvolvimento do segmento turístico em diversos níveis e escalas de atuação", com os instrumentos "Criar o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico dos Municípios do Vale do Ribeira - PR" e "Elaborar Plano de Desenvolvimento Geográfico Integrado (PDGI) dos Municípios do Vale do Ribeira - PR"; a estratégia "Estímulo à diversificação de atividades turísticas complementares", com os instrumentos "Criar Secretaria Municipal de Turismo", "Criar Conselho Municipal de Turismo de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Fundo de Funcionamento do Conselho Municipal de Turismo de Doutor Ulysses - PR"; a estratégia "Garantir qualidade na implementação e utilização de equipamentos e atividades relacionadas ao turismo sustentável e de base comunitária de forma integrada ao desenvolvimento urbano", com os instrumentos "Elaborar o Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos do Município de Doutor Ulysses - PR", "Criar Conselho Municipal de Turismo de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Fundo de Funcionamento do Conselho Municipal de Turismo de Doutor Ulysses - PR"; e a estratégia "Garantir a implementação de equipamentos turísticos culturais (equipamentos-âncora) de forma articulada ao patrimônio cultural e ao desenvolvimento urbano", com os instrumentos "Criar Conselho Municipal de Turismo de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Fundo de Funcionamento do Conselho Municipal de Turismo de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Fortalecer a capacidade das instituições financeiras para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, seguros e financeiros para todos", a estratégia "Fortalecer a capacidade das instituições financeiras municipais", com os instrumentos "Elaborar parceria público privada ampliando a capacidade das instituições financeiras em Doutor Ulysses - PR" e "Promover a Governança Interfederativa entre os entes municipal e estadual para ampliar o efetivo policial em Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Ampliar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola", a estratégia "Garantir terras para a produção agrícola familiar, agroecológica e sustentável", com os instrumentos "Criar Lei Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, no Município de Doutor Ulysses - PR", "Criação de Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, no Município de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Lei Municipal do Macrozoneamento do Município de Doutor Ulysses - PR"; e a estratégia "Estimular uso mais intensivo e sustentável da terra já demarcada para uso rural", com os instrumentos "Criar Lei Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, no Município de Doutor Ulysses - PR", "Criação de Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, no Município de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Lei Municipal do Macrozoneamento do Município de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo ", a estratégia "Estimular uso mais intensivo e sustentável da terra já demarcada para uso rural", com os instrumentos "Criar Lei Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, no Município de Doutor Ulysses - PR", "Criação de Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, no Município de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Lei Municipal do Macrozoneamento do Município de Doutor Ulysses - PR"; e a estratégia "Garantir a permanência e o estímulo contínuo à produção oriunda de povos e comunidades tradicionais", com o instrumento "Criar Lei Municipal do Macrozoneamento do Município de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Aumentar o investimento em infraestrutura no espaço rural e nas áreas de povos e comunidades

tradicionais, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola", a estratégia "Promover a articulação e a integração do desenvolvimento rural sustentável e regional", com os instrumentos "Elaborar o Plano de Mobilidade Campo - Cidade do Município de Doutor Ulysses - PR", "Criação da Lei da Assistência Técnica para o Desenvolvimento Rural de Doutor Ulysses - PR", "Alterar a estrutura de Cargos e Salários de Dr. Ulysses, incorporando a função de técnico em Agropecuária e Agrônomo" e "Promover a Governança interfederativa entre os entes municipal e estadual para ampliar a Assistência Técnica para o Desenvolvimento Rural de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Incentivar a implantação de indústrias no município", a estratégia "Garantir a implementação do complexo industrial de forma articulada à política de desenvolvimento urbano e ambiental do município", com os instrumentos "Criação da Lei de Zoneamento do Perímetro Urbano da Sede Municipal de Doutor Ulysses - PR" ,"Criar Lei Municipal de Estudo de Impacto de Vizinhança de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Lei Municipal de Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente de Doutor Ulysses - PR". Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação a Consolidação das propostas para o Eixo Desenvolvimento Econômico. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Consolidação das propostas para o Eixo Desenvolvimento Econômico, foi **APROVADA**. O Professor Márcio sugeriu que fossem aprovados apenas os instrumentos ainda não aprovados. Foi submetido para votação e **APROVADO** por **UNANIMIDADE**. Para o eixo temático "Saneamento Ambiental", o objetivo "Alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos", a estratégia "Promover a articulação e integração da rede hídrica às áreas verdes municipais, considerando a dimensão regional das áreas de preservação", com os instrumentos "Promover a Governança interfederativa entre os entes municipal e estadual para ampliar e melhorar a distribuição água tratada em Doutor Ulysses - PR", "Criação do Conselho Municipal de Gestão de Bacias Hidrográficas de Doutor Ulysses - PR", "Criação do Fundo Municipal para o funcionamento do Conselho Municipal de Gestão de Bacias Hidrográficas de Doutor Ulysses - PR" e "Elaborar Plano Municipal de Preservação de Nascentes de Doutor Ulysses - PR". Para os objetivos "Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento" e "Implementar a gestão integrada dos recursos hídricos", a estratégia "Fortalecer as instâncias de participação popular com a ampliação do papel propositivo e deliberativo na política urbana, rural, econômica, social e ambiental municipal", com os instrumentos "Criação do Conselho Municipal de Gestão de Bacias Hidrográficas de Doutor Ulysses - PR", "Criação do Fundo Municipal para o funcionamento do Conselho Municipal de Gestão de Bacias Hidrográficas de Doutor Ulysses - PR" e "Elaborar Plano Municipal de Preservação de Nascentes de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água", a estratégia "Promover a articulação e integração da rede hídrica às áreas verdes municipais, considerando a dimensão regional das áreas de preservação", com os instrumentos "Promover a Governança interfederativa entre os entes municipal e estadual para ampliar e melhorar a distribuição água tratada em Doutor Ulysses - PR", "Criação do Conselho Municipal de Gestão de Bacias Hidrográficas de Doutor Ulysses - PR", "Criação do Fundo Municipal para o funcionamento do Conselho Municipal de Gestão de Bacias Hidrográficas de Doutor Ulysses - PR" e "Elaborar Plano Municipal de Preservação de Nascentes de Doutor Ulysses - PR"; e a estratégia "Garantir a segurança hídrica de forma articulada à produção rural sustentável, integrando a rede hídrica municipal às áreas verdes", com os instrumentos "Criação do Conselho Municipal de Gestão de Bacias Hidrográficas de Doutor Ulysses - PR", "Criação do Fundo Municipal para o funcionamento do Conselho Municipal de Gestão de Bacias Hidrográficas de Doutor Ulysses - PR", "Elaborar Plano Municipal de Preservação de Nascentes de Doutor Ulysses - PR" e "Elaborar Plano de Saneamento Ambiental do Município de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura", a estratégia "Promover a articulação e integração

da rede hídrica às áreas verdes municipais, considerando a dimensão regional das áreas de preservação", com os instrumentos "Promover a Governança interfederativa entre os entes municipal e estadual para ampliar e melhorar a distribuição água tratada em Doutor Ulysses - PR", "Criação do Conselho Municipal de Gestão de Bacias Hidrográficas de Doutor Ulysses - PR", "Criação do Fundo Municipal para o funcionamento do Conselho Municipal de Gestão de Bacias Hidrográficas de Doutor Ulysses - PR" e "Elaborar Plano Municipal de Preservação de Nascentes de Doutor Ulysses - PR"; e a estratégia "Estruturar uma política de gestão de resíduos sólidos vinculada à política de desenvolvimento urbano e com articulação regional para construção e gestão de aterro sanitário, centrais de compostagem ou reciclagem e demais equipamentos do sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos", com os instrumentos "Elaborar Plano de Saneamento Ambiental do Município de Doutor Ulysses - PR" e "Elaborar Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Doutor Ulysses - PR". Para os objetivos "Ampliar a coleta de resíduos sólidos" e "Implementar a coleta seletiva de resíduos sólidos", a estratégia "Estruturar uma política de gestão de resíduos sólidos vinculada à política de desenvolvimento urbano e com articulação regional para construção e gestão de aterro sanitário, centrais de compostagem ou reciclagem e demais equipamentos do sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos", com os instrumentos "Elaborar Plano de Saneamento Ambiental do Município de Doutor Ulysses - PR" e "Elaborar Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos", a estratégia "Promover a cooperação entre entes públicos, a fim de viabilizar ações de interesse comum", com o instrumento "Promover a Governança interfederativa entre os entes municipal e estadual para ampliar e melhorar a coleta e tratamento de efluentes em Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água", a estratégia "Promover a cooperação entre entes públicos, a fim de viabilizar ações de interesse comum", com o instrumento "Promover a Governança interfederativa entre os entes municipal e estadual para ampliar e melhorar a coleta e tratamento de efluentes em Doutor Ulysses - PR"; e a estratégia "Garantir a preservação e a conservação das áreas ambientalmente frágeis", com os instrumentos "Criar Lei Municipal do Macrozoneamento do Município de Doutor Ulysses - PR", "Criar Lei Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, no Município de Doutor Ulysses - PR" e "Criação de Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, no Município de Doutor Ulysses - PR". Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação a Consolidação das propostas para o Eixo Saneamento Ambiental. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Consolidação das propostas para o Eixo Saneamento Ambiental, foi **APROVADA**. Para o eixo temático "Mobilidade e Transporte", os objetivos "Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano", "Ampliar a conservação de estradas e caminhos rurais", "Proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos" e "Ampliar a instalação de pontes no espaço rural", a estratégia "Viabilizar condições para a ampliação da mobilidade ativa e do transporte, motorizado e não motorizado, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos", com os instrumentos "Elaborar o Plano de Mobilidade de Doutor Ulysses - PR, estabelecendo rede cicloviária, com ciclorrotas e ciclofaixas" e "Elaborar o Plano de Mobilidade Campo - Cidade do Município de Doutor Ulysses - PR, com especial atenção para o estado de conservação de estradas e pontes". Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação a Consolidação das propostas para o Mobilidade e Transporte. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Consolidação das propostas para o Eixo Mobilidade e Transporte, foi **APROVADA**. Para o eixo temático "Equipamentos Públicos", os objetivos "Ampliar a instalação de equipamentos públicos de esporte, cultura e lazer nas áreas de povos e comunidades tradicionais", "Construir e melhorar as instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos", "Atingir a cobertura

universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos", "Construir instalações físicas para a educação de crianças e jovens com deficiência" e "Construir instalações físicas para a saúde de atendimento psicossocial", a estratégia "Prever melhor localização do equipamento, adequando o uso do solo e articulando a escolha da localização à dinâmica de mobilidade, de adensamento e de desenvolvimento urbano e rural prevista", com os instrumentos "Elaborar o Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos do Município de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Plano Municipal de Sistemas de Equipamentos Públicos de Doutor Ulysses - PR"; e a estratégia "Viabilizar a aquisição de imóveis para a construção de equipamentos públicos necessários ao desenvolvimento urbano e social do município", com os instrumentos "Criar a Lei de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) do Município de Doutor Ulysses - PR", "Criar Lei Municipal de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Lei Municipal de Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) de Doutor Ulysses - PR". Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação a Consolidação das propostas para o Eixo Equipamentos Públicos. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Consolidação das propostas para o Eixo Equipamentos Públicos, foi **APROVADA**. Para o eixo temático "Desenvolvimento Rural Sustentável", o objetivo "Aumentar o investimento em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola", a estratégia "Promover a articulação e a integração do desenvolvimento rural sustentável e regional", com os instrumentos "Elaborar o Plano de Mobilidade Campo - Cidade do Município de Doutor Ulysses - PR", "Criação da Lei da Assistência Técnica para o Desenvolvimento Rural de Doutor Ulysses - PR" e "Promover a Governança interfederativa entre os entes municipal e estadual para ampliar a Assistência Técnica para o Desenvolvimento Rural de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola", a estratégia "Garantir terras para a produção agrícola familiar, agroecológica e sustentável", com os instrumentos "Criar Lei Municipal do Macrozoneamento do Município de Doutor Ulysses - PR", "Criar Lei Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, no Município de Doutor Ulysses - PR" e "Criação de Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, no Município de Doutor Ulysses - PR"; a estratégia "Garantir a permanência e o estímulo contínuo à produção oriunda de povos e comunidades tradicionais", com os instrumentos "Criar Lei Municipal do Macrozoneamento do Município de Doutor Ulysses - PR", "Criar o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Fundo de Funcionamento do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Doutor Ulysses - PR". Para o objetivo "Incentivo para a ampliação do consumo de produtos agrícolas de origem local, inclusive através da organização de feiras do produtor rural", a estratégia "Promover ampliação da rede de distribuição dos alimentos produzidos no município fortalecendo as feiras de rua", com o instrumento "Elaborar o Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos do Município de Doutor Ulysses - PR". Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação a Consolidação das propostas para o Eixo Desenvolvimento Rural Sustentável. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Consolidação das propostas para o Eixo Desenvolvimento Rural Sustentável, foi **APROVADA**. Para o eixo temático "Gestão Democrática e Participação Popular", os objetivos "Ampliar a representatividade de setores da sociedade em processos participativos", "Fomentar a gestão democrática municipal", "Ampliar o acesso a informações da gestão pública para a população geral", "Ampliar a articulação da gestão democrática municipal, proporcionando integração e a continuidade dos processos participativos", "Ampliar o número de Conselhos Municipais", "Ampliar a participação popular no funcionamento dos Conselhos Municipais" e "Criação de cadeiras para representante de povos e comunidades tradicionais, de grupos de identidade religiosa e associações em todos os conselhos municipais", as estratégias "Criar um sistema integrado de gestão democrática municipal que

determine o papel e a responsabilidade de cada instância, órgão e etapa de participação popular, bem como as formas de interação entre cada um deles", com os instrumentos "Criação do Colégio de Conselhos Municipais do Município de Doutor Ulysses – PR, viabilizando a participação dos povos e comunidades tradicionais", "Desenvolvimento de Debates, Audiências, Consultas Públicas e Conferências sobre assuntos de interesse urbano e rural" e "Criação e ampliação de Órgãos Colegiados e fundos municipais de política urbana"; a estratégia "Criar e/ou ampliar os mecanismos de debate público sobre a política urbano-ambiental para aumentar a mobilização coletiva e capacitar a população, a fim de que esta possa atuar de forma propositiva e com iniciativas próprias", com os instrumentos "Desenvolvimento de Debates, Audiências, Consultas Públicas e Conferências sobre assuntos de interesse urbano" e "Criação e ampliação de Órgãos Colegiados e fundos municipais de política urbana"; e a estratégia "Fortalecer as instâncias de participação popular com a ampliação de seu papel propositivo e deliberativo na política urbano-ambiental municipal", com os instrumentos "Desenvolvimento de Debates, Audiências, Consultas Públicas e Conferências sobre assuntos de interesse urbano" e "Criação e ampliação de Órgãos Colegiados e fundos municipais da política urbana, a fim de garantir a equidade na representação, viabilizando a participação dos povos e comunidades tradicionais". Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação a Consolidação das propostas para o Eixo Gestão Democrática e Participação Popular. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Consolidação das propostas para o Eixo Gestão Democrática e Participação Popular, foi **APROVADA**. Para o eixo temático "Habitação", o objetivo "Garantir o acesso de todos, no espaço urbano e rural, à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as ocupações irregulares e regulamentar as áreas irregulares", a estratégia "Promover a urbanização de assentamentos precários, prevendo investimentos em infraestrutura de saneamento ambiental (abastecimento, esgotamento, drenagem e manejo de resíduos)", com os instrumentos "Criação da Lei de Zoneamento e do Perímetro Urbano da Sede Municipal de Doutor Ulysses - PR", "Criação do Plano de Habitação de Interesse Social (PHIS) do Município de Doutor Ulysses - PR" e "Elaboração de Plano de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-s) e rural do Município de Doutor Ulysses – PR, em conjunto com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola. Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação a Consolidação das propostas para o Eixo Habitação. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Consolidação das propostas para o Eixo Habitação, foi **APROVADA**. Para o eixo temático "Turismo", o objetivo "Elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais", a estratégia "Preservar imóveis, usos ou conjuntos urbanos de interesse cultural e histórico", com os instrumentos "Criar o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Fundo de Funcionamento do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Doutor Ulysses - PR."; a estratégia "Estimular o turismo de base comunitária junto aos povos e às comunidades tradicionais, e a comunidade local", com os instrumentos "Criar o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Doutor Ulysses - PR", "Criar Fundo de Funcionamento do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Lei Municipal do Macrozoneamento do Município de Doutor Ulysses - PR"; a estratégia "Estimular o turismo de base comunitária junto aos povos e às comunidades tradicionais, e a comunidade local", com os instrumentos "Criar o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Fundo de Funcionamento do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Doutor Ulysses - PR"; a estratégia "Garantir a permanência e o estímulo contínuo à produção oriunda de povos e comunidades tradicionais", com os instrumentos "Criar o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Doutor Ulysses - PR", "Criar Fundo de Funcionamento do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Lei Municipal do Macrozoneamento do Município de Doutor Ulysses - PR"; a estratégia "Fortalecer as parcerias interinstitucionais e regionais para o desenvolvimento do segmento turístico em diversos níveis e escalas de atuação", com os instrumentos "Criar o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico dos Municípios do Vale do Ribeira - PR" e "Elaborar Plano de Desenvolvimento Geográfico Integrado (PDGI) dos Municípios do Vale do Ribeira -

PR"; a estratégia "Estímulo à diversificação de atividades turísticas complementares", com os instrumentos "Criar Conselho Municipal de Turismo de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Fundo de Funcionamento do Conselho Municipal de Turismo de Doutor Ulysses - PR"; a estratégia "Garantir qualidade na implementação e utilização de equipamentos e atividades relacionadas ao turismo sustentável e de base comunitária de forma integrada ao desenvolvimento urbano", com os instrumentos "Elaborar o Plano Municipal de Centralidade de Equipamentos Públicos do Município de Doutor Ulysses - PR", "Criar Conselho Municipal de Turismo de Doutor Ulysses - PR", "Criar Fundo de Funcionamento do Conselho Municipal de Turismo de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Secretaria Municipal de Turismo"; e a estratégia "Garantir a implementação de equipamentos turísticos culturais (equipamentos-âncora) de forma articulada ao patrimônio cultural e ao desenvolvimento urbano", com os instrumentos "Criar Conselho Municipal de Turismo de Doutor Ulysses - PR" e "Criar Fundo de Funcionamento do Conselho Municipal de Turismo de Doutor Ulysses - PR".Foi aberto para regime de votação, submeteu para aprovação a Consolidação das propostas para o Eixo Turismo. Com a manifestação dos presentes, por **UNANIMIDADE**, Consolidação das propostas para o Eixo Turismo, foi **APROVADA**. Ao término das apresentações dos trabalhos, eu, Sra. Eliane Barbosa Carneiro, realizo a leitura da presente ata, abrindo para questionamentos de possíveis alterações da mesma. Na sequência, em regime de votação, submeteu-se para aprovação da presente ata. Com a manifestação de 16 presentes, por **UNANIMIDADE**, a ata da 3ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal Participativo de Doutor Ulysses, Paraná (2024 - 2034), foi **APROVADA**. Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Paulo Henrique Carneiro encerrou a Reunião às 23 horas e 10 minutos, agradecendo a presença de todos. Eu, Eliane Barbosa Carneiro, lavro a presente ata que após lida e aprovada vai por todos assinada.

Thiago Rosa monteiro
Danila dos Santos Souza
Kleberson Kaique Jardim
Bruna Rosa Monteiro
Sara miriam de Oliveira
Veronica Jorge dos Santos
Edineide Brito de Souza
Alcides da Silva Souza
Claudemir monteiro
Ingryd marlly Jardim Rosa.
Judith Bueno de Camargo.
Elaine Cristina Ferreira
Maria
Sara R

Silvanio Paula de Melo
Mayara santos
Marlene Rosa Martins
Elizeu Rosa
Ribeiro

Vitoria Santos de Souza
Victoria de Fátima D. S.
Barbosa
Kamila Antunes
Bianca Hilgemberg
João Matheus G. Seraphim
Edeide Barreiro
Gabriel Eduardo Rocha Camargo

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), o Plano Diretor Muniipal do município de Doutor Ulysses, utilizará de fotografias e dados pessoais, apenas para fins legais e relacionados a documentação e divulgação da atividades previstas no Termo de cooperação n. _____.

Lista de presença - [X] Audiência Pública ( ) Leituras Comunitárias ( ) do Plano Diretor de Doutor Ulysses

Local: Cidadão do Futuro Data: 20/09/2024 Horário: 19 h - 3ª Audiência

NOME COMPLETO	Localidade	Contato	Sexo	Assinatura
1. Sebastião Paula de Melo	Granadinho	(41)997934417	M	Seb-Vitico Paula de Melo
2. Marlene Rosa Monteiro	Granadinho	(15)996982530	F	Marlene Rosa Monteiro
3. Luana Pinheiro	Centro	(43)996835035	F	Luana Pinheiro
4. Bruna Rosa Monteiro	Granadinho	(15)996746831	F	Bruna Rosa Monteiro
5. Aucide da Silva Sousa	Cerrado	(41)995226367	M	
6. Maiara dos Santos Souza	Granadinho	(43)996936063	F	Maiara dos Santos
7. Hleberson Haique Jardim	Granadinho	(15)997867318	M	Klebeson Kaique Jardim
8. Ingryd Morlly Jardim Rosa	Granadinho	(15)997867318	F	Ingryd Morlly Jardim Rosa.
9. Eliseu Rosa	Granadinho	(15)996981715	M	
10. Claudemir Monteiro	Granadinho	(15)996821222	M	Claudemir monteiro
11. Sarah Ricardi Paula	UEPG	—	—	Sara R
12. Judite Bueno de Camargo	UEPG	—	F	Judite Camargo.
13. MARCIO JOSE ORNAT	UEPG	—	M	
14. MARCIA A. V. MACHADO	UEPG	—	M	marcio
15. Gabriel Edi Rocha Camargo	UEPG	—	M	Gabriel
16. Bianca Hilgemberg	UEPG	—	F	Bianca Hilgemberg
17. Victória de Fátima B. Portela	UEPG	—	F	Victória de Fátima B. P.
18. Victória Santos de Souza	UEPG	—	F	Victória Santos de Souza
19. Kamila Anturnes	UEPG	—	F	Kamila Anturnes
20. João Matheus Grochoski Seraphim	Uepg	—	M	
21. Elvida Maria Lucia Barreiro	UEPG	—	F	Elvida Barreiro
22. Elaine Justina de Vasconcelo	UEPG	—	F	Elaine Justina de Vasconcelo
23. Eliane Barbosa Barreiro	UEPG	—	F	Barbosa
24. IVANO HENRIQUE CARNEIRO	UEPG	—	M	
25.				
26.				
27.				

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), o Plano Diretor Muniipal do município de Doutor Ulysses **, utilizará de fotografias e dados pessoais, apenas para fins legais e relacionados a documentação e divulgação da atividades previstas no Termo de cooperação n. _____.**

Lista de presença - [X] Audiência Pública ( ) Leituras Comunitárias ( ) do Plano Diretor de Doutor Ulysses

Local: Cidadão do Futuro **Data:** 20/09/2024 **Horário:** 19h. 3ª Audiência Pública

NOME COMPLETO	Localidade	Contato	Sexo	Assinatura
1. Juventino Rodrigues de Castro	Varzeão	41 96271640	M	Juventino
2. Cleonice Jorge de Souza	3 Barras	41 99152654 1	F	Cleonice Jorge de Souza
3. Edineide Brito de Souza	3 Barras	45 98054319	F	Edineide Brito de Souza
4. Laura Rosa de Lima	Granadinho	41 99173 3658	F	Laura Rosa de Lima
5. Sara Miriam de Oliveira	Granadinho	15 99861 9614	F	Sara miriam de Oliveira
6. Vanila dos Santos Souza	Granadinho	15 99623 6307	F	Vanila dos Santos Souza
7. Thiago Rosa Monteiro	Granadinho	43 9118 4544	M	Thiago Rosa Monteiro
8.				
9.				
10.				
11.				
12.				
13.				
14.				
15.				
16.				
17.				
18.				
19.				
20.				
21.				
22.				
23.				
24.				
25.				
26.				
27.				

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
ESTADO DO PARANÁ

3º AUDIÊNCIA PÚBLICA
PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
20/09/2024

LISTA DE PRESENÇA DE AUTORIDADES

NOME COMPLETO	FUNÇÃO
Irene Rodrigues de Castro	assistente da Associação quilombo vargeão
Laura Rosa de Sena	Líder do Quilombo Gramadinho
Eli de Barreiro	Conselheira municipal
Sara miriam de Oliveira	associação Quilombo Gramadinho
Ariana Pinheira	Diretora de Cultura
	Associação Agentes Ambientais

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
ESTADO DO PARANÁ

REUNIÃO – EQUIPE TÉCNICA LABPLAN – UEPG, CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE (CMC) DE DOUTOR ULYSSES E PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES – PR.
10/02/2026

ATA 1

Ao décimo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às 14 horas e 12 minutos, reuniram-se nas dependências da Biblioteca Municipal de Doutor Ulysses – PR, localizado na Rua Pedro Gabriel de Oliveira, nº 80, a Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, a Equipe Técnica do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – LabPlan, da Universidade Estadual de Ponta Grossa e os representantes do Conselho Municipal da Cidade de Doutor Ulysses, PR. A pauta consiste em: **1) Submeter a aprovação do Conselho Municipal da Cidade, o "Relatório da 1ª Fase – Mobilização" do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses; 2) Submeter a aprovação do Conselho Municipal da Cidade, a "Produção Cartográfica" da 2ª Fase do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses; 3) Acesso aos Relatórios do Plano Diretor Municipal (2007); 4) Validação, pela Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses sobre os dados do "Panorama Fiscal do Município"; 5) Validação, pela Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses sobre os "Conselhos Municipais"; 6) Apresentação da Estrutura do "Relatório da 2ª Fase – Análise Temática Integrada" de Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses; e 7) Apresentação ao Conselho Municipal da Cidade da "Proposta de Perímetro e Expansão Urbana" e da "Proposta de Zoneamento Municipal Urbano".** O principal objetivo da Reunião, é a exposição dos resultados parciais obtidos durante o período de Revisão do Plano Diretor Participativo do Município. A apresentação, realizada pelo Geógrafo Marcio José Ornat, Coordenador da Revisão do Plano Diretor Participativo, focou em contextualizar a metodologia, os trabalhos realizados até o momento, e na explanação dos dados que compõem as análises vinculadas ao 2° e 3° Relatórios, fundamentais para a construção, aprovação e finalização das fases e da elaboraçãodas Minutas de Projeto de Lei que compõe esse processo. Os materiais elaborados na 1ª fase (Mobilização), 2ª Fase (Análise Temática Integrada), 3ª fase (Consolidação das Propostas) bem como o material relacionado à 4ª Fase (Minuta do Projeto de Lei do Plano Diretor Municipal; Minuta do Projeto de Lei do Perímetro Urbano; Minuta do Projeto de Lei do Zoneamento Urbano; Minuta do Projeto de Lei do Macrozoneamento; Minuta do Projeto de Lei de Parcelamento do Solo para fins Urbanos; Minuta do Projeto de Lei da Outorga Onerosa do Direito de Construir; Plano de Ação e Investimentos – PAI), após as validações pela Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses e pelo Conselho Municipal da Cidade, são submetidos para a primeira Audiência Pública da 4ª Fase, e assim que aprovados os materiais poderão ser encaminhados e submetidos para aprovação da AMEP (Agência de Assuntos Metropolitanos do Estado do Paraná) retornando para aprovação do Conselho Municipal da Cidade que em seguida, os conduzirá para a segunda Audiência Pública da 4ª Fase. Após ampla discussão as dúvidas foram sanadas, todavia o conteúdo da pauta **1) Submeter à aprovação, o "Relatório da 1ª Fase – Mobilização" do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses, 2) Submeter à aprovação a "Produção Cartográfica" da 2ª Fase do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses** e a pauta n° **6) Apresentação da Estrutura do "Relatório da 2ª Fase – Análise Temática Integrada" de Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses,** serão transferidas para uma reunião presencial a ser realizada no dia 24 de fevereiro às 14h, com o Grupo Específico (Decreto Municipal n° 334/2025), na Câmara Municipal de Vereadores. Nesta reunião agendada para o dia 24 de fevereiro, ficou encaminhado também a atualização e discussão da pauta n° **7)**

Apresentação ao Grupo Específico (Decreto Municipal n° 334/2025) a "Proposta de Perímetro e Expansão Urbana" e da "Proposta de Zoneamento Municipal Urbano" com a indicação de novas áreas para discutir o Zoneamento Urbano Municipal e as áreas de expansão urbana. Com relação à pauta n° **3 que versa sobre o acesso aos Relatórios do Plano Diretor Municipal (2007),** a Prefeitura já encaminhou os documentos disponíveis, para a Equipe da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Com relação a pauta n° **4) Validação, pela Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses sobre os dados do "Panorama Fiscal do Município",** ficou agendado uma reunião entre o Economista do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LabPlan) e o Secretário Municipal de Finanças, a ser realizada em até três dias a partir da presente data, ou seja até o dia 13 de fevereiro de 2026, com a finalidade de validação dos dados fiscais do Município. Com relação a pauta n° **5) Validação, pela Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses sobre os "Conselhos Municipais"**, o prazo também fica definido até o dia 13 de fevereiro para a validação pela Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses. Ainda, como encaminhamento da presente reunião, a Avaliação da Capacidade Institucional será reenviada às Secretarias, para que seja complementada a Análise da Avaliação da Capacidade Institucional, na Gestão atual. Após as aprovações desta reunião, passamos para a leitura e aprovação da ata. Assim, após a leitura eu Judite Bueno de Camargo a submeto para aprovação popular. Em regime de **VOTAÇÃO**, a Ata da presente reunião foi **APROVADA,** por **UNANIMIDADE**. Não havendo mais assuntos a tratar, encerramos a presente Reunião, às 18 horas e 24 minutos, e agradecemos a presença de todos. Eu, Judite Bueno de Camargo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada vai por todos assinada.

Reunião Conselho Municipal da Cidade
Revisão do Plano Diretor Participativo
Doutor Ulysses – PR
Lista de Presença
10/02/2026 – Tarde

LabPlan | Escritório / Laboratório de Planejamento Urbano e Regional UEPG

Nome Completo	Secretaria / Órgão	Whatsapp	Email	Assinatura
MARCIO DOLE ORNAT	UEPG	4299856565	MARCIORNAT@UEPG.BR	
Cardina Krzyzanoski	UEPG	42998095987	cardina.kkantos@uepg.br	
marlon D Kapp Cristóvão	UEPG	42999897276	marlonvini.kapp@gmail.com	
Orlando Gabriel do Nascimento		049950919 57	orlando.gabriel081068@	
SERGIO MERI BUTCHER	PMDV	041 997362232	SERGIOBUTCHER3@gmail.com	
Leandro Lebastiani	CONCIDADES	041 995507597		
Alcides S. Sousa	ASSOCIAÇÃO PRO VIDA	041-995226364	alcidesdasilvasousa	Sousa86@gm.co
Marcio Souza		11 959835959	OBRDSMTS@Gmail.com	
UNIEL THIAGO BRAINO	ASSESSOR COMUNICAÇÃO	41920041393	comunicacao@pontaoulysses.pr.gov.br	UNIEL BRAINO
Mauri pereira Jains	DIRETOR DA CULTURA	42999617158	MAURIMPJ@GMAIL.COM	

Reunião Conselho Municipal da Cidade
Revisão do Plano Diretor Participativo
Doutor Ulysses – PR
Lista de Presença
10/02/2026 – Tarde

LabPlan | Escritório / Laboratório de Planejamento Urbano e Regional UEPG

Nome Completo	Secretaria / Órgão	Whatsapp	Email	Assinatura
Judite Bueno de Camargo	UEPG	42 99979 0021	judite.bcamargo@uepg.br	
ANDIARA CUNHA BACELAR	SEC MUN DE EDUCAÇÃO	41 98798-9145	educação@doutorulysses.pr.gov.br	
alice aline R. Santos	(Vereadora)	41-998486563	ALINERIBASALICE@GMAIL.COM	
Joeil do C. Santos	Sec. de transporte	41-995257332	joeildocarmosantos@GMAIL	
Cleri Ferreira Lins	(Vereadora)	041:95423 9	CLERLINS.2022@.com	
Osmar Aleixo		41 99893 3963		

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
ESTADO DO PARANÁ

REUNIÃO – GRUPO ESPECÍFICO (DECRETO MUNICIPAL N° 334/2025), EQUIPE TÉCNICA LABPLAN – UEPG E PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES – PR. 24/02/2026

ATA 1

Ao vigésimo quarto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às 14 horas e 20 minutos, reuniram-se nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Doutor Ulysses – PR, o Grupo Específico instituído pelo Decreto Municipal n° 334/2025, a Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses e a Equipe Técnica do Escritório / Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – LabPlan, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com a finalidade de dar continuidade aos trabalhos de Revisão do Plano Diretor Participativo do Município, em observância ao cronograma previamente estabelecido e aos princípios da gestão democrática e do planejamento urbano participativo. A presente reunião foi realizada em decorrência da transferência deliberada na reunião anterior, ocorrida em 10 de fevereiro de 2026, ocasião em que as pautas referentes à **1) Submeter à aprovação, o "Relatório da 1ª Fase – Mobilização" do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses** e **2) Discussão e Aprovação da nova "Proposta de Perímetro e Expansão Urbana" e da "Proposta de Zoneamento Municipal Urbano"** foram remanejadas para apreciação do Grupo Específico. A apresentação então foi conduzida pelo Geógrafo Marcio José Ornat, Coordenador da Revisão do Plano Diretor Participativo, que contextualizou os procedimentos metodológicos adotados, retomou os encaminhamentos definidos na reunião anterior e detalhou os produtos técnicos elaborados na fase em análise, ressaltando a importância da validação institucional como etapa fundamental para a consolidação do processo participativo e técnico de revisão do Plano Diretor. Também mencionou que o processo de revisão encontra-se atualmente na 4ª e última fase, com apenas algumas demandas pendentes de fases anteriores a serem resolvidas. Além disso, mencionou que em breve será realizada uma apresentação das Minutas de Lei à Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná - AMEP para a submissão e aprovação pela mesma. Na sequência, o Geógrafo Marcio Jose Ornat questionou aos presentes se havia algum ponto de pauta a ser discutido além dos previamente citados, resultando em uma resposta negativa. Surgiu uma dúvida em relação aos Conselhos Municipais, todavia, o Geógrafo Marcio Jose Ornat ressaltou a importância do preenchimento e encaminhamento dos dados referentes à planilha de Avaliação da Capacidade Institucional do Município de Doutor Ulysses, bem como realizada a validação do levantamento dos Conselhos Municipais. Destacou que tais informações são indispensáveis para assegurar a consistência técnica das análises institucionais e constituem subsídio fundamental para a elaboração do Relatório da 2ª Fase da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses – PR, reforçando a necessidade de observância aos prazos estabelecidos. No que se refere ao "Relatório da 1ª Fase – Mobilização", o Geógrafo Marcio Jose Ornat comentou que foram disponibilizados para consulta prévia os registros das atividades participativas realizadas no Município, incluindo reuniões técnicas, atendimentos institucionais, estratégias de divulgação, mecanismos de comunicação social e instrumentos de escuta da população. Entretanto, um dos presentes relatou que a equipe não possui conhecimento profundo sobre as decisões tomadas até o momento, visto que as audiências e indicações foram realizadas dentro da gestão anterior. Em razão disso, foi proposto pelo Geógrafo Marcio Jose Ornat que fosse retirado de pauta o seguinte assunto **1) Submeter à aprovação, o "Relatório da 1ª Fase – Mobilização" do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses,** em função do comentário apresentado e pelo fato de que apenas um dos presentes realizou a leitura do documento em questão. Em regime de votação, o encaminhamento para a retirada da pauta em questão foi **APROVADO**, por **UNANIMIDADE**, com a

sugestão de deixar esta pauta para uma próxima reunião. Na sequência, procedeu-se para a apresentação da atualização da "Proposta de Perímetro e Expansão Urbana" e da "Proposta de Zoneamento Municipal Urbano", com a indicação de uma nova área para a Zona Industrial, conforme solicitado anteriormente. Além disso, também foi disponibilizado o mapa apresentado na Reunião do dia 10 de fevereiro para eventuais comparações. Para que fosse feita uma análise minunciosa pelos presentes, houve um momento dedicado para a apreciação do material cartográfico, assim como o esclarecimento de dúvidas. Após o fim desse momento, o Geógrafo Marcio Jose Ornat realizou alguns esclarecimentos acerca dos seguintes pontos que surgiram: 1) Em qual gestão aconteceu a discussão sobre a zona industrial; 2) Manifestação do interesse do Senhor Orlando da Primeira Proposta de Zoneamento; 3). O impacto prático do Zoneamento sobre o uso da Propriedade; 4) A inexistência de uma perda do direito de prioridade devido ao respeito aos tipos de uso; 5) A existência de um veículo de acesso para consulta pública dos relatórios que serão aprovados na próxima reunião, e 6) Funcionamento da publicação de título de utilidade pública. Depois do esclarecimento, houve uma dúvida a acerca daqueles que possuem voto válido para esta decisão. O Geógrafo Marcio Jose Ornat esclareceu que podem votar todos aqueles que estão presentes no Decreto Municipal n° 334/2025 como responsaveis pela Revisão do Plano Diretor Municipal. Não havendo a proposição de novos encaminhamentos, e considerando que todas as dúvidas e manifestações foram devidamente esclarecidas durante a reunião, foi aberto para a votação da escolha da Proposta de Zoneamento Urbano. A primeira proposta, a qual se refere a apresentada na reunião anterior, contou com 9 votos, enquanto a Proposta 2, apresentada no dia de hoje, contou com 5 votos. Dessa forma, fica decidido que a "Proposta de Perímetro e Expansão Urbana" e a "Proposta de Zoneamento Municipal Urbano", será a que não contém a nova localização da Zona Industrial que é precedida por uma Zona de Amortecimento denominada Zona de Comércio e Serviços II. Assim, deu-se por concluída a pauta, reconhecendo-se a consistência técnica do material exposto e sua adequação para subsidiar as próximas etapas de consolidação das minutas de Projeto de Lei). Após as aprovações desta reunião, passamos para a leitura e aprovação da ata. Assim, após a leitura, eu Kamila Cristina de Oliveira Antunes, a submeto para aprovação popular. Em regime de **VOTAÇÃO**, a Ata da presente reunião foi **APROVADA,** por **UNANIMIDADE**. Não havendo mais assuntos a tratar, encerramos a presente Reunião, às 16 horas e 30 minutos, e agradecemos a presença de todos. Eu, Kamila Cristina de Oliveira Antunes, lavrei a presente ata que após lida e aprovada vai por todos assinada.

Kamila Cristina Antunes

Reunião Comissão
Revisão do Plano Diretor Participativo
Doutor Ulysses – PR
Lista de Presença
24/02/2026 – Tarde

LabPlan
Escritório / Laboratório de Planejamento Urbano e Regional UEPG

Nome Completo	Secretaria / Órgão	Whatsapp	Email	Assinatura
Alcides da S. Sousa	Associação Ambientalista	4-99522 6364	alcidesdasilvasousa86@gmail.com	
Elton Richart Adam	Mineração Iguaçu	41-99941-2534	Geologia@mineracaoiguacu.com.br	
Marcos Antonio Severino	Mineração Iguaçu	41-99752-0561	Geologia2@mineracaoiguacu.com.br	Marcos
Clayton Schwartz	Sec. Obras	41-99505 0484	CAKprojetos@gmail	
Sergio Buttner	Sec. Obras	41-997362252	obras@doutorulysses.pr.gov.br	
Roselia de F. David Rosa	Vice Prefeita	41 99967 8610	roselia.david@hotmail.com	
marcia luiz Crussi do Prado	Licitação	41) 9906 7538	crussi marcia29@gmail.com	
Josiel no e. Santos	Ser. Transporte	41)99525 7332		
Ygor Daniel S. S	Diretor de Urbanismo	(41) 99817 5622	ygors@gmail.com	
Andre Luiz Santos	Pres. Conselho Saúde	(41) 98765 9292	ANDRESMES@yahoo.com.br	
Israel L. B. F. de Lima	Sec. Mun. Adm.	41 9844 1-0525	ISRAEL_LINCOLN@HOTMAIL	

Reunião Comissão
Revisão do Plano Diretor Participativo
Doutor Ulysses – PR
Lista de Presença
24/02/2026 – Tarde

LabPlan | Escritório / Laboratório de Planejamento Urbano e Regional UEPG

Nome completo	Secretaria/Órgão	Whatsapp	Email	Assinatura
ANDERSON CEMEREDA SILVA	SMS-SAUDE	(41)995579225	ANDLEMESILVA@GMAIL.COM	
Jocelei F da Rosa	Sms. Saude	41)995450047	joceleiferreiraxx@gmail.com	
Cleverson W Kenol	Departamento finanças	41 98783-0424	JOKENOL@HOTMAIL.COM	
Joaquim de Paula Souza	meio ambiente	41 99535 2993	meioambiente@doutorUlysses.pr.gov.br	
JESSÉ DE PAULA	EDUCAÇÃO	41 995811567	JESSEDEPAULA443@GMAIL.COM	
Juvenoir Kapp Junior	FINANÇAS	41 998705427	JUNIOR_KAPP@HOTMAIL.COM	
Priscila da F. Vandt	Assistência Social	41.988187333	priscilavandt@hotmail.com	
Cleri Ferreira Lins	Vereadora.	41.95.4239.90	CLERI@H.homail.com	
Leandro Sebastiani		41. 99550759	Leandrosebastiani Gmail	
Flávio Dalla Vecchia	SMA	(15) 9.9658-9325	FLAVIO.FLORESTAL2014@	
Jamile Pina de Oliveira	Cultura e Turismo	(41) 99767.9800	JAMILEPINA30@Gmail.com	

Reunião Comissão
Revisão do Plano Diretor Participativo
Doutor Ulysses – PR
Lista de Presença
24/02/2026 – Tarde

LabPlan

Escritório / Laboratório de Planejamento Urbano e Regional UEPG

Nome Completo	Secretaria / Órgão	Whatsapp	Email	Assinatura
Marlon Vinicius Kapp Gustavão	UEPG	42 999897276	marlonvinikapp@gmail.com	
Ruelen Guadanhin	UEPG	42 999595589	ruelen.guadanhin@uepg.br	Ruelen
Ariel Matheus Mariano	UEPG	(42) 98412-2148	ariel.mariano@uepg.br	Ariel M. Mariano
Kamila Cristina de O.	UEPG	42 999502255	kamila.contumes@uepg.br	

UNIDADES ESPACIAIS DE GESTÃO - DOUTOR ULYSSES - PR

640000 660000 680000

7280000 7260000

N

Sengés

Jaguariaíva

Piraí do Sul

Castro

Cerro Azul

Estado de São Paulo

092

Sede Município

UEG 3.01

UEG 3.02

UEG 2.01

UEG 2.02

UEG 1.01

UEG 1.02

UEG 2.03

UEG 3.03

UEG 1.03

UEG 4.01

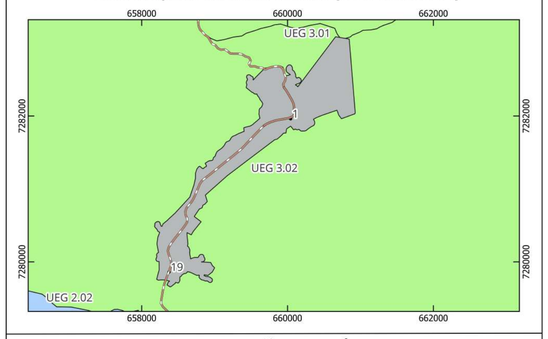
UEG 4.02

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39

0 7,5 15 km

1:78.000

LOCALIZAÇÃO PERÍMETRO URBANO (SEDE MUNICÍPIO)



LOCALIZAÇÃO DO MUNÍCIPIO



LEGENDA

Áreas das Unidades Espaciais de Gestão

UEG 1.01 | UEG 2.01 | UEG 3.01 | UEG 4.01
UEG 1.02 | UEG 2.02 | UEG 3.02 | UEG 4.02
UEG 1.03 | UEG 2.03 | UEG 3.03 | UEG Sede

Sistema Rodoviário Estadual - DER/PR

Rodovia Estadual
Estrada
Rodovia

Outros

- Localidades Rurais
- Limite Municipal de Doutor Ulysses
- Limite dos Municipais do Paraná
- Proposta de Perímetro Urbano

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - Pr

1 - Sede	11 - Fecho	21 - Quilombo Varzeão	31 - Pina
2 - Burrinho	12 - Pinhal Itapirapuã	22 - Quilombo Gramadinho	32 - Sindicato
3 - Figueira	13 - Sete Quedas Sheffer	23 - Queimadinho	33 - Cabeceira Sete Quedas
4 - Marreca	14 - Sete Quedas do Meio	24 - Feital	34 - Ribeiros 1
5 - Cordeiros	15 - Toca do Morcego	25 - Bairro do Alegre	35 - Ribeiros 2
6 - Sete Quedas	16 - Cabeceira do Tigre	26 - Caraguatá	36 - Caraguatá Martins
7 - Ribeirão Claro	17 - Quarteirão dos Severos	27 - Palmeiral	37 - Marrecão
8 - Sete Quedas Geliat	18 - Tigre	28 - Bairro dos Mello	38 - Moreiras
9 - Ribeirão da Lagoa	19 - Cerrado	29 - Teixeira	39 - Sete Quedas 2
10 - Ribeirão das Flores	20 - Três Barras	30 - Cordeiro	

METADADOS

O presente mapa temático foi elaborado no software QGIS versão 3.34.4 Prizren. Fonte das coordenadas do Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhin (UEPG), obtidas em campos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, coleta com receptor GNSS Geomax Zenith 16. Fonte das coordenadas das Localidades Rurais: Marcio José Ornat (UEPG), Odir Taborda Correia Junior (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), foram obtidas com receptor GPS Etrex 30, em trabalhos de campo realizados nos dias 30 e 31 de janeiro de 2023 e 04 a 06 de outubro de 2023. A fonte de dados do limite estadual e municipal (2024) é do Instituto Água e Terra - IAT. A elaboração das UEGs levou em consideração a base de Bacias Hidrográficas do IAT (2019), dando atenção a Lei n° 9.433 de 08/01/1997. A simbologia das estradas é baseada no catálogo de Símbolos - Manual Técnico de Convenções Cartográficas, 2002 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro. Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021) são do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER.

EXECUÇÃO

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

LOCAL: DOUTOR ULYSSES - PR

Governo Municipal Doutor Ulysses

DESENHO:
Saras Resende Paula
Geógrafo
PR-211293/D

Coordenadas: UTM - Fuso 22 S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2019, 2024; UEPG, 2023.

ESCALA: 1:78.000

DATA: 21/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

FOLHA: 01

FOLHA ÚNICA

PROPOSTA DE PERÍMETRO - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - PR

EXECUÇÃO
UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: DOUTOR ULYSSES - PR

DESENHO:
Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2024; UEPG, 2022 a 2024.

ESCALA: 1: 3600

DATA: 28/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

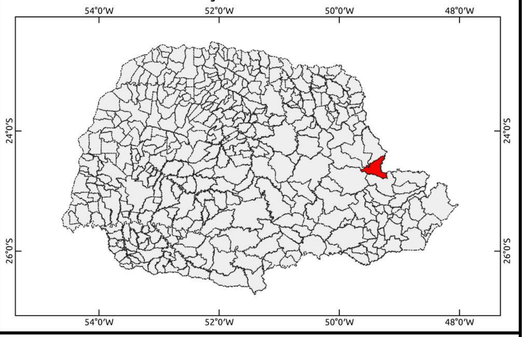
Saras Resende Paula	Judite Bueno de Camargo	Marcio Jose Ornat
Geógrafo	Geógrafa	Geógrafo
CREA: PR-211293/D	CREA: PR-215482/D	CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

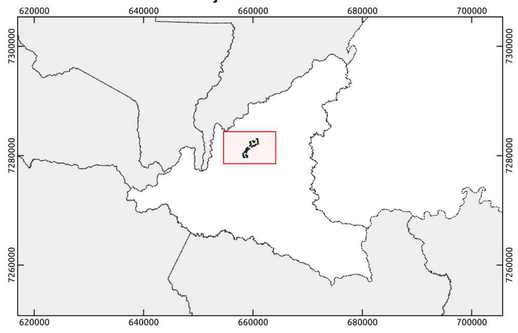
GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:
O presente mapa foi elaborado com o software QGIS versão 3.34 - Prizren. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhin (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Fonte das coordenadas das Localidades Rurais: Marcio José Ornat (UEPG), Odir Taborda Correia Junior (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), que foram coletadas com receptor GPS Etrex 30, em trabalhos de campo realizados nos dias 30 e 31 de janeiro de 2023 e 04 a 06 de outubro de 2023. A base vetorial dos limites municipais e estaduais (2024) são do Instituto Água e Terra - IAT. Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET - RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LOCALIZAÇÃO DO PERÍMETRO

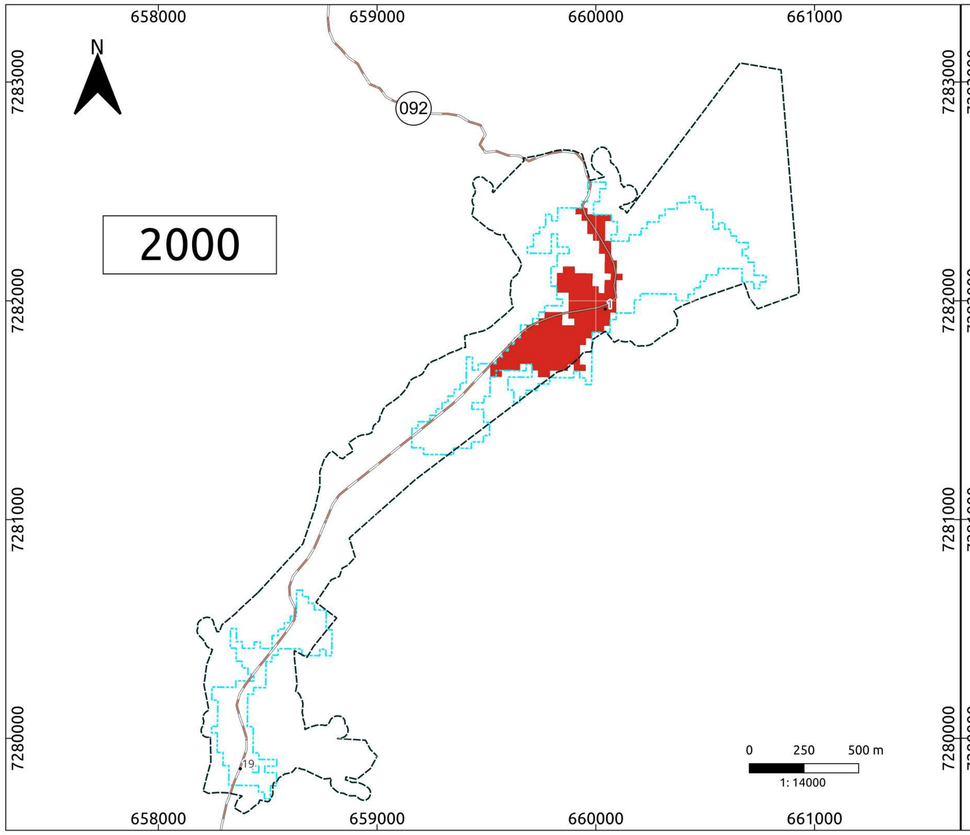


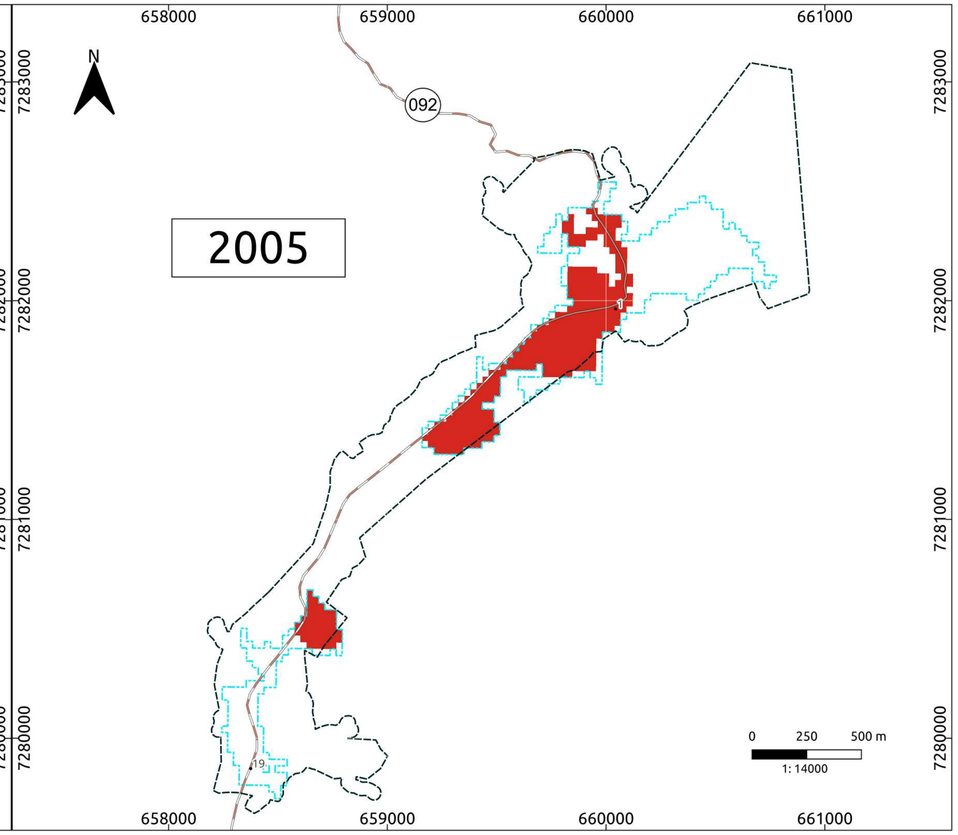
LEGENDA

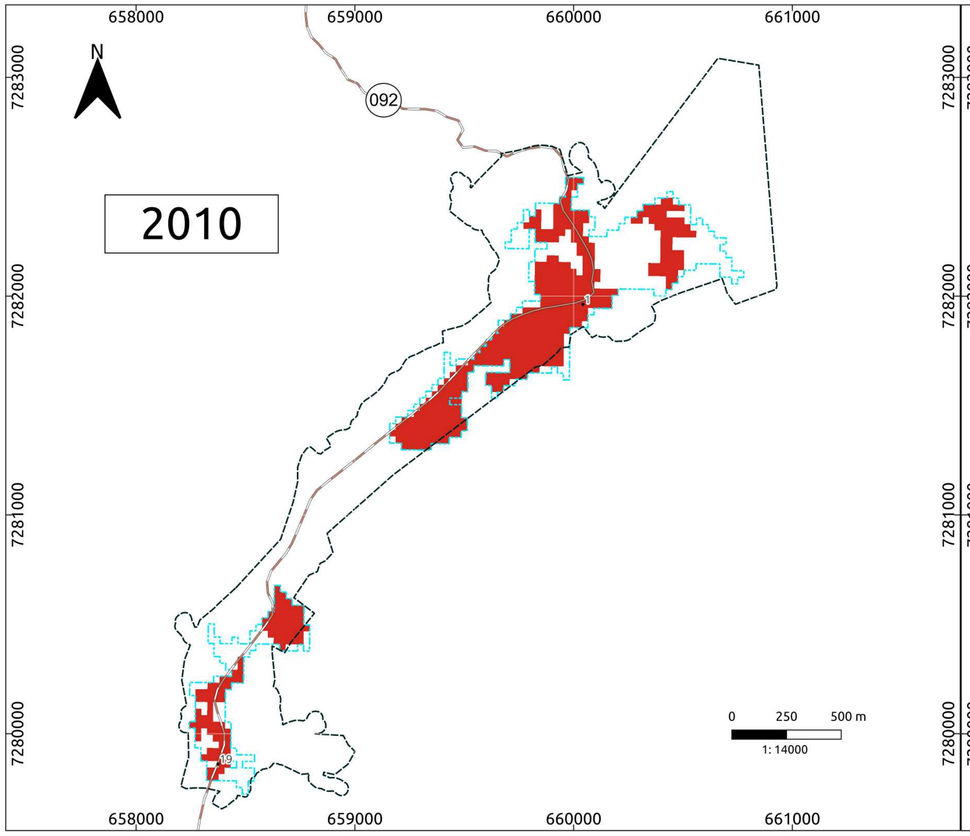
Proposta de Perímetro Urbano
- Proposta de Perímetro Urbano
- Localidades Rurais
  1 - Sede Municipal
  19 - Cerrado

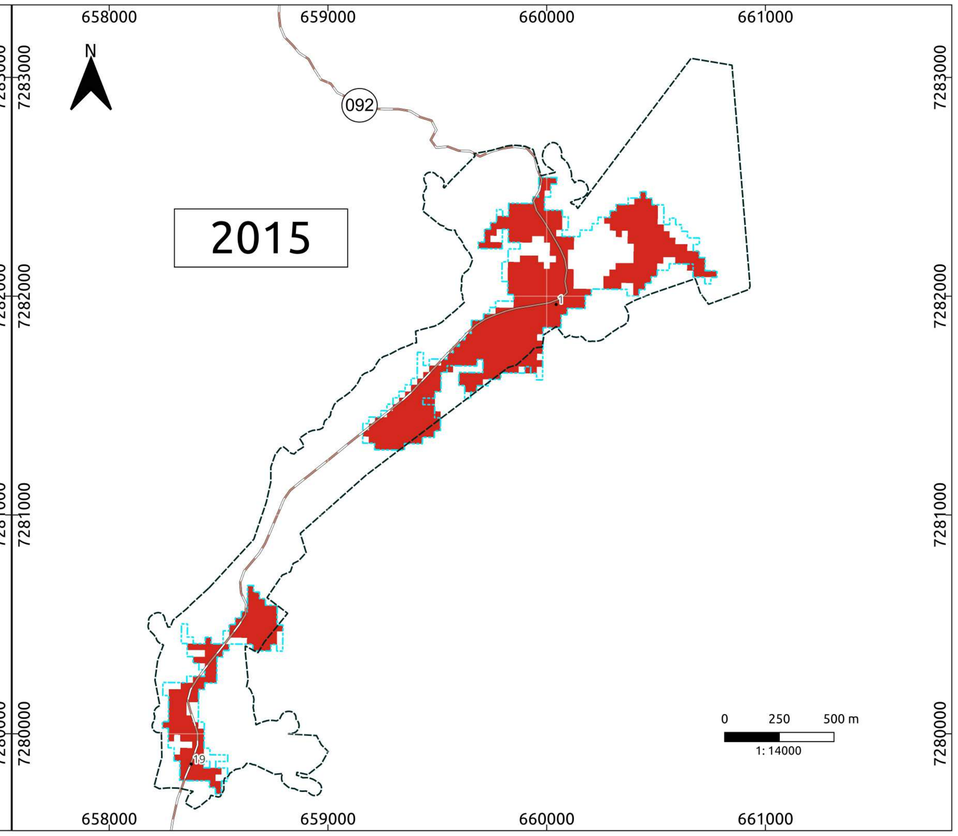
Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem
- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

EXPANSÃO URBANA (2000 A 2024) - SEDE MUNICIPAL - DOUTOR ULYSSES - PR

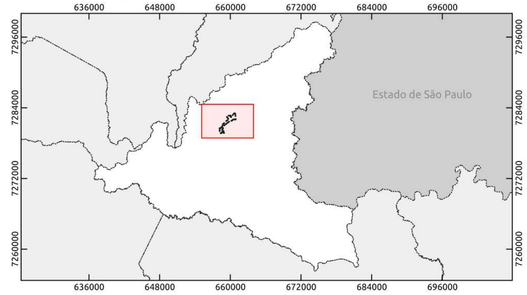








LOCALIZAÇÃO SEDE MUNICIPAL - DOUTOR ULYSSES - PR



LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Manchas de Expansão Urbana - Doutor Ulysses - PR

- Limite Mancha Urbana - 2024
- Mancha Urbana - Ano indicado no mapa

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

Outros

- Localidades Rurais
- Limite Municipal de Doutor Ulysses
- Limites Municipas do Paraná
- Proposta Perímetro Urbano

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - Pr

1 - Sede	11 - Fecho	21 - Quilombo Varzeão	31 - Pina
2 - Burrinho	12 - Pinhal Itapirapuã	22 - Quilombo Gramadinho	32 - Sindicato
3 - Figueira	13 - Sete Quedas Scheffer	23 - Queimadinho	33 - Cabeceira Sete Quedas
4 - Marreca	14 - Sete Quedas do Meio	24 - Feital	34 - Ribeiros 1
5 - Cordeiros	15 - Toca do Morcego	25 - Bairro do Alegre	35 - Ribeiros 2
6 - Sete Quedas	16 - Cabeceira do Tigre	26 - Caraguatá	36 - Caraguatá Martins
7 - Ribeirão Claro	17 - Quarteirão dos Severos	27 - Palmeiral	37 - Marrecão
8 - Sete Quedas Geliat	18 - Tigre	28 - Bairro dos Mello	38 - Moreiras
9 - Ribeirão da Lagoa	19 - Cerrado	29 - Teixeira	39 - Sete Quedas 2
10 - Ribeirão das Flores	20 - Três Barras	30 - Cordeiro	

METADADOS

O presente mapa foi elaborado com o software QGIS 3.22.16 Bialoweza. Fonte das coordenadas do Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG), obtidas em campos nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, coleta com receptor GNSS Geomax Zenith 16. Fonte das coordenadas das Localidades Rurais: Marcio José Ornat (UEPG), Odir Taborda Correia Junior (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), foram obtidas com receptor GPS Etrex 30, em trabalhos de campo realizados nos dias 30 e 31 de janeiro de 2023 e 04 a 06 de outubro de 2023. Os limites municipais (2024), são produção do Instituto Água e Terra - IAT. O mapeamento das Manchas Urbanas (2000 a 2023) é um recorte dos mosaicos Landsats de cobertura e uso da terra, disponibilizados pelo MAPBIOMAS. Não existem dados de áreas urbanizadas no município de Doutor Ulysses - PR antes do ano de 2000. Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET - RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

EXECUÇÃO:
UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

LOCAL: DOUTOR ULYSSES - PR

Governo Municipal Doutor Ulysses

DESENHO:
Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Coordenadas: UTM - Fuso 22 S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2024; MAPBIOMAS, 2000 - 2024.

ESCALA: 1: 14.000

DATA: 04/02/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo	Saras Resende Paula	Marcio Jose Ornat
Geógrafa	Geógrafo	Geógrafo
CREA: PR-215482/D	CREA: PR-211293/D	CREA: PR-197154/D

FOLHA: 01

FOLHA ÚNICA

MAPA TOPOGRÁFICO - SEDE MUNICIPAL - DOUTOR ULYSSES - PR

EXECUÇÃO
UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; NASA, 2010; IAT, 2019; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 02/02/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Topografia - Curvas de Nível - Doutor Ulysses

- Localidades Rurais
- Curvas de Nível

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite Municipal de Doutor Ulysses

METADADOS:
O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.34.4 - Prizren. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, através do receptor GNSS Geomax Zenith 16. Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As Curvas de Nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acesssado no EarthData - NASA. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro. Os dados das Estradas e Rodovias Estaduais (2021), são do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, dos Estados do Paraná e de São Paulo.

ÁREA COM RESTRIÇÃO DE PARCELAMENTO DO SOLO - DECLIVIDADE ENTRE 30% E 99,9% - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - PR

EXECUÇÃO

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: DOUTOR ULYSSES - PR

DESENHO:
Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2024; UEPG, 2022 a 2024.

ESCALA: 1: 3600

DATA: 02/02/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Saras Resende Paula	Judite Bueno de Camargo	Marcio Jose Ornat
Geógrafo	Geógrafa	Geógrafo
CREA: PR-211293/D	CREA: PR-215482/D	CREA: PR-197154/D

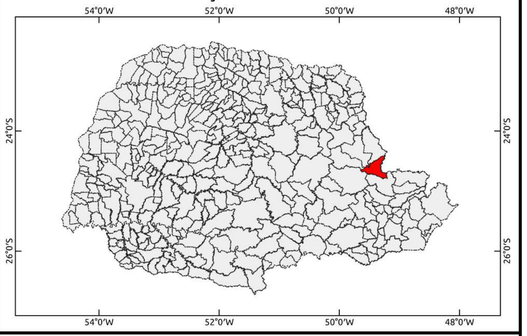
Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

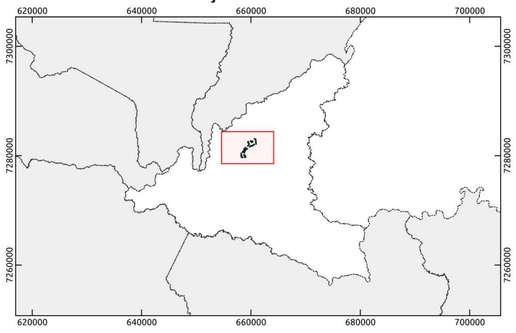
METADADOS:

O presente mapa foi elaborado com o software QGIS versão 3.34 - Prizren. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhin (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Fonte das coordenadas das Localidades Rurais: Marcio José Ornat (UEPG), Odir Taborda Correia Junior (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), que foram coletadas com receptor GPS Etrex 30, em trabalhos de campo realizados nos dias 30 e 31 de janeiro de 2023 e 04 a 06 de outubro de 2023. A base vetorial dos limites municipais e estaduais (2024) são do Instituto Água e Terra - IAT. Declividade criada a partir de Imagem Alos Palsar (MDE), 2010, que foi reclassificada por tabela para verificar declividades acima de 30%, baseada na Lei nº 6766/79 - inciso III. Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET - RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LOCALIZAÇÃO DO PERÍMETRO



LEGENDA

Áreas com Restrição de Parcelamento de Solo
- ≤ 30% de Declividade
- Proposta de Perímetro Urbano
- Localidades Rurais
  1 - Sede Municipal 19 - Cerrado

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem
- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

ÁREAS DE VULNERABILIDADE À INUNDAÇÃO - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - PR

EXECUÇÃO
UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: DOUTOR ULYSSES - PR

DESENHO:
Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2024; NASA, 2010; PINESE JÚNIOR, 2010; REZENDE et Al, 2017; UEPG, 2022 a 2024.

ESCALA: 1: 3600

DATA: 26/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

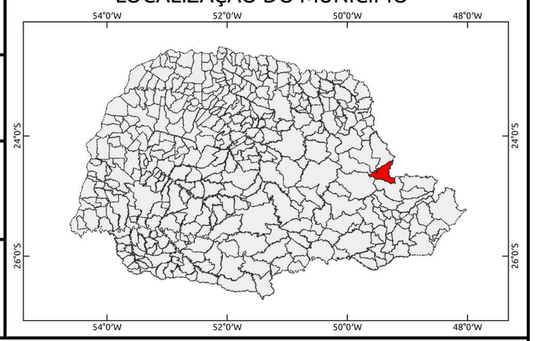
Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:

O presente mapa foi elaborado com o software QGIS versão 3.34 - Prizren. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhin (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Fonte das coordenadas das Localidades Rurais: Marcio José Ornat (UEPG), Odir Taborda Correia Junior (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), que foram coletadas com receptor GPS Etrex 30, em trabalhos de campo realizados nos dias 30 e 31 de janeiro de 2023 e 04 a 06 de outubro de 2023. A base vetorial dos limites municipais e estaduais (2024) são do Instituto Água e Terra - IAT. Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As áreas suscetíveis a inundação foram desenvolvidas por meio da elaboração de Modelo de Reclassificação (MRV) de Variáveis (Uso e Ocupação do Solo, 2016, IAT; Tipo de Solo, IBGE, 2019; MDE [Altitude e Declividade] Alos Palsar, 2010 - NASA/EarthData) e a aplicação da Técnica de Processo Analítico Hierárquico (AHP) conforme exposto por (Patrícia Soares Rezende, Daniela Vieira Marques e Luiz Antônio de Oliveira, UFU, 2017). Além disso a coerência e a confiabilidade dos dados gerados a partir dos julgamentos da nossa equipe técnica foi processada a partir de uma matriz de comparação, onde a Razão de Consistência resultou no valor de 0,066... que segundo Saaty (1977; 1980 apud PINESE JÚNIOR, 2010) deve ser inferior a 0,10 para que haja consistência em nossos dados. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET - RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LOCALIZAÇÃO DO PERÍMETRO



LEGENDA

Suscetibilidade a Inundação
- Alta
- Muito Alta
- Proposta Perímetro Urbano
- Localidades Rurais

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem
- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA CÁRSTICA - DOUTOR ULYSSES - PR

640000 660000 680000

7280000 7260000

N

Sengés

Jaguariaíva

Piraí do Sul

Castro

Cerro Azul

Estado de São Paulo

092

Sede Município

Legenda

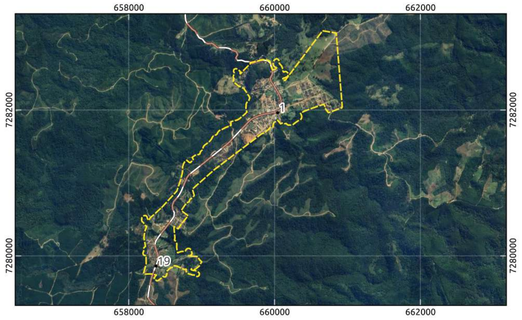
Cobertura e Uso da Terra
(% de cada uso no território do município)
Doutor Ulysses - PR

- Agricultura Anual - 1,22%
- Agricultura Perene - 1,0%
- Área Construída - 0,01%
- Área Urbanizada - 0,06%
- Corpos d'Água - 0,05%
- Floresta Nativa - 53,44%
- Pastagem/Campo - 17,98%
- Plantios Florestais - 26,11%
- Solo Exposto/Mineração - 0,009%
- Várzea - 0,08%

0 7,5 15 km

1:78.000

LOCALIZAÇÃO PERÍMETRO URBANO (SEDE MUNICÍPIO)



LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Área Cárstica - Doutor Ulysses - PR

- Área do Karst
- Cavidades
- Área de Influência das Cavidades

Sistema Rodoviário Estadual - DER/PR

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

Outros

- Localidades Rurais
- Proposta de Perímetro Urbano
- Limites Municipais do Paraná
- Limite Municipal de Doutor Ulysses

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - Pr

1 - Sede
2 - Burrinho
3 - Figueira
4 - Marreca
5 - Cordeiros
6 - Sete Quedas
7 - Ribeirão Claro
8 - Sete Quedas Geliat
9 - Ribeirão da Lagoa
10 - Ribeirão das Flores
11 - Fecho
12 - Pinhal Itapirapuã
13 - Sete Quedas Sheffer
14 - Sete Quedas do Meio
15 - Toca do Morcego
16 - Cabeceira do Tigre
17 - Quarteirão dos Severos
18 - Tigre
19 - Cerrado
20 - Três Barras
21 - Quilombo Varzeão
22 - Quilombo Gramadinho
23 - Queimadinho
24 - Feital
25 - Bairro do Alegre
26 - Caraguatá
27 - Palmeiral
28 - Bairro dos Mello
29 - Teixeira
30 - Cordeiro
31 - Pina
32 - Sindicato
33 - Cabeceira Sete Quedas
34 - Ribeiros 1
35 - Ribeiros 2
36 - Caraguatá Martins
37 - Marrecão
38 - Moreiras
39 - Sete Quedas 2

METADADOS

O presente mapa temático foi elaborado no software QGIS versão 3.34.4 Prizren. Fonte das coordenadas do Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhin (UEPG), obtidas em campos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, coleta com receptor GNSS Geomax Zenith 16. Fonte das coordenadas das Localidades Rurais: Marcio José Ornat (UEPG), Odir Taborda Correia Junior (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), foram obtidas com receptor GPS Etrex 30, em trabalhos de campo realizados nos dias 30 e 31 de janeiro de 2023 e 04 a 06 de outubro de 2023. A fonte de dados do limite estadual e municipal (2024) e do Uso e Cobertura do Solo (2016) são produção do Instituto Água e Terra - IAT. A base cartográfica vetorial das Unidades Aquíferas do Paraná (1998), foi elaborada pela SUDERHSA e disponibilizada pelo IAT. As coordenadas de localização das cavidades do município são do Cadastro Nacional de Cavernas do Brasil - CNC, que pertence a Sociedade Brasileira de Espeleologia - SBE, foram disponibilizadas em WGS-84 e convertidas para SIRGAS 2000. O buffer é de 500 metros na área de influência e foi realizado conforme o art. 4° da Resolução CONAMA 347/2004, que dispõe sobre a proteção e preservação do Patrimônio Espeleológico, e considera a projeção horizontal da cavidade acrescida de 250 metros (mínimo). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021) são do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET - RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

EXECUÇÃO

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

LOCAL: DOUTOR ULYSSES - PR

Governo Municipal Doutor Ulysses

DESENHO:		ESCALA:	DATA:
Saras Resende Paula Geógrafo PR-211293/D	Coordenadas: UTM - Fuso 22 S Datum Horizontal: SIRGAS 2000 Fonte: DER, 2021; IAT, 2016, 2024; SUDERHSA, 1998; UEPG, 2023.	1:78.000	02/02/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo	Saras Resende Paula	Marcio Jose Ornat
Geógrafa	Geógrafo	Geógrafo
CREA: PR-215482/D	CREA: PR-211293/D	CREA: PR-197154/D

FOLHA: 01

FOLHA ÚNICA

ÁREAS DE MANANCIAIS DE ABASTECIMENTO SUPERFICIAL - DOUTOR ULYSSES - PR

640000 660000 680000

7280000

7260000

N

Sengés

Jaguariaíva

Piraí do Sul

Castro

Cerro Azul

Estado de São Paulo

092

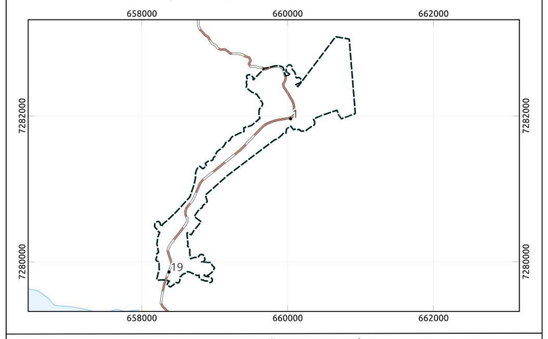
Sede Município

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39

0 7,5 15 km

1:78.000

LOCALIZAÇÃO PERÍMETRO URBANO (SEDE MUNICÍPIO)



LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Mananciais de Abastecimento - Doutor Ulysses - PR

- Área de Manancial de Abastecimento Superficial - Rio Ribeira

Sistema Rodoviário Estadual - DER/PR

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

Outros

- Localidades Rurais
- Limite Municipal de Doutor Ulysses
- Limites dos Municípios do Paraná
- Proposta de Perímetro Urbano

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede
2 - Burrinho
3 - Figueira
4 - Marreca
5 - Cordeiros
6 - Sete Quedas
7 - Ribeirão Claro
8 - Sete Quedas Geliat
9 - Ribeirão da Lagoa
10 - Ribeirão das Flores
11 - Fecho
12 - Pinhal Itapirapuã
13 - Sete Quedas Sheffer
14 - Sete Quedas do Meio
15 - Toca do Morcego
16 - Cabeceira do Tigre
17 - Quarteirão dos Severos
18 - Tigre
19 - Cerrado
20 - Três Barras
21 - Quilombo Varzeão
22 - Quilombo Gramadinho
23 - Queimadinho
24 - Feital
25 - Bairro do Alegre
26 - Caraguatá
27 - Palmeiral
28 - Bairro dos Mello
29 - Teixeira
30 - Cordeiro
31 - Pina
32 - Sindicato
33 - Cabeceira Sete Quedas
34 - Ribeiros 1
35 - Ribeiros 2
36 - Caraguatá Martins
37 - Marrecão
38 - Moreiras
39 - Sete Quedas 2

METADADOS

O presente mapa temático foi elaborado no software QGIS versão 3.34.4 Prizren. Fonte das coordenadas do Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhin (UEPG), obtidas em campos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, coleta com receptor GNSS Geomax Zenith 16. Fonte das coordenadas das Localidades Rurais: Marcio José Ornat (UEPG), Odir Taborda Correia Junior (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), foram obtidas com receptor GPS Etrex 30, em trabalhos de campo realizados nos dias 30 e 31 de janeiro de 2023 e 04 a 06 de outubro de 2023. Os dados do limite estadual e municipal (2024), são do Instituto Água e Terra - IAT. Os dados referentes as áreas de mananciais de abastecimento superficial são da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná - AMEP (2016). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET - RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

EXECUÇÃO

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

LOCAL: DOUTOR ULYSSES - PR

Governo Municipal Doutor Ulysses

DESENHO:
Saras Resende Paula
Geógrafo
PR-211293/D

Coordenadas: UTM - Fuso 22 S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: AMEP, 2016; DER, 2021; IAT, 2024; UEPG, 2023.

ESCALA: 1:78.000

DATA: 02/02/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

FOLHA: 01

FOLHA ÚNICA

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - EDIFICAÇÕES COM 1 PAVIMENTO

EXECUÇÃO
UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 28/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:
O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Edificações com 1 Pavimento

- 0%
- 1% a 21%
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% a 83%
- 84% a 100%
- Localidades Rurais
- Drenagem
- Curvas de Nivel

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - EDIFICAÇÕES COM 2 PAVIMENTOS

EXECUÇÃO

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 28/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:

O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Edificações com 2 Pavimentos

- 0%
- 1% a 21%
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% a 83%
- 84% a 100%

- Localidades Rurais
- Drenagem
- Curvas de Nivel

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

0 250 500 m
1: 4000

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - EDIFICAÇÕES COM ESTRUTURA DE ALVENARIA

EXECUÇÃO
UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 28/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:

O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Edificações com Estruturas de Alvenaria

- 0%
- 1% a 21%
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% a 83%
- 84% a 100%

- Localidades Rurais
- Drenagem
- Curvas de Nivel

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

0 250 500 m
1: 4000

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - EDIFICAÇÕES COM ESTRUTURA DE MADEIRA

EXECUÇÃO

Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 28/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Edificações com Estrutura de Madeira

- 0%
- 1% a 21%
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% a 83%
- 84% a 100%

- Localidades Rurais
- Drenagem
- Curvas Nivel

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

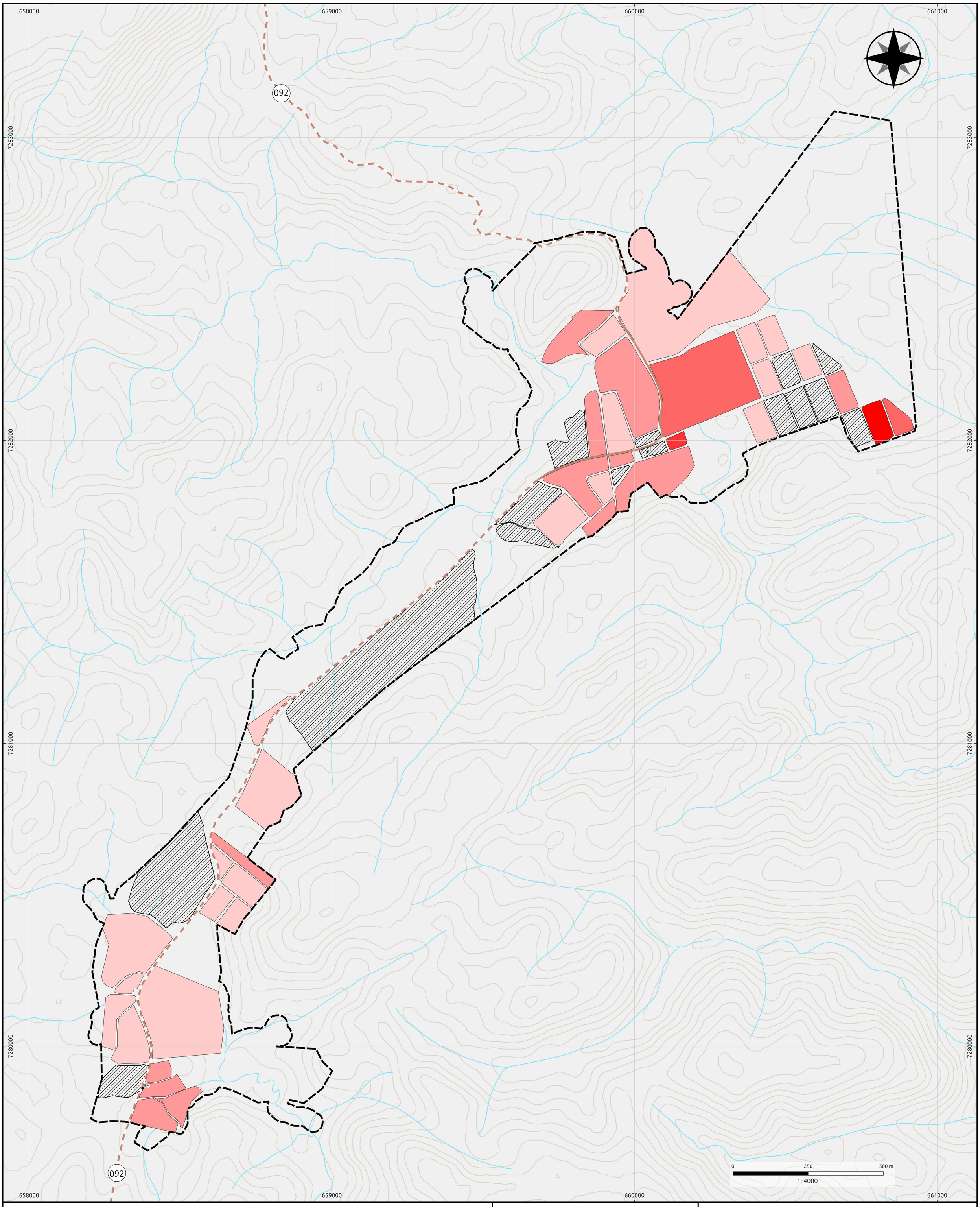
Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

METADADOS:

O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - EDIFICAÇÕES COM ESTRUTURA MISTA



EXECUÇÃO
UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 28/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:

O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Edificações com Estrutura Mista

- 0%
- 1% a 21%
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% a 83%
- 84% a 100%

- Localidades Rurais
- Drenagem
- Curvas de Nivel

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - EDIFICAÇÕES COM RECUO FRONTAL

EXECUÇÃO
UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 27/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:

O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Edificações com Recuo Frontal

- 0%
- 1% a 21%
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% a 83%
- 84% a 100%

- Localidades Rurais
- Drenagem
- Curvas de Nível

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - EDIFICAÇÕES COM RECUO LATERAL DIREITO

EXECUÇÃO

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 27/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:

O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskevski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Edificações com Recuo Lateral Direito

- 0%
- 1% a 21%
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% a 83%
- 84% a 100%

- Localidades
- Drenagem
- Curvas de Nivel

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - EDIFICAÇÕES COM RECUO LATERAL ESQUERDO

EXECUÇÃO

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 27/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:

O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Edificações com Recuo Lateral Esquerdo

- 0%
- 1% a 21%
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% a 83%
- 84% a 100%

- Localidades Rurais
- Drenagem
- Curvas de Nivel

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

0 250 500 m
1: 4000

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - EDIFICAÇÕES NÃO OCUPADAS

EXECUÇÃO
UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 27/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:

O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Edificações Não Ocupadas

- 0%
- 1% a 21%
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% a 83%
- 84% a 100%

- Localidades Rurais
- Drenagem
- Curvas de Nivel

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estadual
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - EDIFICAÇÕES OCUPADAS

EXECUÇÃO
Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 27/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:

O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Edificações Ocupadas

- 0%
- 1% a 21%
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% a 83%
- 84% a 100%

- Localidades Rurais
- Drenagem
- Curvas de Nível

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - EDIFICAÇÕES SEM RECUO FRONTAL

EXECUÇÃO

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 27/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:

O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Edificações Sem Recuo Frontal

- 0%
- 1% a 21%
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% a 83%
- 84% a 100%

- Localidades Rurais
- Drenagem
- Curvas de Nível

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - EDIFICAÇÕES SEM RECUO LATERAL DIREITO

EXECUÇÃO
UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 27/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:

O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Edificações Sem Recuo Lateral Direito

- 0%
- 1% a 21%
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% a 83%
- 84% a 100%

- Localidades Rurais
- Drenagem
- Curvas de Nivel

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

0 250 500 m
1: 4000

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - EDIFICAÇÕES SEM RECUO LATERAL ESQUERDO

EXECUÇÃO
UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 28/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:

O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Edificações Sem Recuo Lateral Esquerdo

- 0%
- 1% a 21%
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% a 83%
- 84% a 100%
- Localidades Rurais
- Drenagem
- Curvas de Nível

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

0 250 500 m
1: 4000

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - LOTE VAZIO

EXECUÇÃO

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 27/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:

O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Lote Vazio

- 0%
- 1% a 21%
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% a 83%
- 84% a 100%

- Localidades Rurais
- Drenagem
- Curvas de Nivel

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

0 250 500 m
1: 4000

658000
659000
660000
661000
7283000
7282000
7281000
7280000
092
19
0
250
500 m
1: 4000

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - USO COMERCIAL

EXECUÇÃO
UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 27/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:

O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskevisk Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Uso Comercial

- 0%
- 1% a 21%
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% - 83%
- 84% - 100%

- Localidades Rurais
- Drenagem
- Curvas de Nivel

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estradas
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - USO DE SERVIÇOS

EXECUÇÃO

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 27/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:

O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Uso de Serviços

- 0%
- 1% a 21%
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% a 83%
- 84% a 100%

- Localidades Rurais
- Drenagem
- Curvas de Nível

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

0 250 500 m
1: 4000

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - USO INSTITUCIONAL

EXECUÇÃO

Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 27/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:

O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Uso Institucional

- 0%
- 1% a 21%
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% a 83%
- 84% - 100%

- Localidades
- Drenagem
- Curvas de Nivel

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estradas
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

0 250 500 m
1: 4000

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - USO MISTO

EXECUÇÃO

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 27/01/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:

O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Uso Misto

- 0%
- 1% a 21%
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% a 83%
- 84% a 100%

- Localidades Rurais
- Drenagem
- Curvas de Nivel

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estradas
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - USO RELIGIOSO

EXECUÇÃO

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 02/02/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:

O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Uso Religioso

- 0%
- 1% a 21
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% a 83%
- 84% a 100%

- Localidades Rurais
- Drenagem
- Curvas de Nivel

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

0 250 500 m
1: 4000

658000 659000 660000 661000

7283000 7282000 7281000 7280000

092 19 092

0 250 500 m

1: 4000

MORFOLOGIA URBANA PREDOMINANTE POR QUADRA - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - USO RESIDENCIAL

EXECUÇÃO
UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: Doutor Ulysses - PR

DESENHO:
João Matheus Grochovski Seraphim
CREA/JR - PR

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2026; NASA, 2010; UEPG, 2022 - 2026

ESCALA: 1: 4000

DATA: 02/02/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:

O presente mapa temático foi elaborado com o software QGIS 3.22.4-Białowieża. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhim (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Quadras da Sede Urbana foram vetorizadas a partir de Ortomosaico georeferenciado, criado a partir de aerofotolevantamento de drone DJI Mavic Air 2, em campos realizados entre os meses de setembro e novembro (2023) - vetorização realizada por Aislan Evers Mello (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG) e Suelen Guadanhin, revisão por Suelen Guadanhin (UEPG). A morfologia urbana foi coletada via MyMaps entre os meses de setembro e novembro (2023) pela equipe: Angélica Wiatrovski Bender (UEPG), Carolina Krzyzanoski (UEPG), Cleide Mara Lúcia Carneiro (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), João Matheus Grochovski Seraphim (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Valentim (UEPG), Andriéli Gmach (UEPG), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Ademilson Sales de Lima (UEPG), Suelen Guadanhin (UEPG) e alunos (2023) do Curso de Tecnologia em Mineração - UaB (Polos Cerro Azul e Rio Branco do Sul). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. As curvas de nível foram criadas a partir do Modelo Digital de Elevação ALOS PALSAR L-Band, com resolução de 12,5m (2010), acessado no EarthData - NASA. A Drenagem (2013) é dado do Instituto Água e Terra - IAT. A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET-RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede Municipal

19 - Cerrado

Morfologia (%) - Uso Residencial

- 0%
- 1% a 21%
- 22% a 42%
- 43% a 63%
- 64% a 83%
- 84% - 100%

- Localidades Rurais
- Drenagem
- Curvas de Nível

Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

Limites e Proposta de Perímetro

- Perímetro Urbano
- Limite dos Municípios do Paraná

Área de Preservação Permanente - APP			
Usos			
Usos Permitidos	**Usos Permissíveis**	**Usos Tolerados**	**Usos Proibidos**
----------	----------	Aqueles preexistentes a Lei, já implantados, mediante compensação ambiental no Município de Doutor Ulysses - PR	Todos os Demais

Zona Central - ZC												
Usos												
Usos Permitidos		**Usos Permissíveis**			**Usos Tolerados**		**Usos Proibidos**					
Habitacional Unifamiliar Transitório I, Transitório II Comercial e Serviço I Institucional e Comunitário I		Comercial e Serviço II Institucional e Comunitário II Religioso Habitacional Multifamiliar			Todo os Usos Anteriores		Todos os Demais					
Ocupação												
Dimensão Lote			**Geral**									
Lote Mínimo (m²)	Lote Máximo (m²)	Testada Mínima (m)	Recuo Frontal Mínimo (m)	Afastamento Laterais Mínimo (m)	Afastamento mínimo fundo (m)	Total de Pavimentos (máximo)	Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB)	Coeficiente de aproveitamento Máximo (CAM)	Taxa de Ocupação Máxima (TOM)	Taxa de permeabilidade Mínima (TPM)	Taxa de Arborização	Densidade Demográfica Máxima (hab/km²)
180,00	500,00	8,00	3	1,0	4,0	4	1,35	1,8	0,45	0,30	0,2	600

Zona Residencial 1 – ZR1												
Usos												
Usos Permitidos		**Usos Permissíveis**			**Usos Tolerados**		**Usos Proibidos**					
Habitacional Unifamiliar Transitório I Comercial e de Serviço I Institucional e Comunitário I		Comercial e Serviço II e III Institucional e Comunitário II Religioso Habitacional Multifamiliar Condomínio Horizontal			Todo os Usos Anteriores		Todos os Demais					
Ocupação												
Dimensão Lote			**Geral**									
Lote Mínimo (m²)	Lote Máximo (m²)	Testada Mínima (m)	Recuo Frontal Mínimo (m)	Afastamento Laterais Mínimo (m)	Afastamento mínimo fundo (m)	Total de Pavimentos (máximo)	Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB)	Coeficiente de aproveitamento Máximo (CAM)	Taxa de Ocupação Máxima (TOM)	Taxa de permeabilidade Mínima (TPM)	Taxa de Arborização	Densidade Demográfica Máxima (hab/km²)
180,00	500,00	8,00	3	1,0	4,0	3	0,90	1,35	0,45	0,30	0,2	600

Zona Residencial 2 – ZR2											
Usos											
Usos Permitidos		**Usos Permissíveis**			**Usos Tolerados**		**Usos Proibidos**				
Habitacional Unifamiliar Transitório I Comercial e de Serviço I Institucional e Comunitário I		Comercial e Serviço II Religioso Habitacional Multifamiliar Condomínio Horizontal			Todo os Usos Anteriores		Todos os Demais				
Ocupação											
Dimensão Lote			**Geral**								
Lote Mínimo (m²)	Lote Máximo (m²)	Testada Mínima (m)	Recuo Frontal Mínimo (m)	Afastamento Laterais Mínimo (m)	Afastamento mínimo fundo (m)	Total de Pavimentos (máximo)	Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB)	Coeficiente de aproveitamento Máximo (CAM)	Taxa de Ocupação Máxima (TOM)	Taxa de permeabilidade Mínima (TPM)	Taxa de Arborização	Densidade Demográfica Máxima (hab/km²)
180,00	500,00	8,00	3,0	1,0	4,0	1	0,40	0,40	0,40	0,45	0,25	600

Zona Especial de Interesse Social - ZEIS											
Usos											
Usos Permitidos		**Usos Permissíveis**			**Usos Tolerados**		**Usos Proibidos**				
Habitacional Unifamiliar Comercial e de Serviço I Institucional e Comunitário I		---------			Todo os Usos Anteriores		Todos os Demais				
Ocupação											
Dimensão Lote			**Geral**								
Lote Mínimo (m²)	Lote Máximo (m²)	Testada Mínima (m)	Recuo Frontal Mínimo (m)	Afastamento Laterais Mínimo (m)	Afastamento mínimo fundo (m)	Total de Pavimentos (máximo)	Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB)	Coeficiente de aproveitamento Máximo (CAM)	Taxa de Ocupação Máxima (TOM)	Taxa de permeabilidade Mínima (TPM)	Taxa de Arborização	Densidade Demográfica Máxima (hab/km²)
130,0	400,0	7,0	3,0	1,0	2,0	1	0,70	0,70	0,70	0,20	0,10	600

Zona de Comércio e Serviços - ZCS											
Usos											
Usos Permitidos		**Usos Permissíveis**			**Usos Tolerados**		**Usos Proibidos**				
Habitacional Unifamiliar Transitório I Comercial e de Serviço I Institucional e Comunitário I		Comercial e Serviço II e III Institucional e Comunitário II Religioso Habitacional Multifamiliar			Todo os Usos Anteriores		Todos os Demais				
Ocupação											
Dimensão Lote			**Geral**								
Lote Mínimo (m²)	Lote Máximo (m²)	Testada Mínima (m)	Recuo Frontal Mínimo (m)	Afastamento Laterais Mínimo (m)	Afastamento mínimo fundo (m)	Total de Pavimentos (máximo)	Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB)	Coeficiente de aproveitamento Máximo (CAM)	Taxa de Ocupação Máxima (TOM)	Taxa de permeabilidade Mínima (TPM)	Taxa de Arborização	Densidade Demográfica Máxima (hab/km²)
180,00	500,00	8,00	3	1,0	4,0	4	1,35	1,8	0,45	0,30	0,2	600

Zona Industrial - ZI											
Usos											
Usos Permitidos		**Usos Permissíveis**			**Usos Tolerados**		**Usos Proibidos**				
Industrial I Industrial II		Industrial III			---------		Todos os demais				
Ocupação											
Dimensão Lote			**Geral**								
Lote Mínimo (m²)	Lote Máximo (m²)	Testada Mínima (m)	Recuo Frontal Mínimo (m)	Afastamento Laterais Mínimo (m)	Afastamento mínimo fundo (m)	Total de Pavimentos (máximo)	Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB)	Coeficiente de aproveitamento Máximo (CAM)	Taxa de Ocupação Máxima (TOM)	Taxa de permeabilidade Mínima (TPM)	Taxa de Arborização	Densidade Demográfica Máxima (hab/km²)
3.000,00	10.000,00	50,00	10,00	10,0	10,00	(A)	0,60	0,60	0,60	0,20	0,20	---------

Zona Especial de Proteção Ambiental - ZEPA			
Usos			
Usos Permitidos	**Usos Permissíveis**	**Usos Tolerados**	**Usos Proibidos**
Área prioritária a preservação de Recursos Naturais, estabelecidos em Plano de Manejo.	Aqueles estabelecidos em Plano de Manejo.	Todos os demais.	Todos os demais

Legenda

- ÁREA DE USO RESTRITO - AUR
- AREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - APP
- ZONA CENTRAL - ZC
- ZONA COMERCIO E SERVIÇOS - ZCS
- ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL - ZEIS
- ZONA ESPECIAL DE PROTEÇAO AMBIENTAL - ZEPA
- ZONA INDUSTRIAL - ZI
- ZONA RESIDENCIAL 1 - ZR1
- ZONA RESIDENCIAL 2 - ZR2

0 250 500 m

1:3.600

ZONEAMENTO - SEDE URBANA - DOUTOR ULYSSES - PR

EXECUÇÃO

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
LOCAL: DOUTOR ULYSSES - PR

DESENHO:
Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Coordenadas: UTM - Fuso 22S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: DER, 2021; IAT, 2024; SUDERHSA, 1998; UEPG, 2022 a 2024.

ESCALA: 1: 3600

DATA: 13/02/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

Governo Municipal Doutor Ulysses

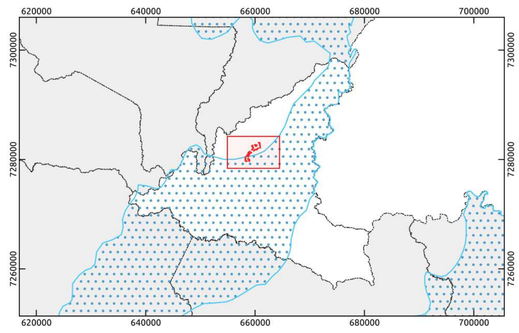
GEOCIDADES
GEOGRAFIA - PLANEJAMENTO - GESTÃO

METADADOS:
O presente mapa foi elaborado com o software QGIS versão 3.34 - Prizren. Fonte das coordenadas da Proposta de Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhin (UEPG), coletadas em campo nos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, por receptor GNSS Geomax Zenith 16. Fonte das coordenadas das Localidades Rurais: Marcio José Ornat (UEPG), Odir Taborda Correia Junior (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), que foram coletadas com receptor GPS Etrex 30, em trabalhos de campo realizados nos dias 30 e 31 de janeiro de 2023 e 04 a 06 de outubro de 2023. A base vetorial dos limites municipais e estaduais (2024) são do Instituto Água e Terra - IAT. O dado da área cárstica foi disponibilizado pela Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA (1998). Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021), são do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná - DER. Zoneamento tem como referencia os dados da morfologia urbana coletada em setembro e novembro de 2023. A simbologia da estradas/rodovias é baseada no Catálogo de Simbolos - Manual Técnico de Convenções Cartográficas, 2002 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LOCALIZAÇÃO DO PERÍMETRO



LEGENDA

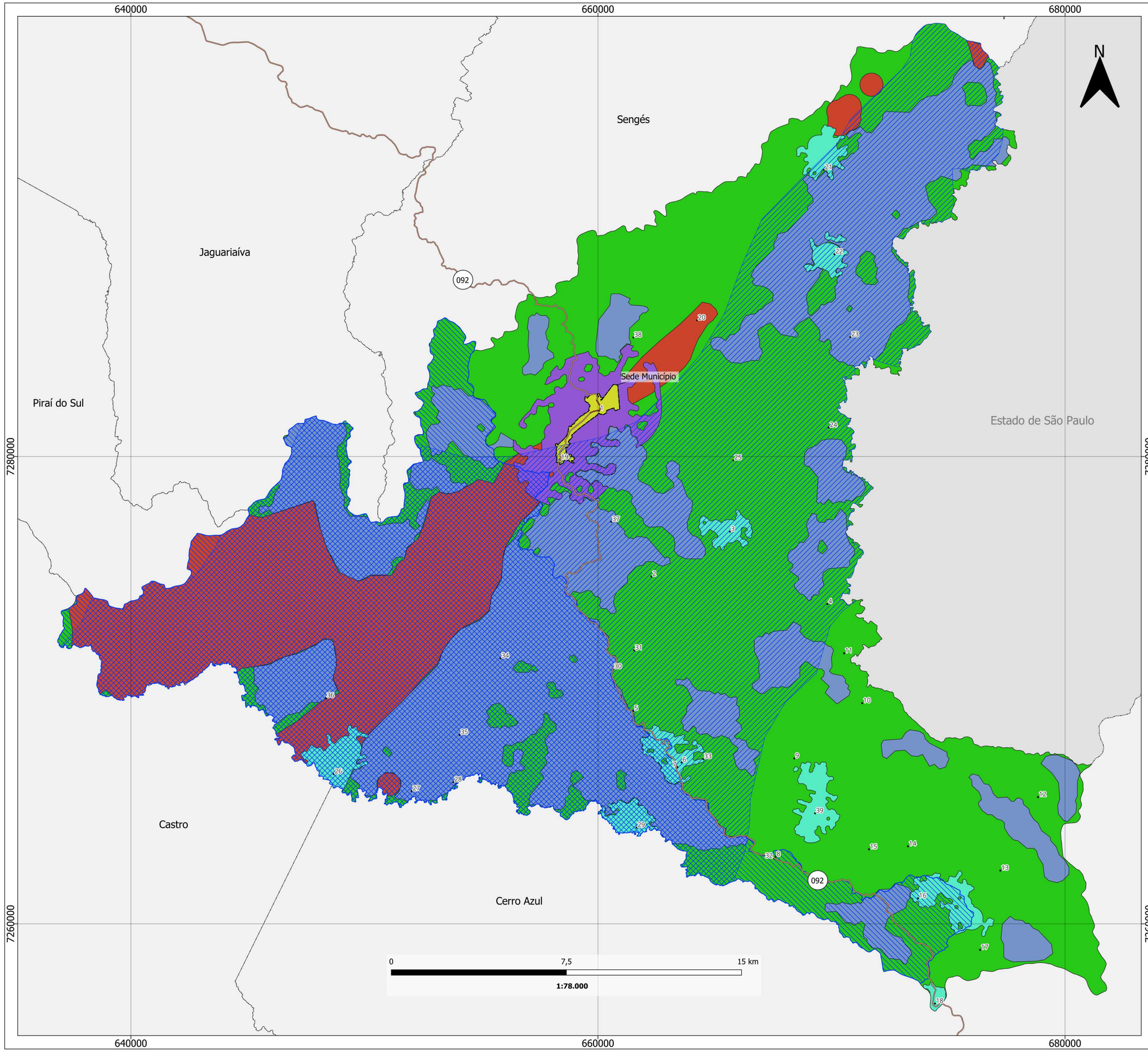
Outros

- Localidades Rurais
- Proposta Perímetro Urbano
- Área Cárstica

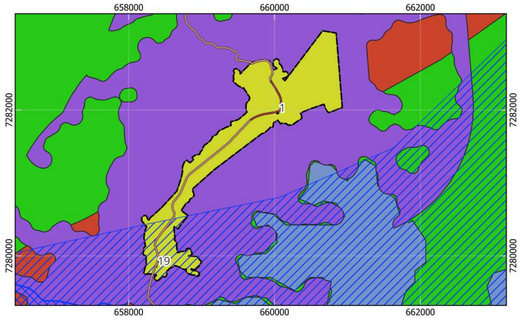
Sistema Rodoviário - Departamento de Estradas e Rodagem

- Rodovia Estadual
- Estrada
- Rodovia

MACROZONEAMENTO - DOUTOR ULYSSES - PR



LOCALIZAÇÃO PERÍMETRO URBANO (SEDE MUNICÍPIO)



LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Macrozoneamento - Doutor Ulysses - PR

- Macrozona de Conservação
- Macrozona de Transição Urbano-Rural
- Macrozona de Uso Condicionado
- Macrozona Rural de Centralidades e Estruturação Territorial
- Macrozona Rural de Produção Sustentável
- Macrozona Urbana
- Unidade Aquífera Karst
- Manancial Superficial Abastecimento

Sistema Rodoviário Estadual - DER/PR

- Rodovia Estadual
- Rodovia
- Estrada

Outros

- Localidades Rurais
- Limite Municipal de Doutor Ulysses
- Limite dos Municípios do Paraná
- Proposta de Perímetro Urbano

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede
2 - Burrinho
3 - Figueira
4 - Marreca
5 - Cordeiros
6 - Sete Quedas
7 - Ribeirão Claro
8 - Sete Quedas Geliat
9 - Ribeirão da Lagoa
10 - Ribeirão das Flores
11 - Fecho
12 - Pinhal Itapirapuã
13 - Sete Quedas Sheffer
14 - Sete Quedas do Meio
15 - Toca do Morcego
16 - Cabeceira do Tigre
17 - Quarteirão dos Severos
18 - Tigre
19 - Cerrado
20 - Três Barras
21 - Quilombo Varzeão
22 - Quilombo Gramadinho
23 - Queimadinho
24 - Feital
25 - Bairro do Alegre
26 - Caraguatá
27 - Palmeiral
28 - Bairro dos Mello
29 - Teixeira
30 - Cordeiro
31 - Pina
32 - Sindicato
33 - Cabeceira Sete Quedas
34 - Ribeiros 1
35 - Ribeiros 2
36 - Caraguatá Martins
37 - Marrecão
38 - Moreiras
39 - Sete Quedas 2

METADADOS

O presente mapa temático foi elaborado no software QGIS versão 3.34.4 Prizren. Fonte das coordenadas do Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhin (UEPG), obtidas em campos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, coleta com receptor GNSS Geomax Zenith 16. Fonte das coordenadas das Localidades Rurais: Marcio José Ornat (UEPG), Odir Taborda Correia Junior (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), foram obtidas com receptor GPS Etrex 30, em trabalhos de campo realizados nos dias 30 e 31 de janeiro de 2023 e 04 a 06 de outubro de 2023. Os dados do limite estadual e municipal (2024), são do Instituto Água e Terra - IAT. Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021) são do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER. Os dados referentes as áreas de mananciais de abastecimento superficial são da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná - AMEP (2016). Área karstica (1998), criada pela SUDERHSA e disponibilizada pelo IAT. O Macrozoneamento e as Áreas de Sobreposição Especial de Doutor Ulysses foram elaboradas por análise espacial multicritério (Overlay Analisis), integrando dados territoriais, ambientais, socioeconômicos e de infraestrutura. As seis macrozonas e as Áreas de Sobreposição Especial foram definidas com apoio metodológico do ChatGPT, permanecendo a seleção dos dados, a validação cartográfica e a aprovação dos resultados sob responsabilidade da equipe técnica do Plano Diretor Municipal A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET - RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

EXECUÇÃO
UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

LOCAL: DOUTOR ULYSSES - PR

GOVERNO MUNICIPAL DOUTOR ULYSSES

DESENHO:
Saras Resende Paula
Geógrafo
PR-211293/D

Coordenadas: UTM - Fuso 22 S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: AMEP, 2016; DER, 2021; IAT, 2024; SUDERHSA, 1998; UEPG, 2023 a 2026.

ESCALA: 1:78.000

DATA: 14/09/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

FOLHA: 01

FOLHA ÚNICA

ÁREAS DE SOBREPOSIÇÃO ESPECIAL (ASEs) - DOUTOR ULYSSES - PR

640000 660000 680000

7280000 7260000

N

Sengés

Jaguariaíva

Piraí do Sul

Castro

Cerro Azul

Estado de São Paulo

092

Sede Município

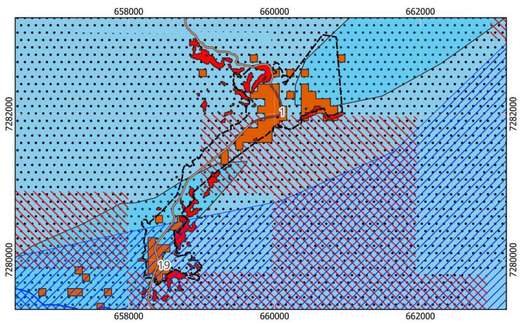
0 7,5 15 km

1:78.000

Áreas de Sobreposição Especial — ASEs - Doutor Ulysses - PR

- Entorno Indicativo de Cavidades
- Entorno Indicativo de Sumidouros
- Indicador de Declividade DN=2
- Influência Produtiva e de Tráfego - Citrus
- Influência Produtiva e de Tráfego - Pinus
- Interesse Mineral
- Referência Estatística Quilombola
- Sistema Aquífero Cárstico
- Suscetibilidade Muito Alta
- Vulnerabilidade Alta/Muito Alta à Inundação

LOCALIZAÇÃO PERÍMETRO URBANO (SEDE MUNICÍPIO)



LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



LEGENDA

Áreas de Sobreposição Especial — ASEs - Doutor Ulysses - PR

- Unidade Aquífera Karst
- Manancial Superficial Abastecimento

Sistema Rodoviário Estadual - DER/PR

- Rodovia Estadual
- Rodovia
- Estrada

Outros

- Localidades Rurais
- Limite Municipal de Doutor Ulysses
- Limite dos Municípios do Paraná
- Proposta de Perímetro Urbano

Comunidades/Vilas Rurais de Doutor Ulysses - PR

1 - Sede	11 - Fecho	21 - Quilombo Varzeão	31 - Pina
2 - Burrinho	12 - Pinhal Itapirapuã	22 - Quilombo Gramadinho	32 - Sindicato
3 - Figueira	13 - Sete Quedas Sheffer	23 - Queimadinho	33 - Cabeceira Sete Quedas
4 - Marreca	14 - Sete Quedas do Meio	24 - Feital	34 - Ribeiros 1
5 - Cordeiros	15 - Toca do Morcego	25 - Bairro do Alegre	35 - Ribeiros 2
6 - Sete Quedas	16 - Cabeceira do Tigre	26 - Caraguatá	36 - Caraguatá Martins
7 - Ribeirão Claro	17 - Quarteirão dos Severos	27 - Palmeiral	37 - Marrecão
8 - Sete Quedas Geliat	18 - Tigre	28 - Bairro dos Mello	38 - Moreiras
9 - Ribeirão da Lagoa	19 - Cerrado	29 - Teixeira	39 - Sete Quedas 2
10 - Ribeirão das Flores	20 - Três Barras	30 - Cordeiro	

METADADOS

O presente mapa temático foi elaborado no software QGIS versão 3.34.4 Prizren. Fonte das coordenadas do Perímetro: Andrea Tedesco (UEPG), Marcio Jose Ornat (UEPG), André Nagalli (UAB), Cleide Mara Lucia Carneiro (UEPG), Danilo Henrique Divardim (UEPG), Édipo Ribeiro dos Santos (UEPG), Elaine Cristina Fiquer Venâncio (UEPG), Evair Pliskeviski Paula (UAB), Everton de Deus (UAB), Gabriel Eiki Rocha Camargo (UEPG), Gabriel Rebonato (UEPG), Josiele de França (UEPG), Judite Bueno de Camargo (UEPG), Kamila Cristina de Oliveira Antunes (UEPG), Lino Augusto Machado (UAB), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), Maria Cristina Piotrovski (UEPG), Murilo Henrique de Brito (UEPG), Nátali Maidl de Souza (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG) e Suelen Guadanhin (UEPG), obtidas em campos dias 04 a 06 de outubro de 2023 e 11 e 12 de novembro de 2023, coleta com receptor GNSS Geomax Zenith 16. Fonte das coordenadas das Localidades Rurais: Marcio José Ornat (UEPG), Odir Taborda Correia Junior (UEPG), Saras Resende Paula (UEPG), Marcio Aurelio Valentim Machado (UEPG), foram obtidas com receptor GPS Etrex 30, em trabalhos de campo realizados nos dias 30 e 31 de janeiro de 2023 e 04 a 06 de outubro de 2023. Os dados do limite estadual e municipal (2024), são do Instituto Água e Terra - IAT. Os dados das estradas e rodovias estaduais (2021) são do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER. Os dados referentes as áreas de mananciais de abastecimento superficial são da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná - AMEP (2016). Área karstica (1998), criada pela SUDERHSA e disponibilizada pelo IAT. O Macrozoneamento e as Áreas de Sobreposição Especial de Doutor Ulysses foram elaboradas por análise espacial multicritério (Overlay Analisis), integrando dados territoriais, ambientais, socioeconômicos e de infraestrutura. As seis macrozonas e as Áreas de Sobreposição Especial foram definidas com apoio metodológico do ChatGPT, permanecendo a seleção dos dados, a validação cartográfica e a aprovação dos resultados sob responsabilidade da equipe técnica do Plano Diretor Municipal A simbologia das estradas é baseada no Manual Técnico de Norma da Especificação Técnica para Representação de Dados Geoespaciais (ET - RDG), 2025 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro.

EXECUÇÃO

UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa

BACHARELADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

CONVÊNIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

LOCAL: DOUTOR ULYSSES - PR

GOVERNO MUNICIPAL DOUTOR ULYSSES

DESENHO:
Saras Resende Paula
Geógrafo
PR-211293/D

Coordenadas: UTM - Fuso 22 S
Datum Horizontal: SIRGAS 2000
Fonte: AMEP, 2016; DER, 2021; IAT, 2024; SUDERHSA, 1998; UEPG, 2023 a 2026.

ESCALA: 1:78.000

DATA: 14/09/2026

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Judite Bueno de Camargo
Geógrafa
CREA: PR-215482/D

Saras Resende Paula
Geógrafo
CREA: PR-211293/D

Marcio Jose Ornat
Geógrafo
CREA: PR-197154/D

FOLHA: 01

FOLHA ÚNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
ESTADO DO PARANÁ
REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO 2026–2036

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO ESPECÍFICO PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DOUTOR ULYSSES

Data: 09/10/2026 — Horário: 8h30
Local: Câmara Municipal de Doutor Ulysses – Paraná
Decreto Municipal nº 334/2025

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e vinte e dois minutos, reuniram-se nas dependências da Câmara Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, os representantes da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, os membros do Grupo Específico para Revisão do Plano Diretor Participativo, instituído pelo Decreto Municipal nº 334, de 6 de novembro de 2025, publicado em 7 de novembro de 2025, os representantes da Comissão de Acompanhamento e a equipe técnica da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, responsável pela elaboração dos estudos e relatórios da Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses, Paraná, para a realização de reunião técnica e deliberativa destinada à apresentação, apreciação, discussão e aprovação dos Relatórios da 1ª Fase – Mobilização, 2ª Fase – Análise Temática Integrada e 3ª Fase – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável, integrantes do processo de Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses, com horizonte de planejamento 2026 –2036. A identificação dos participantes consta na lista de presença, que integrará esta Ata como Anexo I. Dando início aos trabalhos, o Sr. Prof. Marcio Jose Ornat saudou os presentes, apresentou a finalidade da reunião e destacou a importância da consolidação institucional das três primeiras fases do processo de revisão, indicando e explicando as fases já concluídas da revisão do Plano Diretor Participativo, assim como as etapas seguintes e finais desta revisão. Na sequência, o Sr. Prof. Marcio Jose Ornat, representante da equipe técnica da Universidade Estadual de Ponta Grossa, passou para a apresentação dos documentos submetidos à apreciação do Grupo Específico. Foi esclarecido que a revisão do Plano Diretor Participativo resulta da cooperação técnico-científica estabelecida entre a Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, por intermédio do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – LabPlan/UEPG, fundamentada nas disposições da Constituição Federal de 1988, especialmente seus artigos 182 e 183, na Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, e nas demais disposições legais e metodológicas pertinentes ao planejamento municipal. Ressaltou-se que os três relatórios representam produtos técnicos articulados e complementares, cujos resultados foram construídos mediante levantamento e análise de informações territoriais, realização de atividades participativas, sistematização de demandas, formulação de objetivos de desenvolvimento municipal e elaboração de propostas de ordenamento territorial. **APRESENTAÇÃO E APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DA 1ª FASE – MOBILIZAÇÃO.** Inicialmente, o Sr. Prof. Marcio Jose Ornat apresentou o Relatório da 1ª Fase – Mobilização, em sua versão consolidada de janeiro de 2026, documento que registra e sistematiza os procedimentos institucionais, metodológicos, administrativos, técnicos e participativos necessários à estruturação do processo de Revisão do Plano Diretor Participativo. Foram apresentados os objetivos gerais da revisão, o histórico de organização dos trabalhos, a celebração do Convênio de Cooperação Técnico-Científica entre o Município de Doutor Ulysses e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, fundamentado nas Resoluções UEPG/CA nº 2022.281 e nº 2025.90, a contratação do Plano de Trabalho, a definição das responsabilidades institucionais e a metodologia de elaboração e revisão do Plano Diretor Participativo. Também foram apresentadas as providências relacionadas à constituição das equipes técnicas e das instâncias de acompanhamento, inicialmente disciplinadas pelo Decreto Municipal nº 93, de 19 de abril de 2023, posteriormente substituído pelo Decreto Municipal nº 334/2025. A apresentação compreendeu ainda as atividades de mobilização social, divulgação pública, reuniões institucionais, leituras comunitárias, levantamento de informações territoriais, trabalhos de campo, procedimentos de apoio cartográfico e geodésico, bem como as iniciativas de articulação entre a Administração Municipal, a Universidade e a população. Destacou-se a realização da 1ª Audiência Pública de Lançamento da Revisão do Plano Diretor Participativo, em 11 de dezembro de 2023, ocasião em que a metodologia proposta para o desenvolvimento dos trabalhos foi apresentada, discutida e aprovada pelos participantes. Foi esclarecido que a conclusão da 1ª Fase estabeleceu as bases institucionais, técnicas e participativas necessárias ao desenvolvimento da Análise Temática Integrada, das Diretrizes e Propostas e do Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do Plano Diretor. Não ocorreu eventuais ressalvas ou recomendações dos participantes. **APRESENTAÇÃO E APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DA 2ª FASE – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA.** Na sequência, o Sr. Prof. Marcio Jose Ornat apresentou o Relatório da 2ª Fase – Análise Temática Integrada, em sua versão consolidada de setembro de 2026, destinado à caracterização, interpretação e avaliação das condições territoriais, ambientais, demográficas, socioeconômicas, urbanas, rurais, institucionais e de infraestrutura do Município de Doutor Ulysses. Foi esclarecido que a elaboração do relatório integrou informações provenientes de bases oficiais de dados, levantamentos técnicos, produção cartográfica, análises da legislação municipal e atividades de participação social, buscando identificar as principais características, potencialidades, limitações, problemas e conflitos presentes no território municipal. Foram apresentados os estudos relativos à inserção regional, organização territorial,

relevo, declividade, geologia, áreas cársticas, hidrografia, mananciais de abastecimento, recursos naturais, cobertura e uso da terra, áreas de preservação ambiental, vulnerabilidades e riscos territoriais, incluindo suscetibilidade a movimentos de massa e inundações. A exposição também contemplou a dinâmica demográfica, as condições de desenvolvimento humano, as atividades econômicas, a produção agropecuária, as características das comunidades rurais, a estrutura urbana, a habitação, o saneamento ambiental, as redes de infraestrutura, a mobilidade, a acessibilidade territorial, os equipamentos e serviços públicos, a comunicação e conectividade, a capacidade administrativa e financeira municipal e os instrumentos legais de planejamento e gestão. Destacou-se a utilização das Unidades Espaciais de Gestão – UEGs como referência para a organização da leitura territorial e identificação das diferenças existentes entre a Sede Municipal e as comunidades rurais. No âmbito da participação social, foi registrada a realização de 25 Leituras Comunitárias, com aproximadamente 228 participantes, cujas manifestações foram sistematizadas e relacionadas às problemáticas e necessidades identificadas na análise técnica, permitindo reconhecer questões referentes à conservação ambiental, abastecimento de água, saneamento, mobilidade rural, manutenção de estradas e pontes, acesso aos serviços de saúde e educação, infraestrutura pública, desenvolvimento econômico, agricultura familiar, regularização fundiária, habitação, segurança, participação social e fortalecimento da gestão municipal. Foi informado que os resultados da Análise Temática Integrada foram apresentados à população durante a 2ª Audiência Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo, realizada em 3 de agosto de 2024, com participação de 43 pessoas, ocasião em que foram submetidos à apreciação pública e aprovados. A equipe técnica destacou que o diagnóstico permitiu estabelecer a correspondência entre as problemáticas verificadas no território municipal e os objetivos destinados a orientar as etapas propositivas do Plano Diretor, especialmente nos campos da organização administrativa, segurança, meio ambiente, financiamento do desenvolvimento urbano, desenvolvimento econômico, saneamento ambiental, mobilidade e transporte, equipamentos públicos, desenvolvimento rural sustentável, gestão democrática, habitação e turismo. Eventuais ressalvas ou recomendações dos participantes: dúvida do Sr. Prefeito Esequiel Bestel Junior relacionada a qualidade dos dados coletados por pluviômetros comprados em lojas online. Dúvida do o Sr. Secretário Sergio sobre a falta de estação meteorológica e da possibilidade da sua instalação. Complementação do Sr. Prefeito sobre a compensabilidade da instalação de uma estação meteorológica, indagou também sobre a saída do município de Doutor Ulysses da Região Metropolitana de Curitiba e as possíveis dificuldades geradas por isso, além disso, os presentes realizaram comentários sobre a validação documental pela AMEP; Plano de Mobilidade; Áreas suscetíveis a inundação no espaço urbano e possibilidades de mitigação; Além de comentários sobre novos e futuros projetos e estudos urbanos necessários no município. **APRESENTAÇÃO E APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DA 3ª FASE – DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL.** Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Prof. Marcio Jose Ornat apresentou o Relatório da 3ª Fase – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável, em sua versão consolidada de setembro de 2026, documento que reúne os resultados da etapa propositiva da Revisão do Plano Diretor Participativo de Doutor Ulysses. Inicialmente, foi esclarecido que as propostas apresentadas foram estruturadas a partir das conclusões da Análise Temática Integrada, das demandas identificadas nas Leituras Comunitárias, dos objetivos de desenvolvimento municipal e das deliberações da 3ª Audiência Pública, realizada em 20 de setembro de 2024, convocada pelo Edital de Chamamento nº 002/2024. Foi registrado que o processo participativo resultou na sistematização de 945 registros válidos de problemáticas e demandas, organizados territorialmente por meio das Unidades Espaciais de Gestão – UEGs e articulados aos eixos temáticos do Plano Diretor. Foram apresentados os objetivos, estratégias, propostas e instrumentos relacionados aos treze eixos organizadores da 3ª Fase: Estrutura Organizacional; Segurança; Meio Ambiente; Financiamento do Desenvolvimento Urbano; Desenvolvimento Econômico; Saneamento Ambiental; Mobilidade e Transporte; Equipamentos Públicos; Desenvolvimento Rural Sustentável; Gestão Democrática e Participação Popular; Habitação; Patrimônio Histórico, Cultural e Natural; e Turismo. A exposição destacou os instrumentos de gestão democrática e fortalecimento institucional, ordenamento territorial, planejamento urbano, política habitacional e regularização fundiária, conservação e recuperação ambiental, enfrentamento de riscos, saneamento e proteção dos recursos hídricos, mobilidade urbana e rural, desenvolvimento econômico e agrícola, fortalecimento dos equipamentos públicos, financiamento das políticas municipais e proteção do patrimônio cultural e natural. Foram mencionados, entre os instrumentos sistematizados no relatório, o Plano Diretor Municipal, o Perímetro Urbano, o Zoneamento Urbano, o Macrozoneamento Municipal, o Parcelamento do Solo Urbano, os mecanismos de aplicação da função social da propriedade, o Estudo de Impacto de Vizinhança, os instrumentos de regularização fundiária, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, os planos de mobilidade da Sede e de Mobilidade Campo–Cidade, os instrumentos de saneamento e gestão de resíduos, os mecanismos de proteção ambiental, os instrumentos de fortalecimento das atividades rurais e as iniciativas de valorização do patrimônio e do turismo. Na sequência, foram apresentados os principais componentes da proposta de reordenamento territorial do Município, com destaque para a proposta de Perímetro Urbano da Sede Municipal, o Zoneamento Urbano, o Macrozoneamento Municipal e a Hierarquia das Restrições. Sobre o Perímetro Urbano, o Sr. Prof. Marcio Jose Ornat explicou que a proposta consolidada em 2026 considerou a evolução da ocupação da Sede, a configuração territorial existente, as condições de relevo, os condicionantes ambientais e geotécnicos, a vulnerabilidade à inundação e os aspectos relacionados à ocorrência de formações cársticas, buscando orientar a organização e a expansão urbana em condições compatíveis com as características territoriais locais. Em relação ao Zoneamento Urbano, foram apresentadas as zonas propostas para a Sede Municipal, compreendendo Zona Central – ZC, Zona Residencial 1 – ZR1, Zona Residencial 2 – ZR2, Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, Zona de Comércio e Serviços – ZCS, Zona Industrial – ZI e Zona Especial de Proteção Ambiental – ZEPA, além do tratamento específico conferido às Áreas de Preservação Permanente – APPs e às Áreas de Uso Restrito – AURs, consideradas as disposições legais e os condicionantes incidentes sobre o uso e a ocupação do solo. No que se refere ao Macrozoneamento Municipal, foi apresentada a proposta territorial consolidada em 2026, composta por seis macrozonas: MZ-1 – Macrozona Urbana;

MZ-2 – Macrozona de Transição Urbano-Rural; MZ-3 – Macrozona Rural de Produção Sustentável; MZ-4 – Macrozona Rural de Centralidades e Estruturação Territorial; MZ-5 – Macrozona de Conservação; e MZ-6 – Macrozona de Uso Condicionado. Foi esclarecido que a proposta foi elaborada mediante análise territorial integrada e procedimentos de geoprocessamento, considerando informações ambientais, geológicas, hidrogeológicas, rurais, urbanas, demográficas e de infraestrutura, com o objetivo de estabelecer funções territoriais predominantes e orientar a compatibilização entre desenvolvimento econômico, produção rural, conservação ambiental e segurança territorial. Também foi apresentada a estrutura das treze Áreas de Sobreposição Especial – ASEs, destinadas à identificação e consideração complementar de condicionantes e especificidades territoriais que incidem sobre as macrozonas, sem substituí-las, especialmente aqueles relacionados à proteção ambiental, aos recursos hídricos, às ocorrências cársticas, às cavidades naturais, aos riscos e às demais restrições e sensibilidades identificadas no território. Foi destacada a importância da Hierarquia das Restrições como mecanismo metodológico para distinguir disposições legais obrigatórias, condicionantes ambientais e territoriais e situações que demandam estudos complementares, evitando interpretações inadequadas acerca das possibilidades de uso e ocupação do solo. O Sr. Prof. Marcio Jose Ornat, ainda esclareceu que as propostas de Perímetro Urbano, Zoneamento e Macrozoneamento representam componentes técnicos que deverão orientar a elaboração e a consolidação dos respectivos instrumentos normativos na etapa seguinte da revisão. Por fim, foram apresentados os encaminhamentos para a 4ª Fase – Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do Plano Diretor, na qual os objetivos, diretrizes, propostas e instrumentos apresentados deverão ser convertidos em ações prioritárias, responsabilidades administrativas, prazos, referências orçamentárias, mecanismos de monitoramento, sistema de planejamento e gestão municipal e minutas da legislação urbanística. Eventuais ressalvas ou recomendações: Dúvida do Sr. Prefeito sobre a implantação de usinas no município, sobre os impactos ambientais, a falta de compensação e como a gestão poderia proceder nesse caso, uma possibilidade é considerar o Macrozoneamento municipal, cobrar estudos específicos das empresas para oferecer anuências; **CONSOLIDAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS.** Após a apresentação e apreciação individual dos três relatórios, registrasse a **APROVAÇÃO** por unanimidade do Relatório da 1ª Fase – Mobilização, do Relatório da 2ª Fase – Análise Temática Integrada e do Relatório da 3ª Fase – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável. Encaminhamentos de alterações das Minutas de Projetos de Lei: Primeiro Proposta de Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo urbano pelo Secretário de Obras Sérgio: 1) Diminuir o tamanho de área de lote mínimo da ZEIS de 130 metros² para 120 metros². 2) Alterar a taxa de permeabilidade para todas as zonas, exceto ZI, para o valor de 0,2. 3) Alterar o recuo de fundo de todas as zonas, exceto a ZI, para 1 metro. 4) O afastamento lateral pode ocorrer em apenas em um dos lados da edificação, sendo admitida a geminação facultativa, baseado no texto da ZEIS. Do segundo encaminhamento pelos participantes: Incorporar 3 áreas de uso urbano consolidado dentro da proposta de perímetro urbano e seus respectivos zoneamentos, essas três áreas representam a Bairro João Nazário, a Vila Esperança e Vila Nova. Do terceiro encaminhamento de reduzir o limite sudoeste da Zona Industrial em 50 metros, para possibilitar a criação de possíveis parcelamentos para uso habitacional. Do quarto encaminhamento a pauta na próxima reunião do Grupo Técinico e Espacírico: A possibilidade de restrição de produção de silvicultura no espaço urbano, reunião marcada para dia 23 de outubro as 8 horas. Sem mais encaminhamentos, com as deliberações realizadas. **ENCERRAMENTO.** Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Prof. Marcio Jose Ornat encerrou a reunião às 12 horas e 25 minutos, agradecendo a participação dos representantes do Município de Doutor Ulysses, dos integrantes do Grupo Específico, dos representantes da Comissão de Acompanhamento e da equipe técnica da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Eu, Saras Resende Paula lavro a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos responsáveis e acompanhada da lista de presença, integrando os registros institucionais do processo de Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Doutor Ulysses, Paraná.

Doutor Ulysses, 09 de outubro de 2026.

Responsável pela condução da reunião: _____

Responsável pela elaboração da Ata: _____

Representante do Grupo Específico: _____

ANEXO I – Lista de Presença.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
ESTADO DO PARANA

ANEXO 1
ATA REUNIÃO DO GRUPO ESPECÍFICO PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DOUTOR ULYSSES

Data: 09/10/2026 — Horário: 8h30
Local: Câmara Municipal de Doutor Ulysses – Paraná
Decreto Municipal nº 334/2025

Nome Completo	Segmento	Whatsapp	Assinatura
Aleides da Silva Souza	ASBO	41-995226364	
Rosilia de Fatima David Rosa	Vice-Prefeita	41 999678610	
Priscila de Fatima Dench	Assistencia Social	41-988187333	
Jamile Pina de Oliveira	Cultura e Turismo	41 997679800	
Marcia C. de Paula	Acessora de Gabinete	41 999067538	
Robson Lima	Diretor Geral Camara	41 99528796	
Adilson da C. Geliat	Vereador	41 995273324	
ANDERSON FERREIRA SILVA	SMS - SAUDE	41-995579225	
GENILSON FELEX		988327340	
Sergio Meri Butchan	S. OBRAS	41 995908251	
Juniel THIAGO BRAINE	Ass. de comunicação	41 92004-1393	
~~Kenedy Bo~~			
Kenedy Bodi Ramos	Departamento de Tributação		
Holisser P. Bastel	Licitação	41 984578680	
ANDIARA CUNHA BARCLAR	SEC. MUN DE EDUCAÇÃO	41 98498145	
Exguiel Bastel Junior	Prefeito municipal	(41) 98844-4219	
JURANDIR KAPP JUNIOR	SEC. FINANÇAS	(41) 99870-5427	
MARCOS A. BARBOZA	MEIO AMBIENTE	41 999916203	
WELITON SOUZA NECKEL	TRIBUTAÇÃO	41 99653-5163	
YGOR DANIEL SESS	TRANSPORTES	(41) 998175622	
ADAILTON DE PAULA	VEREADOR	41) 997844205	
ZALDI DE BASTIANI	CONSELHO CIDADE	995507597	
Jadson G. Ferreira Rocha	Desenvolvimento Urbano	996953050	
JOSIERO C. SANTOS	URBANISMO	41995257322	
MARCIO JOSE ORNAT	UEPG	42998566565	